

Volume 18, n. 1

Veredas da História



ISSN 1982-4238

Veredas da História, [online], v. 18, n.1, jul., 2025, ISSN: 1982-4238

EDITORES

Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Leandro Duarte Rust, UFMT
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Paulo J. Debom Garcia, (UCL e Senai Cetiqt)
Priscila Henriques Lima, UERJ
Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires (UCL)

APOIO TÉCNICO E EDITORAÇÃO

Beatriz Galvão Abrantes, UFBA
Cassiano Celestino de Jesus
Joseane Pereira de Souza
Lucas Vieira de Melo Santos, UFBA
Thasio Sobral

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Vidotte, UFG
Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Leandro Duarte Rust, UFMT
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRRJ
Priscila Henriques Lima, UERJ
Paulo J. Debom Garcia, UCL e Senai Cetiqt
Vanderlei Vazelesk Ribeiro

CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Vidotte, UFG
Alexandre Galvão Carvalho (UESB)
Alessander Mário Kerber, UFRGS
Alexandre Vieira Ribeiro, UFF
André Pereira Botelho, UFRJ
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, UFRJ
Antonio Carlos Jucá de Sampaio, UFRJ
Antônio Manuel Hespanha, Universidade de Lisboa
Beatriz Helena Domingues, UFJF
Cândido Moreira Rodrigues, UFMT
Célia Maia Borges, UFJF
Cláudio Batalha, Unicamp
Danilo Zioni Ferretti, UFSJ
Daniel Santiago Chaves, PPGHG-UFRJ
Janaina Christina Perrayon Lopes, UCP
Jesús Àngel Solórzano Telechea (Universidad de Cantabria)
João Fragoso, UFRJ
João Klug, UFSC
Jorge Eremites de Oliveira, UFGD
Karl Schurster V. S. Leão, PPGHC-UFRJ
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRRJ
Leila Rodrigues da Silva, PPGHC-UFRJ
Lia de Aquino Carvalho, UCP
Lia Zanotta Machado, UnB
Marcos Sorrilha Pinheiro, UNESP
Maria Cristina Correia Leandro Pereira, USP
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, UnB
Mário Jorge da Motta Bastos, UFF
Rafael Pinheiro de Araújo, PPGHC-UFRJ
Regina Maria da Cunha Bustamante, PPGHC-LHIA-UFRJ
Vanderlei Vazelesk Ribeiro, UNIRIO
Valdei Lopes de Araújo, UFOP

CONTATO PRINCIPAL

Marcelo Pereira Lima (UFBA)
Paulo Debom (UCL e Senai Cetiqt)
Priscila Henriques Lima (UERJ)
Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires (UCL)
E-mail: seer.veredasdahistoria@gmail.com

CAPA

Capa elaborada por Thasio Fernandes Sobral, baseando-se na imagem de *Cubiculum Fresco*, Villa da Farnesina, Roma(<https://www.worldhistory.org/image/1379/cubiculum-fresco-villa-of-the-farnesina-rome/>)

CONTATO PARA SUPORTE TÉCNICO

Marcelo Pereira Lima, UFBA
E-mail: inperpetuum@uol.com.br

SUMÁRIO

EDITORIAL

- 3 MARCELO PEREIRA LIMA (PPGH-UFBA)
THASIO FERNANDES SOBRAL (PPGH-UFBA)

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

- 4 TRAMAS DO TEMPO: PROBLEMAS, VESTÍGIOS E NARRATIVAS DA HISTÓRIA
PAULO DEBOM (UCL e SENAI CETIQT)
THIAGO DE ALMEIDA LOURENÇO CARDOSO PIRES (UCL)

DOSSIÊ

- 9 USOS POLÍTICOS DO PASSADO EM TEMPOS DE REVISIONISMO E NEGACIONISMO
HISTÓRICOS
CARLOS ZACARIAS DE SENA JÚNIOR (UFBA)
- 52 IMPULSOS DOS CORAÇÕES DOS ESPÍOES: O ACRÔNIMO MICE COMO
INSTRUMENTO DE ANÁLISE PARA UMA HISTÓRIA DA ESPIONAGEM
THIAGO DA SILVA PACHECO (ATELIÊ DE HUMANIDADES)
- 86 O DUPLO LEGADO KANTIANO: COSMOPOLITISMO E RACISMO
DANTE LEXANDRE RIBEIRO DAS CHAGAS (UFMG-UFRJ)
- 121 MALDITO RATO, VOCÊ MUITAS VEZES ME PROVOCA IRA. DEUS O DESTRUA!?:
DESABAFOS IMAGÉTICOS E DISCURSIVOS DE UM COPISTA DA MORÁVIA NO SÉCULO XII
SAVIO QUEIROZ LIMA (PPGH-UFRGS)
- 136 RETRATOS DE UM DIA DE TRABALHO
HELEN DA SILVA SILVEIRA (PPGHIS-UFRJ)
- 152 ENTRE DISCURSOS E SILÊNCIOS: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE
GÊNERO E HOMICÍDIO NAS PARTIDAS DE AFONSO X
THIAGO SOUZA DE JESUS (UFBA)
- 205 PARTERNITÉS FRANÇAISE ET BRÉSILIENNE : CONTRASTES ET
PERSPECTIVES
MARCOS VENICIO ESPER (UEMG- FIED -UNILIM)
PATRICIA BESSAOUD-ALONSO (UNILIM, LIMOGES/FRANÇA)
LUCILA CASTANHEIRA NASCIMENTO (USP)
- 227 AS ENTRELINHAS DO LIVRO DIDÁTICO E O CONTEÚDO DE HISTÓRIA: A
RELAÇÃO ENTRE O PROFESSOR E O LIVRO DIDÁTICO
JOÊMESSON RODRIGUES DE ARAÚJO (PPGFPI DA UPE/CAMPUS PETROLINA)
LUCIANO JOSÉ VIANNA (PPGFPI DA UPE/CAMPUS PETROLINA)
- 253 CURRÍCULO E LITERATURA INFANTO-JUVENIL UNIDOS
NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DESCONSTRUTORA DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E
ÉTNICO- RACIAIS
FLAVIA MORAES CARTAXO (UFCG/CFP-CAMPUS CAJAZEIRAS-PB)
- 265 A MEMÓRIA DA HERANÇA PRESBITERIANA EM WAGNER (1906-1971)
FELIPE MOREIRA BARBOZA DUCCINI (PPGH-UFBA)
- 289 A HEGEMONIA AMERICANA NO SÉCULO XX: CAPITALISMO, BRETTON WOODS
E FINANÇAS GLOBALIZADAS
JADIR PEÇANHA ROSTOLDO(UFES)

RESENHA

- 309 EL ESTADO EN EL EGIPTO FARAÓNICO: PODERES, ACTORES Y DINÁMICAS SOCIALES
HORACIO MIGUEL HERNÁN ZAPATA (UNNE, ARGENTINA)

EDITORIAL

MARCELO PEREIRA LIMA
Universidade Federal da Bahia

THASIO FERNANDES SOBRAL
Universidade Federal da Bahia

Nesta nova edição da *Revista Veredas da História*, são disponibilizados dez artigos e uma resenha que compõem o dossiê intitulado *Tramas do tempo: problemas, vestígios e narrativas da História*, organizado pelo professor doutor Paulo Debom (UCL e Senai Cetiq) e pelo professor doutor Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires (Centro Universitário Celso Lisboa, CEDERJ-UNIRIO, SEEDUC e PPGH-UFF).

Por meio de uma abordagem interdisciplinar e trans-histórica, os trabalhos aqui apresentados ampliam o debate sobre a experiência humana, contribuindo para o fortalecimento de pesquisas em perspectiva histórica que evidenciam a multiplicidade de investigações desenvolvidas no campo. A busca pela dizibilidade dos aspectos sociais que permeiam o passado é explorada de forma singular nesta edição, favorecendo o mapeamento de suas nuances.

Para esta edição, contamos com autorias provenientes de diferentes polos de produção do conhecimento no Brasil e no exterior. Entre elas, destacam-se trabalhos oriundos de instituições brasileiras como UFBA, UFES, UFMG, UFRJ, UFRGS e Ateliê de Humanidades, bem como da UNILIM, da França.

Esperamos que esta edição contribua para o fortalecimento da divulgação de um conhecimento crítico, gratuito e colaborativo, aproximando as pesquisas de um público cada vez mais amplo. Em tempos de crescente hostilidade ao saber que questiona as contradições e desigualdades do mundo, torna-se cada vez mais necessário manter abertura e disposição para empreender formas de intersecção entre um amplo conjunto de iniciativas voltadas à mudança social. Sintam-se incentivados a divulgar os escritos desta edição e boa leitura!

TRAMAS DO TEMPO: PROBLEMAS, VESTÍGIOS E NARRATIVAS DA HISTÓRIA

PAULO DEBOM¹

Senai Cetiqt e do Centro Universitário Celso Lisboa

THIAGO DE ALMEIDA LOURENÇO CARDOSO PIRES²

Centro Universitário Celso Lisboa, CEDERJ-UNIRIO,
SEEDUC, PPGH-UFF

A presente edição da *Veredas da História* apresenta um dossiê composto por artigos livres, cuja organização não se orienta por um tema único, mas pela valorização da diversidade como elemento constitutivo da pesquisa histórica contemporânea. Ao optar por esse formato, o dossiê agrega como motor os mais variados objetos de análise, temporalidades e problemáticas que hoje atravessam o campo da História e instigam investigadoras e investigadores em suas pesquisas. Busca-se evidenciar tanto a amplitude das agendas de pesquisa quanto a capacidade do historiador de transitar entre diferentes escalas de análise. Trata-se, portanto, de um conjunto que reflete a vitalidade do campo historiográfico, entendido aqui não como um território homogêneo, mas como um espaço de permanente diálogo, tensão e renovação.

¹ Doutor em História Política pelo PPGH-UERJ. Docente do Senai Cetiqt e do Centro Universitário Celso Lisboa. Coordenador-colaborador do Núcleo de Estudos de História da Moda e da Indumentária (NEHMI-UERJ). Contato: paulodebom@gmail.com

² Doutor em História pela UNIRIO, Mestrando em arqueologia pela Uminho, Professor do Centro Universitário Celso Lisboa, Tutor a distância em História antiga do CEDERJ-UNIRIO, Professor da SEEDUC-RJ, Professor externo do PPGH-UFF e membro do grupo de pesquisa Nereida (UFF). Email: thiagokpires@gmail.com

A vitalidade historiográfica, discutida acima, se traduz na multiplicidade de fontes, procedimentos analíticos e referenciais teóricos acionados pelos autores. Os artigos aqui reunidos trabalham com legislações medievais, manuscritos, registros institucionais, documentos normativos, fotografias, livros didáticos, literatura infanto-juvenil e patrimônios materiais, explorando-os a partir de abordagens que dialogam com a história política, a história cultural, a história social, os estudos de gênero, a história da educação e a teoria da história. Tal pluralidade não deve ser compreendida como dispersão, mas como expressão da natureza interdisciplinar da pesquisa histórica, que se constrói justamente na articulação entre diferentes campos do saber e na ampliação contínua de suas perguntas e procedimentos analíticos.

O primeiro eixo do dossiê reúne artigos voltados às discussões de caráter mais conceitual e historiográfico, centradas nos usos do passado e nos desafios teóricos da escrita da História no tempo presente. Nesse conjunto, o artigo de Carlos Zacarias de Sena Júnior examina os usos políticos do passado em contextos marcados pelo revisionismo e pelo negacionismo históricos, situando o debate historiográfico no interior das disputas contemporâneas em torno da memória, da verdade histórica e da própria democracia. Ao problematizar as formas pelas quais o passado é mobilizado no espaço público, o autor evidencia os riscos do abuso da história e reafirma o papel social do historiador. Em diálogo metodológico, o artigo de Thiago da Silva Pacheco propõe o uso do acrônimo MICE - *Money, Ideology Compromise, Ego* - como instrumento analítico para uma história da espionagem, ampliando as possibilidades interpretativas da história política e militar ao enfatizar motivações individuais, dimensões subjetivas e aspectos humanos frequentemente marginalizados nesse campo de estudos. Ainda no âmbito das discussões de caráter conceitual e historiográfico, o artigo de Dante Alexandre Ribeiro das Chagas propõe uma reflexão no campo da História Intelectual ao examinar aquilo que o autor define como o duplo legado kantiano. Ao tensionar a associação recorrente entre Kant, Ilustração e considerações normativas positivas acerca do

cosmopolitismo, o texto evidencia como a filosofia da história kantiana também esteve implicada na formulação de hierarquias raciais e em discursos favoráveis ao colonialismo e à escravidão. Ao articular cosmopolitismo e racismo como dimensões indissociáveis do pensamento moderno, o artigo contribui para uma leitura crítica da Ilustração, compreendida de forma dialética, como projeto intelectual atravessado por contradições que ultrapassam seu próprio tempo e seguem interpelando a historiografia contemporânea.

O segundo eixo articula reflexões sobre cultura escrita, visualidade e análise crítica das fontes históricas, reunindo trabalhos que enfrentam diretamente os desafios metodológicos impostos por documentos visuais e materiais. O artigo de Savio Queiroz Lima dedica-se à leitura iconológica de uma iluminura medieval da Morávia, articulando iconografia, iconologia e paleografia para acessar imaginários, práticas de trabalho e formas de autoria no século XII. Ao tratar a iluminura como documento histórico complexo, o autor evidencia o potencial analítico das imagens medievais para a compreensão da cultura manuscrita. Em perspectiva distinta, mas metodologicamente convergente, Helen da Silva Silveira analisa a fotografia como fonte histórica para evidenciar a presença de trabalhadores negros no Vale do Rio Pardo, no início do século XX. Ao deslocar a fotografia do lugar de mera ilustração para o de documento, o artigo contribui para os debates sobre visualidade, trabalho e invisibilização histórica no contexto do pós-abolição.

As relações entre gênero, poder e organização social constituem o terceiro eixo do dossiê, reunindo análises que atravessam diferentes temporalidades e contextos históricos. O artigo de Thiago Souza de Jesus examina as legislações afonsinas, em especial as Partidas de Afonso X, para discutir as articulações entre gênero, violência e homicídio no medievo, evidenciando tanto os discursos normativos quanto os silêncios presentes nessas fontes jurídicas. Em diálogo com questões contemporâneas, o artigo de Marcos Venicio Esper, Patricia Bessaoud-Alonso e Lucila Castanheira Nascimento propõe uma reflexão comparativa sobre a paternidade na França e no Brasil, compreendida como construção social historicamente situada.

Ao evitar leituras hierarquizantes entre os contextos analisados, o texto evidencia especificidades culturais e transformações nos papéis familiares, articulando dimensões privadas, sociais e políticas da paternidade.

O quarto eixo do dossiê dedica-se às articulações entre História, educação e práticas pedagógicas, reunindo textos que problematizam a produção e a circulação do conhecimento histórico no espaço escolar. O artigo de Joêmesson Rodrigues de Araújo e Luciano José Vianna reflete sobre o livro didático de História como objeto complexo, atravessado por legislações, interesses editoriais e práticas docentes. Ao discutir a relação entre professor e livro didático, os autores contribuem para o debate sobre a mediação do conhecimento histórico na educação básica. Complementarmente, o artigo de Flávia Moraes Cartaxo analisa o currículo e a literatura infanto-juvenil como instrumentos para a desconstrução das desigualdades de gênero e étnico-raciais, ressaltando o papel da escola na seleção de saberes comprometidos com perspectivas críticas e inclusivas desde os primeiros anos de formação.

O eixo final do dossiê reúne reflexões que articulam memória, religião, patrimônio e história política em perspectiva mais ampla. Nesse conjunto, o artigo de Felipe Moreira Barboza Duccini analisa a herança presbiteriana na cidade de Wagner, na Bahia, entre 1906 e 1971, evidenciando os impactos do projeto missionário para além do campo estritamente religioso, ao destacar suas dimensões educacionais, médicas e arquitetônicas. A partir dessa análise, o texto contribui para a compreensão das dinâmicas locais e regionais de construção da memória social, bem como para os debates sobre patrimônio cultural e identidade. Em diálogo com essa abordagem, o artigo de Jadir Peçanha Rostoldo desloca a análise para a escala global ao examinar a consolidação da hegemonia econômica americana ao longo do século XX. Ao discutir a formação do capitalismo, o sistema de Bretton Woods e a emergência das finanças globalizadas, o autor analisa os fundamentos econômicos, institucionais e tecnológicos que sustentaram o poder dos Estados Unidos no pós-guerra, ampliando o horizonte

interpretativo do dossiê ao articular história econômica, política internacional e transformações do capitalismo contemporâneo.

Encerrando o dossiê, a resenha de Horacio Miguel Hernán Zapata sobre a obra *The State in Ancient Egypt: Power, Challenges and Dynamics*, de Juan Carlos Moreno García, amplia o horizonte temporal e conceitual do número ao retomar o debate sobre Estado, poder e organização social na Antiguidade. Ao dialogar com questões estruturantes da história política, a resenha funciona como um fechamento que reafirma a diversidade temática e analítica do dossiê, ao mesmo tempo em que convida o leitor a refletir sobre problemas de longa duração que atravessam diferentes experiências históricas.

Ao reunir pesquisas que dialogam com distintos campos, métodos e escalas de análise, a presente edição da Veredas da História ressalta o quanto o campo historiográfico continua pujante, vivo e dinâmico. A pesquisa histórica apresenta-se como um campo plural, em permanente construção, capaz de iluminar o passado e, ao mesmo tempo, interpelar o presente. Esperamos que a leitura dos artigos e da resenha aqui reunidos estimule novos diálogos, provoque questões e contribua para o aprofundamento dos debates historiográficos. Desejamos a todas e a todos uma leitura atenta e proveitosa.

Recebido em: 28/11/2025
Aprovado em: 30/12/2025

USOS POLÍTICOS DO PASSADO EM TEMPOS DE REVISIONISMO E NEGACIONISMO HISTÓRICOS

POLITICAL USES OF THE PAST IN TIMES OF HISTORICAL REVISIONISM AND DENIALISM

CARLOS ZACARIAS DE SENA JÚNIOR*

Professor do Departamento de História da Universidade
Federal da Bahia (UFBA)

Resumo: O artigo examina o debate público sobre alguns temas da historiografia brasileira e mundial em torno dos usos políticos do passado. Partindo da hipótese de que as formas de usos do passado se articulam com as conjunturas políticas e experiências temporais relativas aos regimes de historicidade de cada tempo, buscamos identificar o modo como as verdades se estabelecem, por vezes passando ao largo do que está convencionado pelos fatos e pelos consensos que foram alcançados em diversas esferas. Pretendemos situar algumas querelas revisionistas e

Abstract: The article examines the public debate on some themes in Brazilian and global historiography surrounding the political uses of the past. Starting from the hypothesis that the forms of use of the past are articulated with the political conjunctures and temporal experiences related to the regimes of historicity of each time, we seek to identify the way in which truths are established, sometimes bypassing what is agreed by the facts and the consensus that was reached in various spheres. We intend to situate some revisionists and denialists disputes in Brazilian

* Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) da FFCH-UFBA. Coordenador do Grupo de Pesquisa História Política, dos Partidos e Movimentos Contemporâneos de Esquerda e Direita (Politiza).

negacionistas da historiografia brasileira e mundial, escrutinando as formas discursivas enunciadas pelos participantes do debate público em alguns países, apontando os efeitos deletérios que o abuso do passado tem para a democracia.

and world historiography, scrutinizing the discursive forms enunciated by participants in the public debate in some countries, pointing out the deleterious effects that the abuse of the past has on democracy.

Palavras-chave: Usos da história; Historiografia; Negacionismo.

Keywords: Use of history; Historiography; Denialism.

Democracia liberal em crise e abusos do passado

Em evento na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), comemorativo ao aniversário de 30 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, referiu-se ao golpe civil-militar de 1964 como “movimento”. Citando o “aprendizado” sobre o assunto que teria tido com Torquato Jardim, ministro da Justiça de Michel Temer, o magistrado também mencionava o historiador e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Daniel Aarão Reis que, segundo o ministro, teria dito “que tanto a esquerda quanto a direita conservadora, naquele período, tiveram a conveniência de não assumir seus erros que antecederam 1964, passando a atribuir os problemas aos militares” (Pessoa, 2018).

Dias Toffoli tratou o passado a partir de uma perspectiva que atentava ao que era percebido como verdade histórica num momento crítico da nossa democracia. Juntando a suposta defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito, com a tentativa de conciliar com setores da sociedade que reeditavam o golpismo inscrito nos atos que culminaram na deposição da presidenta Dilma Rousseff, Toffoli usou o passado unicamente para fins políticos.

Entre os tantos problemas que poderiam ser apontados na fala de Toffoli, o atentado perpetrado contra um dos mais importantes consensos entre os historiadores brasileiros,

configura o que pode ser chamado de abuso. O consenso contradito diz respeito ao fato de que nenhum historiador recusa a ideia de que houve um golpe em 1964, nem mesmo Daniel Aarão Reis, citado pelo ministro. Pode-se discutir se o golpe foi militar ou civil-militar, se foi golpe de classe, se teve apoio popular e de setores da sociedade civil, mas não se questiona sobre ter havido ou não um golpe.

A propósito do assunto, em entrevista à revista “Carta Capital” no mesmo dia 1º de outubro de 2018, Daniel Aarão desmentiu que alguma vez tivesse dito que em 1964 não houve golpe. Segundo o historiador da UFF, Toffoli deveria ter citado a politóloga Argelina Figueiredo, autora do livro “Democracia ou reformas?” (1993), que teria sido a estudiosa a “requestrar para o Brasil” a teoria dos “dois demônios”, uma tese formulada originalmente na Argentina, que atribui iguais responsabilidades à esquerda e à direita na crise política que levou ao desfecho do 31 de março de 1964 (Scorece, 2018).

A caracterização de “golpe”, “revolução” ou “movimento”, segundo havia sugerido o presidente do STF, tinha mais relação com as polêmicas políticas do presente do que com a história propriamente dita. Considerando que muitos eram incapazes de localizar no radicalismo as dimensões equivocadas da atuação da esquerda e da direita, que teriam dado ensejo à ruptura de 1964, o ministro buscava acertar as contas com o passado, supostamente pacificando os contendores do presente, que deveriam evitar de reproduzir, no Brasil, o exemplo da Argentina, onde a “sociedade ficou presa no passado, na vingança e no ódio, e olhando para trás, pro retrovisor, sem conseguir se superar” (Tupina, 2022)¹.

O significado dessa forma de uso do passado, além dos riscos implicados em questões que se decidem na alta corte do país, que permanece como palco de disputas sobre o nosso passado recente, é que, ao sabor de conveniências e interesses políticos inconfessáveis, a história como o “passado em si” ou como a ciência que o investiga tem sido distorcida,

¹ Ao se referir à Argentina, Toffoli alude aos processos que na década de 1980 levaram os responsáveis pelo golpe (1976) e pela ditadura no país (1976-1983) aos bancos dos réus, redundando em expressivas condenações.

caracterizando um atentado à verdade dos fatos como são conhecidos e aceitos.

Há uma verdade na história?

A história não é uma ciência exata. Como tal suas verdades são entendidas como parciais, ainda mais sujeitas à refutação que as verdades das chamadas ciências exatas. Dizer que a verdade na história é parcial, não significa dizer, contudo, que não seja capaz de estabelecer algum tipo de verdade, ainda que provisória. O trabalho do historiador consiste em buscar o passado através dos vestígios, fragmentos e rastros que são tomados como evidências de como as coisas aconteceram. Reunidas as evidências, estas transformam-se em documentos, que são testemunhos do passado, matéria prima do historiador, que não se confunde com o ficcionista, como pretenderam sugerir os críticos do positivismo ingênuo, como aponta Carlo Ginzburg:

Hoje, palavras como “verdade” e “realidade” tornaram-se impronunciáveis para alguns, a não ser que sejam enquadradas por aspas escritas ou representadas por um gesto. Antes de tornar-se moda, esse gesto ritual, difundido nos ambientes acadêmicos americanos, fingia exorcizar o espectro do positivismo ingênuo: atitude de quem considera que a realidade é cognoscível diretamente, sem mediações. Por trás dessa polêmica surgia em geral uma posição cética, argumentada de diversos modos. Contra ela foram formuladas, até mesmo por este que escreve, objeções morais, políticas e intelectuais. Mas manter-se virtuosamente longe dos exageros dos positivistas e dos céticos não levaria a lugar nenhum. Como disse certa vez Bertold Brecht ao amigo Walter Benjamin, “não devemos partir das boas velhas coisas, e sim das más coisas novas”. Céticos e desconstrucionistas respondem, quase sempre de um modo clamorosamente inadequado, a perguntas reais (2007, p. 17).

A realidade, por óbvio, não é cognoscível diretamente sem mediações, já o sabemos. Entretanto, o passado se transforma sempre em função do presente, de modo que podemos tomar as palavras de Brecht, citadas por Ginzburg, e partir das “más coisas novas”, que são os usos políticos do passado para pensar os atuais

caminhos percorridos pela história em um contexto de crise da democracia liberal.

A descoberta de novos acervos, de uma nova documentação ou a ampliação e incorporação de documentos que antes eram rejeitados, faz com que a ciência histórica progrida, muitas vezes mudando a compreensão que se tinha de algum evento, fenômeno ou processo. Todavia, desse fato incontornável, pode derivar também o revisionismo e o negacionismo, que iremos tratar mais adiante.

Há diversos exemplos de temas que eram polêmicos na historiografia e depois alcançaram algum nível de consenso em função das provas que foram estabelecidas em torno dos documentos encontrados e validados pelo trabalho de historiadores reputados. Na historiografia brasileira, por exemplo, o desenvolvimento de abordagens inovadoras e a incorporação de uma nova documentação sobre a escravidão na década de 1980, configurou o que se chamou de “Nova Historiografia da Escravidão”. No entanto, diante de tantas novidades, com inequívocos avanços que foram sendo consolidados ao longo dos anos, nas proximidades do centenário da Abolição houve quem enxergasse entre os novos estudiosos do tema uma tentativa de “reabilitar a escravidão” (Gorender, 1990).

Ilustrativo do debate travado em torno do assunto, o historiador Jacob Gorender publicou “A escravidão reabilitada” (1990), obra que, desde o título, assume o caráter polêmico e o tom acusatório aos historiadores perfilados à nova historiografia. Autor de “O escravismo colonial” (1992), um importante estudo sobre a escravidão no Brasil de uma perspectiva marxista estruturalista, Gorender imputava aos novos pesquisadores do tema a atenuação dos traços de violência da sociedade escravista, algo sugestivo de uma postura supostamente reabilitadora da própria escravidão. Gorender se dirige, sobretudo, a historiadora greco-baiana Kátia Mattoso e sua obra “Ser escravo no Brasil” (1990), mas seu alvo é a Nova Historiografia da Escravidão como um todo, algo que fica claro no modo de desenvolvimento da argumentação, onde se enunciam diversos historiadores e inúmeras obras.

Entendida pelo autor como “obra de exaltação da acomodação e do ajustamento”, que colocava, “[de] um lado, o senhor ameno, generoso” e “do outro, o escravo dócil”, o livro de Kátia Mattoso, publicado originalmente na França em 1979 e traduzido no Brasil em 1982, seria o perfeito modelo de uma historiografia freiriana, de elogio da “doçura” ou a “ternura” das relações senhor-escravo (1990, p. 21), Gorender aponta que o livro trata mais da Bahia do que qualquer outra região do Brasil, motivo pelo qual deveria se chamar “Ser escravo em Salvador” (1990, p. 15).²

Ocorre, entretanto, que a “Nova Historiografia da Escravidão” vinha se valendo de farta e por vezes inédita documentação, ampliada pelo acesso a fontes até então desconhecidas ou quase não utilizadas pelos estudos anteriores, como inventários, testamentos, processos crimes e uma vasta documentação judiciária.³ Mas os novos historiadores também se escoravam em hipóteses que haviam surgido em função das transformações da sociedade brasileira no contexto da redemocratização e, principalmente, das lutas do movimento negro.

No final das contas, em que pese a qualidade de polemista desenvolvida por Jacob Gorender e por inúmeros dos seus apoiadores, que contribuíram imensamente para o progresso da ciência histórica no Brasil através de debates sobre um tema de fundamental importância, o que prevaleceu foi o vigor de uma geração de historiadores profissionais que estavam se formando no fim da Ditadura, a robustez documental e a inovação e

² Nas palavras de Gorender: “Com efeito, é indiscutível o conhecimento de Kátia Mattoso sobre a escravidão em Salvador, como é inegável sua contribuição inovadora ao estudo da questão da alforria, conforme veremos adiante. O que sucede é que *Ser escravo no Brasil* não se tornou obra de referência nas teses acadêmicas por motivos de tais méritos, porém pela enfática reafirmação do *sistema patriarcal* na escravidão brasileira, em termos remontados a Gilberto Freyre” (1992, 15).

³ De uma imensidão de autores contra os quais Gorender dirige sua artilharia, além de Kátia Mattoso (1990), podemos citar Célia Maria Marinho de Azevedo (1987), João José Reis (1987), Sidney Chalhoub (1990), Sílvia Hunold Lara (1988), Stuart Schwartz (1988), entre outros.

originalidade sustentada em evidências e hipóteses consistentes (Lara, 1992).

Se o tema da escravidão permanece inspirando debates e movendo paixões que incidem sobre políticas públicas e posicionamentos quanto ao espectro ideológico, é em relação ao passado mais recente, muito especialmente ao golpe de 1964 e à ditadura militar que lhe seguiu (1964-1985), que se situam as polêmicas mais intensas dos últimos anos relacionadas aos usos políticos do passado.

Sobre o golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart em 31 de março de 1964, por cerca de uma década predominou a desconfiança de diversos estudiosos que intuía, a partir de inúmeros vestígios e testemunhos, que os Estados Unidos tinham se envolvido diretamente na conspiração que culminou na deposição de Goulart. Em 1976, descobertas da historiadora estadunidense Phyllis R. Parker, que teve acesso a documentos da biblioteca presidencial de Lyndon Johnson, confirmaram aquilo que aparecia nos debates apenas como hipótese.

No Brasil, a pesquisa de Parker teve ampla cobertura do jornalista Marcos Sá Corrêa, que através do “Jornal do Brasil” escreveu uma série de reportagens sobre o assunto ainda em fins de 1976, contribuindo para divulgar a informação e as descobertas que confirmavam o fato de que o governo estadunidense tinha atuado diretamente na conspiração golpista que derrubou João Goulart. No ano seguinte, tanto o estudo de Phyllis Parker como os artigos de Corrêa foram publicados em livro, afirmando a certeza da participação dos Estados Unidos no golpe de 1964 através da chamada “Operação *Brother Sam*” (Fico, 2008, p. 9)

Como acontece em diversos territórios da história, a descoberta de documentos oficiais do governo estadunidense relativos ao golpe de 1964 no Brasil modificaram o conhecimento que se tinha do assunto. Confirmando a desconfiança de muitos, e contradizendo o ceticismo dos que buscavam negar a hipótese intervencionista do imperialismo estadunidense, a revelação da documentação acessada por Phyllis Parker consolidou a verdade de que os Estados Unidos conspiraram ativamente para depor

João Goulart e ainda cogitaram intervir militarmente caso houvesse resistência ao golpe, enviando navios de guerra para a costa brasileira (Fico, 2008, p. 100-101).

Sobre este aspecto, que terminou construindo um razoável acordo na historiografia brasileira, ainda para ficarmos no exemplo do golpe de 1964, em 1978 o diplomata e historiador brasileiro Luiz Alberto Moniz Bandeira, após acessar a documentação pessoal de João Goulart, pesquisar em arquivos norte-americanos e ouvir importantes testemunhas da época, defendeu que, apesar da presença do imperialismo, os principais protagonistas dos eventos que culminaram no golpe não foram exatamente Lyndon Johnson, seu embaixador no Brasil Lincoln Gordon, e nem mesmo João Goulart. Para Bandeira, os verdadeiros protagonistas das tensões de inícios dos anos 1960 tinham sido as classes sociais em luta, que davam lugar a interesses que alcançavam o empresariado dos dois países (2010, p. 78, 415).

Na mesma linha de interpretação, mas adicionando um *corpus* documental ainda mais robusto e até então desconhecido, o historiador e cientista político uruguaio René Armand Dreifuss, firmou os termos definitivos da compreensão do que foi o golpe de 1964 no Brasil:

O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para frente a participação da massa (Dreifuss, 1981, 230).

De acordo com Dreifuss, a conspiração que derrubou João Goulart não tinha sido exclusivamente militar como se supunha, mas civil-militar. O golpe seria, portanto, o desfecho de um longo processo conspirativo, que envolvia setores da burguesia brasileira, chamada pelo autor de “elite orgânica”, associada ao empresariado imperialista norte-americano. Estes setores, através

do complexo IPES-IBAD,⁴ atuaram decisivamente para a deposição do presidente da República através de uma intensa, complexa e sórdida campanha anticomunista de desestabilização da democracia e das autoridades constituídas.

Em que pesem as divergências que possam existir sobre inúmeras questões relacionadas ao golpe, o fato incontestável é que os documentos descobertos sobre a deposição de Goulart em 1964 e todo o debate que se travou em torno do assunto, consolidaram uma versão da história que hoje é aceita pelos historiadores profissionais e por amplos setores da sociedade civil. Essa compreensão comum da história, se não interdita controvérsias que possam surgir sobre o tema, praticamente inviabilizam teses que contradizem que tenha havido um golpe em 1964, haja vista que nenhum novo documento contradisse o que se sabe sobre o assunto.

Mesmo quando não há a descoberta de novos documentos, a história pode se desenvolver e mudar a compreensão que se tinha de alguma coisa a partir das novas questões que são colocadas em cada nova conjuntura, em cada novo presente. Dessa forma, os historiadores chegam a conclusões inovadoras após confrontarem hipóteses, sempre postas a partir de questões do presente, com evidências que encontram no passado. Conforme Eric Hobsbawm, “cada geração faz suas próprias perguntas novas sobre o passado” (1998, p. 256), o que faz com que a história progrida e se desenvolva em função do modo como o presente se transforma.

Dessa incessante transformação, memórias se desfazem e outras se edificam, a partir de subjetividades, mas também da promoção de políticas de memória da parte dos grupos sociais, das coletividades e, sobretudo, dos governos. Políticas de memória são uma das formas mais eficazes de se promover, na sociedade, uma relação adequada entre presente e passado. Em muitos casos, governos promovem a memória de uma nação com o intuito do estabelecimento de alguma espécie de justiça e

⁴ O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundados, respectivamente, em 1959 e 1962, eram organizações anticomunistas que funcionavam com uma fachada de grupos educacionais.

reparação. Em alguns países, políticas de memória estão conjugadas a algumas formas legislativas e jurídicas da chamada “justiça de transição” (Machado, 2014, 245; Lentz, 2014, p. 265).

Em outras situações, políticas governamentais operam no sentido de promoverem ou, no mínimo, estimularem o esquecimento, algo que é justificado como tentativa de curar as feridas e evitar que litígios do passado se perpetuem na sociedade, o que supostamente daria ensejo a novas, e, talvez, ainda mais radicais, contendas (Rubert, 2014, p. 196; Gonçalves, 2014, p. 221).

Entre os países da América Latina, a Argentina e o Brasil são exemplos opostos de promoção de políticas de memória. Enquanto no país platino, após a última ditadura, os militares responsáveis pelas atrocidades foram julgados e condenados, alguns chegando a pegar prisão perpétua, o que ocorreu no Brasil foi justamente o oposto, com o estabelecimento de uma Lei de Anistia (Lei 6.683/79) que indultou, igualmente, vítimas da ditadura e seus algozes, operando para que o passado fosse esquecido, apesar do esforço de tantos perseguidos políticos e familiares de mortos e desaparecidos que lutaram pela punição dos criminosos do regime, sobretudo os militares e os agentes dos aparelhos repressivos (Rodeghero, 2014, p. 174; Mazzaroba, 2010, p. 118, Teles, 2009, p. 154).

O resultado de tais posturas diante do passado nesses países causou relações distintas das populações no entrecruzamento entre história e a memória. Enquanto na Argentina a data do golpe, 24 de março, é o “Dia Nacional da Memória”, ocasião em que milhares de pessoas saem às ruas para lembrar os eventos para que nunca mais aconteçam, no 31 de março brasileiro, quase nada acontece, com exceção das “Marchas do Silêncio”, realizadas, majoritariamente, por pequenos grupos de perseguidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos e seus apoiadores. Em contraste com essas pequenas manifestações que ocorrem nas ruas, nos quartéis os militares festejam a data como o dia em que as Forças Armadas “salvaram” a democracia no país, algo que atenta contra a verdade e os fatos conhecidos pelos historiadores e, não raro, põe

em risco o próprio Estado Democrático de Direito (Zaverucha, 2010, p. 72).

É dessa relação tensa e tênue do presente com o passado, que surgem os diversos modos de usos políticos da história, algo que tem relação com a memória de uma coletividade e a forma como as pessoas são instadas a lembrar ou a esquecer aquilo que sucedeu (Chaves, 2014, p. 57-58).

Diferente da memória coletiva, que é subjetiva e está sujeita a variações no tempo, a história se situa no âmbito do conhecimento científico (Halbwachs, 2006, p. 100-101). Isso impõe ao historiador, que não está imune às subjetividades e nem pode ser imparcial ou neutro, a necessidade de evitar eventuais abusos relacionados a interesses políticos e circunstanciais. Ou seja, cabe ao estudioso do passado, tanto quanto possível, estabelecer algum nível de objetividade para o tratamento dos fatos do passado, de modo a evitar que aquilo que se transforma em ciência histórica não se modifique ao sabor das conveniências.

Batalhas do presente, com vestes do passado

Muitas vezes as questões que são colocadas para o passado, e que não tem correspondência com aquilo que os documentos podem responder, correm o risco de distorcer os fatos e a verdade, promovendo o que alguns historiadores chamam de revisionismo e/ou negacionismo (Melo, 2014; Valim, Avelar, Bevernage, 2021; Napolitano, 2021). Apesar de o revisionismo e o negacionismo serem fenômenos correlatos, por vezes tratados como uma única coisa, esses procedimentos podem ser apontados como diferentes. Todavia, ambos utilizam a premissa de que toda história é revisão para distorcer o passado, em função de disputas políticas que se dão no presente, através de procedimentos politicamente motivados, configurando abuso da história.

Por ocasião das comemorações pelo bicentenário da Revolução Francesa, o mundo passava por transformações de grande importância. O Muro de Berlim veio abaixo em novembro, depois de uma longa crise de estagnação econômica e movimentação política que atingiu os países do Leste Europeu e

da União Soviética. Nesse contexto, o léxico comumente usado nas sociedades ocidentais para designar o mundo em que vivíamos, ancorado na relação entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” (Koselleck, 2006, p. 308) e que atribuía conotações positivas a algumas palavras e negativas a outras, foi modificado, chegando a ser invertido. O historiador italiano Enzo Traverso utilizou o conceito de *Sattelzeit*, ou “era de transição”, do alemão Reinhart Koselleck, para definir o período em que o antigo e o novo haviam se mesclado, configurando um novo modo de a humanidade se entender no mundo, alterando sua forma de percepção da relação entre o passado, o presente e o futuro.

Em função dessas transformações, segundo Traverso, palavras como “revolução”⁵ e “comunismo”, terminaram por adquirir um outro significado, deixando de representar, no imaginário coletivo, uma “aspiração ou ação emancipadora”, no sentido atribuído pelas ideologias utópicas inspiradas pelo marxismo, evocando, doravante, um “universo totalitário”. Em sentido oposto, palavras como “mercado”, “empresa”, “capitalismo” e “individualismo”, às quais podemos acrescentar “empreendedorismo” e “meritocracia”, antes indicativas de um universo de alienação e egoísmo, conforme lhe era conferido pelas lutas por emancipação do século XX, passaram a definir o único *ethos* possível de se estar no mundo. (2012a, p. 12-13).

Frente a tal situação, e a tensão entre as categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” que, segundo Koselleck, haviam estruturado a modernidade, entrelaçando passado e futuro e dirigindo “as ações concretas no movimento social e político” (2006, p. 308) que haviam conformado um regime de historicidade, o que a humanidade vivenciou foi a

⁵ O sentido atribuído à “revolução” por Enzo Traverso é o que lhe foi conferido pelo marxismo e pelas experiências revolucionárias do século XX. No entanto, em conformidade com o diálogo estabelecido pelo historiador italiano que recorre ao conceito de *Sattelzeit* de Koselleck para se referir à transição entre duas épocas, convém mencionar a possibilidade de não serem excludentes a filosofia da história que apostava na visão progressista do futuro e a noção escatológica que entendia o juízo final como incontornável, situação em que, de todo modo “o futuro parece ter sido alcançado” (Koselleck, 1999, p. 158).

reconfiguração desse regime e de toda uma época antes pautada na ideia de mudança e de progresso.

Do distanciamento entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, ao ponto de ruptura na dimensão temporal entre as duas categorias, a produção do tempo histórico reduziu-se a uma espécie de “presentismo”. Na configuração dessa nova temporalidade, a perpetuação do presente torna a passagem do tempo “inacessível e quase imóvel”, muito embora buscando “apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico” (Hartog, 2014, p. 39). Nessa premissa, defendida por François Hartog, o presente se torna o único horizonte possível, sem futuro e sem passado, produzindo e valorizando a experiência do imediato (2014, p. 148), donde se depreende sobre as possibilidades de mudança e se torna razoável se perguntar: “São úteis as revoluções?” (Koselleck, 1999, p. 152).⁶

É nesse contexto fundacional de um novo regime de historicidade, na passagem do bicentenário da Revolução Francesa, que coincide com a agonia do “socialismo real” e com a queda do Muro de Berlim, que a fenda do tempo pareceu se fechar. Em função das transformações do mundo, período em que toda uma “era de extremos” chegou ao fim e alguns “eufóricos crentes na democracia liberal” (Hobsbawm, 1995, p. 445) correram para celebrar o “fim da história” (Fukuyama, 1992), Eric Hobsbawm indaga não sobre a utilidade das revoluções, mas sobre se a mudança abrupta e violenta, que havia marcado o século XX, continuaria a acontecer:

Revoluções continuarão ocorrendo? As quatro ondas do século XX, de 1917-20, de 1944-62, de 1974-8 e 1989-, poderão ser seguidas de outras rodadas de colapso e derrubada? Ninguém que olhe em retrospecto um século em que não mais que um punhado

⁶ A questão é, mais uma vez, proposta por Koselleck. O historiador alemão cita Abbé Raynal, um filósofo da história, bastante influente na França pré-revucionária, “autêntico profeta da crise em um duplo sentido: da crise como ameaça de uma guerra civil e da crise como um tribunal moral”, para sugerir a possibilidade de passagem da jurisdição moral, que admitia o despotismo, para a dimensão histórico-filosófica, promotora do homem virtuoso (1999, p. 152).

de Estados hoje existentes passou a existir, ou sobreviveu, sem passar por revolução armada, golpes militares ou conflito civil armado apostaria seu dinheiro no triunfo universal da mudança pacífica e constitucional, como previsto em 1989 por alguns eufóricos crentes na democracia liberal. O mundo que entra no terceiro milênio não é um mundo de Estados ou sociedades estáveis. (Hobsbawm: 1995, p. 445-446)

Que o mundo que entrou no terceiro milênio confirmou a hipótese de Hobsbawm, já o sabemos. Entretanto, não era impossível imaginar que as revoluções tinham chegado ao fim com a falência das experiências de socialismo inspiradas pela Revolução Russa de 1917. Com efeito, boa parte do debate sobre os eventos de 1789 foram subsumidos à debacle do “socialismo real”, o que terminou por “anatemizar” ou “patologizar” o tema da revolução (Loff, 2014, p. 57)⁷. Nessa perspectiva, o ciclo que havia dado ensejo ao surgimento das utopias coletivas, que, no século XX, terminou por configurar o “horizonte de expectativa” projetado para o futuro socialista, havia chegado ao fim com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a desintegração da União Soviética em 1991.

Diante desse fato, em meio aos debates sobre o bicentenário da Revolução Francesa, percebendo o modo como a história vinha se prestando a recorrentes usos políticos, quando aspectos do passado eram selecionados com propósitos que poderiam ser apontados como “revisionistas” e historiadores eram escolhidos para tratar de assuntos na conveniência de dizerem exatamente o que os meios de comunicação de massa pretendiam que dissessem, Eric Hobsbawm escreveu “Ecos da

⁷ “O procedimento argumentativo é o da *patologização da Revolução*, dos processos revolucionários, descritos como ciclos *anômalos* na História. Quando nos anos 1970 François Furet se lançou sobre o legado da Revolução Francesa, descreveu as ‘incessantes agitações revolucionárias’ na França dos séculos XVIII e XIX como uma ‘doença’ provocada por ‘vírus de uma espécie desconhecida’ que se ‘enfureceu’, anda por cima ‘com violência redobrada no século XX através, por exemplo, das revoluções de impulso socialista e anticolonialista. A tese era já de que estávamos perante de um ‘delírio ideológico’ – a ideologia como febre que devasta o organismo social – que teria produzido o chamado *Terror* do período 1793-1794 e, um pouco mais de século depois, diretamente o *Gulag*” (Loff, 2014, p. 57, grifos no original)

Marselhesa” (2001). Neste livro, o historiador britânico buscou definir as fronteiras entre o que vem a ser a necessária revisão do passado, que todos devemos fazer, e a operação revisionista, um procedimento envolto em vícios e distorções.

“Ecos da Marselhesa”, como propõe o subtítulo “dois séculos reveem a Revolução Francesa”, buscava escrutinar os meandros do debate sobre um dos eventos mais importantes da história da humanidade. Nesse esforço, Hobsbawm buscou preservar não apenas a memória do acontecimento fundador da contemporaneidade, mas demarcar espaço entre a historiografia consagrada e alguns dos novos estudos que vinham no espírito da condenação da experiência revolucionária como acontecimento fundador da nossa era, marcada, também, pelo advento da Revolução Russa, tida por legatária do evento francês.

Publicado na França em 1983, “Pensando a Revolução Francesa”, de François Furet esteve entre as novidades que, na década de 1980, se propunham a refundar a perspectiva dos estudos sobre a Revolução Francesa, campo dominado por historiadores marxistas. Com histórico de ex-militante do Partido Comunista Francês (PCF) e com relevantes contribuições à historiografia, Furet já havia manifestado desejo de revisar as perspectivas consagradas sobre o acontecimento fundador da historiografia do seu país. Mesmo sem ser especialista nos eventos propriamente ditos, como o eram Albert Soboul e George Lefebvre, Furet buscou “minimizar a importância” dos acontecimentos revolucionários reduzindo-os a uma interpretação “estritamente política, que considerava o nascimento da democracia moderna como seu único legado notável” (Wolfreys, 2007, p. 52).

Acusando a historiografia sobre a Revolução Francesa de estar contaminada pelo marxismo, que teria construído uma versão jacobino-bolchevique dos acontecimentos do século XVIII como forma de entendê-los como prefiguração dos eventos de 1917 na Rússia (1989, p. 19-20), o historiador francês aponta a necessidade de se “romper esse círculo vicioso da historiografia comemorativa” de modo a evitar a “contaminação do passado pelo presente”, sendo essa a premissa fundamental para uma adequada abordagem do problema:

Tudo muda com 1917. A partir de então a revolução socialista tem um semblante, e a Revolução Francesa deixa de ser um modelo para um futuro possível, desejável, esperado, mas ainda sem conteúdo. Ela se tornou a mãe de um acontecimento real, datado, registrado, que é outubro de 1917. Como demonstro em uns dos ensaios publicados aqui, os bolcheviques russos nunca deixaram de trazer presente em seu espírito essa filiação, antes, durante e depois da Revolução Russa. Em contrapartida, os historiadores da Revolução Francesa também projetam no passado seus sentimentos e seus julgamentos sobre 1917, tendendo a privilegiar, na primeira revolução, o que parece anunciar, prefigurar a segunda (...). Os bolcheviques têm ancestrais jacobinos e os jacobinos tiveram antecipações comunistas (Furet, 1989, p. 19-20)

Incomodado com a evidente intenção revisionista que havia atingido o debate sobre o bicentenário da Revolução Francesa, Hobsbawm definiu as linhas gerais do modo como todos produzimos a história, arguindo pela necessidade de primarmos pela verdade do passado sobre os quais nos debruçamos:

Todo nós, inevitavelmente, escrevemos a história do nosso próprio tempo quando olhamos o passado e, em alguma medida, empreendemos as batalhas de hoje no figurino do período. Mas aqueles que escrevem *somente* a história de seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele. Podem até mesmo falsificar o passado e o presente, mesmo sem a intenção de o fazer (2001, p. 14, grifos no original).

A partir da obra de Furet e da intensa atenção da mídia sobre o passado no curso da efeméride, a historiografia revisionista passou a ocupar o centro das atenções no debate público da França (Haynes; Wlfreys, 2007, p. 16). Posto a serviço das motivações políticas de um presente em que toda uma era se desfazia, o fenômeno do revisionismo se intensificou nas décadas seguintes, inclusive na trajetória de François Furet, que dedicou um livro inteiro a esconjurar a experiência comunista do século XX e sua própria vinculação ao fracassado projeto do “socialismo real”. Dessa lavra, “O passado de uma ilusão” se constitui como

o melhor exemplo do acerto de contas de um historiador com sua própria memória.⁸

Revisionismo e tendências apologéticas na historiografia alemã

Da mesma espécie de revisionismo que alcançou o debate francês, uma intensa polêmica surgiu, na década de 1980, na Alemanha, em função da publicação do artigo “O passado que não quer passar: um discurso que pôde ser escrito, mas não proferido”, do historiador Ernst Nolte (1989). Professor de História Contemporânea da Universidade Livre de Berlim, Nolte era um importante historiador acadêmico, especialista nas Primeira e Segunda guerras mundiais, com inúmeras obras publicadas. Seu escrito, que procurava absolver os alemães pelo nazismo, causou imenso desconforto nos meios intelectuais, inaugurando uma acirrada discussão sobre a história da Alemanha no século XX, muito especialmente sobre a experiência nazista, algo que as gerações que nasceram ou cresceram após a guerra pretendiam expiar e que tinha sido objeto de inúmeras intervenções governamentais para impedir que o fenômeno voltasse a acontecer.

⁸ Com rompante de sinceridade, Furet escreveu no prefácio: “Uma última palavra, por fim, sobre o autor, uma vez que todo livro de história tem também sua história. Tenho com o tema de que trato uma relação biográfica. ‘O passado de uma ilusão’: para reencontrá-lo, preciso só me voltar para aqueles anos de minha juventude em que fui comunista, entre 1949 e 1956. A questão que tento hoje compreender é, portanto, inseparável de minha existência. Eu vivi dentro de uma ilusão cujo caminho tento remontar, numa das épocas em que ela estava mais difundida (...). A 40 anos de distância, considero minha cegueira de então sem indulgência, mas sem acrimônia. Sem indulgência, porque, a meu ver, a desculpa que muitas vezes se tira das intenções não serve de remissão para a ignorância e para a presunção. Sem acrimônia, porque aquele compromisso infeliz me instruiu. Dele saí com um começo de questionário sobre a paixão revolucionária e vacinado contra o investimento pseudo-religioso na ação política” (1995, p. 13-14). Cotejando o livro de Furet com a “Era dos extremos”, de Hobsbawm, Enzo Traverso aponta que o francês escreveu uma “apologia presumida do capitalismo liberal”, enquanto o britânico uma “uma apologia melancólica do comunismo” (2018a), p. 62.

As polêmicas iniciadas pelo artigo de Ernst Nolte, que ganharam inúmeros contraditores, foram chamadas de *Historienkrestreit* (Querela dos historiadores), mobilizando diversos campos do conhecimento na Alemanha. Em seu artigo, Nolte argumenta que, diferente de outras situações, o passado da Alemanha nazista parecia condenado a não passar, tornando-se “cada vez mais vivo e forte”, configurando não uma “imagem-modelo”, o que seria desejável, mas uma imagem “assustadora, como um passado que se instaura diretamente como presente, e que pende sobre o presente como uma espada da justiça” (1989, p. 10).

A tese principal do historiador alemão, que afirma do “discurso que pôde ser escrito, mas não proferido”, estabelece analogias de nações da segunda metade do século XX com a Alemanha hitlerista e de movimentos da década de 1980 com o nazismo. Defendendo que a “culpa dos alemães” era equiparável à “culpa dos judeus” usada pelos nacional-socialistas como instrumento de mobilização do povo alemão contra “velhos inimigos” (1989, p. 11-12), Nolte conclui que as atrocidades perpetradas pelos nazistas tiveram como antecedentes os “crimes asiáticos” dos bolcheviques russos:

[...] não cometeram os nacional-socialistas, não cometeu Hitler um crime “asiático” apenas talvez porque consideravam a si e a seus iguais como vítimas potenciais ou reais de um “crime” asiático? Não foi o arquipélago Gulag anterior a Auschwitz? Não foi a “morte à classe” dos bolcheviques o antecedente (*Prius*) lógico e fático da “morte à raça” dos nacional-socialistas? Não podem as ações mais secretas de Hitler ser elucidadas também pelo fato de ele justamente *não* ter esquecido a “gaiola de ratos”? Em suas origens, não proveio talvez Auschwitz de um passado que não queria passar? (1989, p. 14)

O artigo de Nolte não poderia despertar nada menos que vergonha, especialmente em um país que tentava purgar a memória do Holocausto, um dos maiores crimes cometidos contra a humanidade. Em vista da gravidade dos argumentos do professor da Universidade Livre de Berlim se levantaram vozes contra a evidente tentativa de justificar a barbárie nazista pelo que

teria sido o seu antecedente “asiático”, leia-se, pelo antecedente bolchevique representado pela Rússia comunista.

Jürgen Habermas foi um dos primeiros a se levantar contra o que parecia ser uma aberração. Apontando a impossibilidade de se tentar insistir na concretude da história procedendo a partir de uma abstração moral, que era aquilo que alguns revisionistas haviam feito na Alemanha, Habermas vocalizava a indignação da intelectualidade e de parte da sociedade do seu país, afirmando que quem “persiste em enlutar-se por destinos coletivos, sem distinguir entre criminosos e vítimas, deve ter alguma outra coisa em vista” (1989, p. 17).

O que Ernst Nolte tinha em vista era o uso político do passado para reabilitar a Alemanha frente a vergonha persistente, que abatia as novas gerações e envolvia a nação em um manto de expiação e autocritica. Em função do que chamava de “tendências apologéticas”, título do seu artigo, Habermas, discípulo de Theodor Adorno, um dos maiores inimigos e também estudioso do fascismo, é que se deveria compreender os usos políticos do passado. Indo ao encontro de versões favoráveis aos grupos que, eventualmente derrotados em algum ponto do transcurso da história, não têm cessado de vencer (Benjamin, 2011, p. 225), a postura de Habermas foi seguida por respeitados historiadores, como Hans-Ulrich Wehler, Jürgen Kocka, Hans Mommsen, Martin Broszat, entre outros (Melo, 2014, p. 34).

A propósito do assunto, no espírito de construção de uma história feita a contrapelo por todos aqueles a quem se pode chamar de “vencidos”, Walter Benjamin propôs que o passado não podia nunca ser tomado como um dado morto, mas algo vivo e pulsante, já que objeto de incessante disputa no presente. Para o filósofo judeu-alemão, “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que um acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes de depois” (2011, p. 37).

É, portanto, na configuração das batalhas de cada presente que se podem estabelecer as relações que se têm com o passado, e ainda que não seja possível modificar o que aconteceu, ou a “história em si” (*res gestae*), que é o objeto do historiador, considerando que o presente permanentemente se transforma, a

história como ciência (*historia rerum gestarum*) “dos homens no tempo” (Bloch, 2001, p. 55), pode também se modificar, mesmo sem se converter ou se confundir com a memória e mesmo sem abdicar de buscar a verdade.

Posto que um “curto-circuito entre história e memória poderia ter consequências prejudiciais para o trabalho do historiador”, como aponta Traverso (2012b, p. 25), é incontornável que se estabeleçam aproximações e diferenciações que existem entre ambas. Proceder assim é indispensável para que se siga discutindo as formas de usos políticos do passado diante da conjuntura de crise da democracia liberal.

Radicalizando a separação entre história e memória, o sociólogo Maurice Halbwachs, pioneiro nos estudos da memória no terreno das ciências sociais, apontou que a “memória coletiva não se confunde com a história”, pois a história é “a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens”, algo que pode ser “lido nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas”, que seleciona, compara e classifica os acontecimentos “segundo necessidade ou regras que não se impunham aos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo” (2006, p. 101). Por sua vez, a memória coletiva “é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém o passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (2006, p. 102).

Deixando-se de lado a importância e o pioneirismo das reflexões de Halbwachs, a questão, entretanto, é bastante mais complexa do que dá a entender o breve excerto acima. Tanto mais que, mesmo considerando a dimensão clássica da obra de Halbwachs, poucos historiadores supõem ser antinômica a relação entre história e memória. Frente a impossibilidade de separar completamente uma da outra, esse “curto-circuito” citado por Traverso, causa, de fato, um importante estrago no trabalho do historiador e muita confusão da parte da sociedade, que passa a desconfiar dos estudiosos ou enxergá-los como portadores de apenas uma “narrativa” (ou opinião) entre tantas outras.

Como exemplo, em seguida ao que os estudiosos vem chamando de Jornadas de Junho de 2013, muito especialmente a

partir de 2014, quando movimentos de extrema direita se organizaram para disputar os rumos do país, alguns grupos chegaram a pedir “intervenção militar no Brasil”, ou “intervenção militar com base no artigo 142” ou variantes dessa palavra de ordem, entendendo que aquilo que se chama de ditadura militar teria sido apenas uma “narrativa” da esquerda que hegemonizava o discurso sobre o passado. Para refutar esses apelos de aberto teor golpista, a democracia e o Estado de Direito, muitas pessoas diziam que faltava conhecimento da história àqueles que pediam intervenção das Forças Armadas na política do país.

O princípio que movia as pessoas que supunham que conhecimento histórico era uma espécie de vacina contra o vírus do autoritarismo é a ideia da *Historia magistrae vitae*. Ou seja, ante o espanto quanto ao modo como as pessoas que pediam “intervenção militar” e usavam o passado “consagrado” pelos estudos como lugar mítico de paz social, de ordem e de bem-estar, algo que esteve longe de corresponder à realidade, os que pretendiam que a história ensinasse ou oferecesse lições esperavam que o mero conhecimento do passado tornasse as pessoas melhores e infensas ao desejo golpista e eventual retorno do regime discricionário.

O problema dessa concepção é de duas ordens. O primeiro é que, como sugere François Hartog, a característica do atual regime de historicidade é que “o historiador não mais produz a exemplaridade, mas está em busca do único”. Nessa concepção, “o exemplar como tal desaparece para dar lugar ao que não se repete” (2014, p. 137). Ou seja:

Se há ainda uma lição da história, ela vem do futuro e não mais do passado, pelo menos como algo diferente dele, enquanto a *historia magistrae* repousava na ideia de que o futuro, se não repetia exatamente o passado, pelo menos não o excedia nunca (2014, p. 138).

Há, aqui, entretanto, uma atitude conflitante com qualquer perspectiva que conceba causalidades na história, entendendo o modo como o futuro pode conter algo do presente e este é, de alguma forma, o resultado do passado. Se a *Historia magistrae vitae* era concebida como espaço de experiência de tempo cuja

relação presente-passado inspirava lições em função da identidade entre ambos, nessa outra concepção a história não apenas não se repete, mas também não oferece lições e quase não permite analogias.

Uma segunda ordem de problema diz respeito ao fato de que soa ingênuo supor que as pessoas que defendem aquilo que parece indefensável o fazem por ignorar a história. É claro que pode ter havido entre os que pregaram o golpe, pedindo intervenção militar, gente ignorante da ditadura militar, mas se o desconhecimento facilita a transformação de algumas teses em posições majoritárias na sociedade, certamente não foi por ignorância que o historiador Ernst Nolte arguiu pelo precedente asiático (russo) e bolchevique como forma de justificar o nazismo.

Em vista disso, o marxista italiano Antonio Gramsci, que veio a ser um dos maiores adversários do fascismo e um dos primeiros a caracterizar o fenômeno de forma competente, defendeu que a história podia se repetir, mas fez isso não de uma perspectiva filosófica ou epistemológica que supõe que a história é cíclica, mas de um ponto de vista estritamente político. Para Gramsci, que fez uso político da história para combater o fascismo, o passado é fonte de lições, não obstante nem todos sejam capazes de aprender.

A experiência histórica não vale para os pequenos burgueses, que não conhecem a história: os fenômenos se repetem e ainda se repetirão, além da Itália, nos demais países. (...) A ilusão é o alimento mais tenaz da consciência coletiva. A história ensina, mas não tem alunos (2004, p. 48).

A ideia gramsciana de que “a história ensina, mas não tem alunos”, não impediu o marxista italiano de estudar o passado para ensinar as novas gerações a lutarem melhor no presente.

Nessa concepção de história diretamente inspirada em Marx, onde se afirma uma temporalidade cujas “sociedades de ontem não são em si mesmas em sua imediatidade, históricas”, mas “passam a sê-lo sob o choque do presente”, uma “*prefiguração do porvir* não tem a certeza do fim previsível”, mas se constitui como o “nascimento de um movimento”. Nesse

movimento, o “instante atual” oscila “permanentemente no passado”, tomando “consciência de sua própria abolição e sua própria ultrapassagem”, ou seja: “de sua própria historicidade nascente”. Assim, no “‘pressuposto histórico de um novo estado de sociedade’ (...) que já se nega, o presente nada pode saber de definitivo, nada dizer de positivo. Ele pode somente aprender de passagem o momento do negativo de onde jorram as girândolas ofuscantes e efêmeras do possível” (Bensaïd, 1999, p. 50, grifos no original).

Nessa concepção de história trazida por Bensaïd, não há a recusa da política por princípio, mas sua incorporação à história destituída de sua sacralidade filosófica e hegeliana. Posto que movendo-se no tempo das incertezas da luta, diante de batalhas que se travam nas esferas do material e do simbólico, o passado é disputado, longe das eventuais certezas do que pode ser o futuro.

O negacionismo da história

Se o revisionismo se circunscreve, quase sempre, aos círculos da universidade, preserva níveis razoáveis de sofisticação intelectual, é esposado por historiadores e angaria algum respeito em função de partir, na maioria das vezes, de prestigiosos pesquisadores acadêmicos, o negacionismo surge como seu correlato vulgar de alcance ainda mais amplo.

Bastante mais popular e com muito mais contornos que dão a ver das intenções políticas por trás de sua aplicação, o negacionismo surgiu como negação da história do Holocausto. Negando o extermínio dos judeus e confundindo os números superlativos do genocídio, algo que já era conhecido dos historiadores que pesquisaram o assunto nas fontes encontradas após a derrota dos nazistas nas cidades libertadas e nos campos de concentração, os textos dos negacionistas buscavam mitigar as responsabilidades de Hitler e dos nazistas citando os eventos que culminaram na morte de milhões de pessoas como efeitos da guerra, recusando que houvesse intencionalidade genocida.

Apesar de assumir uma forma deliberadamente polêmica de disputar o passado aos historiadores, os negacionistas mais conhecidos procuraram sustentar suas teses com base em estudos

enviesados, mobilizando recursos intelectuais e um conjunto de dados que, devidamente manipulados, ofereceram aos seus formuladores condições mínimas de sustentação, capaz de causar confusão quanto ao conhecimento dos fatos estabelecidos em torno do que se chama de verdade histórica. Para enfrentar tais posições, importantes historiadores envidaram esforços para combater o negacionismo de modo a impedir que os efeitos nefastos das distorções quanto aos evidentes abusos políticos do passado alcançassem maioria na sociedade.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, estudiosos diversos, principalmente, historiadores, passaram a reunir farta documentação sobre o Holocausto e as políticas hitleristas de extermínio de judeus, ciganos, comunistas, pessoas com deficiência, homossexuais e toda sorte de seres humanos entendidos como inimigos e párias pelos nazistas. Ao lado desse trabalho historiográfico consistente, o surgimento de testemunhos que haviam sobrevivido à experiência dos campos de extermínio veio ao encontro do trabalho científico buscando o estabelecimento da verdade, que devia também ser pedagógica, para que a experiência nazista nunca mais voltasse a se repetir, algo no espírito da *historia magistrae vitae*.

Diante de um passado traumático desta dimensão e intensidade, no entanto, a recuperação da verdade dos fatos, revestiu-se de uma renhida contenda política, haja vista que a maioria dos historiadores se declararam como inimigos do nazifascismo ou simplesmente como antifascistas, uma perspectiva por demais incômoda aos revisionistas e, sobretudo, aos negacionistas, alguns dos quais com vínculos ou, ao menos, apoio de grupos neonazistas em diversos países.

Que não se confunda, entretanto, a postura política dos historiadores, que, como foi dito, não pode ser neutra, como uma mera “narrativa/opinião” diante da qual outras “narrativas/opiniões” alternativas e conflitantes podem se oferecer como igualmente verdadeiras. Não obstante, uma pergunta se faz necessária: como podemos saber se não há, também aqui, um uso político do passado, que abusa da história para propósitos que são igualmente inconfessáveis, ainda que evidentemente nobres?

Sobrevivente de Auschwitz, Primo Levi, com honestidade e perspicácia, observou que, com “o objetivo de defesa, a realidade pode ser distorcida não só na recordação, mas no ato mesmo em que se verifica” (2016, p. 25). Ou seja, não é apenas na recordação e na memória que as pessoas cometem erros e distorcem os fatos, mas também no momento em que as coisas acontecem.

Em se tratando de um tema em cuja memória se assentam dispositivos de julgamentos, condenação e absolvição, não parece incomum que as batalhas em torno do passado sejam ainda mais duras. Contudo, “[q]uem recebe uma injustiça ou uma ofensa não tem necessidade de elaborar mentiras para se desculpar de uma culpa que não tem (...); mas isto não exclui que mesmo suas recordações possam ser alteradas” (Levi, 2016, p. 24).

O fato de que testemunhos arriscam distorcer o passado, mesmo que isso não seja feito intencionalmente, não impede que os historiadores usem depoimentos de vítimas na composição das suas histórias (Sena Júnior, 2021). Todavia, como foi dito, a história não se confunde com a memória, de modo que apenas as versões das testemunhas, por mais importantes que sejam, não são suficientes para que um historiador componha sua narrativa e assente sua verdade nos fatos, haja vista que seu trabalho é de recolha dos fragmentos, vestígios e todas as evidências possíveis, que vão lhe servir de prova para a história que precisa ser contada. É apenas assim que podemos conhecer a história do Holocausto e de toda a barbárie que se produziu para que os alemães chegassem até esse ponto.

Com o livro “Os assassinos da memória”, Pierre Vidal-Naquet empreendeu imenso esforço para desmascarar as verdadeiras intenções políticas por trás das obras de negacionistas como Robert Faurisson, Serge Thion, Arthur Butz, Paul Rassinier, Wilhelm Stäglich entre outros. Tais autores trabalhavam obstinadamente pela falsificação, distorção e manipulação da verdade histórica em função de interesses políticos inconfessáveis, algo que Vidal-Naquet chamava de “impostura” e “apologia ao crime por dissimulação do crime” (1988, p. 89).

Frente a isso, Vidal-Naquet expõe os objetivos que lhe motivaram a escrever uma obra numa área na qual não era especialista:

Esse livrinho nasceu de uma constatação: há cerca de dois anos, a corrente “revisionista”, ou seja, a que nega as câmaras de gás de Hitler e o extermínio em massa de doentes mentais, judeus, ciganos e, ainda, de membros de povos considerados radicalmente inferiores, principalmente eslavos, vem aumentando perturbadoramente. Uma seita minúscula, mas obstinada, dedica todos os seus esforços e emprega todos os meios, panfletos, fábulas, histórias em quadrinhos, estudos pretensamente científicos e críticos, revistas especializadas, para destruir não a verdade, que é indestrutível, mas a tomada de consciência da verdade (1988, p. 9)

Se do lado dos negacionistas o que se têm são autores incapazes de sustentar as suas hipóteses na base de evidências tomadas aos fatos, em que pese sua imensa popularidade e a atração de uma legião de seguidores, do lado da historiografia acadêmica o que acontece é que os consensos são sustentados por provas e “uma série de julgamentos aceitos” (BarracloUGH *apud* Carr, 1982, p. 17)⁹, mesmo que inúmeras polêmicas possam existir sobre tantas questões.

Vidal-Naquet assumiu em sua obra um forte tom de denúncia, dedicando esforço a refutar o negacionismo, mas tomando o cuidado de não debater e nem mesmo se dirigir aos autores negacionistas, uma regra que estabeleceu para si:

[...] podemos e devemos discutir sobre os “revisionistas” [negacionistas]¹⁰; podemos analisar os seus textos como

⁹ As aspas foram extraídas de E. H. Carr, que cita Geoffrey BarracloUGH: “A história que nós lemos, embora baseada em fatos, não é, para dizer a verdade, absolutamente factual, mas uma série de julgamentos aceitos” (1982, p. 17)

¹⁰ Vidal-Naquet usa o termo “revisionista” em vez de “negacionista” pelo fato de que os autores contestados se autodenominavam “revisionistas”, enquanto o termo “negacionista” ainda não era usado para definir tais autores. “O termo negacionismo, para se referir a grupos e indivíduos que negavam a existência das câmaras de gás e o extermínio em massa dos judeus durante o regime nazista, foi popularizado pelo historiador francês Henry Rousso. A palavra

fazemos a anatomia de uma mentira: podemos e devemos analisar o lugar específico na configuração das ideologias, questionar-nos sobre o porquê e como apareceram, mas não discutir com os “revisionistas” [negacionistas]. (...) Esse é o preço da coerência intelectual (1988, p. 11)

O livro de Vidal-Naquet fez história no combate ao negacionismo e tornou-se um clássico no tema, mas não conseguiu evitar que esses autores continuassem produzindo falsificações, publicando livros e alcançando públicos diversos, em várias partes do mundo.

Na década de 1990, Deborah Lipstadt, historiadora e professora de Judaísmo Moderno e Estudos do Holocausto, diretora do *Institute for Jewish Studies* e autora de *Denying the Holocaust* (“Negando o Holocausto”, sem tradução no Brasil), recebeu um processo movido pelo britânico David Irving, autor, entre outros, de *Hitler’s War* (“A guerra de Hitler”, sem tradução no Brasil). Para Lipstadt, a obra de Irving, publicada em primeira edição em 1977 e republicada em 1991 numa edição revista, era um típico exemplo de negacionismo. A atitude de negação do Holocausto, de acordo com a autora, havia se aprofundado entre a primeira e a segunda edição de *Hitler’s War*, de modo que, se havia alguma desconfiança da postura de David Irving como negador do Holocausto em 1977, essa não podia mais existir depois de 1991.¹¹ Incomodado com a pecha de “negacionista”, Irving processou Deborah Lipstadt por difamação (Lipstadt, 2017, p. 16).

De acordo com Lipstadt, Irving havia feito diversas declarações públicas que negavam o Holocausto. Havia testemunhado em favor de Ernst Zündel, um imigrante alemão processado pelo governo canadense por “promoção do

passou a ser usada em sentido contrário ao empregado pelos próprios negacionistas, que se viam como fundadores de uma ‘escola revisionista’ (a denominação é do negacionista Roubert Faurisson) e pretendiam conferir credibilidade intelectual e científica ao que não passava de falsificação e de distorção de evidências” (Valim; Avelar; Bervernage, 2021, p. 14).

¹¹ Sobre a edição de 1977 de *Hitler’s War*, Pierre Vidal-Naquet escreve que se trata de um livro “semirevisionista”, “que exonera Hitler em benefício de Himmler da responsabilidade do grande massacre” (1988, p. 127).

negacionismo do Holocausto”, dizendo que não havia “nenhum documento demonstrando que o Holocausto acontecera” (2017, p. 16). Ainda segundo Lipstadt, Irving “considerava mentirosos ou charlatões os sobreviventes que afirmavam ter visto câmaras de gás” (2017, p. 17), pois dizia não haver evidências que indicassem o “uso de câmaras de gás para o extermínio em massa dos judeus”. Dizia também não ter havido “nenhum plano oficialmente sancionado pelo Terceiro Reich para aniquilar os judeus europeus”, chegando a afirmar que “Hitler provavelmente foi ‘o maior amigo dos judeus no Terceiro Reich’”, pois teria feito “‘todo o possível para evitar que coisas desagradáveis acontecessem’” (Lipstadt, 2017, p. 17).

A história do processo movido por David Irving contra Deborah Lipstadt foi contada no livro “Negação”, publicado nos Estados Unidos em 2005, que ganhou edição brasileira em 2017, um ano depois que a versão cinematográfica da história chegasse às telas de cinema, adaptado por Mick Jackson, com Rachel Weisz no papel de Deborah Lipstadt, e Timothy Spall como David Irving. O filme é uma demonstração da importância de se discutir o tema do negacionismo e os usos políticos do passado com públicos mais amplos, afinal de contas, parte das pessoas se desinforma acessando teorias da conspiração e outras teses absurdas, principalmente em tempos de internet.

Para a historiadora da Universidade de Emory, portanto, o fato de estudantes de universidades norte-americanas nos anos 1990 e da mídia em geral se mostrarem seduzidos pelo negacionismo do Holocausto e tratarem o tema “como uma ideia intrigante”, era sintoma de o quão ignorantes sobre as suas implicações as pessoas podiam ser (Lipstadt, 2017, p. 41).

O extermínio físico de cerca de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial é um fato incontroverso entre os estudiosos com alguma reputação, “embora muitas coisas relacionadas ao Holocausto estejam abertas a debate” (Lipstadt, 2017, p. 41). Isso significa que os historiadores acessaram provas consistentes sobre os acontecimentos, contribuindo para que o tema fosse assentado na memória histórica de inúmeros países, inclusive da Alemanha, cujas gerações têm sido educadas para que se evite que a barbárie nazista possa acontecer novamente.

O negacionismo além da história

Apesar de ter se originado a partir dos usos políticos do passado em torno do tema do Holocausto, ou melhor, a partir de abusos da história, o negacionismo contemporâneo se estendeu para outros territórios, tornando-se relevante no Brasil e no mundo em função da postura de governantes que insistiram em negar o vírus da Covid-19, recusaram-se a adotar medidas de isolamento social recomendadas pela OMS e autoridades sanitárias e ainda por cima espalharam mentiras sobre a vacina. A respeito do assunto, reportagens e artigos em jornais e revistas passaram a utilizar o termo “negacionismo” para se referir a práticas que, adotadas no contexto da pandemia, terminaram colaborando para o aumento exponencial de mortes.

Na medida em que disseminavam a desconfiança na ciência e nas informações que chegavam através dos jornais, posturas negacionistas, propagadas por pessoas com grande visibilidade e poder, passaram a se constituir em alguns dos principais problemas da atualidade, implicando na mobilização do esforço de cientistas, acadêmicos, magistrados, legisladores e intelectuais de diversas áreas que envidaram os maiores esforços para evitar o pior.

Segundo apontaram Patrícia Valim e Alexandre Avelar, o negacionismo tornou-se um problema crônico nos nossos dias, chegando a se converter numa espécie de “governamentalidade contemporânea”, implicando numa:

[...] forma específica de poder que tem por alvo um setor – ou setores – da população, cuja eliminação real ou simbólica legitimará as ações violentas de outro setor social organizado em uma “máquina de guerra” – também uma “máquina negacionista” – comandada por um líder que, não raro, se apresenta como antissistema e toma para si a missão de ocupar o Estado, negar sua relevância e centralidade para, ao fim e ao cabo, destruí-lo (2020).

Para Daniel Pinha, que articula o conceito de “crise democrática” para pensar o tema, “o negacionismo precedeu e ancorou todo o processo de corrosão democrática”, com Bolsonaro forjando “toda sua identidade política na negação da

cultura democrática substantiva, e, também, das instituições da democracia liberal-representativa” (2023, p. 17)

As práticas negacionistas se tornaram tão populares em nossos dias que o famoso grupo Porta dos Fundos produziu uma série de esquetes abordando o assunto. Com seu humor característico, o quadro “Polêmica da Semana” apresenta nove esquetes em que atores interpretam especialistas em confronto com gente comum num debate televisivo. Discutindo temas como vacina, aquecimento global (mudanças climáticas), cloroquina, racismo, homossexualidade, entre outros, o quadro sugere o absurdo que é tratar como controversos temas que se constituem como importantes consensos científicos, ainda mais quando esse debate se dá entre renomados especialistas e pessoas sem nenhuma formação, que apenas estão ali porque discordam e são capazes de comunicar de modo eficiente suas divergências.¹²

Em tempos de redes sociais, quando antigos consumidores de informação passam a ser também produtores e veiculadores de conteúdos, na ausência de mecanismos de regulação e controle eficazes, da mesma forma que temos a possibilidade de acessar informação consistente de modo rápido e fácil como em nenhuma outra época da história, somos inundados por uma quantidade imensa de desinformação. Nossa era chegou a cunhar o termo de *fake news* para designar as mentiras que circulam pela internet e o Dicionário de Oxford, que todo ano elege uma palavra nova para ser dicionarizada, em 2016, ano da eleição de Donald Trump, registrou o termo “pós-verdade”, definindo-o como “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (D’Ancona, 2018, p. 20).

A propósito do assunto, uma pesquisa realizada pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) identificou que uma informação falsa, ou *fake news*, tem cerca de 70% mais chances de ser compartilhada na internet do que uma verdade,

¹² As nove esquetes do “Polêmica da Semana” produzidas pelo Porta dos Fundos estão disponíveis em: https://www.youtube.com/watch?v=6bNEtXTfUfo&list=PLT0Smhj8chMU YqASvHGL_iVZQ__surupX. Acesso em: 13/05/2025.

“pois ela é, geralmente, mais original que uma notícia verdadeira” (Da Empoli, 2020, p. 78). O significado disso é que, como teria dito Mark Twain muito antes de haver a rede mundial de computadores, “[u]ma mentira pode dar a volta ao mundo, enquanto a verdade ainda calça seus sapatos”.¹³

As mentiras são um grande problema do mundo contemporâneo, mas não são novidades na história. Regra geral, a tendência do ser humano é acreditar nas informações que recebe, muito especialmente se o emissor da notícia for uma autoridade (política, científica, religiosa), uma figura pública confiável ou até mesmo alguém da família. A tendência das pessoas é aceitar a informação que chega como verdadeira, simplesmente porque não deveria haver motivos para alguém mentir sobre alguns assuntos.

Mas a ciência não é feita com crenças, mas com hipóteses, investigação e consciência crítica, inclusive a história, que tem no método crítico um dos fundamentos da construção das verdades com as quais o historiador trabalha. A crítica e o comportamento cético adotado pelos estudiosos do passado são fundamentais para o exercício da atividade científica e para o rigor historiográfico. Todavia, por vezes, podem ser, também, uma porta de entrada para teorias da conspiração. Assim, mesmo que a atitude cética seja desejável da parte de uma sociedade formada por gente educada e instruída, não é incomum que pessoas assumam uma postura desse tipo por princípio ou por ideologia, o que termina se constituindo como um problema que se intensifica em tempos de crise política.

Um dos grandes sucessos da Netflix em 2021, o filme “Não olhe para cima”, de Adam McKay, retrata uma situação em que cientistas descobrem um meteoro em rota de colisão com a Terra, com potencial de extinção da vida no planeta, mas colhem desconfiança, desdém e galhofa em diversos círculos sociais, políticos e midiáticos. Veiculado pelo *streaming* em plena pandemia, a obra, que foi indicada ao Oscar de melhor filme em 2022 e conta com grande elenco, deu a entender que o negacionismo do meteoro e da extinção do planeta retratado na

¹³ A autenticidade da autoria da frase, atribuída ao escritor Mark Twain, como tantas coisas que circulam web, também carece de confirmação.

tela era uma metáfora do praticado em relação à Covid-19. Entretanto, conforme se descobriu depois, o filme foi feito como forma de denunciar o negacionismo relativo às mudanças climáticas, até porque sua produção foi anterior à pandemia. De uma forma ou de outra, o negacionismo representado no filme veio bem a propósito da postura do governo brasileiro diante da pandemia, tanto que foi citado por cientistas do país como exemplo sobre como não proceder (Rupp, 2021).

Recusando-se a aceitar informações oferecidas por professores, acadêmicos, cientistas e jornalistas, muitos terminam enveredando pelo caminho perigoso das teorias da conspiração, o que vem a ser um problema grave que recentemente ganhou ares de epidemia, ou “infodemia” (epidemia de desinformação), mas não se constitui numa novidade (Fisher, 2023, p. 290-291). Marc Bloch, na sua “Apologia da história”, cita o caso de um médico veterinário, que conhecera na Primeira Guerra Mundial, “que recusava-se sistematicamente a dar qualquer crédito às notícias dos jornais”, mas se deliciava “se alguém lhe despejasse em seu ouvido boatos dos mais inverossímeis” (2001, p. 89).

A história de Bloch soa risível diante do aprofundamento do negacionismo e da disseminação do ceticismo ingênuo e pernicioso. Talvez porque o historiador francês, que teve um destino trágico ao ser fuzilado em 1944 pelos nazistas, não viveu o suficiente para ver o estrago feito pelas mentiras usadas como armas políticas; talvez porque as redes sociais tenham se convertido em verdadeiras máquinas de caos e de ódio a disseminar mentiras em escala industrial (Fisher, 2023; Mello, 2020).

De um modo ou de outro, foi justamente a propaganda nazista a primeira forma conhecida de propagação de mentiras, baseada em método científico, e teorias da conspiração em larga escala, algo que deu ensejo ao que Richard Evans chamou de “imaginação paranoica” (2022), que parece ressurgir nos vários tipos de negacionismo praticados no presente, muito especialmente naquele relacionado à história.

Percebendo o crescimento do obscurantismo anticientificista que propagava mentiras, na década de 1990 o

astrônomo norte-americano Carl Sagan publicou o excelente livro em defesa da ciência “O mundo assombrado pelos demônios” (2008). Mais recentemente, Álvaro Borba e Ana Lesnovski, produtores de conteúdo veiculados no canal “Meteoro Brasil”, através do YouTube, editaram obra para combater algumas das *fake news* de maior circulação na atualidade (2019). Com “Tudo que você precisou desaprender para virar um idiota”, que parafraseia o título do livro de um conhecido astrólogo, autointitulado filósofo, o “Meteoro Brasil” e outros canais, blogs e podcasts, têm se tornado instrumentos indispensáveis de combate à desinformação na era digital (Rodrigues, 2021).

No entanto, mesmo registrando a importância de tais esforços, no território pouco regulamentado da internet, o que prevalece é a desinformação e o discurso de ódio de apelo sensacionalista e enorme popularidade, que, não raro, transborda para o universo editorial de largo apelo comercial.

No terreno da história surgiram, no Brasil, algumas das obras de maior popularidade e alcance, com evidente caráter negacionista, como a série de livros escritos com o título de “Guia politicamente incorreto”, do jornalista Leandro Narloch, que se vale do sensacionalismo, da falsificação e da manipulação do passado para alcançar os leitores, provocando efeitos perversos na difícil tarefa de formar gerações educadas historicamente.

Não obstante, o problema não se restringe exclusivamente à educação científica ao método disciplinar reivindicado pelos historiadores. Como aponta Rodrigo Perez (2024), o “Guia” “abusa de verdades possíveis enunciadas pela historiografia profissional”. Dessa forma, o simples acionamento do acesso a arquivos e do método disciplinar seria algo “insuficiente para combater essa modalidade de negação”. Segundo o professor da UFBA, necessário seria que os historiadores assumissem “postura autoral politicamente vigilante (...) em relação à produção e circulação do conhecimento que produzem”, de modo a reconhecerem “os dilemas que envolvem o fazer historiográfico em tempos nos quais o negacionismo histórico exerce função estratégica nas práticas de governabilidade de uma extrema direita violeta e antidemocrática” (2024, p. 250).

Da mesma espécie de mentiras, que falsificam, manipulam e distorcem o passado com finalidades políticas, alguns canais de internet chegam a alcançar milhões de pessoas, fidelizando o público através da desinformação, em que pese a qualidade técnica do material oferecido. Como melhor exemplo disso, os conteúdos produzidos pela produtora de vídeos “Brasil Paralelo”, um dos veículos mais bem sucedidos no empreendimento da desinformação, através da veiculação de posições negacionistas, tem sido levado muito a sério por historiadores, cientistas sociais, filósofos jornalistas e autoridades governamentais e judiciárias, que desconfiam haver, nesses conteúdos, a possibilidade de se estar cometendo crimes (Santos, 2021; Sena Júnior, 2021; Granjeia; Almeida, 2023).

Da lavra de obras dedicadas à “Brasil Paralelo”, que fez diversos materiais de cunho negacionista, inclusive sobre a Covid-19, constam uma série pseudo-documental chamada “Brasil: a última cruzada” e um pretenso “documentário” intitulado “1964: o Brasil, entre armas e livros”, visto por inúmeros especialistas como peças de falsificação da história (Nicolazzi, 2019; Borges, 2019). De aberto teor anticomunista, o que determina um caráter profundamente enviesado nos conteúdos, os materiais veiculados pela produtora gaúcha tem provocado rechaço da academia e do conjunto dos historiadores brasileiros reunidos na Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), a mais importante entidade a congregar historiadores no país. Pela fragilidade metodológica e completa falta de respaldo nas discussões que são feitas entre os profissionais de reputado conceito, sejam eles historiadores, filósofos e cientistas sociais diversos, torna-se evidente as motivações negacionistas que revestem o projeto.

Conclusão

Os usos políticos da história, o revisionismo e o negacionismo são, como quase tudo na vida, matéria da própria história. No entanto, em épocas de recrudescimento de disputas políticas, quando polarizações ocupam um lugar de destaque nos debates públicos, por vezes se confunde a disposição de tratar a

“história como mestra da vida” com falsificações, manipulações e distorções sobre o que foi o passado e aquilo que os historiadores entendem como a verdade.

O episódio que abre esse texto, que ilustra o modo como o assunto transcendeu ao debate acadêmico e alcançou as altas esferas do poder político no país, demonstra a importância de os historiadores, mas também os estudantes e toda a sociedade, compreenderem o significado do fazer historiográfico. Mesmo sem ser um conhecimento objetivo, com verdades que parecem irrefutáveis, a história é um território de onde derivam algumas certezas baseadas em julgamentos aceitos, principalmente em torno daquilo que podemos caracterizar como os fatos. Estes, quando interpretados adequadamente e com honestidade, ainda que possam dar ensejo a debates, não estão sujeitos a acréscimos e também não podem responder a todas as questões que surgem em cada presente.

A história como ciência é, portanto, um campo em permanente evolução e também motivo de inúmeras batalhas, que se agudizam em tempos de polarização e crise política. Suas dimensões e amplitude, que despertam interesses e atraem investigadores e as vezes apropriações de palpites diversos, não podem deixar de lado as exigências de rigor científico. As formas de publicização do conhecimento histórico para audiências mais amplas, seja através daquilo que os historiadores denominam de “história pública” ou outras modalidades de divulgação, são um convite ao conhecimento, que deve ser aprofundado, respeitoso e pautado nas provas, que são a única forma de consolidar o conhecimento sobre aquilo que sucedeu no tempo e o modo como as pessoas lidaram com os acontecimentos em cada situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964.** 8 ed. rev. e ampliada, Editora UNESP, 2010.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/vh/v32n60/1982-4343-vh-32-60-00807.pdf> Acesso em: 18/04/2025.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: **Magia e Técnica, arte e política.** 7 ed. São Paulo, 1994, p. 222-232 (obras escolhidas).

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Ítalo Nelli. O Paralelismo do Absurdo: 1964 – O Brasil entre armas e livros e seus desserviços históricos e sociais. **Revista de Expedições**, Morrinhos/GO, vol. 10, nº 2, mai./ago., 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/Zacarias/Downloads/9680-Texto%20do%20artigo-35434-1-10-20191103%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Zacarias/Downloads/9680-Texto%20do%20artigo-35434-1-10-20191103%20(2).pdf). Acesso em: 18/04/2025.

CARR, E. H. **Que é história?** 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAVES, Eduardo dos Santos. Os militares e a batalha pela memória da ditadura: “o golpe que virou revolução”. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (Org.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil.** Porto Alegre, Editora Deriva, 2014, p. 57-73.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Baruari: Faro Editorial, 2018.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2020.

EVANS, Richard J. **Conspirações sobre Hitler**: o Terceiro Reich e a imaginação paranoica. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2022.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo**: o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FISHER, Max. **Máquina do caos**: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo: Todavia, 2023.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **O passado de uma ilusão**: ensaios sobre a ideia comunista no século XX. São Paulo: Siciliano, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Os fios e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. Os sentidos e as disputas em torno da anistia e da reparação de perseguidos políticos no Brasil. *In*: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Org.). **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre, Editora Deriva, 2014, p. 211-224.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**, vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

GRANJEIA, Julianna; ALMEIDA, Rodolfo. Por dentro da máquina do Brasil Paralelo para dominar as buscas no Google. **Núcleo**. Disponível em: <https://nucleo.jor.br/especiais/2023-01-31-a-maquina-do-brasil-paralelo/?fbclid=IwAR02YCui2jNClj7VPaBX7mnru4Pcn5jMEIY37WNpta5oJvp52pjkWczgh8I>. Acesso em: 18/04/2025.

HABERMAS, Jürgen. Tendências apologéticas. **Novos Estudos**, nº 25, outubro de 1989, p. 16-27.

HAYNES, Mike; WOLFREYS. Introduction: history and revolution. In: **History and Revolution**. London: Verso, 2007, p. 1-24.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Ecos da Marselhesa**: dois séculos revêem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Sobre história**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. **Revista de História LPH**, DEP. História/UFOP, v. 3, ed. 1, p. 215-244, 1992.

LENTZ, Rodrigo de Oliveira. A justiça de transição do *jeitinho brasileiro*: panorama após 50 anos do golpe civil-militar de 1964. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Org.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil.** Porto Alegre, Editora Deriva, 2014, p. 261-284.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades.** 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LIPSTADT, Deborah E. **Negação: uma história real.** São Paulo: Universo, 2017.

LOFF, Manuel. Depois da Revolução?... *Revisionismo histórico e anatemização da Revolução.* . In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 53-65.

MACHADO, Patrícia da Costa. Justiça de transição no Brasil. A atuação do Supremo Tribunal Federal e a reinterpretação da Lei da Anistia na ADPF nº 153. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Org.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil.** Porto Alegre, Editora Deriva, 2014, p. 243-260.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 17-49.

METEORO Brasil. **Tudo o que você precisou desaprender para virar um idiota.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

MEZAROBBA, Glenda. O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 109-119.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos combates pela história**: desafios – ensino. São Paulo: Contexto, 2021, 85-111.

NICOLAZZI, Fernando. A história da ditadura contada pelo Brasil Paralelo. **Sul21**, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://sul21.com.br/opinioao/2019/03/a-historia-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/>. Acesso em: 18/04/2025.

NOLTE, Ernst. O passado que não quer passar. Um discurso que pôde ser escrito, mas não proferido. **Estudos Históricos**, nº 25, outubro de 1989, p. 10-15.

PEREZ, Rodrigo. “O negacionismo histórico praticado pelo ‘Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil’”. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; PEREZ, Rodrigo; GEMINIANO, Wagner (Org.). **Entre revisionistas e negacionistas**: usos e abusos políticos do passado. Rio de Janeiro: Autografia, 2024, p. 247-281.

PESSOA, Gabriela Sá. Toffoli diz que hoje prefere chamar o golpe militar de “movimento de 1964”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º out. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/toffoli-diz-que-hoje-prefere-chamar-ditadura-militar-de-movimento-de-1964.shtml>. Acesso em: 18/04/2025.

PINHA, Daniel. O tempo presente como desafio à historiografia e ao ensino de história em contexto de crise democrática. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, vol. 15, n. 38, e0104, mar. 2023. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180315382023e0104/15341>. Acesso em: 18/04/2025.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 172-185.

RODRIGUES, Icles. Usos pedagógicos para o YouTube e podcasts. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos combates pela história: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021, 175-197.

RUBERT, Silvania. “Para reconciliar, é preciso esquecer?”: reflexão sobre as possibilidades de resgate da memória da repressão política no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Org.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. Porto Alegre, Editora Deriva, 2014, p. 191-210.

RUPP, Isadora. “Como cientistas brasileiros reagem a ‘Não olhe para cima’”. **Nexo Jornal**, 27 dez. 2021, Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/12/27/como-cientistas-brasileiros-reagem-a-nao-olhe-para-cima>. Acesso em: 13/05/2025.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. **Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”**: “Brasil Paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). Marchal Cândido Rondon-PR: Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2021.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos escravos na sociedade colonial (1550-1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCORCE, Carol. Historiador citado por Toffoli rejeita chamar ditadura de “movimento”. **Carta Capital**, São Paulo, 1º out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/historiador-citado-por-toffoli-diz-que-e-errado-chamar-ditadura-de-movimento-de-64>. Acesso em: 18/04/2025.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. A memória difusa de um passado/presente traumático: algumas questões sobre um termo associado a tortura em torno de uma polêmica recente. **Saeculum – Revista de História**, [S. l.], v. 26, n. 45, p. 159–175, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n45.59807. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/59807>. Acesso em: 18/04/2025.

_____. O preço da coerência é não discutir com negacionistas. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 22 dez. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-preco-da-coerencia-e-nao-discutir-com-negacionistas/>. Acesso em 18/04/2025.

VALIM, Patricia; AVELAR, Alexandre de Sá. Negacionismo histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. **Revista Cult**, São Paulo, 3 set. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/negacionismo-historico/>. Acesso em 18/04/2025.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre; BERVERNAGE, Berber. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, nº 87, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>. Acesso em: 18/04/2025.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: o revisionismo na história**. Campinas-SP: Papirus, 1988.

TELES, Janaína de Almeida. Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, volume I. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 151-176.

TRAVERSO, Enzo. **La historia como campo de batalla**. Interpretar las violencias del siglo XX. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2012a.

_____. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Porto: Unipop, 2012b.

TUPINA, Matheus. Fala de Toffoli sobre punições do passado é alvo de questionamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 nov. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/fala-de-toffoli-sobre-punicoes-do-passado-e-alvo-de-questionamento.shtml>. Acesso em: 18/04/2025.

WOLFREYS, Jim. Twilight Revolution: François Furet and the manufacturing of consensus. In: HAYNES, Mike; WOLFREYS, Jim. **History and Revolution**. London: Verso, 2007, p. 50-70.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 41-76.

Recebido em: 12/07/2025

Aprovado em: 28/07/2025

IMPULSOS DOS CORAÇÕES DOS ESPIÕES: O ACRÔNIMO MICE COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE PARA UMA HISTÓRIA DA ESPIONAGEM

IMPULSES FROM THE HEARTS OF SPIES: THE ACRONYM MICE AS AN INSTRUMENT OF ANALYSIS FOR A HISTORY OF ESPIONAGE

THIAGO DA SILVA PACHECO
Pesquisador do Ateliê de Humanidades¹

Resumo: as razões pelas quais uma mulher ou homem são motivados a trabalharem como espões tem sido debatidas por especialistas norte-americanos a partir do acrônimo MICE – Money, Ideology Compromise, Ego. Inicialmente elencadas a partir da observação e experiência de um ex-oficial da KGB, estas quatro motivações foram revisadas e ampliadas por profissionais do campo da psicologia social, com o objetivo de antever e precaver possíveis recrutamentos de pessoas em posições chave para a segurança dos EUA. Pretendemos

Abstract: The reasons why a woman or man is motivated to work as a spy has been debated by American experts from the acronym MICE – Money, Ideology Compromise, Ego. Initially listed from the observation and experience of a former KGB officer, these four motivations were reviewed and extended by professionals in the field of social psychology, with the aim of anticipating and precautioning possible recruitment of people in key positions for U.S. safety. We want to demonstrate, from historical examples in different

¹ Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História da UFRJ (PPGHC-UFRJ) com estágio pós-doutoral pela Faculdade Nacional de Direito (FND-UFRJ).

demonstrar, a partir de exemplos históricos em diferentes contextos, que, embora tais pesquisas não tenham alcançado sucesso quanto à precaução a favor do governo norte-americano, o esquema explicativo do MICE se verifica em várias situações e temporalidades, servindo assim como referencial teórico para uma incipiente História da Espionagem, cuja ênfase esteja seus aspectos mais humanos, e também como experiência acumulada acerca do comportamento dos indivíduos que se envolvem com estas práticas.

contexts, that, while such research has not succeeded in precautionary action in favor of the U.S. government, the MICE explanatory scheme takes place in various situations and temporalities, serving as a theoretical reference for an incipient History of Espionage with an emphasis on its most human aspects, as well as accumulated experience about the behavior of individuals who have engaged in these practices.

Palavras-Chave: Teoria e Metodologia da História, Espionagem, História Política, História Militar.

Keywords: Theory and Methodology of History, Espionage, Political History, Military History.

Introdução: o MICE e a espionagem

A busca pelo rosto humano das pessoas comuns na guerra (Soares e Vainfas, 2012) e, num sentido amplo, envolvidas com a política ou com as Relações Internacionais, nos leva também a analisar as trajetórias destas pessoas pelos seus próprios dramas e expectativas. Se trata de compreender, mesmo com todos os hermetismos que impõem a alma humana, o que Marc Bloch (2002, p.133-141) chamou de “impulsos do coração”.

Este mesmo questionamento poderia ser feito em relação aos homens e mulheres que conformam a Espionagem no decorrer do tempo. De fato, a Inteligência, enquanto produção de

conhecimento (SIMS, 1995) e, mais especificamente, a disputa por conhecimento sensível e protegido (Shulsky, 1995), se estruturou no decorrer do século XX com uma mecanicidade institucional em procedimentos de coleta, análise e processamento de dados (Cepik, 2003). Não obstante tal mecanicidade, a Espionagem é empreendida por pessoas de carne e osso, ou seja, falamos aqui de uma das possibilidades de coleta de dados obtidos não por pesquisas ou meios tecnológicos, mas por seres humanos - Inteligência Humana, ou HUMINT no linguajar do campo - em todas as suas complexidades e contradições, sociais e psíquicas.

Neste sentido, os próprios profissionais envolvidos na atividade de Inteligência têm se questionado acerca das razões pelas quais uma mulher ou um homem se enveredam pelo jogo da espionagem. Segundo David Charney e John Irvin (2014), especialistas no campo propuseram o acrônimo MICE como resposta para esta pergunta. Neste acrônimo, as letras apontam para money, ideology, compromise/coercion, ego (dinheiro, ideologia, compromisso/coerção e ego), passando a fazer parte do vocabulário anglofônico de Inteligência. Henry Crumpton (2013), por exemplo, ao escrever sobre métodos de recrutamento de sua época na CIA, utiliza o MICE narrando uma experiência de espionagem para cada um destes casos. Em obra clássica dos estudos sobre Inteligência, Michael Herman (1996, p.63,64), alerta que os motivos para a espionagem são “tão variados quanto a natureza humana”, mas também menciona os fatores da ideologia, do pagamento em dinheiro ou outros favores, da frustração ou inadequação pessoal ou mesmo a satisfação em sentir-se importante por meio deste tipo de trabalho.

De sua parte, Charney e Irvin (2014), embora não discordem das motivações expressas pelo acrônimo, fazem algumas ressalvas quanto a sua formulação e uso. A primeira delas é o caráter não empírico e não científico de sua construção, a partir de simples levantamentos de casos nos quais um determinado indivíduo ligado às instâncias governamentais dos Estados Unidos teria sido recrutado por agências ou grupos estrangeiros. Este levantamento foi feito pelo ex-major da KGB Stanislav Levchenko, que desertou da agência soviética em 1979

e passou a trabalhar para os EUA. O estudo feito por Levchenko foi levado em consideração como uma forma de compreender o que levaria um funcionário do governo norte-americano a trair seu país e espionar para um governo concorrente, estabelecendo parâmetros de segurança para precaver tais situações.

Pois bem, aqui salientamos, e isto é mencionado pelos próprios David Charney, e John Irvin na introdução do artigo que produziram, que os EUA definem legalmente como “espionagem” somente o ato de vaziar informações sensíveis a potências estrangeiras, não levando em consideração, na tipificação, como os próprios espões estadunidenses operam. Noutros termos, os “espões” dos quais Charney e Irvin falam seriam indivíduos com acesso a dados importantes do governo norte-americano, que fossem cooptados por concorrentes dos EUA para violar tais segredos.

Ora, este cinismo discursivo e jurídico - não exclusivo dos EUA, é bom que se diga - de chamar de “espões” apenas os membros do governo norte-americano que são recrutados como informantes pelo inimigo, seria mais bem explorado num trabalho especificamente dedicado a tal questão. Contudo, o salientamos devido ao fato de que construção do acrônimo MICE, nos termos resumidos até aqui, visava originalmente fornecer subsídio preventivo ao governo norte-americano quanto a tais traições, e não compreender as motivações da espionagem num sentido histórico e mais abrangente.

Ademais, embora as razões identificadas tenham de fato sido dinheiro, ideologia, coerção e ego – resultando na construção do MICE – o acrônimo, segundo Charney e Irvin, jamais foi instrumento capaz de prever potenciais traidores dentre as fileiras do governo dos EUA. Nesta direção, os autores chamam a atenção para o universo limitado de casos verificados na construção do acrônimo, apontando para o fato de que os contextos nos quais se deram o recrutamento dos espões estavam sendo ignorados. As circunstâncias da vida do homem e da mulher quando decidiram se enveredar pela espionagem seriam, neste sentido, tão decisivos quanto o dinheiro que lhes fora oferecido, a ideologia que vibrava em suas mentes, a coerção a que foram submetidos ou as excitações a que suspiravam seus

egos. Tais circunstâncias, bem menos previsíveis que métodos de cooptação de fontes de HUMINT, não foram levados em consideração na construção do acrônimo MICE.

Indo além, Charney e Irvin alertam para a limitação destas categorias, que foram expandidas a partir de 1985 por meio do Projeto *Slammer*. O projeto foi implantado após a prisão de um militar chamado John Anthony Walker, que trabalhava para a URSS encabeçando um círculo de espões. O caso expôs as limitações das categorias sugeridas por Levchenko, até então generalistas demais, baseadas em senso comum e ineficazes como ferramenta de precaução. O resultado foi um estudo de caso de cerca de 120 indivíduos acusados de espionagem contra os EUA, que expandiu elementos do acrônimo e acrescentou novos elementos a ele. Destarte, o dinheiro, a ideologia, a coerção e o Ego não foram eliminados, mas refinados em suas definições conceituais, especialmente o Ego, substituído pelas Emoções e pela Auto Importância. A estes elementos do acrônimo MICE foram acrescentados os elementos do Ressentimento e da Vingança.

Tais pesquisas também se desdobraram em dois modelos de análise: o psicológico, focado nos traços de personalidade dos espões, e o situacional, com ênfase nas circunstâncias nas quais eles foram recrutados. Mas, apesar do conhecimento obtido em relação a uma psicologia da espionagem, tais pesquisas também falharam em antever e precaver o governo dos EUA em relação a recrutamento de espões em suas próprias fileiras, na medida em que a ênfase nos fatores psicológicos excluía os indivíduos que mudariam seu comportamento em circunstâncias específicas, enquanto a ênfase na situação do recrutamento não levou em consideração que pessoas até então confiáveis se tornam menos suspeitas de traição e mais sujeitas a aliciamento quando em posição privilegiada nas estruturas governamentais, militares ou de Inteligência.

Pois bem, se todas estas ressalvas expõem a incapacidade do acrônimo MICE em ter servido como ferramenta eficaz para prever e evitar o recrutamento de funcionários do governo dos EUA como espões por potências estrangeiras, elas acabam por ser potencialmente – ainda que de maneira não intencional - um instrumento teórico-metodológico para os historiadores

interessados numa História da Espionagem. O historiador, em seu universo de fontes históricas, não está restrito a limitada amostragem de casos referente a espiões presos e condenados pelo governo norte-americano, e muito menos tem como objetivo prever se esta ou aquela mulher, este ou aquele homem, pode ou não vir a trair interesses estadunidenses. Por outro lado, o historiador em seu ofício pode justamente preencher lacunas que Charney e Irvin apontaram, que vem a ser o limitado número de casos a disposição e a situação temporal na qual determinada pessoa estava inserida quando foi recrutada para a espionagem.

Noutros termos, interrogando fontes históricas, como documentos oficiais de agências, manuais ou tratados de espionagem, e biografias acerca de espiões (Navarro, 2009), o historiador pode identificar os fatores do dinheiro, da ideologia, da coerção, das emoções, do ressentimento e da vingança na ação das pessoas, considerando, nestas mesmas fontes, em que circunstâncias históricas tais homens e mulheres se tornaram espiãs.

A fim de testar e propor tal potencialidade teórico-metodológica, argumentaremos que os elementos do acrônimo MICE podem ser verificados em situações e personagens históricos, destacando casos que envolveram o recrutamento de espiões por dinheiro, ideologia, coerção, compromisso, ego e ressentimento. Se por um lado estamos aqui restritos ao curto espaço de um artigo acadêmico, que impede de aprofundar os casos analisados em seu próprio contexto – sobretudo quando biografias detalhadas estão disponíveis ao historiador – por outro lado nossa amostragem não está limitada a pessoas que espionaram contra o governo dos Estados Unidos, e nem a casos exclusivos nos quais cidadãos norte-americanos decidiram trair seu país. Isso nos possibilita a verificação destas formas de recrutamento em diferentes contextos e temporalidades.

Tal verificação de casos históricos se propõe a ampliar o universo de compreensão do acrônimo MICE para uma ferramenta histórico social, destinada àqueles interessados em Inteligência por meio de uma extensão da análise da experiência acumulada de HUMINT - ou seja, a Inteligência obtida por pessoas ao invés de sinais eletrônicos ou satélites - no decorrer da

História. Na medida em que, como exortou Marc Bloch (2002, p.140, 141), os “impulsos do coração” são difíceis de serem traduzidos sem serem mutilados até mesmo pelas próprias pessoas que os expressam, esta reelaboração do acrônimo MICE pode auxiliar na desafiadora tarefa de levar em consideração as “necessidades secretas do coração” de homens e mulheres que anonimamente tomaram parte da guerra e das disputas entre nações por meio da espionagem.

Money

Começamos pelo dinheiro como motivação para espionar, a qual, nas fontes históricas, parece ser a mais recorrente. Assim Charney e Irvin delineiam a questão:

This is a general category that would include such selfish motivation as avarice (extreme greed for wealth or material gain) as well as what might be considered more noble motives such as the need to pay for a family member's medical treatment or a child's education. In any event, the spy comes to the personal conclusion that espionage is the best or perhaps only means of obtaining the money desired (2014).

A espionagem é atividade mencionada desde a Antiguidade, como se nota em trabalhos como os de Rose Mary Sheldon (2005) acerca dos romanos. Seria racional inferir que vender informações é algo igualmente longo? As fontes oriundas da Antiguidade normalmente se calam em relação às formas de recrutamento dos informantes, embora não pela ausência de menções a atividades que, hoje, seriam classificadas como HUMINT. Por exemplo, Eneas, o Tático, em seu clássico tratado acerca da defesa das cidades, orienta acerca de postos avançados de vigilância, ocupados por observadores velozes e experientes, capazes analisar possíveis ameaças, auxiliados por batedores a cavalo igualmente ligeiros. Eneas chega a ensinar acerca do uso de mensagens secretas por meio de remetentes e destinatários com conhecimento para tal troca. Ainda assim, apesar de tal riqueza de dados para uma História da Espionagem, Eneas nada nos diz sobre espiões pagos com dinheiro.

As fontes romanas também fazem menção a batedores, de curta e longa distância, utilizados pelos comandantes das legiões conforme as tropas romanas foram crescendo e se sofisticando. A já mencionada Sheldon (2005) efetuou o trabalho mais relevante em abordar tais figuras: relatados por Tito Livio, os *exploratores* iam à frente das tropas trazendo dados acerca das movimentações inimigas e do terreno, enquanto os *speculatores* eram mensageiros que atuavam em missões clandestinas. Estas figuras se tratavam, contudo, de soldados romanos, treinados e inseridos na hierarquia do Exército, e não de informantes pagos. Caso semelhante se nota na maior parte dos relatos israelitas, já que os espias de Moisés (Nm. 13) e de Josué (Js.2), são descritos como batedores semelhantes aos das fontes gregas e romanas, com a distinção apenas de que não eram soldados treinados – um exército profissional não teria existido na etnogenia dos proto-israelitas. Embora nos interessem para uma História da Espionagem, tais batedores não se incluem no universo de análise que originalmente o MICE concebia. Suas motivações seriam mais bem compreendidas a partir do grupo social no qual estava inserido, na forma de lealdade, hierarquia, recompensas junto ao comandante ou mesmo o salário – no caso do soldo dos romanos - nada tendo a ver com subornos em dinheiro.

Uma exceção seria o relato bíblico de Dalila, contratada pelos príncipes filisteus para descobrir o segredo da força de Sansão, inimigo cujas equipadas tropas filisteias eram incapazes de enfrentar (Jz. 16). Fora da experiência da fé, não é responsável tratarmos como dado histórico a narrativa de um homem que, devido à vocação Divina condicionada ao voto de não raspar os cabelos, era capaz de, sozinho, derrotar multidões de inimigos e destruir portões de bronze por meio de uma força hercúlea – aliás, defendem exegetas que Sansão era uma versão judaica da história de Hércules (Römer, 2008). Deve-se também levar em conta que os autores bíblicos não foram os generais ou soldados judeus, mas sim seus escribas e sacerdotes, os quais não estavam interessados em guerra – menos ainda em Inteligência - mas, sim, nas suas próprias agendas teológicas. Porém, feitas estas ressalvas, o relato permite inferir que, se judeus do século V a.C. - datação mais provável para a história de Sansão e Dalila – fizeram menção ao

pagamento em dinheiro para que uma mulher descobrisse o segredo de um guerreiro inimigo, então havia não apenas a prática como a consciência histórica de pagamento em dinheiro por informações relevantes. Note que, em contexto histórico aproximado, temos a famosa história de Efilates que, em troca de recompensas por parte dos Persas, traiu aos gregos revelando a passagem para o ponto vulnerável das Termóplitas, defendidas por Lêonidas.

De qualquer forma, menção mais clara ao pagamento de espiões é encontrada em outro clássico, *A Arte da Guerra*, creditado a Sun Tzu. O antigo manual chinês, datado do século V a.C. - a título de curiosidade, contemporâneo aos relatos de Dalila e de Efilates -, tipifica cinco tipos de espiões: os oriundos do território inimigo (espiões locais), os recrutados dentre as fileiras do exército ou governo oponente (espiões internos), os próprios espiões inimigos (espiões duplos), os espiões usados para disseminar informações falsas ao inimigo (espiões mortos) e os espiões que são capazes de ir e vir com informações do território inimigo (espiões vivos). Considerando os espiões os homens mais próximos do comandante, o manual exorta que sejam amplamente bem recompensados, em especial os espiões inimigos. Estes devem ser descobertos para então ser tratados generosamente e, enfim, subornados. Ensina o tratado que: “Espões inimigos, que vêm nos espiar, devem ser descobertos, subornados, conquistados, atendidos. Assim poderão ter uso como espiões duplos”.

As fontes acerca da espionagem na Idade Média são, aparentemente, mais escassas que na Antiguidade. Navarro (2009) argumenta que a Igreja se ocupou da atividade de informações, enquanto detentora da escrita e de normativa administração de seus recursos na Europa. A isso se somam os documentos produzidos no âmbito da Inquisição, que contava com voluntárias denúncias secretas, mas que não eram, contudo, movidas especificamente por dinheiro. Por outro lado, no Oriente Médio, cada Kalifa contava com um Kharbar, que pagavam por informantes, entre eles, mulheres em palácios (Volkman, 2013, p.50, 51)

Felizmente, as fontes se tornam mais nítidas em relação a este aspecto a partir da modernidade e da consolidação dos

Estados Nacionais Modernos. O jogo diplomático entre os Estados europeus, a intensificação do uso de mensagens e de documentos escritos não apenas fomentou a atividade de espionagem, como fez surgir a Inteligência como a conhecemos (ver Herman, 1996, p.8-28). O principal personagem deste processo tem sido considerado Sir Francis Walsingham, cujos métodos de recrutamento incluíam o pagamento de cortesãos, diplomatas, artistas, marinheiros e até padres. Walsingham remunerava seus espiões por informação dada, a fim de mantê-los ativos e interessados trazer novidades, ao mesmo tempo em que racionava as verbas, difíceis de obter da parte da rainha Elizabeth (Cooper, 2013, p.157-156, 180).

É também a partir da modernidade que dispomos de biografias mais detalhadas de espiões, nos permitindo analisar as razões pelas quais estas pessoas se envolveram com a espionagem, neste caso, por dinheiro. Por exemplo, durante o reinado de Elizabeth I, Edmund Stafford, diplomata inglês na França, era viciado em jogos, o que o levou a ficar endividado. Vulnerável financeiramente, acabou sendo cooptado por banqueiros espanhóis, que prometeram pagar-lhe as dívidas em troca de seus serviços como espião em favor da Espanha. Walsingham percebeu que Stafford estava trabalhando para os espanhóis devido às inconsistências dos relatos do diplomata em comparação a outras fontes, mas jamais foi capaz de manter Stafford sob seu total controle (Cooper, 2013, p.148-150).

Os franceses, por seu turno, também investiram somas de dinheiro para comprar espiões, e igualmente encontraram pessoas que aceitaram espionar por dinheiro. Cortesãos, desertores e oficiais de exércitos estrangeiros recebiam subornos de Luís XIV em troca de segredos. Luís XV, que também pagava pelos seus informantes, estabeleceu um círculo secreto de espiões diretamente ligados a ele, chamado de “Segredo do Rei” (Volkman, 2013 p. 97-111). Dispondo de vultuosas somas de dinheiro, o lendário Cardeal Richelieu, cuja inteligência maquiavélica e a desenvoltura conspiratória o projetaram da história para a ficção de Alexandre Dumas, remunerava informações acerca de supostos crimes contra o rei, estabelecendo uma espécie de Polícia Secreta na França do século

XVII. Entre aqueles que serviram a Richelieu como espiões em troca de dinheiro estavam clérigos, nobres e damas de companhia (Blanchard, 2013). Da parte de Napoleão Bonaparte, um dos mais importantes espiões em sua folha de pagamento era um burguês chamado Charles Shulmeister. Shulmeister convenceu Napoleão acerca de sua utilidade como espião em Viena, sob disfarce de nobre húngaro, recebendo uma fortuna tal que lhe permitiu viver uma vida nababesca enquanto espionava (Volkman, 2013, p. 113).

Até aqui podemos identificar um padrão. Antes do estabelecimento das Agências de Inteligência tais quais as concebemos hoje, tínhamos a figura de um rei, nobre, ministro ou comandante, que estabelecia uma rede personalizada de espionagem por meio de fundos financeiros secretos, usados para remunerar estas fontes. Além de Francis Walsingham, dos reis Luís XIV e XV e do Cardeal Richelieu, temos John Thurloe, no cargo de “postmaster” – eufemismo para a liberdade que tinha para violar correspondências na Inglaterra e submetê-las a análise de especialistas em criptografia. Thurloe recebia de Oliver Cromwell a vultuosa quantia de 70.000 libras anuais para remunerar diplomatas e nobres, bem como judeus e protestantes estrangeiros, hostis aos reinos católicos da Europa. Frederico, o Grande, que modernizou o exército da Prússia criando unidades especializadas em reconhecimento, gerenciava pessoalmente uma rede de “espiões relutantes”, formada por pessoas em posições estratégicas que eram subornadas para fornecer informações. Por sua vez, John Bancroft, oficial da Marinha Britânica, que contratava estivadores e portuários a fim de obter informações acerca dos navios franceses, identificou os marinheiros pagos por Napoleão para despachar suas ordens secretas, pagando-os mais ainda para atrasar tais entregas a tempo de seus agentes copiarem as mensagens (Volkman, 2013, p. 92-97; 114-115). E, no processo de Independência dos Estados Unidos, George Washington também pagava por informantes mesmo que contasse, como veremos, com numerosos voluntários a favor da causa, e aprendendo que “espiões pagos frequentemente bordavam fatos insignificantes para ganhar seu salário” (Rose, 2006, p.63).

Esta forma personalista e “artesanal” de estabelecer redes de espionagem permaneceu no decorrer do século XIX. Napoleão estabeleceu Joseph Fouché como chefe de sua Polícia Secreta, dispondo de grande efetivo de investigadores e espiões. Como Fouché, Wilhelm Stieber servia a Otto von Bismarck como chefe de uma polícia política prussiana, estabelecendo uma rede de segurança interna e empreendendo espionagem para este fim. Exércitos estabeleceram oficiais incumbidos pela atividade, como Lafayette C. Baker, que serviu o exército da União durante a Guerra Civil americana, e até mesmo contrataram detetives para a missão, como o lendário detetive Pinkerton, que trabalhou para o general George MacChellan (Volkman, 2013, p.108, 109, 153, 155, Navarro, 2009 p.47, 48). Neste sentido, a figura de um “*sPYmaster*” gerenciador de redes de espiões por ele recrutados e pagos foi inserida e regulada nas estruturas institucionais das seções ou órgãos de Inteligência conforme elas foram se estruturando a partir do fim do século XIX. Esta relação ainda se mantém, na forma de um oficial de Inteligência cooptando espiões oferecendo-lhes dinheiro, como expressou Henry Crumpton (2013, p.53-56) em suas experiências trabalhando para a CIA no decorrer do século XX.

Esta forma de recrutamento por dinheiro também se verifica em biografias conhecidas. Antony Standen, famoso espião que forneceu a Walsingham dados cruciais acerca da Armada Espanhola, no que foi uma das batalhas marítimas mais decisivas da história, recebeu, como recompensa, uma pensão de £100 pelos serviços prestados (Cooper, 2013, p.250-251). Sidney Reilly, lendário espião que foi uma das matérias primas para James Bond, era um ladino envolvido em vários negócios, que trabalhou para os Serviços de Inteligência da Inglaterra e do Japão em troca de “dinheiro e dos prazeres que podia proporcionar” (Cook, 2004, p.32-40). Mata Hari, espiã amplamente explorada pela mídia devido à beleza e desinibição enquanto dançarina, era uma mulher abandonada pelo marido que vivia em sério aperto financeiro quando foi cooptada por franceses e alemães (White, 2007, p.36). Menos famosa, Louise de Bettignie começou a atuar como correspondente durante a I Guerra Mundial, levando cartas com mensagens escondidas para

os familiares que viviam fora da zona ocupada. Sua desenvoltura na ocultação daquelas mensagens chamou a atenção da Inteligência tanto britânica quanto francesa, e ela optou pelos britânicos justamente porque eles pagariam adiantado. A família dela penava na pobreza, a despeito da ascendência nobre (ATWOOD, 2014, p.72). Mais tarde, durante a Guerra Fria, a descoberta de que Aldrich Ames, oficial da CIA, ganhou milhões de dólares vazando informações para a KGB foi classificada como uma “calamidade” pelo Comitê de Inteligência do Senado (Lerner e Lerner, 2004, p.32, 33).

O mesmo sistema de recrutamento por dinheiro, explorando ganância ou vulnerabilidades financeiras, se verifica em fontes históricas de instituições de segurança brasileiras. Em dezembro de 1943 – plena Ditadura do Estado Novo – foi realizada a Conferência Nacional de Polícia Política. No evento, o delegado Especial, Major Amaro da Silveira, abordou assuntos da espionagem, contraespionagem, métodos de reconhecimento de agentes inimigos e técnicas de investigações e interrogatórios. Atenção especial foi dada aos procedimentos de recrutamento e treinamento de espiões a serem usados no serviço secreto, e um destes procedimentos era o pagamento em dinheiro. As recompensas deveriam ser concedidas com a qualidade e veracidade das informações coletadas. “A recompensa deve ser liberal e conforme os perigos e a qualidade ou importância da informação conseguida.”, ensinou o major Amaro da Silveira.²

E tal procedimento não foi exclusivo dos militares e policiais do Estado Novo. Durante a Ditadura Militar, o Serviço Nacional de Informações também encontrava – e remunerava – quem se prestasse à espionagem em troca de dinheiro. José Luiz Coelho Netto, subcomandante do Centro de Informações do Exército (CIE) durante o governo Médici, serviu na Agência Central do SNI no governo Geisel. Netto chegou a comparar os “preços” de se comprar um agente no Brasil com os valores mais elevados exterior, ao responder acerca da monitoração de pessoas que iam para a URSS e a Iugoslávia:

² Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. **Conferência Nacional de Polícia Política**. Fundo DESPS, Notação 921, p.74.

(...) Não se paga a um agente no exterior o mesmo precinho que se paga a um agente no Brasil. E se paga em dólar. Então esse acompanhamento ficava muito restrito, porque era um trabalho que custava caro. Além dos nossos agentes no exterior, também fazíamos ligações com a CIA, que dispunha de uma rede muito extensa no mundo (D'araujo, Soares, Castro, 1994, p.231, 232).

Ideology

Se espões cooptados por dinheiro se mostram de forma muito clara nos relatos acerca da prática, a identificação biográfica destas figuras parece mais difícil. Felizmente, o mesmo não se dá com homens e mulheres que serviram na espionagem por razões ideológicas: nestes casos, dispomos de biografias mais claras. O que não deve ser surpresa, já que as motivações ideológicas são mais honrosas e heroicas, portanto, dignas de registro, tanto por parte dos recrutadores quanto dos próprios espões, quando se permitem ser biografados.

Contudo, sendo Ideologia um conceito complexo, é necessário primeiro verificar o que Charles e Irvin querem dizer com "espionagem por ideologia":

An ideology is simply a shared set of beliefs about how the world is or ought to be. Psychiatrist and author Steven Pinker writes, "An ideology cannot be identified with a part of the brain or even with a whole brain, because it is distributed across the brains of many people." Since it represents a shared belief system, an ideology is adopted by an individual to the degree that it reflects the individual's ego. In that sense, an ideology is like another motivation - money - in that it serves as a vehicle for the individual to express a personal value or belief; an ideology is chosen in order to confirm conscious or unconscious beliefs the individual has already internalized (2014).

Neste sentido, as fontes datadas da Antiguidade são igualmente nebulosas como no caso do dinheiro. Mais até que o pagamento em dinheiro, já que um "um conjunto compartilhado de crenças sobre como o mundo é ou deveria ser" seria algo anacrônico naqueles contextos. Contudo, se entendermos

“ideologia” como um conjunto compartilhado de crenças ou de uma visão de mundo por um determinado grupo ou classe social, a possibilidade se amplia historicamente (Burke, 2002, p.133).

Seria o caso, por exemplo, dos espias enviados por Moisés à Canaã, motivados, segundo à narrativa, pela ordem de Deus em busca da Terra Prometida (Nm. 13:1-3). Ali consta a lista de todos os espiões, incluindo Josué que, mais tarde nas Escrituras, se tornaria, ele mesmo, uma espécie de *sPYmaster* na campanha pela tomada de Jericó (Js. 2). Como já colocado, todo discurso é dotado de alta carga ideológica, especificamente de cunho religioso, menos por sua historicidade – questionada no atual estado da arte dos estudos bíblicos - do que pelo fato de que foi produzido por escribas e sacerdotes de Jerusalém no processo de retorno do Exílio Babilônico (RÖMER, 2008), e não por generais ou soldados do campo de batalha. Ou seja, não se trata da ideologia dos espiões ou de Moisés nem da percepção de comandantes, mas dos sacerdotes que produziram a narrativa. Por isso pouco nos tem a dizer sobre os espias hebreus do período pré-monárquico.

Por outro lado, quase 3000 anos depois da época em que Moisés e Josué supostamente teriam vivido, e também apelando ao sentimento religioso que incluía a posse de uma terra, Saladino se valeu das populações residentes na Palestina quando da invasão dos cruzados, a fim de obter vantagens no campo da Inteligência. Os cristãos se moviam pela fé de que Deus guiava seus passos, porém, o faziam em terras desconhecidas e desprovidos de informantes locais ou espiões dentre as fileiras inimigas. Saladino, por sua vez, recebia informes constantes de camponeses, beduínos e comerciantes, que não apenas compartilhavam da mesma fé em Alah, mas também se sentiam ameaçados por infiéis invasores europeus, cavalgando pelos seus campos e cidades, desejosos de tomar uma cidade que consideravam sagrada (Volkman, 2013, p.49-52).

De qualquer forma, como no caso do dinheiro – o M do acrônimo – relatos mais claros de espiões servindo por devoção a um sistema de crenças surgem a partir da Modernidade. E, mais uma vez, a religião se faz presente. As guerras de Religião na Europa, a partir da Reforma Protestante e da Contra-Reforma

Católica, produziram não apenas conflitos, mas fervorosos devotos prontos a delatar, informar e espionar em prol de sua visão de cristianismo verdadeiro, e pelo ódio a quem consideravam hereges.

Foi assim que o reino da Espanha, fervorosamente católico, procurava recrutar católicos ingleses que estavam exilados, com o fim de infiltrá-los na Inglaterra, rompida com Roma. Os Jesuítas estariam envolvidos neste procedimento, inclusive treinando aqueles espões no uso de tintas invisíveis e amparando-os com falsificadores de documentos e carpinteiros capazes de construir abrigos secretos em casas inglesas, a fim de ocultá-los – os chamados “buracos de padre”. O resultado foi uma rede de espões particularmente leais ou mesmo fanáticos pela causa, que envolvia nada menos do que aquilo que julgavam ser a Vontade de Deus, e que pretendiam preparar uma revolta armada católica patrocinada secretamente pela Espanha. Embora o sofisticado sistema espanhol tenha ruído diante da Contra-Inteligência de Walshingham, alguns daqueles jesuítas, além de agentes como Edmund Campion e Henry Walpole, resistiam aos extremos suplícios dos torturadores ingleses, os quais buscavam extrair deles informações ou confissões (Volkman, 2013, p.68-73).

O temido cardeal Richelieu também se valia do fervor religioso para recrutar espões. Um deles era Joseph Tremblay, monge Capuchino que ansiava pela aniquilação dos protestantes. O próprio Tremblay contava com contatos entre os demais monges Capuchinos, espalhados em toda a Europa. Na Inglaterra, o “*postmaster*” John Thurloe igualmente se valeu das convicções religiosas ao recrutar espões protestantes suíços e holandeses (Volkman, 2013, p.90, 93).

Mais tarde, o sentimento de pertença, de se doar por uma causa, deu a George Washington uma série de colaboradores que prontos estavam para fornecer informações ao Exército Continental, a despeito dos graves riscos envolvidos. Chamados de patriotas, estão enfileirados sob o típico ufanismo estadunidense na galeria de heróis daquele país. Como exemplos, citamos Lidia Darrah, uma viúva cuja casa foi ocupada por oficiais ingleses. Mulher Quaker, excluída de sua denominação

religiosa justamente por seu apoio à causa patriota, e ouvia secretamente as conversas dos comandantes ingleses em sua casa, enviando secretamente os dados em bilhetes escondidos em sacos de farinha. John Honeyman, agricultor de Nova Jersey, fingindo-se fervoroso defensor do domínio inglês, monitorava o movimento, tamanho, moral e condições de tropas inimigas circulando pelo território continental. Nathan Hale, militar de 20 anos de idade, atuou disfarçado como um espião holandês em Nova Iorque, coletando dados sobre as tropas inglesas em Long Island. Capturado, Hale teria exclamado seu lamento ao dizer ter “apenas uma vida para dar ao meu país” quando foi executado (Volkman, 2013, p. 135-137).

Da mesma forma, a adesão aos pontos de vista ideológicos e políticos que se chocaram na Guerra de Secessão motivaram espiões de ambos os lados. Pelos Confederados, Rose O’Neil Greenhow liderou uma rede de informantes com acesso à elite política e militar de Washington DC, que inclusive, frequentava sua própria casa. Carismática, sedutora e com amplo domínio do trato social, Greenhow era abertamente defensora da secessão e da escravidão, se tornando uma espiã voluntária dos confederados até sua morte (Volkman, 2013, p.150-152). Pelo lado da União, não faltavam negros que concordavam em permanecer em cativeiro a fim de espionar as fazendas confederadas. O exemplo mais conhecido está na surpreendente biografia de Harriet Tubman. Após fugir de uma plantação em Maryland, onde nasceu, cresceu escravizada e inclusive foi ferida com sequelas na cabeça, Harriet conduzia outros escravizados que vinham fugidos de caçadores com cães farejadores, levando-os à liberdade. A experiência foi valiosa para ela, quando se voluntariou como espiã justamente em Maryland, investigando os simpatizantes sulistas que a Inteligência Confederada buscava recrutar. Depois, trabalhou na Carolina do Norte, entrevistando os negros que fugiam a fim de coletar dados, inclusive estabelecendo redes de contato entre escravizados na Carolina do Sul. Em sua primeira fuga, Tubman poderia ter se estabelecido no Norte e vivido como uma mulher livre, mas, ao invés disso, trabalhou o resto da vida como espiã na luta contra o abominável ato que é a escravidão (Volkman, 2013, p.160-162).

Até aqui, verificamos como convicções religiosas, políticas e sociais foram elementos centrais para que mulheres e homens se arriscarem como espiões. Sendo assim, não é de surpreender que o tempo chamado por Hobsbawn (1995) de Era dos Extremos também enfileire uma galeria de espiões que aceitaram o recrutamento movidos por suas crenças, fosse o comunismo, o fascismo ou o antifascismo. Os próprios Charley e Irvin fazem menção a adesão ao comunismo como fator que levou pessoas em posição chave a trair seus governos e espionar para a URSS. Um exemplo encontramos no Cambridge Five, um grupo de cinco espiões ingleses que, crentes de que o comunismo era a única forma de vencer o nazismo, passaram a trabalhar para os soviéticos a partir de 1930:

In the case of espionage, a particular ideology may serve as either the actual motivation for a spy to breach the trust placed in them or simply as a means of rationalizing that behavior. The so-called Cambridge Five were likely “true believers” whose motivation for working with the Soviets against their native United Kingdom was based largely (but not exclusively) in a utopian belief in Communist ideology. Before the Cold War ended, however, ideology appeared to play a decreasing role in Soviet recruitment, forcing the KGB to seek other motives. Nevertheless, Cold War-era political beliefs were only one form of ideology, and its demise certainly does not rule out the use of ideology as motivation in the present or future.

Nos contextos imediatamente anteriores, da I e II Guerra Mundial, vemos outras biografias cujo fator ideológico ocupava papel central. Edith Cavell, enfermeira inglesa lotada na Bélgica que atuou como espiã e auxiliou a fuga de soldados feridos durante a Primeira Grande Guerra, arriscou a vida movida por suas convicções, expressas com orgulho mesmo depois de capturada. Marthe Cnockaert também era enfermeira de guerra. Foi abordada para o trabalho de espionagem por uma amiga, quando cruzou a fronteira da Holanda junto de sua mãe, após a ocupação da Bélgica. Relutou devido à reputação da espionagem

como um trabalho dissimulado e sorrateiro, mas sua mãe a fez mudar de ideia dizendo: “Se minha filha deseja servir eu dou ela de boa vontade e com orgulho, assim como eu dei meus filhos”. E, assim como Caveel, Marthe Cnockaert era uma patriota convicta, declarando-se publicamente assim no tribunal inimigo que a sentenciou a morte. (Atwood, 2014).

Já durante a II Guerra Mundial, Joan Pujol García foi um agente duplo que trabalhava tanto para ingleses quanto alemães. Movido por profunda aversão ao fascismo, era um homem de cidadania espanhola, de codinome Garbo, que encabeçava um anel de 27 informantes. Entre os alemães, a *Bona Fide* de Garbo era tão grande que ele chegou a receber a Cruz de Ferro pelos seus esforços de espionagem, sendo fundamental na Operação Fortitude (Handel, 2004, p.331; Holt, 2007, p. 568-597). Josephine Baker, por sua vez, era uma dançarina norte-americana cuja carreira foi traçada na França. Uma beldade de pele negra, era admirada até mesmo pelos alemães devido ao carisma, talento e beleza, tendo acesso à relevantes figuras políticas e militares. Josephine era apaixonada pela França e ferrenha defensora dos direitos civis, dos quais os nazistas eram algozes, trabalhando ativamente como espiã para o *Deuxième Bureau*, e inclusive auxiliando a Resistência Francesa nos preparativos para combates armados (Atwood, 2011). E ninguém menos que o próprio Wilhelm Canaris, chefe da Abwehr – serviço de Inteligência Militar da Alemanha - tinha contatos e relações amistosas com a Inteligência Britânica. Embora tenha inicialmente se encantado com o nazismo, Canaris passou a conspirar sutilmente contra o *Führer* ao ficar chocado com seus excessos, e prever um desenlace desastroso da guerra para a Alemanha (West, 2009, p.55).

Entre os soviéticos, havia Orquestra Vermelha operava na Bélgica, França e Holanda. O grupo recebeu este nome por parte da Abwer - inteligência militar alemã -, sendo encabeçada por Leopold Trepper - militante comunista e professor de História - e Richard Sorge – jornalista e militar alemão. Ambos trabalhavam para a inteligência soviética, constituindo redes de espionagem conectadas por intensas e numerosas transmissões de rádio (West, 2006, p.315, 317).

Fontes relacionadas à história do Brasil também permitem identificar figuras que espionagem por ideologia. Na Conferência de Polícia Política de 1943, Amaro da Silveira orientava acerca da importância da espionagem motivada pela adesão patriótica – no caso, ao projeto de nação do Estado Novo de Vargas. “Para um agente patriótico uma palavra de encômio vale mais que dinheiro”, dizia o Delegado Especial.³

Assim, se a ganância, as dívidas ou as vulnerabilidades financeiras – empregos mal remunerados, pobreza, etc – historicamente tem sido utilizada por recrutadores a fim de cooptar informantes, o mesmo se dá com as convicções, crenças, aversões e posicionamentos das pessoas, seja seu uso retórico, seja a coadunação de objetivos do recrutador, do espião em potencial e do grupo político, social e religioso do qual ele faz parte.

É importante notar, também, que os fatores ideológicos podem ser fomentados ou mesmo criados pela atividade de Inteligência, no que chamamos de Propaganda e Black Propaganda (CEPIK, 2003, p.61-6; RADSAN, 2009, WIAANT, 2012). Neste sentido, a mesma influência política imposta pela agenda da Inteligência num determinado contexto pode produzir, ela própria, colaboradores na forma de informantes. A guisa de exemplo, o anticomunismo patrocinado no Brasil pelo governo dos EUA, além da influência política daquele país, também gerava colaboradores para os órgãos de repressão do Brasil (ARAÚJO e DUARTE, 2000).

Compromisse/coercion

Em síntese, o homem ou a mulher que trabalha por compromisso - *compromise* - e *coercion* – coerção – o faz contra a sua vontade. Ele ou ela não planejava espionar – ou, se já espionava, não planejava fazê-lo para o recrutador que o coagiu. Na definição de Charney e Irvin:

³ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Conferência Nacional de Polícia Política. Fundo DESPS, Notação 921, p.75.

This is a negative rather than positive form of motivation and can be equated with what one might think of as “blackmail” or perhaps even torture. Unlike the other general forms of motivation offered in MICE, in this case the spy does not act of his or her own free will but, rather, is effectively forced to commit espionage through fear of punishment, exposure of wrongdoing, or some other undesirable outcome.

Foi o caso de Gilbert Gifford, um exilado católico que havia sido recrutado pelos franceses para atuar como mensageiro para Maria, rainha da Escócia, que conspirava junto à França contra a rainha da Inglaterra. Capturado em 1585 pelos homens de Francis Walsingham, foi submetido a uma calculada tortura psicológica, ouvindo gritos de agonia de outros prisioneiros no calabouço onde estava. Sob a promessa de que obteria o perdão pela traição, Gifford aceitou trabalhar para Walsingham, deixando-o ver todas as mensagens que Maria lhe confiava (Volkman, 2013, 73, 74).

Outro caso desta natureza foi o de Alfred Redl. Coronel do exército e chefe da Inteligência do Império Austro-Hungaro em 1913, Redl era homossexual e, ao descobrirem tal dado, os russos intermediaram uma relação amorosa com um rapaz e a fotografaram. Como resultado, Redl passou a trabalhar para os russos, sob a chantagem de ter suas preferências sexuais expostas publicamente (Volkman, 2013, 180)

Para Charney e Irvin, este seria o método menos confiável de recrutamento, já que, posto sob obrigação e constrangimento, o espião abandonaria sua condição na primeira oportunidade:

From a psychological perspective, it is the least reliable method of recruitment since the spy’s primary motivation is to escape punishment rather than to please his or her handler. The spy is likely to cooperate only to the extent necessary and may attempt to break free of control as soon as practicable (2014).

Um exemplo deste tipo de situação foi William Sebold. Sebold, que na verdade se chamava Dembowski, tinha sido um criminoso comum na Alemanha dos anos 1930. Fugindo para os EUA com documentos falsos, acabou se naturalizando estadunidense e encontrando emprego como mecânico de

aeronaves. Por isso, em 1939, a Gestapo chantageou Sebold para que se trabalhasse com espião, prestando informações acerca da indústria aeronáutica dos EUA. Caso se recusasse, a Gestapo denunciaria às autoridades norte-americanas acerca dos antecedentes e documentos falsos de Sebold. A coerção levou aquele homem a obter treinamento e prestar informações para a Inteligência alemã, mas também o levou a procurar o FBI e contar sua situação, tornando-se, assim, um agente duplo (Volkman, 2013, 261, 262; West, 2006, p.305).

Embora não tenham sido abordadas por Charney e Irvin, podemos também identificar casos nos quais o comprometimento do recrutado para com o recrutador não se estabelece em chantagens ou coerções, mas sim em prestação de favores dos quais o recrutado pode usufruir ou depender. Henry Crumpton, ex-oficial da CIA, faz menção a um de seus recrutamentos, no qual providenciou fuga, refúgio e asilo para o funcionário de uma embaixada estrangeira, desgostoso com os rumos políticos de seu país de origem. A oferta teria, inclusive, se estendido à família daquele homem (Crumpton, 2013, p.49-76). Aqui no Brasil, durante a década de 1930, Seraphim Braga – chefe da Seção Social da Polícia Política - descreveu a lista de favores dos quais se valia para recrutar espiões nos sindicatos, dentre os quais estavam o fornecimento de passagens marítimas e terrestres, portes de arma, matrículas gratuitas em Internatos e Estabelecimentos de Ensino e cartas de representação.⁴

Um tipo específico de coerção destacado por Charney e Irvin é o “Honey Trap”. Classificado como “infame” pelos autores, consiste no uso da sedução de um alvo com o fim de “obter a sua cooperação através de ameaças e denúncias”. Foi o caso de Enero, codinome para um Diplomata italiano na embaixada em Moscou, que mantinha um caso com uma secretária da embaixada francesa. Sabendo disto, a KGB utilizou suas *swallows* – agentes treinadas em *sexpionage* - para coagi-lo como seu informante. Caso semelhante se deu com Ikar, codinome para outro italiano, que era adido da embaixada em Moscou. A mulher com a qual ele se envolvia teria sofrido um

⁴ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Pasta 1-H.

aborto, e um agente da KGB, se fazendo passar pelo enfurecido marido da mulher, o chantageou em troca de informações sob pena de exposição pública do caso (West, 2009, p.76, 133, 331).

Dentre situações que envolvem sedução e chantagem, é importante distinguir aquelas que envolveram a homossexualidade. Por exemplo, John Vassall, de família religiosa, que serviu na Royal Air Force ao fim da II Guerra Mundial e se tornou adido na embaixada britânica em Moscou. Vassall era homossexual e, após um jantar no qual teria bebido muito, terminou a noite na cama com um rapaz que conhecera. Acontece que o jantar, como a bebedeira e a relação amorosa que se seguiram, foi planejado pela KGB, que fotografou tudo para chantagear Vassall. Como o coronel Alfred Redl, citado anteriormente, John Vassall se tornou espião por medo de sua intimidade sexual ser exposta (West, 2009, p.300, 301).

Este temor de uma infiltração, por meio da coerção que se utilizava da condição homossexual de determinadas pessoas, levou várias agências de Inteligência, em especial norte-americanas e inglesas, a considerar que a homossexualidade seria um risco à segurança nacional, situação que foi revista apenas no final do século XX (West, 2009, p.121). Temia-se o escândalo derivado do preconceito e a exploração deste mesmo preconceito, em forma de chantagem, por agências rivais. Assim, historiadoras e historiadores de Gênero, ou que trabalhem com a teoria Queer, tem um campo profícuo diante deste aspecto do *coercion*. Note que, nestes casos, os recrutadores não estabeleceram os estigmas e preconceitos em torno dos espiões recrutados por coerção - o que não significa que atitudes homofóbicas não possam ser identificadas em casos biográficos específicos de algum recrutador. Mas, de forma amoral e pragmática, aproveitaram e fomentaram tais estigmas para obter uma vantagem dentro do jogo secreto. Pessoas cuja sexualidade não se encaixava nos padrões estabelecidos sofriam duplamente, com a desconfiança de seu próprio país e com a vulnerabilidade de ter sua vida íntima explorada por agentes estrangeiros.

Em casos como estes, nem mesmo heróis de guerra estavam a salvo. Alan Turing, exímio decodificador que foi fundamental para a Inglaterra na II Guerra Mundial, teve sua

homossexualidade exposta no início da década de 1950. Acusado de “indecência grosseira”, chegou a ser castrado quimicamente e, não suportando sua situação, suicidou-se (West, 2009, p. 297).

Ego

O Ego abarca os casos nos quais uma pessoa se torna espiã devido ao desejo de desafio ou aventura, ou por traços de personalidade narcisista. A definição original, proposta por Levchenko, é vaga pela perspectiva da Psicologia enquanto campo, até porque, a ideologia e a busca por dinheiro também incluem fatores egóicos, segundo Charney e Irvin.

Neste sentido, o Ego seria melhor delimitado por outra definição, que Charney e Irvin chamam de Emoções/Auto Importância:

The spy chooses espionage because of the feeling of excitement it brings, as well as the sense of superiority the spy derives from “putting one over” on their colleagues or their organization. Rather than a manifestation of high self-esteem, it may be the result of the low self-esteem experienced by the would-be-spy suffering some personal or professional setback. Ironically, the very desire for thrills that attracts some IC employees to the profession may also make them particularly susceptible to the thrill of espionage. Likewise, the power and egoenhancement that comes with keeping secrets from others may add to the feeling of superiority the spy obtains by keeping his or her espionage a secret from their co-workers and organization (2014).

Nestes casos, o anseio por aventura, o sentimento de superioridade ao lidar com o segredo e a vaidade em empreender uma missão secreta sobressaíam aos corações de homens e mulheres em contextos de disputas internacionais, guerra ou repressão, tornando-os voluntariosos a trabalhar como espões.

Parece ter sido o caso de Charles de Beaumont, uma das figuras mais interessantes da História da Espionagem e, também, para os estudos de gênero. Conhecido(a) como Chevalier d'Eon, foi uma espiã nascida numa família empobrecida da baixa aristocracia francesa. A ambiguidade em relação à concordância

gramatical que o leitor observa neste parágrafo se dá pelo fato de que Charles de Beaumont transitava desinibida e prazerosamente entre os papéis atribuídos a homens e mulheres em sua época. Exímio espadachim e militar formidável, serviu com distinção na cavalaria, ou seja, uma trajetória com elementos culturalmente atribuídos ao gênero masculino. Contudo, nos bailes e festas de Paris, apreciava se vestir como mulher, se valendo de sua aparência andrógena e voz de falsete para chamar a atenção para si como uma bela donzela. O próprio rei Luis XV, fascinado por aquela figura, a recrutou para o “Segredo do Rei”, seu grupo seletivo de espiões, enviando-o à Rússia. Nesta missão, Chevalier d’Eon jogou seu “jogo de gêneros”, ora como um ocioso nobre francês buscando negócios na Rússia, ora como confidente de ninguém menos que rainha Elizabeth, se fazendo passar por uma dama de companhia chamada Genevieve (Volkman, 2013, p. 98-111).

Outro exemplo foi o já mencionado Nathan Hale, o militar de 20 anos que atuou disfarçado como um espião holandês em Nova Iorque. Hale estava insatisfeito ao servir como oficial auxiliar durante a guerra de Independência dos EUA, ansiando por fazer mais na luta contra os ingleses (ROSE, 2006). Isso não remete apenas à questão do patriotismo enquanto ideologia, mencionados em tópico anterior: ser um oficial auxiliar também é uma função patriótica e parte do esforço de guerra. A questão é que Hale desejava um trabalho que julgasse maior do que aquele que fazia. Ou seja, uma questão egóica, um desejo de auto importância, somado à sua ideologia.

No contexto da I Guerra Mundial temos mais alguns exemplos de como o Ego e o desejo de auto importância são motivadores pessoais intensos para a espionagem. Devemos aqui aprofundar um pouco mais a biografia de Mata Hari. Depois do conturbado casamento com um oficial alcoólatra da marinha escocesa, Margareta Zelle foi abandonada e enveredou-se pela boemia. Apresentando-se como uma princesa iniciada num templo japonês, fazia shows em Amsterdã que envolviam danças eróticas. Assim surgia a personagem Mata Hari (“olhar do dia” ou “olhar da aurora”), criação de Margareta, já que nada daquilo era verdade. A personagem fez enorme sucesso em várias capitais

da Europa, dando a ela acesso às mesas de generais, burgueses, políticos e chefes de polícia do Velho Mundo. Com isto, os alemães recrutaram Mata Hari por volta de 1914, para que atuasse na França. Vaidosa, espirituosa, com o passado de desprezo pelo marido numa vida cotidiana de classe média, e tendo se tornado centro de atenções com sua sensualidade, Mata Hari tinha gosto pela aventura, pelo exótico e pelos jogos de sedução (White, 2007).

Já Gabrielle Petit foi órfã de mãe aos 9 anos, tendo dificuldade para se enquadrar no internato dirigido por freiras. Sua personalidade era indomável, e não também não se adaptou à casa de seu pai, casado com uma jovem moça. Mais tarde, trabalhando como garçonne, conheceu numa taverna um jovem sargento de quem se tornou noiva, e que acabou sendo enviado para a I Guerra Mundial. Seguindo seu amado, se alistou como enfermeira, sendo sua ousadia e obstinação os fatores que levaram um oficial inglês a recrutá-la como enfermeira. Treinada na Inglaterra, seu codinome era “Srta. Legrand”, atuando na Bélgica usando disfarces variados, como vendedora ambulante de chapéus, entregadora de jornais, mendiga, babá, garçonne e padeira. Embora fosse muito competente tanto nos disfarces quanto na coleta de dados, era também imprudente, ridicularizando abertamente aos alemães. Na verdade, ela atuava na guerra pelo amor do noivo perdido, mas também pelo temperamento audaz e indolente que apresenta desde a infância, sendo o trabalho de espionagem algo excitante para ela: “Em nenhum momento fui mais feliz” teria confessado a moça, aceca de seus dias como espiã (Atwood, 2014, p. 61).

Situações semelhantes foram encontradas no Brasil, durante Segunda Guerra Mundial. Em 1942, um ex-militar português escreveu a Getúlio Vargas, voluntariando-se como espião, alegando ser atirador de elite e jurando amar ao Brasil por aqui viver, ser casado com uma brasileira e ter filhos brasileiros. Não foi caso isolado, pois, além deste lusitano, outros homens e mulheres também escreveram cartas ao presidente com o mesmo propósito⁵. Este voluntarismo egóico foi um comportamento tão

⁵ Arquivo Nacional. Fundo Gabinete do Ministro. Notação IJ 1374.

recorrente que afetou também aos investigadores ligados ao Serviço Secreto, levando o Delegado Especial a fazer a seguinte exortação:

[...] todo membro do serviço secreto deve praticar a abnegação e auto domínio, renunciando aos aplausos. O agente deve fazer uma apreciação da situação e perguntar-se: “O que é de maior importância, o êxito do serviço, ou que seus amigos saibam que sou membro do serviço secreto? Que tem mais importância, meu amor próprio ou a proteção da minha pátria? Os aplausos dos nossos amigos são doces e agradáveis, porém o preço é exorbitante. O serviço secreto não é dirigido com bandeiras e bandas de música. Os seus membros devem prescindir de todo desejo de fazer-se importante.”⁶

Disgruntlement/revenge

Os sentimentos de descontentamento e de vingança também são elementos que levam uma determinada pessoa a aceitar ou se voluntariar como espiã. Assim definem Charney e Irvin:

The spy is motivated by a non-ideological resentment or anger directed toward their country or their employer for some perceived injustice, such as a lack of recognition or inadequate appreciation, failure to achieve promotion, inadequate pay or other compensation, or any number of other perceived personal slights. As a result, the spy seeks revenge by engaging in espionage. A key point is that the injustice may or may not be real, but it is perceived by the spy as both real and personal (2014).

Neste sentido, podemos identificar o ressentimento de forma enraizada em determinado grupo social, remontando a passados longínquos por décadas ou mesmo séculos, como identificou Marc Ferro (2009). Não que determinado segmento social se prestaria como um todo à espionagem, mas que, pelo ressentimento ali nutrido, espiões poderiam ser recrutados dentre aquelas fileiras, isso quando eles mesmo não se voluntariavam.

⁶ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo DESPS, notação 921.

Este foi o caso de vários judeus em relação a Espanha Católica do século XV, por terem sido expulsos de terras ibéricas, ressentimento estendido a outras nações europeias que retirou deles vários direitos civis. Como a Inglaterra recebia imigrantes judeus, boa parte deles mercadores com contatos em todo o continente, John Thurloe os recrutou como informantes, aproveitando-se da justificada mágoa pelo antissemitismo que sofriam (Volkman, 2013, p.93).

Lamentavelmente, mesmo depois de cinco séculos, o antissemitismo ainda vigorava, levando-nos a um exemplo individual de voluntarismo para a espionagem. Viktor Grayevisky era um importante jornalista com ligações profundas dentro do Partido Comunista Polonês, razão pela qual a KGB o teria recrutado em 1955. Grayevisky na verdade se chamava Spielman, e era um judeu ressentido pelo antissemitismo na União Soviética de então. Em 1956, ele obteve de uma de suas fontes uma cópia do discurso secreto de Nikita Khrushchev, denunciando os crimes cometidos por Stalin, não hesitando em entregar tal documento a seus contatos no Mossad que, por sua vez, cedeu o material à CIA (Volkman, 2013, 276).

E há os casos nos quais o ressentimento que move o espião é de foro menos coletivo e mais íntimo. Elizabeth Bentley era uma mulher norte-americana que trabalhava também para a KGB, agência acerca da qual nutria enorme descontentamento, que aparentemente envolvia questões relacionadas a seu falecido amante - também agente da KGB. Por iniciativa própria, Bentley foi até um escritório do FBI em Nova Iorque e denunciou a rede de espiões da qual fazia parte (Volkman, 2013, p. 281, West, 2006, p.31).

De certa forma, o caso de Bentley nos remete a situações que se deram no Brasil, quando algumas mulheres ficavam ressentidas pelos namorados e maridos dedicarem mais tempo à militância do Partido Comunista do que a elas. Eram os anos 1950 e 1960, e, com o Partido Comunista na ilegalidade - situação jurídica estabelecida em 1947 - o ressentimento por terem sido “trocadas” pelo ativismo comunista levava aquelas mulheres a informar à Polícia Política acerca de seus cônjuges (Araujo e Duarte, 2000, p. 71).

Aliás, a questão da colaboração ativa de cidadãos para com Polícias Secretas, enquanto informantes e delatores, é um campo a se considerar quando falamos de atividades de Inteligência relacionadas à Segurança Interna de um Estado, cujo objetivo é identificar supostas ameaças dentre sua própria população. Nestes casos, falamos de voluntários que colaboram prestando informações e delatando indivíduos como comunistas, hereges, subversivos, ou seja lá como o Crime Político - no sentido empregado por Fragoso (1981) - seja tipificado nestes contextos. Aqui adentramos na perspectiva de “Trabalhar para o Líder” (KERSHAW, 2010), no sentido de ajudar a combater aqueles considerados como “inimigos da nação”, mas que também se constituíam num “outro conveniente” cuja delação podia servir como instrumento de vingança, eliminação de concorrentes ou formas de obter favores (Teixeira da Silva, 2010, 2014).

Ingatiation

Apenas à guisa de menção, o último fator de motivação para a espionagem é o que Charney e Irvin chamam de *Ingatiation*, que seria:

The spy is motivated by a desire to please another person. While it would seem unlikely that an individual would choose to spy simply in order to please another person, *ingatiation* may be a contributing factor in that decision. For example, if a spy is ideologically motivated, they may work especially hard to please their handler in an effort to demonstrate their commitment to the cause (2014).

Os próprios autores consideram esta uma categoria um tanto rara e nebulosa. Como dependem de uma relação íntima entre o espião e seu recrutador, demandam análises de casos muito específicos em biografias de homens ou mulheres envolvidos com estas atividades. Como exemplos, Charney e Irving citam o caso do marinheiro norte-americano chamado Michael Walker, que teria feito parte da rede de espionagem de seu próprio pai simplesmente para agradá-lo, afora os envolvimento amorosos de certas informantes com os “Romeus” empregados pela Stasi - Polícia Secreta da Alemanha Oriental:

Ingratiation may also have played a role in the so-called “Romeo” operations conducted by the East German Stasi, in which a Stasi agent would establish a romantic relationship with a lonely, female secretary in a target West German organization. Unlike coercive “Honey Traps,” the espionage was often based on genuine bonds of affection between the target and her “Romeo” (2014).

Conclusão

Do que foi exposto neste artigo, podemos identificar que, tal qual propõe o acrônimo MICE, pessoas se tornam espãs em troca de dinheiro, movidas por sentimentos ideológicos, sendo coagidas ou cooptadas, buscando satisfação egóica, por ressentimento e por relações específicas com os recrutadores.

Nos casos verificados, a remuneração como espão convenceu pessoas oriundas de segmentos sociais menos favorecidos – como estivadores de portos ou camareiras – surgia como um socorro financeiro para indivíduos em aperto com dívidas, ou, simplesmente, cooptava gananciosos. O sentimento ideológico, no sentido de um conjunto de crenças e objetivos compartilhados, moveu pessoas no mundo da espionagem numa forma dela lutar pelo modelo religioso ou político no qual elas acreditavam. Outras pessoas foram conduzidas ao jogo da espionagem por meio de coerção, ao terem descobertos seus segredos, intimidades ou desvios. A busca por aventura, excitação, personificação de um papel ou sentimento de auto importância levou homens e mulheres a aceitarem ou mesmo se voluntariar para a prática. E, ressentidos contra indivíduos, grupos ou governos, outras pessoas trabalharam prestando informações e auxílio para aqueles que se opunham a seus alvos de rancor.

Assim construção do MICE, como idealizado pelos órgãos de Inteligência norte-americanos, pode ter sido ineficaz para o que se propunha, ou seja, precaver quanto a possíveis recrutamentos de espões entre as fileiras dos EUA. Contudo, ajustado como um referencial teórico para uma História da

Espionagem, oferece ao historiador uma ótica profícua quanto ao trabalho de homens e mulheres envolvidos nas sombras e penumbras das relações políticas, das guerras e dos contextos de repressão. E, para aqueles especificamente interessados em Inteligência, amplia e aprofunda a compreensão do seu segmento que é talvez o mais complexo e imprevisível, que é a Inteligência Humana (HUMINT), ou seja, dos “impulsos do coração” dos homens e mulheres que, pelas mais diferentes razões, se tornam fontes de Inteligência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Paulo Roberto de. Duarte, Leila Menezes de. **Ação e investigação: polícia política e comunismo no Brasil: 1945-1964**. Rio de Janeiro: APERJ, 2000.

Arquivo Nacional. Fundo Gabinete do Ministro da Justiça. Notação IJ 1374.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. **Conferência Nacional de Polícia Política**. Fundo DESPS, Notação 921.

_____. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração. Pasta 1-H.

ATWOOD, Kathryn. **Women Heroes of World War I: 16 Remarkable Resisters, Soldiers, Spies and Medics**. Chicago Review Press, 2014.

_____. **Women Heroes of World War II: 26 Stories of Espionage, Sabotage, Resistance and Rescue**. Chicago Review Press, 2011.

BLANCHARD, Jean-Vincent. **Éminence: Cardinal Richelieu and the Rise of France**. Walter e Company: New York, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da História e o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: 2002.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

COOPER, John. **The Queen Agent: Sir Francis Walsingham and the Rise of Espionage in Elizabethan England**. London: Pegasus: 2013.

CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: FGV. 2003.

COOK, Andrew. **Ace of Spies: The True Story of Sidney Reilly**. UK: Tempus, 2004.

CHARNEY, David L.; irvin, John A. A Guide to the Psychology of Espionage. AFIO's Intelligencer Journal, 2014.

CRUMPTON, Henry A. **A Arte da Inteligência: os bastidores e segredos da CIA e do FBI**. Barueri: Novo Século, 2013.

D'ARAUJO, Maria Celina; Soares, Glaucio Ari Dilson; CASTRO, Celso (org.). **Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRO, Marc. **O ressentimento na história. Compreender o nosso tempo**. Lisboa: Teorema, 2009.

FRAGOSO, Heleno. **Terrorismo e Criminalidade Política**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1981.

HANDEL, Michael. **Strategic deception in the Second World War**. New York, 2004.

HERMAN, Michael. **Intelligence power in peace and war**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos - o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLT, Thaddeus. **The deceivers : allied military deception in the Second World War**. New York, 2007.

KERSHAW, Ian. **Working Towards the Führer: Reflections on the Nature of the Hitler Dictatorship** pages 231–252. In: **The Third Reich**. Leitz, Christian. London: Blackwell, 1999.

LERNER, K.L, LERNER, B.W. (Ed.) **Encyclopedia of Espionage, Intelligence, and Security**. Thomson Gale; 2004.

NAVARRO, Diego. **Tres mil anos de informacion y secreto**. Plaza y Valdes: Madir, 2009.

RADSAN, A. John. **An Overt Turn on Covert Action**. Saint Louis University Law Journal: 2009, Vol. 53: No. 2.

ROMER, T. **A chamada história deuteronomista: introdução sociológica, histórica e literária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ROSE, Alexander. **The Story of America's First Spy Ring**. New York City: Bantam Books, 2006.

SHELDON, Rose Mary. **Intelligence Activities in Ancient Rome: trust in gods, but verify**. New York: Frank Cass, 2005.

SHULSKY, Abram. **What is Intelligence? Secrets and competition among states**. In: GODSON, Roy; SCHMITT, G.; May, E. **US Intelligence at the crossroads: agendas for reform**. New York: Brassey's, 1995.

SIMS, Jennifer. **What is Intelligence? Information for decision makers**. In: GODSON, Roy; SCHMITT, G.; MAY, E. **US Intelligence at the crossroads: agendas for reform**. New York: Brassey's, 1995.

Soares, Luis Carlos; Vainfas, Ronaldo. **A Nova História Militar**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SUN TZU. **A arte da guerra**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record 1995.

VOLKMAN, Ernest. **A História da Espionagem**. São Paulo: Escala, 2013.

WEST, Nigel. **Historical Dictionary of United States Intelligence**. The Scarecrow Press, Inc. Lanham, Maryland, Oxford: 2006.

_____. **The A to Z of Sexpionage**. The Scarecrow Press, Inc. Lanham, Toronto, 2009.

WHITE, Rosie. **Violent Femmes: Women as spies in popular culture**. New York: Routledge, 2007

WIANT, Jon A. **A Guide to the Teaching About Covert Action.** Journal of U.S. Intelligence Studies, 2012, Volume 19, Number 2.

Recebido em: 15/07/2025

Aprovado em: 09/08/2025

O DUPLO LEGADO KANTIANO: COSMOPOLITISMO E RACISMO

THE DOUBLE KANTIAN LEGACY: COSMOPOLITANISM AND RACISM

DANTE ALEXANDRE RIBEIRO DAS CHAGAS¹
Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Kant é o rosto da Ilustração. Na memória de uma filosofia e historiografia tradicional, seu nome é facilmente vinculado a palavras como: luz, razão, progresso e até cosmopolitismo. Contudo, perde-se de vista o fulcral papel que este filósofo desempenhou na postulação de uma hierarquia racial e seus inflamados discursos em favor do colonialismo e da escravidão. Como face da Ilustração, Kant também serve de um lembrete de que precisamos pensar o moderno e o colonial de forma

Abstract: Kant is the undoubtedly face of the Enlightenment. In the memory of a traditional philosophy and historiography, his name is easily linked to words such as: light, reason, progress and even cosmopolitanism. However, the central role that this philosopher played in the postulation of a racial hierarchy and his passionate speeches in favor of colonialism and slavery has been often forgotten. As the face of the Enlightenment, Kant also serves as a reminder that we need to think the modern and the colonial

¹ Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel, Licenciado e Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. Contato: dantechagas@ufmg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6804-3443>.

dialética. O objetivo deste trabalho, portanto, é realizar um esforço hermenêutico através da História Intelectual, para compreender o clássico pilar das luzes como parte e expressão de seu tempo, de modo a identificar em sua filosofia da história um duplo legado que perpassa o seu próprio tempo: o ideal cosmopolita de uma paz perpétua e as chagas do racismo.

dialectically. The objective of this work, therefore, is to make a hermeneutic effort through Intellectual History to understand the classic western pillar of enlightenment as part and expression of its time, in order to identify in its philosophy of history a double legacy that permeates its own time: the cosmopolitan ideal of perpetual peace and the wounds of racism.

Palavras-chave: Kant; Cosmopolitismo, Racismo.

Keywords: Kant; Cosmopolitanism, Racism.

Introdução

O século das luzes idealizou a Liberdade como um conceito supremo, universal — uma antítese a toda perversidade existente. Nossa realidade, todavia, é sempre marcada pela contradição e esses conceitos não eram aplicados nem considerados para indivíduos de origem não-europeia. Ideais de liberdade, igualdade e progresso estavam sendo proferidos simultaneamente à conquista de outros territórios e à submissão e escravização de outros povos, impondo nestes uma marca de inferioridade (Buck-Morss, 2011).

O nome de Immanuel Kant é sempre lembrado por suas contribuições às noções de liberdade e dignidade humana. Mas tão lapidar quanto a sua influência em nossa Filosofia do Direito e compreensão do indivíduo, é o caminho que ele pavimentara com maestria para o racismo. À luz de seu tempo, Kant em um primeiro momento, foi um dos agentes que elaborou a tradição responsável pela construção de um não-lugar geo-histórico de África e de uma inferioridade do sujeito africano. O filósofo das luzes foi também um ideólogo da raça.

Em outro, mais próximo ao fim de sua vida, o caráter iluminista homogeneizador e universal ganha uma forma um

tanto mais coerente em nome da sua “paz perpétua”. Se antes seu ideal cosmopolita estaria atrelado a uma ordem colonial, depois o mesmo ideal pressupõe uma autodeterminação dos povos. Abraça-se uma universalidade abstrata cujas leis todos os povos deveriam seguir em direção ao que poderia ser melhor para o mundo e para a humanidade. Este parece ser o esforço das organizações que se pretendem internacionais hoje, como a ONU, o FMI e o Banco Mundial, por exemplo, que surgem ao fim da Segunda Guerra.

Se é possível a existência de autodeterminação e pluralidade diante de um projeto de paz universal operado por essas instituições, a história não nos permitiu ver e parece, na verdade, demonstrar seu fracasso. O que nosso tempo demonstra é um imperialismo cultural operado pelo pensamento único neoliberal — que se apresenta como absoluto e incorrigível — a partir do Império dos Estados Unidos da América (Unger, 2005; Horta, 2017; Almeida, 2018; Chagas, 2024.)

O presente é sempre fruto das ideologias, contradições e disputas pretéritas. Nosso olhar para Kant serve, por conseguinte, para compreender tanto uma pré-história do racismo científico em sua intrínseca relação com a face colonial da moeda moderna, quanto um ideal pressuposto a se buscar em nome de uma paz perpétua. Nesse sentido, o presente texto propõe, nos marcos da história intelectual², escrutinar esses dois legados do kantismo em uma análise que dê conta de situar o filósofo e sua filosofia da história no cataclísmico tempo da modernidade.

Para tanto, precisamos, inicialmente, estabelecer os marcos fundantes do racismo e a atividade intelectual comum ao período colonial/moderno que permitiu a Kant erigir sua própria concepção de raça.

² Nosso objetivo é olhar para a obra kantiana à luz de sua vida e do contexto no qual sua filosofia estava inserida. Como salienta Wasserman, o estudo dos intelectuais “extrapola as análises baseadas exclusivamente na relação entre os sujeitos e as estruturas econômico-sociais, bem como supera aquelas abordagens que procuram estabelecer uma autonomização irrestrita desses agentes” (2000, p. 70).

A sequela moderna/colonial: o racismo

No século XIX, o Imperialismo surge como uma demanda da sociedade burguesa e emprega um capitalismo etnocidário (Césaire, 1978), que traz consigo uma latente dimensão colonial. Mas em um mundo posterior à Revolução Francesa e às Revoluções Liberais, quando ideais de liberdade e autodeterminação já preenchiam o imaginário social, uma expansão colonial capitalista industrial precisaria de uma justificativa (Arendt, 2013).

O racismo científico nasce como arcabouço ideológico para legitimar as ações imperialistas no período, tendo como principais expoentes dessa ideia autores como Arthur de Gobineau, Robert Knox, Josiah Nott, Richard Wagner, Ludwig Scheman, entre tantos outros (Bethencourt, 2018, p. 369-395). Se como conceito o racismo surge à luz do Imperialismo, ele tem, contudo, uma pré-história que remonta aos séculos XV e XVI, quando a raça surge como um fenômeno que vai constituir todo o período moderno, de modo que Kant possui um papel definidor nessa virada para o racismo científico, com passagens que poderiam causar inveja, ou inspiração, para Gobineau ou qualquer outro determinista do Dezenove.

Ao longo do século XX, uma vasta produção de intelectuais anticoloniais dedicou-se a salientar a íntima e dialética relação entre a modernidade e colonialismo de modo a compreender o racismo como parte desse projeto colonial-moderno. O filósofo nigeriano Emmanuel Chukwudi Eze (2014) concebe o colonialismo como um período trágico que se inicia no século XV e se estende até a primeira metade do século XX. Período marcado, dentre outras coisas, pelas “resistentes e duradouras ideologias e práticas de predomínio cultural europeu (etnocentrismo) e de supremacia ‘racial’ (racismo)” (2014, p. 1).

Esse longo período colonial/moderno constitui o que Eze chama de Era da Europa, tendo seus albores no ano de 1492 (ou 1415 quando se conquistou Ceuta). O que define esse tempo são seus avanços nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais

possíveis, mas também uma produção intelectual e filosófica que justificava o colonialismo e a escravidão.³

Há uma relação circunstancial entre as demandas europeias para com África e as imagens que passam a ser construídas na modernidade. Quando a colonização na América se adensou, houve um aumento da necessidade por mão de obra escrava, que deu início a um processo de inferiorização do continente africano e do que veio a ser a “raça negra”. A ideia de sub-humanidade africana nasceu desse imbróglio para legitimar a exploração e açoitamento de seus povos. O etnocentrismo e o racismo não são meros acidentes do acaso na filosofia moderna, mas, sim, um preço caro pago em função do colonialismo.

Aníbal Quijano (2009) argumenta que a partir do século XVII começa uma produção específica de conhecimento que se adequa às necessidades cognitivas de um dito *capitalismo emergente*: a medição, a quantificação, a objetificação e a naturalização das experiências, identidades e da organização geocultural do poder capitalista global. Esse eurocentrismo, que traz consigo um entendimento de que essa produção de conhecimento é a única racionalidade válida, símbolo da modernidade, ganha um novo capítulo, durante o século XVIII, com o Iluminismo. Criou-se a ideia de que a Europa, de alguma forma teria desenvolvido a modernidade e a racionalidade antes mesmo do capitalismo colonial e que, por isso, estariam em um ponto mais avançado de uma imaginária marcha linear rumo ao progresso. Daí que os povos estivessem classificados entre inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos.

³ Desde o atlas, *Theatrum Orbis Terrarum* (1570), de Abraão Ortélio, passando por José de Acosta (1540-1600); Francis Bacon (1561 - 1621); Theodor de Bry (1528 - 1598), entre muitos outros, produziram-se obras que tanto reforçavam uma ideia de superioridade europeia, quanto uma noção de que os territórios dos povos não-brancos eram na verdade uma natureza à serviço do homem a ser conquistada. Por outro lado, também tivemos vozes dissonantes a essas ideias como Bartolomé de Las Casas (1484 -1560); A Escola de Salamanca; Michel de Montaigne (1533 - 1592) que repudiavam uma ideia de inferioridade e defendiam a autodeterminação dos povos vítimas da atividade colonial. (Mignolo, 2017; Bethencourt, 2018).

Com a modernidade/colonialidade houve a produção de um novo padrão de poder, um novo sistema de dominação e de exploração social, que trouxe consigo seu elemento fundador: a raça (Quijano, 2005). Esta seria uma categoria social constitutiva da modernidade que se apresenta como arcabouço ideológico que legitima a dominação — um produto mental e social específico do conflito e destruição de mundos não-europeus.

Esse des/encontro da Europa com a África e a América significou a dizimação e escravidão de indígenas e o tráfico e escravização de pessoas africanas para a América, reduzindo diversas etnias às identidades raciais: índio e negro. Naturaliza-se, assim, “a ideia de que os dominados são o que são não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material, e por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural.” (Quijano, 2005, p. 17) Dessa maneira, essa ideia de raça e a primeira classificação social global surge, então, com a Conquista. Inicialmente, para dar sentido às relações de poder entre “índios” e ibéricos, ainda sob a perspectiva político-militar e religiosa da Reconquista que concebera que os caracteres culturais e religiosos seriam transmitidos através do sangue. É no século XVIII que cor e raça se imbricam em uma categoria racial (Quijano, 2005, p. 18-19).

No século XVIII o centro de conhecimento desloca-se da física para a biologia (Santos, 2002). Buscava-se desvendar os mistérios do mundo e descrever as singularidades e os indivíduos. Dentre esses mistérios, estava a natureza humana. O homem não se separaria da natureza e precisaria ser observado e descrito como todos os seres presentes nela. A humanidade não apenas faria mudanças na natureza através da razão, mas seria modificada e determinada por ela. Biologia, indivíduo, sociedade e cultura tornam uma só coisa.

Apesar das diferenças que pensadores monogenistas e poligenistas possuíam em relação à origem dos distintos tipos de homem, percebe-se que esses intelectuais relacionavam as diferenças anatômicas e culturais ao clima⁴. Assim, as diferenças

⁴ Sempre lembrado quando se menciona o poder tripartite, poucos autores discutiram tanto a associação entre o clima e o comportamento dos indivíduos quanto Montesquieu (1996), que atava um laço entre a natureza humana e as

raciais corresponderiam às diferenças geoclimáticas e aos costumes e, por conseguinte, inferiam em diferentes tipos de sociedades. A isso, soma-se o ideal de perfectibilidade que, presente no ideário iluminista, estabelecia que determinadas gentes estariam mais ou menos guiadas pela razão e avançadas rumo ao progresso.

Como aponta Érico Andrade (2017), a filosofia moderna teria colocado no mesmo patamar de certezas as verdades científicas das ciências naturais e o conhecimento de diferentes povos, traçando um horizonte branco e europeu a ser alcançado para se chegar à maioria da razão. Desse modo, o Iluminismo tornou-se um tribunal autoproclamado que definiria quais sociedades e culturas seriam ou não emancipadas, tendo como único ponto de vista da autodeterminação a realidade social, política e cultural europeia. Nessa lógica, o único caminho possível para se chegar à dita “maioria da razão” seriam as luzes iluministas cujas sombras deram lugar a sequela pior do etnocentrismo: o racismo.

Nesse contexto, um grave problema do discurso iluminista é que ele reifica a razão e confere-lhe um estatuto próprio capaz de converter padrões culturais contingentes – os padrões europeus – em padrões universais para os quais não há escolha por parte das outras culturas senão a sua aceitação, sob pena de não estarem na direção do horizonte da racionalidade. Nesses termos, o etnocentrismo dá lugar ao racismo (Andrade, 2017, p. 305).

Sobretudo, o filósofo camaronês Achille Mbembe (2014) argumenta que a modernização é fundamentalmente a expansão dos impérios coloniais europeus, de forma que a história da modernidade é a história da colonização. Ou seja, modernidade e colonialidade são fatores estreitamente interligados e a modernidade periférica o anverso do Iluminismo. Assim, para uma análise aprofundada do período moderno seria necessário ter em mente que “permanecerá inacabada a crítica da modernidade,

características sociais a uma condição geoclimática. Montesquieu tem um papel definidor para a história alemã e sua tendência a estabelecer determinismos (Reil, 1975).

enquanto não compreendermos que o seu advento coincide com o surgir do princípio da raça e com a lenta transformação deste princípio em paradigma principal, ontem como hoje, para as técnicas de dominação” (2014, p. 104).

A filosofia kantiana precisa ser lida à luz dessa contradição. Em Kant temos a História concebida “como a progressiva realização do fim dado antecipadamente na ideia pela razão ou, em outras palavras, como a progressiva conquista da liberdade” (Herrero, 1991, p. 7). Mas essa tentativa de se construir uma história progressiva da liberdade esbarra nos limites empíricos das fontes de seu tempo cujas informações sobre África limitavam-se aos relatos dos viajantes.

Sob os auspícios de coroas europeias, companhias de comércio, sociedades geográficas e etnográficas, os viajantes não tinham a menor pretensão de neutralidade e deram vazão “à fantasia, ao inverossímil, ao preconceito e, em certos casos, mentiram, alguns mais que os outros” e produziram relatos sobre África viciados em prestígio e audiência, ajustando sua narrativa “às expectativas de seus protetores e/ou leitores” (Corea, 2008, 13). Havia uma circulação dessas informações e os relatos eram recebidos como verdades em si mesmas, por serem considerados de testemunhas oculares, quando na verdade a atividade europeia na África pré-colonial raramente passava das praias (Correa, 2008, p. 14).

As publicações dos relatos fizeram sucesso e atraíram a atenção de todos, alfabetizados ou não, dando azo a uma tradição entre os séculos XVIII e XIX que pensou uma África sem história ou em um estado inercial. Caso de Voltaire, Hume, Kant, Schiller, Hegel, que estavam situados em um contexto o qual não se empregava um olhar cauteloso nem crítico a essas fontes.

Nesse imbróglio que amarra fontes precárias e inclinações políticas, a história enquanto progresso é construída criando hierarquias, e povos e culturas foram biologicamente fixados em narrativas que os colocavam abaixo de uma suposta linha evolutiva antropológica e racial. Constroem-se sistemas de classificação cuja pretensão seria descrever os diferentes grupos humanos — baseados em estereótipos — e criar hierarquias supostamente naturais.

Para isso, os intelectuais buscaram descrever os fenótipos, estabelecer graus de inteligência, hábitos e comportamentos para explicar as diferenças e “recolheram-se e mediram-se crânios; compararam-se esqueletos; e estabeleceu-se uma distância dos símios” (Bethencourt, 2018, p. 343). Essas falsas medidas deram azo a um status pseudo-científico da raça, pois “as características fenotípicas desafiavam a influência das circunstâncias externas, ao passo que as capacidades morais e intelectuais estavam inextricavelmente ligadas à aparência física” (ibidem).

O intelectual congolês Valentin-Yves Mudimbe (2013) chama a atenção para o fato de que nesse período, anterior ao Imperialismo, coexistiam dois mitos contraditórios que giravam em torno de duas imagens do continente africano: uma África hobbesiana, que seria marcada pelo primitivismo e selvageria, e uma África de um tempo de ouro rousseaneana que gozaria de plenos direitos e ideais liberais, vivendo em plena harmonia. Kant reproduz confortavelmente uma visão hobbesiana de África, como veremos. Ademais, insere-se numa tradição que se inicia com Christoph Meiners (1747 - 1810) que deliberadamente retira a África e Ásia da História da Filosofia. De acordo com Peter K. J. Park (2013), a filosofia da história kantiana deu-se de modo racial e antropológico, importando e reproduzindo as ideias de Meiners em relação a esses continentes, sem muitas mudanças.

O pilar das luzes da modernidade

Immanuel Kant foi um filósofo da antiga Prússia que nasceu em 1724 e morreu em 1804 na mesma cidade, Königsberg. Nos seus quase 80 anos de vida, o pensador se consolidou na história da filosofia e foi evidentemente o apogeu do Iluminismo e um marco para o pensamento ocidental. Nele temos “os segredos da época moderna, suas virtudes e suas limitações” (Ortega y Gasset, 1973, p. 3). Isso porque Kant amarrou racionalismo e empirismo em um projeto que não era nem racionalista nem empirista propriamente, mas herdeiro destes: uma filosofia crítica que rastreia os limites da razão por meio dos sentidos, e os limites dos sentidos por meio da razão — discutindo as condições de possibilidade do conhecimento humano.

Kant insere-se num contexto intelectual, social e político de profundas transformações e contradições. Karine Salgado, jusfilósofa mineira, ressalta que, de um lado, temos uma Alemanha cujo horizonte parecia cristalizado, sem possibilidade de avanços, com uma burguesia inexpressiva e ofuscada diante de Frederico II. Por outro lado, há às vistas de Kant a Revolução Francesa que inaugurou um mundo até então que não parecia possível. Esta foi recepcionada pelo filósofo da Prússia de forma dual. Do mesmo modo que lhe desperta “profunda admiração em virtude de seus ideais éticos, arranca-lhe também duras críticas, já que a reforma, e não a revolução, é para ele o meio adequado de transformação e evolução dos Estados” (Salgado, 2008, p. 20).

Em termos intelectuais e filosóficos é preciso destacar os novos contornos que a História ganhou nesse período. Se na Antiguidade havia somente um esboço de um corpus filosófico dedicado à história, na Idade Média há uma “teo-filosofia da história cristã” que privilegiava o horizonte de expectativa, o futuro, como o tempo da experiência humana. Essa postura “determina tanto o caminho que as filosofias da história tomaram, quanto as tentativas de superação” (Ambrósio, 2015, p. 17-22). Por fim, no período moderno, em meio aos cataclismas e acelerações, o filósofo buscou dar ordem (ou talvez enxergar um sentido) no tempo e na história.

O Século das Luzes estava imerso em ideias como o devir da matéria, evolução das espécies, liberdade e progresso dos seres humanos. É nesse contexto que a filosofia da história ganha forma no século XVIII, com pensadores como Voltaire, Kant e Condorcet que acreditam “num movimento ascendente da humanidade em direção a um Estado ideal” e buscam dar sentido à história à luz das efervescências sociais e cisões modernas que chegam a um novo patamar no tempo das revoluções (Bourdé e Martin, 1983, p. 44).

Guy Bordé e Hervé Marti (1983) entendem que desde Platão existe a projeção de um sentido da história entendendo que “a) há ordem no universo; b) tudo é ordenado tendo em vista o melhor resultado; c) uma inteligência ordenadora aplica ao mundo esta concepção; d) o melhor situa-se ao nível intelectual e

não material; e) existe um Verdadeiro, um Bem, um Belo em si” (1983, p. 44).

Bossuet e Rousseau teriam feito contribuições importantes a essa forma de pensar que seria reconciliada em Kant. O primeiro imbrica teleologia e teologia ao dizer “que Deus fez o encadeamento do universo e quis que o curso das coisas humanas tivesse a sua continuação e as suas proporções; que a divina Providência preside ao destino dos Impérios, ao seu desenvolvimento e à sua queda” (ibidem, p. 45). Rousseau, todavia, teria uma postura pessimista, a dizer, a passagem da humanidade do estado natural para o estado civil colocaria a história como uma “abstração (o negativo da natureza) que é colocada ao serviço de uma demonstração moral” (ibidem).

Nesse sentido, Brauer nos lembra que a filosofia da história de Kant está “vinculada à razão prática e, por essa razão, funda-se nos conceitos éticos do filósofo, principalmente na liberdade.” (Bauer apud Ambrósio, 2015, p. 243). Nas palavras de Herrero, a filosofia prática de Kant seria uma filosofia da liberdade, “isto é, seu tema está nos princípios de ação que se seguem ao conceito de liberdade” (Herrero, 1991, p. 10).

A liberdade é o ponto central do pensamento de Kant. No âmbito da moral, a liberdade se apresenta como autonomia e autodeterminação, na capacidade humana de ser legisladora de si mesma. É justamente nessa tarefa racional sobre si, a razão prática, que se desvela o valor inestimável do homem, a sua dignidade, de modo que a dignidade humana seria também tema central explorado na esfera da moral, do direito, do Estado: uma condição fundamental para a efetivação da paz. Haveria, dessa forma, uma íntima articulação entre liberdade, dignidade, história e paz, que é consequência da tomada de consciência que respeita o indivíduo como ser portador de dignidade (Salgado, 2008, p. 19).

Contudo, o conceito de liberdade não começa na Razão Prática, mas na Razão Teórica: “é sobretudo digno de menção o fato de que o conceito prático de liberdade se fundamenta na ideia

transcendental de liberdade”⁵. Há, em Kant, uma unidade sistemática entre os dois conceitos de liberdade que ele deixa explícita em sua *Crítica da Razão Pura* (Herrero, 1991, p. 11).

A razão teórica diz respeito à maneira como a razão pensa o compreender, as estratégias que a razão cria para dar sentido ao real, para criar normas ou leis que organizam a experiência fenomênica. Kant se dedica a ela em sua *Crítica da Razão Pura* (2001) e estabelece a distinção entre a coisa em si e o fenômeno, bem como a limitação do conhecimento aos fenômenos. Aqui a razão é regulativa e estabelece as regras que orientam o nosso entendimento e a nossa sensibilidade, condicionando a maneira como recebemos as impressões sensíveis.

No entanto, por mais que a razão se esforce, ela não produz conhecimento sem compreender um objeto cuja experiência se dá pela sensibilidade. A razão depende da experiência para construir conceitos. Sobre a coisa em si (*noumenon*) não se dá para falar, somente sobre o seu fenômeno (Salgado, 2008). É o caso do conceito de Liberdade que, por ser um conceito puro da razão, é transcendente para a razão teórica, de uma forma que, inicialmente, não poderia ser conhecida empiricamente.

A Razão, contudo, não se limita a um conhecimento condicionado e parte rumo ao incondicionado, para além da experiência, em direção a um conhecimento fruto da própria razão. Mas aqui no âmbito do conhecer, ela não consegue ser constitutiva, somente regulativa; por mais que se chegue à ideia, ainda não se tem o suficiente para se fazer ciência.

Somente na razão prática, que diz respeito ao agir, é que a razão pode ser constitutiva, de modo que “se tornou possível mais uma diferenciação entre o conhecer limitado ao mundo dos fenômenos, e o pensar, que está para além deste mundo” (Salgado, 2008, p. 23-24), o transcendental. É a Razão Prática que traz à realidade um objeto supra-sensível, a liberdade. Esta é algo que se sabe *a priori* e é condição para a lei moral. Logo, se na teoria temos a Razão num esforço de pensar nas leis por meio das

⁵ Válido destacar que se trata de uma única e mesma razão, mas com usos e interesses distintos.

quais ela observa, trabalhando com objetos irracionais, na prática, entramos no campo da moralidade, um âmbito onde ela dá leis para um objeto que é pura razão, ela própria, o sujeito racional.

Por conta disso, a filosofia kantiana se vê imersa em dualismos, mas não desiste de tentar ser sistêmica e totalizante. Para Herrero, por mais que Kant tenha destruído a possibilidade de se chegar ao absoluto, ele jamais “renunciou à exigência filosófica de chegar a ele” e teria aberto a possibilidade de se chegar ao absoluto por meio da história. “Até ele, a colocação da pergunta pelo absoluto tinha lugar na razão *teórica*” (Herrero, 1991, p. 9), mas como o homem realiza sua existência por meio da ação, o âmbito da razão prática nos dá a possibilidade de se realizar o absoluto de forma prática. A História seria obra da liberdade do homem e em Kant ela é essencialmente política, mostrando “apenas um aspecto da totalidade a realizar” (ibidem).

Mas a história também é vista dentro do campo da moral e nos leva a outro campo de realização do absoluto que é a religião. Assim, “ambos os aspectos, história e religião, são objetos da liberdade humana” e estão no campo prático da razão (ibidem). Daí temos que:

De um lado, a história futura deve ser baseada nos conteúdos morais da razão prática, de outro, a construção dessa história não é feita levando em conta a ação individual, mas “a faculdade de pensar o particular enquanto contido no universal”, ou seja, por meio de uma ação que, ao mesmo tempo, une as partes (indivíduos, Estados) ao todo, à espécie (Ambrósio, 2015, p. 76).

Em suma, como um conceito puro da razão, a liberdade é transcendente para a razão teórica e não pode ser conhecida empiricamente de modo a ser, inicialmente, em sua *Crítica da Razão Pura* uma “ideia, como espontaneidade, como causa incausada” (Salgado, 2017, p. 38).

A causalidade, vale dizer, tem um papel importante para a compreensão da liberdade. Kant aceita que o mundo submetido às leis naturais conhece tanto a causalidade natural quanto também exige uma causalidade através da liberdade para se explicar os fenômenos. Contudo, essas causalidades apresentam-se em espaços definidos.

Para Kant, a causalidade natural não é suficiente, posto que ela estabelece uma série regressiva entre os fenômenos e os aloca como a consequência temporal de uma causa primeira. O problema é que essa série regressiva possui um limite. Como se explica a origem do mundo, então? Se houve uma causa primeira e criadora, ela então está fora da série regressiva do tempo. Ou seja, o que poderia ter gerado a causa primeira da criação? O que temos aqui são “começos subalternos” de uma série que não se completa, portanto. Mas como já foi apontado, a razão não se contenta com isso, a um conhecimento condicionado, e por isso ela parte do condicionado ao incondicionado, porquanto pressupõe que “se o condicionado é dado, também é dada a soma de todas as condições e com ela o incondicionado absolutamente” (Herrero, 1991, p. 11).

Nesse sentido, há uma contradição na natureza em seu princípio de causalidade. Como tudo é determinado e acontece por uma causa, é preciso que exista um outro tipo de causalidade que explique as causas primeiras e não-determinadas, que não dependem de uma sequência temporal. A esta causalidade Kant chama primeiro de “espontaneidade absoluta”, em sequência “começo absoluto” e então “liberdade transcendental”. Essa causalidade inicia por si uma sequência fenomenológica que decorre segundo as leis naturais, de modo que “o próprio conceito de causalidade segundo a natureza exige o princípio de uma causalidade por liberdade” (ibidem, p. 12).

Ou seja, os fenômenos são efeitos da liberdade, mas não rompem com o curso das leis da natureza. Para Kant, não há uma contradição aqui, posto que um sujeito pode ter uma causalidade tanto inteligível quanto sensível: “como inteligível segundo seu ato como coisa em si, e como sensível segundo os efeitos do ato como fenômeno no mundo sensível”, tendo lugar juntos e um mesmo efeito (ibidem, p. 13).

Dessa forma, Kant supera “o simples conceito negativo de liberdade”, desdobrando-o como “autodeterminação, o que equivale dizer: livre é aquele que não se determina por nada exterior, é aquele que se autodetermina” (Salgado, 2017, p. 38). A autodeterminação pressupõe uma ação livre de agentes

exteriores, mas não qualquer ação, esta deve sempre estar condicionada à razão.

O contrário disso, a ação pelo instinto, não se trata de liberdade. Com Kant, o elemento da autonomia é essencial, essa noção considera “como ser livre somente aquele que se determina por sua própria razão, ou, no dizer de Kant, aquele cuja máxima de ação pode ser erigida a lei universal” (ibidem). O que nos permite inferir, a partir de Herrero, que Kant dá primazia à filosofia prática em relação à filosofia teórica, porquanto “a razão prática pode e deve prescrever fins e metas que se devem realizar na história com caráter obrigatório” (1991, p. 6-8). A História é, assim, o lugar onde se realiza a razão prática.

Herrero salienta que “a prática só tem sentido, valor e realidade efetiva na medida em que surge do conceito de dever”, o dever possui “os princípios que possibilitam e prescrevem a práxis” e exige que entendamos a teoria como aplicável e cabe à humanidade criar as condições concretas para que as metas da razão se efetivem fenomenicamente (1991, p. 117-118).

Mas o que será que a Razão exige do mundo? Quais são os *imperativos categóricos* postos por ela? Joaquim Carlos Salgado (2008, p. 14-15) aponta que o primeiro deles é que o homem “age apenas segundo uma máxima tal que possa ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”. O segundo imperativo trata-se da sociabilidade, quando se sai do estado de natureza e se convive com “outros seres racionais numa sociedade juridicamente ordenada e organizada”. Contudo, não é um processo simples, não se sai simplesmente do estado natural é preciso que, enquanto cidadãos, os seres humanos construam um estado civil edificado por uma república cujas “leis jurídicas sejam postas pela comunidade”. Se os imperativos anteriores se dirigem ao homem individual, o último se dirige aos Estados: “É dever do Estado sair do estado de beligerância e ingressar no convívio de uma paz perpétua”. Tal como o direito pôs fim ao estado natural de todos contra todos, é preciso que também o direito assumam uma forma jurídica interestatal que supere os conflitos dos Estados, tal é a precondição da paz perpétua.

Desse modo, o soberano bem político é um dever posto pela razão e não tem como objetivo a felicidade de todos

indivíduos e Estados, mas sim garantir a “unificação das liberdades segundo uma lei universal de direito, e, portanto, de coação realizada na Constituição cosmopolita, pois o direito tem em vista apenas a forma de relação entre os livres-arbítrios” (Herrero, 1991, p. 122). Trata-se de um “dever incondicional que deve ser realizado na história” e esta tem de ser concebida como “a história da realização do fim político” (ibidem). Portanto, o fim último atribuído à natureza pela razão que se realiza no homem é a cultura. Isto é, “a condição formal subjetiva, a saber, a aptidão para colocar a si mesmo fins em geral” (p. 126), usando a natureza “conforme as máximas de seus fins livres em geral, como meio, o qual a natureza pode orientar para o fim-término, que reside fora dela, e que, portanto, pode ser visto como seu fim último” (Ibidem).

O fim da natureza apresenta a dupla característica de ser seu próprio fim, mas também por preparar o homem para o seu “fim-término incondicional”, de modo que a humanidade assuma “os fins morais como meta de sua ação e os realize no mundo”, a saber, a liberdade externa, o direito, posto que a natureza “deu ao homem liberdade e razão para não limitar essa liberdade a não ser por sua própria legalidade universal e em verdade externa, a qual se chama direito civil” (p. 127).

Uma história universal

Liberdade e História, então, estão intimamente interligadas. Em sua *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784), é possível compreender que a ação do homem é livre e não governada por forças externas. Essa autonomia está atrelada à racionalidade humana, dada pela natureza para que a humanidade se guiasse não pelo instinto, mas pela razão para que pensasse por si e extraísse tudo de si, a fim de alcançar os objetivos dados pela natureza que se vale dessas ações para o seu desenvolvimento e progresso. Isso porque a natureza é teleológica e, com suas disposições naturais, destina-se a desenvolver-se completamente. Algo que se aplica a todas as criaturas, sobretudo a humanidade.

As ações humanas seriam manifestações da liberdade da vontade e um acontecimento natural condicionado às “leis

naturais universais”. A História, por sua vez, ocupa-se da narrativa das ações humanas e através dela encontramos um curso regular de uma forma que “o que se mostra confuso e irregular nos sujeitos individuais poderá ser reconhecido, no conjunto da espécie, como um desenvolvimento continuamente progressivo, embora lento, das suas disposições originais” (Kant, 1784, p. 3-4).

A natureza teria dado somente a razão ao homem. Todo o resto, todo o mundo da cultura, deveria ser construído por ele e assim “todo o deleite que pode tornar a vida agradável, inclusive o seu discernimento e a sua subtileza, e até a bondade da sua vontade, deviam integralmente ser obra sua” (*ibidem*, p. 7), de sorte que o plano da natureza seria o desenvolvimento da humanidade ao ponto de seu comportamento ser digno de conforto e paz.

Porém, a razão levaria bem mais do que apenas uma vida humana para se desenvolver, por conseguinte, só é possível observar o seu desenvolvimento no que se refere à espécie, não ao indivíduo. E é justamente essa longa duração que daria sentido à História: uma responsabilidade da espécie se desenvolver.

Causa sempre surpresa que as velhas gerações se empenhem aparentemente nas suas ocupações trabalhosas só em vista das futuras, para lhes preparar um estádio a partir do qual possam elevar ainda mais o edifício que a natureza tem como intento; e que só as últimas gerações terão a sorte de habitar na mansão em que uma longa série dos seus antepassados (talvez, decerto, sem intenção sua) trabalhou, sem no entanto poderem partilhar da felicidade que prepararam. Embora isto seja muito enigmático, é ao mesmo tempo necessário, se alguma vez se conjecturar que uma espécie animal deve ter razão e, como classe de seres racionais, sujeitos à morte no seu conjunto, chegará todavia à perfeição do desenvolvimento das suas disposições. (Kant, 1784, p. 7)

Esse desenvolvimento liga-se ao que Kant chama de insociável sociabilidade. Isto é, uma competitividade entre os indivíduos que vivem em sociedade. Isso ocorre a partir de duas necessidades contraditórias: a de ser o mais livre possível e a de proteger-se das liberdades alheias, uma vez que em sociedade o

homem se sentiria como homem e teria todo o “desenvolvimento de suas disposições naturais” (ibidem, p. 9). Contudo, é também nela que se encontraria resistência por todos os lados, pois não se pode ter tudo aquilo que se almeja.

Esse antagonismo interno à sociedade seria a mola propulsora do desenvolvimento da espécie humana, porquanto sem essa contradição e embates egóicos, “todos os talentos ficariam para sempre ocultos no seu germe, numa arcádica vida de pastores, em perfeita harmonia, satisfação e amor recíproco” (ibidem, p. 8), o homem seria tal como uma ovelha domesticada. A História é aqui apresentada como um reino de tensões e contradições, guiadas para o melhoramento através do embate entre a sociabilidade e a insociabilidade, até que se alcance um equilíbrio, algo que permita limitar a insociabilidade e garantir o convívio e o pleno desenvolvimento das potências humanas.

A natureza, dessa forma, impele o ser humano à construção de “uma sociedade civil que administre o direito em geral” (ibidem, p. 9), de modo a edificar “uma sociedade em que a liberdade sob leis exteriores se encontra unida no maior grau possível com o poder irresistível, isto é, uma constituição civil perfeitamente justa” (ibidem), que regule e estabeleça um equilíbrio entre as liberdades individuais, controlando seus impulsos e garantido a liberdade e o pleno desenvolvimento que a natureza planeja para a espécie. São os “germes da natureza” que forçam a insociabilidade humana a ser sociável e desenvolver a cultura, a arte e toda ordem social. A frente de uma constituição civil justa é preciso um chefe de estado também justo. Essa tarefa, por mais impossível que pareça, também nos é imposta pela natureza.

Nesse sentido, em Kant, a história da natureza “começa pelo bem, porque ela é obra de Deus”; já a história da liberdade “começa pelo mal, porque ela é obra do homem” (Bourdé e Martin, 1983, p. 46). Uma liberdade negativa circunscrita às vontades imediatas e paixões humanas, de modo que temos, por um lado, um ganho para a natureza no que diz respeito a orientação de um fim reservado à humanidade enquanto espécie, mas uma perda para o indivíduo.

Contudo, “por isso, o indivíduo tem motivos para imputar-se como culpado de todos os males (*Übel*) que sofre e de todo o mal (*Böse*) que comete”, mas também “como membro de um todo (uma espécie), tem da mesma forma motivos para se admirar e exaltar a sabedoria e a finalidade do arranjo” (Kant, 2010, p. 144). Assim, Kant busca compreender uma história real, de modo a vislumbrar o sentido da vida humana, ao passo que conclui ser possível empiricamente enxergar no acúmulo dos fatos históricos uma finalidade que é concebida por um plano da natureza “que realiza os seus fins através dos homens” (Bourdé e Martin, 1983, p. 46).

Haveria um plano oculto da natureza que coincidiria com o fim da razão. Herrero demonstra que a concepção kantiana de história é edificada sobre dois pilares. A razão prática que dá a “meta e o fim que a história deve seguir como mandamento incondicional” (1991, p. 134) e a natureza cujo plano oculto coincide com o fim da razão. Isso porque a “razão prescreve o fim que a própria natureza impõe” (ibidem, p. 135).

Desse modo, a história é “o lugar de desenvolvimento” das disposições naturais que estão destinadas a se realizar plenamente. Enquanto concebida filosoficamente, a história é “a conexão que unifica as ações fenomênicas e as vê como se se dirigissem progressivamente para o fim da razão, orientada pelo fim que a natureza impõe” (ibidem). Há um fio condutor na história, ou melhor, ela é em si esse fio condutor estabelecido *a priori* pela razão e posto à concretização pela natureza por meio da atividade humana.

Graças, pois, à Natureza pela incompatibilidade, pela vaidade invejosamente emuladora, pela ânsia insaciável de posses ou também do mandar! Sem elas, todas as excelentes disposições naturais da humanidade dormitariam eternamente, sem desabrochar. O homem quer concórdia; mas a natureza sabe melhor o que é bom para a sua espécie, e quer discórdia. Ele quer viver comodamente e na satisfação; a natureza, porém, quer que ele saia da indolência e da satisfação ociosa, que mergulhe no trabalho e nas contrariedades para, em contrapartida, encontrar também os meios de se livrar com sagacidade daquela situação. Os motivos naturais, as fontes da insociabilidade e da resistência

geral, de que brotam tantos males, mas que repetidamente impelem também, todavia, a novas tensões das forças, portanto a novos desenvolvimentos das disposições naturais, revelam de igual modo o ordenamento de um sábio Criador; e não, por exemplo, a mão de um espírito mau que, por inveja, tenha estragado ou danificado a sua obra magnificente (Kant, 1784, p. 9).

Para alcançar a constituição perfeita, no entanto, é preciso mais. A relação entre os Estados seria análoga a dos indivíduos, antagônica e conflituosa, mas que precisa de uma “relação externa legal entre os Estados e não pode resolver-se sem esta última” (ibidem, p. 11). A Natureza se vale mais uma vez da insociável sociabilidade também para desenvolver o Estado, de modo a atingir não só uma constituição interna perfeita, mas também uma constituição externa, que formaria uma Liga de Estados, uma federação unificada pela paz.

A natureza destrói para poder construir. Trata-se de um plano oculto e a história é a execução desse plano que se vale do imperfeito para chegar ao perfeito: um “estado de cidadania mundial como o seio em que se desenvolverão todas as disposições originárias do gênero humano” (ibidem, p. 17). É preciso que, à luz da razão e conforme à natureza, o direito seja universalizado e que a humanidade não pense em si regionalmente, mas universalmente, cosmopolitamente, como uma grande pólis.

Em sua nona proposição, por fim, Kant constata que é possível uma história universal do mundo, uma filosofia da história, e que a história seria progressista. O homem, por sua vez, faria parte da natureza, e teria uma condição inata racional dada por Deus. O que possibilitaria “um ensaio filosófico que procure elaborar toda a história mundial segundo um plano da Natureza, em vista da perfeita associação civil no gênero humano” (1784, p. 18).

Kant propõe, então, um caminho que se dá desde os gregos, passando pelos romanos e às expedições germânicas e que chegaria até os dias dele acrescentando “episodicamente a história política dos outros povos, cujo conhecimento chegou gradualmente até nós por intermédio dessas nações ilustradas”

(ibidem). Tal narrativa permitiria deduzir que há “um curso regular da melhoria da constituição estatal na nossa parte do mundo” e que provavelmente a Europa “algum dia dará leis a todas as outras” (ibidem). A questão é como a Europa faria isso?

Aqui existem dois pontos que precisam da nossa atenção. O primeiro é o caminho proposto por Kant, no qual a narrativa histórica inicia-se com os gregos. O segundo é justamente um paradoxo, que demorou a ser superado por Kant: a contradição de propor a paz através de um direito universalizado e uma federação de Estados, ao mesmo tempo que se defendia a colonização e uma hierarquia entre as raças. Como veremos, o peso desse oxímoro foi tamanho que o pensamento kantiano precisou superá-lo para, entre outras coisas, apostamos, ter coerência.

O filósofo das raças e seu sonho cosmopolita

Como expusemos, Kant está situado em um tempo o qual as filosofias da história começam a ganhar corpo. Mas não podemos perder de vista que ao elaborar essas filosofias da história, — ao situar diferentes povos no tempo e espaço rumo ao progresso —, o que acabamos por ter é a construção de uma narrativa que põe a Europa como aquilo que é belo, virtuoso, desenvolvido, espiritualizado, iluminado, civilizado; o caminho em relação a um outro temporal, cultural e racialmente inferior. Todo o percurso que a história teria trilhado levaria àquela Europa, e os Estados, povos e culturas teriam sido experiências menos perfeitas ou inferiores no progressivo caminhar da humanidade.

Lea Ypi traz ênfase que Kant reconcilia duas tendências presentes no século XVIII relacionadas às pré-disposições e aos germes, entendendo que diferentes raças se desenvolvem como um resultado de diferentes germes que entram em contato com diferentes ambientes. Não à toa, a história é entendida “como o processo de realização das pré-disposições e germes que são inatos nos organismos naturais” (2014, p. 111) e se explica somente à luz da suposição de uma conformidade natural para determinados fins. Os germes teriam em si pré-disposições para

se desenvolverem em qualquer ambiente e o fariam de acordo com o espaço em que estão inseridos.

Esses germes explicariam as diferenças inerentes das raças dentro da mesma espécie humana, pois seriam frutos da influência de um “ambiente específico, o tipo do solo, ou determinadas condições atmosféricas que estabelecem diferenças nas características humanas” (ibidem). Dessa forma, eles servem de explicação para as diferenças biológicas, físicas, cognitivas e mesmo morais que seriam inatas de cada raça, enquanto as pré-disposições são compartilhadas por toda humanidade, mas se desenvolvem “mais devagar ou mais rapidamente, dependendo das circunstâncias empíricas em que elas se envolvem” (ibidem).

A hierarquia racial kantiana e sua história humana se desenvolvem em etapas relacionadas. Isso porque “se a teoria dos germes (*keime*) explica as diferentes habilidades das raças humanas, a pré-disposição (*Anlage*) para a insociável sociabilidade se desenvolverá para uma dimensão maior ou menor a depender dos diferentes agentes que operam em meios geográficos e culturais distintos” (ibidem). Isso permite a Kant postular, em seus *Discursos sobre antropologia*, que pessoas não-brancas sejam incapazes de produzir cultura. Logo, embora as raças ditas selvagens tenham os germes necessários para serem civilizadas tal como um parisiense, elas não se desenvolveram ainda.⁶

Pauline Kleingeld (2014) entende que no contexto de produção do *Ideias de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, Kant era um fiel defensor e justificador do colonialismo europeu. Aqui, quando ele diz que a Europa daria leis para as outras partes do mundo, no seu discurso teleológico da história, é preciso que concebamos que seu ideal cosmopolita na verdade se trata de uma ordem colonial europeia. Isso porque, segundo a autora, nesse contexto, entre a década de 1770 e os

⁶ “Who has seen a savage Indian or Greenlander, should he indeed believe that there is a germ innate to this same [being], to become just such a man in accordance with Parisian fashion, as another [would become]? He has, however, the same germs as a civilized human being, only they are not yet developed. (Kant, 2012, p. 227)”.

anos iniciais da década de 1790, discursos que viam com bons olhos a colonização e/ou que endossavam uma hierarquia racial eram definitivamente comuns em seus textos, uma vez que não eram temas isolados em sua obra. Na verdade, colonialismo e racismo estavam intimamente interligados em seu pensamento e Kant terá um papel primordial na construção do conceito de raça.

Em ensaios como *Das Diferentes Raças Humanas* (1775, 1777) (Kant, 2010); *Determinação do Conceito de uma Raça Humana* (1785) (Kant, 2012); *Sobre o uso de princípios teleológicos na filosofia* (1788) (Kant, 2013), e na vastidão de seus *Discursos sobre a antropologia* ao longo da década de 1780, Kant reforça uma superioridade branca frente a uma caracterização das raças não-brancas como inferiores e incapazes de se auto-governarem, enquanto ele se debruça sobre as vantagens de utilizar os recursos e territórios dessas raças ‘deficientes’ em função dos brancos europeus, que poderiam inclusive torná-los mais felizes⁷.

O curioso é que todo o discurso de Kant sobre a dignidade humana (segundo o qual nenhum ser humano poderia ser visto como um meio, somente como um fim) possuía um limite claro nos padrões brancos e europeus. Essa contradição latente vai perdurar em seu pensamento até a metade dos anos 1790, de modo que em *À Paz Perpétua* (1795), Kant passa a repudiar o colonialismo e a estender a noção de dignidade e autodeterminação a todos os povos e nações.

O que leva a essa mudança de pensamento ainda é um ponto a ser respondido, segundo Kleingeld. Algumas apostas da autora estão na Revolução Francesa e todo o debate sobre os direitos do homem que dela se extrapolam, mas também a Revolução do Haiti que edifica uma república negra em uma América colonial e escravista. Somado a isso, acreditamos que se deva levar em consideração os debates abolicionistas que já começavam a ganhar corpo⁸, bem como as vozes dissonantes que

⁷Kant chega a dizer que o destino da Índia como nação seria mais feliz sob o reino de Inglaterra ou França (Kleingeld, 2014).

⁸Em meio às mudanças estruturais vividas em Europa, aos vários levantes e revoltas de escravizados diante do intenso tráfico de pessoas e à escravidão,

coexistiam no tempo de Kant e que eram contrárias às ideias defendidas outrora pelo filósofo e que inclusive com ele discutiam (como no caso de Herder e George Forster). Desse modo:

[o] projeto de paz perpétua traçado por Kant é um projeto da humanidade, não de uma geração ou de um povo específicos, mas da espécie que está unida de modo inexorável nesta caminhada rumo ao progresso. A realização da paz perpétua não admite exceção ou discriminação. A efetivação deste sumo bem político só se dará quando todos, sem qualquer tipo de exclusão, tiverem reconhecida sua liberdade, a sua dignidade, que faz do homem fim em si mesmo. De nada adianta o progresso de uma ou algumas nações diante do retrocesso e da barbárie de outras (Salgado, 2008, p. 150).

Contudo, o legado que os discursos racialistas e colonialistas de Kant deixam para a posteridade exigem atenção, de modo que tal fase de seu pensamento não pode ser simplesmente deixada de lado; muito menos poderíamos assumir que o filósofo não teve papel fundamental na edificação de uma hierarquia que se vê até hoje na sociedade contemporânea. O passado continua a gritar para os ouvidos que se insistem surdos e a saltar aos olhos dos que se fingem cegos e Kant e seu legado segue sendo uma discussão parcial.

Em Kant temos a construção de uma hierarquia racial, junto a uma articulação entre raça, forma de governo e costumes. Ele postulou 4 raças distintas: “1) a raça dos brancos, 2) a raça negra, 3) a raça huna (mongolóide ou calmuca), e 4) a raça hindu ou indiana” (Kant, 2010, p. 13). Não à toa, Robert Bernasconi (2001) vê em Kant um dos fundadores das teorias raciais e defende que a sua teoria das raças se consolida e perpassa o Dezenove.

bem como a difusão de autobiografias de ex-escravizados como a de Olaudah Equiano, sobretudo pós-Revolução do Haiti, os debates sobre a abolição ganhavam cada vez mais força e uma exigência para se tornar realidade (Bethencourt, 2018, pp. 313- 339).

Relacionado a isso está a prevalência da Grécia como um pilar para filosofia. O intelectual Peter Park (2013) reflete sobre essa concepção de que o início da filosofia teria sido na Grécia e percebe que esta era uma opinião bem minoritária até o século XVIII. Na verdade, até o pensador naturalista e poligenista alemão Christoph Meiners (1747–1810).

Meiners acreditava que atribuir aos antigos asiáticos ou africanos a origem de qualquer coisa, sobretudo a transferência de ciências e artes aos gregos, seria um “entusiasmo a-histórico” e uma doença mental (Park, 2013, p. 76). Assim, a partir de Meiners inicia-se uma tradição que perpassa por seu amigo Dieterich Tiedemann (1748–1803), Wilhelm Gottlieb Tennemann (1761 – 1819), entre outros, até culminar, naquela época, em Kant que atribui à Grécia o início da filosofia e a classifica como o centro da raça humana e sua benfeitora.

Para Kant, então, seria impossível que os gregos pudessem ter se inspirado nos egípcios, tendo em vista que estes seriam “crianças comparados aos gregos” (ibidem, p. 90). Na *Reflexão 1520*, Kant atesta que o que importa da história antiga é necessariamente a história dos entendidos por ele como brancos: “Egípcios. Persas. Trácios. Gregos. Celtas. Citas. (Não Índios, Negros)” (ibidem, p. 95). Diferentemente das raças não-brancas, “a raça branca contém em si todos os incentivos e talentos”. Não à toa:

Toda a Europa, os Turcos e os Calmucos pertencem à raça branca. Sempre que ocorreram revoluções, elas sempre foram trazidas pelos brancos, e os hindus, americanos e negros nunca participaram delas. Sob os brancos poderíamos dividir os tipos Oriental e Ocidental. Em terceiro lugar, pode-se contar também a nação finlandesa aqui (Kant, 2012, p. 321).

Sendo assim, Kant coloca os povos não-brancos numa dimensão de inferioridade e passividade em sua filosofia da história, ao passo que reforça uma hierarquia racial que situa os povos brancos como superiores e exclui a África e a Ásia como possíveis ancestrais do conhecimento filosófico. Sem rodeios, temos um pensador que solidifica as balizas do discurso sobre a raça cuja filosofia também foi eurocêntrica e racista. Temos

assim, como legado, dois projetos distintos: o da paz perpétua e o do racismo. Se o primeiro pode nos encher de esperança (pelo menos para o padrão cosmopolita europeu de pensamento), o segundo ainda nos assombra e não pode ser considerado um ponto menor de seu pensamento e de seu legado, ainda que o pensador tenha mudado de opinião nos anos finais de sua vida.

A África e o africano na ótica kantiana

Kant acreditava que apesar de haver uma unidade da humanidade no que se refere à espécie, existiria uma diferença racial “cujo caráter especial pertence à geografia física” (Kant, 2012, p. 327). O *caráter* teria a ver com talentos e mentes e se daria em relação, entre outras coisas, à longa duração e ao clima. Nesse sentido, em diversas passagens, Kant reforça uma “incapacidade oriental” de pensar através de conceitos, especializando-os como seres sensíveis e passionais que possuiriam “uma linguagem infantil da humanidade”, enquanto o Ocidente “abandonou a sensibilidade muito antes” criando para si “conceitos do entendimento”. O Oriente é posto em oposição ao Ocidente⁹, de uma forma que o primeiro é postulado como a “terra da sensação”, enquanto o último seria a terra “do som e da razão pura” (ibidem, p. 363).

Eu admito que muitas gerações foram necessárias, desde o tempo do início da espécie humana, para a completa conformação a um clima, por um desenvolvimento gradual das disposições nela existentes e que então a difusão da mesma sobre a parte mais considerável da terra, forçada na maioria das vezes por uma violenta revolução natural, poderia ter acontecido com uma escassa multiplicação da espécie (Kant, 2013, p. 230).

A África foi concebida à luz dessa imaginação kantiana em relação ao Oriente. As nações orientais possuiriam uma diferença essencial se comparadas às ocidentais, uma vez que as primeiras não teriam qualquer capacidade de explicar nenhuma propriedade de moral ou justiça através de conceitos, porque a

⁹ A propósito, sobre o debate das categorias Ocidente e Oriente v. Said (2012).

moralidade nestes espaços seria baseada na aparência. E como só conseguiriam representar algo a partir da intuição e da forma, os orientais seriam incapazes de alcançar o conceito e de produzir filosofia. Por isso, por não serem capazes de produzir conceitos, mas sim de criar imagens intuitivas e metafóricas do espírito, tendem a se “degenerar no fanatismo” (p, 107-112).

Parece que, para grande parte da raça humana, a natureza lhes falhou no que diz respeito à faculdade de julgar por conceitos. Todos os povos orientais pertencem a esta parte. Disso se segue que com eles toda a moralidade não pode ser pura, porque deve ser conhecida a partir de conceitos. O conceito moral puro está ausente em sua moralidade, portanto, no caso deles, nada pode surgir do princípio da moralidade. O desejo de honra do povo oriental é completamente diferente do desejo de honra do povo do Ocidente. Com estes últimos, o conceito de honra é um conceito verdadeiro, mas os orientais buscavam sua honra, por exemplo, na autoridade, portanto, da sensibilidade e não dos conceitos (ibidem, p. 111).

De seu gabinete, a África por se tratar de um lugar de calor úmido e de rico suprimento alimentar, teria um indivíduo descrito como um sujeito que seria preto, fedorento, “indolente, mole e desocupado”. Mas de um modo bem *Get Out*¹⁰ de ler a África e o sujeito africano, Kant entende que o clima do continente favoreceu o “forte crescimento dos animais” e fez com que o negro se adaptasse ao clima como alguém “forte, corpulento e ágil” (2010, p. 21). Desse modo, não há qualquer constrangimento do pensador quando concorda com a desumana opinião de David Hume:

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um negro tenha demonstrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou

¹⁰ Película de 2017 dirigida por Jordan Peele.

em qualquer outra aptidão; já entre brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível à natureza humana. A pluma de um pássaro, o chifre de uma vaca, uma concha, ou qualquer outra coisa ordinária, tão logo seja consagrada por algumas palavras, tornam-se objeto de adoração e invocação nos esconjuros. **Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas** (Kant, 2018, p. 114. Grifos nossos).

Como fica claro em seu pensamento, haveria germes e predisposições em cada raça de modo que elas se adequariam à longa duração da situação geoclimática de seus territórios. Essa adequação ao clima impediria que houvesse uma mudança de seus talentos e características caso eles migrassem de uma região para outra, sobretudo as de clima quente para o de clima frio. Kant, então, postula que negros migrados para as regiões de clima frio jamais teriam se empenhado a “em sua descendência dar um tipo útil, para o cultivo domiciliado da terra ou para o trabalho manual” (2013). Kant aprofunda esse argumento pondo-se contrário à abolição:

[...] um perito alega que, entre os milhares de negros livres que se encontram na América ou na Inglaterra, ele não conhece nenhum exemplo de qualquer um que se dedique a uma ocupação que, propriamente, se possa chamar trabalho, pelo contrário, quando chegam à liberdade, imediatamente renunciam a um ofício fácil, que antes foram forçados a exercer como escravos, para se tornarem mascates, estalajadeiros miseráveis, serviçais livres, que vão à pesca ou à caça, numa palavra, errantes (ibidem, p. 229).

Não há qualquer consideração sobre a condição social dos negros, a violência da diáspora e a desumana exploração escravista, além de um completo descolamento histórico. Como

diabos um recém-liberto exerceria qualquer tipo de “trabalho útil” quando sua humanidade foi desconsiderada e sua liberdade foi negada em todas as esferas possíveis? Kant é insensível e desconsidera que a única experiência produtiva que as vítimas do tráfico transatlântico tiveram no ambiente europeu foi a escravidão, de modo que o único contato com este mundo branco se deu pela violência e pela dor.

Para Kant não se tratava disso. Faltaria aos negros assiduidade e haveria um desinteresse para a atividade devido a sua raça desenvolvida num clima em que esses impulsos não puderam ser desenvolvidos, tendo em vista que “em seu antigo país natal”, isso não seria necessário “para sua conservação” porque o “tinham recebido da natureza”. Dessa forma, “se extinguiu essa disposição interna tanto quanto a visível externamente.” Ou seja, essencializa-se o negro como preguiçoso e vadio porque “as necessidades extremamente diminutas naqueles países e o pouco esforço que se exige para também garanti-las não demanda grandes disposições para a atividade” (Kant, 2013, p. 229).

Nesse sentido, Kant concebeu o negro como uma raça “tão frágil para o trabalho pesado, tão indiferente ao assíduo, e incapaz de toda cultura” que ocuparia “o mais baixo de todos os demais níveis daquilo que nós nomeamos diferença de raças” (ibidem, p. 230) Para o ilustrado, os negros não seriam suscetíveis a qualquer civilização, embora tivessem — à base da paulada — instinto e disciplina (2012, p.276).

Ele define que a única cultura aceita pelos negros seria a da escravidão, porquanto “permitem-se a serem treinados” e “muitos incentivos, também são sensitivos, temerosos de apanhar, e também fazem muitas coisas desonrosas” (ibidem, 320). O negro foi desconsiderado a tal ponto que para Kant demonstrar sua discordância a um possível relato de uma pessoa, ele se limita a dizer que: “É bem possível haver, nessas palavras, algo que deva ser levado em conta; só que, para ser breve, esse sujeito era preto da cabeça aos pés, argumento suficiente para considerar irrelevante o que disse” (2018, p. 117).

É preciso lembrar que esses discursos estão situados num contexto em que o tráfico de pessoas chegava a níveis galopantes

e que no meio das revoltas escravas e da Revolução do Haiti as discussões acerca da abolição ganham novos contornos. Kant parece atento ao debate da época sobre a escravidão cujo pensamento predominante se dividia entre os que defendiam uma abolição gradual ou de sua completa negação. Este é definitivamente o caso do ilustrado que entende que a abolição não deveria acontecer de forma alguma.

Como sabemos, a abolição não veio acompanhada da extensão de direitos para os libertos. O primeiro passo da liberdade não foi seguido pelo passo da igualdade. O que se tem no pós-abolição são regimes de trabalhos compulsórios, as populações negras jogadas às margens da sociedade e submetidas a um processo de encarceramento em massa. A exclusão e não a inclusão foi o passo dado pelas nações no dia seguinte de proclamarem a liberdade. O que nos cabe perguntar é o quanto o discurso de um filósofo tão importante contribuiu para o adiar da igualdade. Sobretudo, o quanto a discussão racial preencheu seu imaginário e seu sistema de pensamento.

Considerações finais

O racismo é um fenômeno moderno, sequela da dialética entre a modernidade e a colonialidade e, portanto, antes de ser concebido como um conceito no século XIX, ele possui uma pré-história na qual Kant teve uma lapidar importância. Se não é possível pensar o Moderno sem pensar o Colonial, como nos ensina Mbembe e Quijano, é preciso que vejamos as produções desse filósofo à luz de seu tempo, como reprodução e produção das limitações documentais e de suas próprias inclinações políticas. Não se trata de discursos isolados, mas de imagens que são criadas e reproduzidas com base nos relatos dos viajantes e da pretensão etnocêntrica e racista europeia de se colocar como centro de todo o desenvolvimento histórico.

A raça aqui não é um mero acidente, ou uma verdade a qual simplesmente podemos fechar nossos olhos, mas um fator determinante para a construção filosófica etnocêntrica e racista desse filósofo. Kant é um dos expoentes de um grande movimento que ajuda a sustentar a nossa sociedade contemporânea. Seus pensamentos e formas de conceber a

realidade persistem e fomentam pessoas, ideias e movimentos ao longo do tempo.

O que se edifica do legado kantiano é uma África idealmente condenada por um determinismo geoclimático, de modo que sua condição geohistórica é a pior possível e faz produzir um sujeito que teria tudo de oposto ao branco, o negro. Nessa relação de alteridade, nesse discurso que nutre a filosofia da história de Kant, os povos não-brancos encontram-se sempre numa condição inferior. Não há como ignorar o peso dessas imagéticas. Muito menos aceitar uma postura de que tal fator seja uma questão pontual ou minoritária em sua obra, dada a recorrência do tema em várias obras como demonstramos.

O pilar das luzes da modernidade é um dos responsáveis pela reprodução e produção de preconceitos que fomentou e justificou hierarquias e barbáries. Sob o discurso de liberdade e civilidade, a África e o negro foram inventados à luz do horror, dando mais um passo na projeção das sombras modernas. Não é exagero dizer que Kant pavimentou o caminho para que Robert Knox e Arthur de Gobineau pudessem andar, e que o racismo muito deve a esse pensador. Por outro lado, a sua mudança de opinião ao final da vida nos deixa como legado um deficitário projeto de paz perpétua cujo cosmopolitismo universal e abstrato tem grande dificuldade em reconhecer a pluralidade. Contudo, devemos reconhecer que, apesar de sua limitação, a ideia de paz preenche muitos corações de esperança, sobretudo em um cenário geopolítico em plena erosão.

Este trabalho, obviamente, não tinha por objetivo propor um “cancelamento” *à posteriori* de Kant e de seu pensamento, mas talvez fazer um convite para que se reflita sobre o filósofo e sua filosofia em sua totalidade. Faz parte do ofício do historiador lembrar aquilo que muitos buscam esquecer (Nora, 1993). Este é, por fim, apenas um lembrete.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Philippe Oliveira de. **Crítica da Razão Antiutópica**. São Paulo: Ed. Loyola, 2018.

AMBRÓSIO, José de Magalhães Campos. **Os Tempos do Direito: Ensaio para uma (Macro)Filosofia da História**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito de Minas Gerais, 2015.

ANDRADE, Érico. A Opacidade do Iluminismo: O racismo na Filosofia Moderna. **KRITERION**, Belo Horizonte, nº 137, ago./2017, p. 291-309.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Ed. Schwarcz S.A., 2013.

BERNASCONI, Robert. Who Invented the Concept of Race? Kant's Role in the Enlightenment Construction of Race. In: _____. **Race**. Oxford: Blackwell, 2001.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: Das Cruzadas ao século XX**; trad. Luís Oliveira Santos, João Quina Edições. — 1ª edição — São Paulo: Companhia das Letras, 2018

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Trad. Ana Rabaça, estúdios P.E.A. Éditions du Seuil, 1983.

BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti. **Novos estudos**. CEBRAP, nº 90, Jul. 2011, pp. 131-171.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Noémia de Sousa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CHAGAS, Dante Alexandre Ribeiro das. **No Crepúsculo do Voo da Ave de Minerva: O(s) Fim(ns) da História entre Hegel e o Hegelianismo**. 2024. 147 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

CORREA, Sílvio M. de S. Evidências de história nos relatos de viajantes sobre a África pré-colonial. **Aedos**, UFRGS, v. 1, n. 1, 2008, pp.

EZE, Emmanuel Chukwudi. **A filosofia moderna ocidental e o colonialismo africano**. Tradução por Marcos Carvalho Lopes, para uso didático. Redenção: Universidade da Integração

Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, 2014. Disponível em: https://filosofiapop.com.br/wp-content/uploads/2014/11/A-filosofia-moderna-e-o-colonialismo-africano_-Emmanuel-Eze.pdf. Acesso: 31.03.2025.

HERRERO, Francisco Javier. **Religião e História em Kant**; Trad: José A. Ceschia. São Paulo: Loyola, 1991.

Horta, José Luiz Borges. A subversão da História e a falácia do fim do Estado. In: _____ **História, Estado e idealismo alemão**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

KANT, Immanuel. DAS DIFERENTES RAÇAS HUMANAS. Trad. Alexandre Hahn. **Kant e-Prints**. Campinas, Série 2, v. 5, n. 5, p. 10 - 26, número especial, jul.- dez., 2010.

_____. DETERMINAÇÃO DO CONCEITO DE UMA RAÇA HUMANA. Trad. Alexandre Hahn. **Kant e-Prints**. Campinas, Série 2, v. 7, n. 2, p. 28-45, jul.-dez., 2012

_____. **Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita**. Trad. Artur Morão. Covilhã: LusoSofia press, 1784.

_____. Início conjectural da história humana. Trad. Joel Thiago Klein. **Studia Kantiana**, Curitiba, nº 10, 2010, pp. [1786].

_____. **Lectures on Anthropology**. Ed. Allen W. Wood, Robert B. Loudon; Trad. Robert R. Clewis, Robert B. Loudon, G. Felicitas Munzel, Allen W. Wood. Cambridge: University Press, 2012

_____. **Observações Sobre o Sentimento do Belo e do Sublime. Ensaio Sobre as Doenças Mentais**. Trad. Vinicius de Figueiredo. São Paulo: Editora Clandestina, 2018.

_____. Sobre o uso de princípios teleológicos na filosofia. Trad. Marcio Pires. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, n. 1, p. 211-238, Jan./Abril, 2013.

KLEINGELD, Pauline. Kant's second thoughts on colonialism. In: _____. **Kant and Colonialism**. Historical and Critical Perspectives [Livro eletrônico] 1 ed. Oxford University Press : UK, 2014.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Rev. bras. Ci. Soc.** v. 2, n. 94, 2017, pp. 1-17.

MONTESQUIEU, C.S., **O espírito das leis**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MUDIMBE, V. Y. **Invenção de África**. Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento. Trad. Ana Medeiros. Mangualde, Portugal: Ed. Pedago, Lda, 2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. Trad. Yara Aun Khoury. **Prof História**,

São Paulo v. 10, dez. 1993, pp. 7-28.

ORTEGA Y GASSET, José. **Kant, Hegel, Dilthey**. Madrid: Ediciones de la Revista de Occidente, 1973.

PARK, Peter K. J. **Africa, Asia, and the history of philosophy : racism in the formation of the philosophical canon, 1780–1830**. Albany: State University of New York Press, 2013

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: _____. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Ed. Almedina, 2009.

_____. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Trad. Gênese Andrade. In: **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, 2005, pp. 9-31.

REIL, Peter Hanns. **German Enlightenment and the Rise of Historicism**. University of California Press: Beerkeley e Los Angeles, 1975

SALGADO, Karine. **A Paz Perpétua de Kant**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

_____. SALGADO, Karine. Ilustração e Dignidade Humana. In: _____. **História, Estado e Idealismo Alemão**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros** – São Paulo: Educ/Fapesp. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

UNGER, Mangabeira. **O que a esquerda deve propor?** Trad. Antônio Risério Leite Filho. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

WASSERMAN, C. História Intelectual: Origem e Abordagens. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 63–79, 2000. 10.36449/rth.v19i1.12762, p. 70. Disponível em: revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12762.

YPI, Lea. Commerce and Colonialism in Kant’s Philosophy of History. In: _____. **Kant and Colonialism**. Historical and Critical Perspectives [Livro eletrônico] 1 ed. Oxford University Press: UK, 2014.

Recebido em: 15/07/2025

Aprovado em: 29/09/2025

“MALDITO RATO, VOCÊ MUITAS VEZES ME
PROVOCA IRA. DEUS O DESTRUA!”: DESABAFO
IMAGÉTICOS E DISCURSIVOS DE UM COPISTA DA
MORÁVIA NO SÉCULO XII

"DAMNED RAT, YOU OFTEN PROVOKE MY
ANGER. MAY GOD DESTROY YOU!": IMAGINE
AND DISCURSIVE OUTBURSTS OF A MORAVIAN
COPYIST IN THE 12TH CENTURY

SAVIO QUEIROZ LIMA¹

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo: O trabalho analisa imagem do medievo através da leitura de iluminura jocosa do século XII. Exercício que envolve iconografia, iconologia e semiótica para a obtenção de informações

Abstract: The work analyzes medieval images through the reading of humorous illuminations from the 12th century. An exercise that involves iconography, iconology and semiotics to

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), sob orientação da prof. Dr. Mary Del Priore. Membro do *Grupo de Trabalho de Estudos de Gênero – ANPUH-BA* (GT-Gênero-ANPUH-BA). Membro do *Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade e no Medievo* (LETHAM). Membro da *Red Internacional Multidisciplinar en Estudios de Género* (RIMEG) das Universidad Nacional de Cuyo (Argentina), Universidade Federal de Bahia (UFBA) e Universidad de Sevilla (Sevilla, España). Membro do *Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História* (MITECHIS). Autor do livro *Mulher Maravilha para Presidente! – História, Feminismos e Mitologia nas Histórias em Quadrinhos*, lançado em 2019. savio_roz@yahoo.com.br.

sobre o passado registradas em iluminura presente em fólio de manuscrito medieval da Morávia, atualmente na região leste da República Tcheca. Com o método iconológico de Erwin Panofsky, o artigo aplica o exercício na leitura da iluminura e seus elementos intrínsecos mais significativos, como condicionantes de trabalho dos personagens representados, copista e ilustrador. A iluminura marginalia aqui tratada alia métodos úteis aos estudos da paleografia e da codicologia. Na pequena figura, presente na cópia manuscrita, o autor assume não apenas sua autoria como converge esforços para perenizar imaginários de seu cotidiano de trabalho.

obtain information about the past registered in this miniature in a folio of a medieval manuscript from Moravia, currently in the eastern region of the Czech Republic. With the iconological method of Erwin Panofsky, the article applies the exercise in reading the illumination and its most significant intrinsic elements, as conditions for the work of the characters represented, copyist and illustrator. The marginalia illumination discussed in this paper combines methods that are useful for studies of paleography and codicology. In the small figure, present in the handwritten copy, the author assumes not only his authorship but converges efforts to perpetuate imaginaries of his daily work.

Palavras-Chave: Iluminuras, Análise de Imagens, Paleografia, Codicologia, Estudos Medievais.

Keywords: Illuminations, Image Analysis, Paleography, Codicology, Medieval Studies.

Introdução

A imagem de um homem, um rapaz e um rato em um manuscrito medieval, ganhou um lugar de investigação oportuno. Estudos sobre paleografia e codicologia levaram a um

arregimento de fontes visuais digitalizadas que foram usadas em apresentações e palestras sobre os temas. Um minicurso que ministrei para o Centro de Documentação da Universidade do Estado da Bahia (CEDOC-UNEB, Campus XIV), chamado *Paleografia e Manejos dos Documentos Históricos: Entender, Acessar e Preservar a História da Cidade de Conceição do Coité*, oportunizou o uso da imagem como função exemplar, mas o exercício aqui proposto atende à disciplina do doutorado, *Uso de Imagens na História*, da professora doutora Katia Pozzer.

A leitura da imagem e a sua aplicabilidade em uma pesquisa historiográfica encontrou conforto neste trânsito. Se seu intento inicial era de ser instrumentalizada para a exemplificação de uma abordagem das imagens em manuscritos, logo se tornou o epicentro analítico sobre as representações e signos que compõem sua alegoria, a sua existência social e profissional temporalmente localizada no século XII, seus instrumentos, suas queixas e seus valores de ofício. A imagem lida em ordenadas etapas vai fornecendo informações úteis para a compreensão das dinâmicas de trabalho do próprio ofício de copista e ilustrador. Façamos uso da imagem, devidamente acessível digitalmente, para inquirir especificidades do passado.

Uma das grandes vantagens do processo de digitalização e disponibilização documental em ambientes virtuais é da redução do tempo e dos gastos de trânsito. Quase um retorno mais confortável da pesquisa de gabinete, assumida na comodidade da própria residência. Também, diante da realidade atual de processo pandêmico e isolamento social, é possível um mergulho interpretativo mais profundo com a fonte, além das possibilidades de trocas de produção historiográfica do objeto-fonte analisado. A pandemia de covid, marco historiográfico do tempo presente, reelaborou as relações dos indivíduos com o meio digital e seus acessos e possibilidades. Precisamente, “os suportes digitais virtuais conseguem contemplar um acesso possível, ainda que limitado, para a construção de uma investigação eficiente” (Lima, 2020, p. 570).

A análise profunda de uma imagem, e por conseguinte seu uso na pesquisa e no ensino de História, enriquece os debates nos estudos medievais e codicológicos. Recentemente pude exercitar isso com a análise de ilustrações, iluminuras e outros aspectos

gráficos e representativos no códex Français 25526² do acervo do departamento de manuscritos da Biblioteca Nacional da França, sob o título *Semeadoras de Ideias, Colhedoras de Bons Frutos: Iluminuras Eróticas e Humorísticas e Literatura Crítica ao Amor Cortês no Século XIV*, publicado nos anais do XIII Encontro Internacional de Estudos Medievais da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM)³. O fascínio contemporâneo diante do erotismo e do humor alimentou a curiosidade e o interesse na fonte manuscrita.

Este trabalho objetiva a exposição de uma abordagem prática e suas possibilidades interpretativas, bem como sua aplicabilidade à pesquisa e ao ensino. Um rato inconveniente em uma cena representada pode nos dizer muito sobre o passado, principalmente na relação dos atores deste imagético teatro pétreo de um medievo sem cavaleiros medievais, sem monges sectários e sem coroados reis e seu séquito nobre. A ilustração se faz discurso e vislumbre de uma oficina de manuscritos, sua leitura é didática desde a origem.

O homem, o Rato, o Menino e o Leão

A imagem do passado nunca vem estática, está bastante carregada de seu contexto e do olhar e interesse contemporâneo. Os estudos iconográficos compreendem esse teor informativo da imagem, para além do reconhecimento visual da representação da realidade, ou, quiçá, a sensibilização humana desta interpretação. Com as transformações e ampliações da própria historiografia, a leitura de imagens e sua apropriação enquanto fonte histórica possível se asseguraram em métodos.

Antes menosprezadas e tratadas meramente como alegorias artísticas do passado, a leitura das imagens é herdeira da interdisciplinaridade (Knauss, 2006, p. 106). Algumas ferramentas metodológicas, como a iconografia e a iconologia, são empréstimos da História da Arte (D'Alleva, 2005, p. 21) e prestativos aos estudos históricos de fontes manuscritas com

2 Disponibilizado digitalmente em:
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b6000369q>.

³Disponível em:
http://abrem.org.br/revistas/index.php/anais_eiem/article/view/542/474.

ilustrações e iluminuras, por exemplo, ainda que não somente. O exercício analítico de imagens do passado, quaisquer que sejam suas linguagens ou suportes, atendem às doutrinas visuais a que a pessoa observadora está ou não inserida, sendo possível sua adequação às modalidades de observação e análise (Lima, 2020, p. 565).

A imagem nos é o ponto de partida da pretensão de exercício de análise de fonte para a produção de um saber historiográfico. Imagem, com toda sua amplitude de significados (JOLY, 2007, p. 13), aqui foi eleita através da produção artística que acompanha textos manuscritos medievais da Morávia do século XII. A iconografia tem nas imagens os sintomas sociais e culturais do passado (D'Alleva, 2005, p. 21), buscando, através de sua abordagem, extrair informações que possam somar, confrontar ou corroborar a outras fontes. Para além do deleito visual e prazeroso (ou não) que uma imagem marcada de identidades estéticas possa nos garantir, também vestígios de vivências e sentidos de seus significados.

O conjunto textual geralmente é a fonte mais vigorosa de análise quando diante da peça documental manuscrita (Lima, 2020, p. 568). Neste trabalho se fará o inverso, não pelo menosprezo da obra escrita a que a ilustração acompanha documentalmente, mas pelo foco de atenção ao pitoresco e sua potencialidade enquanto fonte histórica. Se trata de uma cópia do *De Civitate Dei* (Cidade de Deus) de Santo Agostinho, atribuída a autoria da manufatura ao artesão copista Hildebert, sob guarda da Biblioteca Capitular de Praga, codificado como Ms A.21/1, datado de 1140. No recto⁴ do fólio de número 153, no canto inferior direito, encontramos a imagem a que nos debruçaremos: um homem, um garoto, um leão e um rato, entre móveis e outros elementos. Apesar do texto ser de natureza biográfica e religiosa, as suas ilustrações nem sempre atendiam a essas expectativas, sendo comum que essas alegorias visuais seguissem sentidos mais profanos (Camille, 1992, p. 12).

Fazer a leitura da imagem eleita, a iluminura de Hildebert, é um exercício de dissecação do visual ao interpretativo. Vejamos o chamado método de Panofsky (2007, p. 50). Um olhar primevo,

4 O primeiro lado da folha na leitura ocidental do códex, o oposto de verso.

despreparado e acidental, consegue identificar duas figuras humanas, dois animais e alguns móveis aparentes. Após esse nível de análise pré-iconográfica, com as devidas bagagens de análises das imagens do medievo, são identificáveis elementos que denunciam se tratar do ofício de copista na figura em destaque e no trabalho manual de seu pupilo, possibilitando ir decifrando outros aspectos. A análise iconográfica e a análise de discursos pela tradução paleográfica ofertam uma malha muito mais precisa e interessante sobre o existir da imagem (D'Alleva, 2005, p. 22).

A cena nos fornece, longe de meros filigranas, minuciosidades ofertadas ao exame mais atento. O homem em destaque segura algo em mãos, tem repousado em sua orelha uma pena de ganso usada como instrumento de escrita, diante de si uma mesa com o códex aberto e escrito, além de recipientes de tintas feitos de chifres e devidamente encaixados, assim como outras duas penas-canetas, em sua mesa de trabalho declinada. Observa atentamente (talvez desgostoso) uma mesa à sua esquerda por onde parece um rato transitar e, com criatividade cinemática, é representado a derrubar objetos. Se em uma de suas mãos está uma faca (para apontar as penas), na outra está um objeto que parece usar para ameaçar o roedor. O grumete das tintas aos seus pés, entretido em criar imagens coloridas para o deleito visual de cada página, sentado em baco de baixa estatura, com canção em mãos, atento ao exercício artístico de uma decoração floral.

É possível, agora, reordenar a lista de objetos e elementos que acusam com mais veemência se tratar de uma cena de trabalho. O palco de atuação, a cena, é de um *scriptorium* ou *scriptoria* (Le Goff, 2006, p. 35), com a mesa declinada de trabalho do copista e os instrumentos de manufatura de um manuscrito medieval, como as penas e os tinteiros. Tinteiros de chifre de animal, encaixados em mesas declinadas aparecem em outros registros, como no autorretrato do Cônego Rufillus de Weissenau, inserido em uma Letra Capitular Inicial Ornamentada, a letra em destaque e trabalhada com cores, de uma cópia sua de *Vida de Santos*, também do século XII. Nesta peça, pertencente ao acervo da Biblioteca Bodmeriana, em Geneve, sob o registro Códex 127, fólio 244, o ruivo Rufillus usa um pincel

com a mão direita e com a esquerda segura uma vara de suporte e uma tigela com tinta vermelha, escrevendo o próprio nome na imagem. É possível identificar uma faca na tábua em que está sentado e atrás de si uma mesa declinada com quatro chifres encaixados.

Não se trata de uma presença inusitada, de uma autorrepresentação profissional em documento iluminado-ilustrado. Podemos ver este tipo de exposição em outros documentos, muitas vezes com ricos detalhes que respondem às questões que envolvem a manufatura, técnica e instrumental, do trabalho de pessoas copistas e iluminadoras. Tomemos de exemplo, pela própria proximidade da pesquisa, a *risqué marginalia*, decoração da margem inferior da página, do fólio LXXVIIv (correspondente ao verso da página 777 do manuscrito), nos sugere serem as figuras representadas do casal Montbaston, trabalhando igualmente sentados diante de mesas inclinadas com folhas penduradas secando ao fundo. Uma ilustração de página inteira mostrando uma oficina de pergaminhos, documento do acervo da Biblioteca Universitária de Bolonha, datado do século XV⁵, com um dos artesãos usando uma faca para alinhar a peça e outro fazendo uso de uma pedra pomes, similares à faca e ao objeto nas mãos de Hildebert (De Hamel, 1992, p. 9).

A identificação de Hildebert e de seu companheiro juvenil é acusada na escrita paleográfica que acompanha a iluminura. A conexão entre imagem e texto não é inovação das histórias em quadrinhos, mas uma interação dos domínios dos dois campos nas produções humanas de registro das memórias (D'Alleva, 2005, p. 43-44). Sob a cabeça de cada um dos personagens da cena, textos escritos em vermelho os identificam: *Hildebert(us)*, *Everwinus*, *Mensa Hildeberti* (onde se localiza o rato a derrubar coisas de uma mesa). A frase, *Mensa Hildeberti*, traduzida do latim germânico identifica⁶ a “mesa de refeição de Hildebert”,

5 Referido como Cod. Bonon. 963, f. 4, mas sem acesso digital.

6 Podemos ver aqui um exemplo da teoria de hibridização cultural linguística nos primeiros momentos de fragilização do latim pela inserção normativa e gramatical do uso vernáculo, que terá seu ápice nos séculos XVI e XVII (Burke, 2010, p. 33).

demonstra seu descontentamento com a presença do camundongo a derrubar seu prato com frango e o que poderia se identificar como um queijo redondo e uma fatia. Além dessas etiquetas identificadoras, é possível ler o manuscrito em que Hildebert está trabalhando: *Pessime mus, saepius me provocas ad iram. Ut te deus perdat*, traduzido, “Maldito rato, você muitas vezes me provoca ira. Deus o destrua!”. A metalinguagem dos pensamentos de Hildebert transcritos ao manuscrito presente na cena ilustrada evidencia a queixa do trabalhador às condições de trabalho.

A divertida imagem de Hildebert nos revela mais do que apenas sua caixa de ferramentas e sua rotina de trabalho. Ela nos permite compreender, metodologicamente, que a análise da imagem só é possível se nos atentarmos aos significados atribuídos por um processo social e os seus sentidos (Knauss, 2006, p. 100). Pertinente se fazer a análise formal e contextual da obra (D’Alleva, 2010, p. 83), ou seja, compreender a estrutura de sua existência enquanto elemento representativo e produto material de um dado lugar artístico e social e o contexto histórico, geográfico e social de seu sentido. O seu significado é almejado pela teoria da semiótica (Joly, 2007, p. 30), nos guiando a entender a intenção de Hildebert.

A cautela da leitura de imagens do passado precisa ser intensamente reafirmada, para não se correr o risco de uma leitura anacrônica. A saída está na relação teórico metodológica. Os estudos de Pierce de uma teoria dos signos para a semiótica (D’Alleva, 2005, p. 30-31; JOLY, 2007, p. 35-36) enriquecem a abordagem da iluminura de Hildebert, cirurgicamente na presença do leão. O felino de grande porte não está numa representação de bestiário, e dificilmente se trata de um elemento de heráldica. Diferente do que acontece com o rato, sendo personagem da narrativa queixosa, o leão parece destoar do cenário representativo, podendo sugerir não se tratar de um elemento realístico, mas simbólico. Ele está no lugar da coluna de sustentação da mesa, acompanhando a tarefa de Hildebert de produzir as cópias e as interferências visuais, possivelmente uma tendência do glossário visual medieval de se valer de metáforas e suas potências (Camille, 1992, p. 62).

Leões são presenças abundantes em manuscritos medievais, quer sejam em bestiários ou outras tipologias documentais. Bestiários dialogavam com representações bíblicas do leão, com associações com realeza, força e poder (Haist, 1999, p. 8), o leão é o rei por excelência na sociedade animal do imaginário medieval (LE GOFF, 2011, p. 193). Por isso tem presença constante em imagens metafóricas e na heráldica, tanto de símbolo da tribo de Judá no Velho Testamento, quanto do retorno de Jesus Cristo, no Livro do Apocalipse. Longe da realeza, sem vínculo de nobreza, e sem a simbologia cristã do leão na hagiografia de São Jerônimo ou São Gerásimo, é possível que seu uso simbolize cansaço ou dor, tendo a besta feroz a lhe molestar em constante simbolismo, há de sugerir.

A relação entre dor e labor é latente no sistema de valor da Idade Média (Duby, 1990, p. 162). Neste sentido, há uma ideologia do desprezo à dor que tem na masculinidade o seu projeto, pois “o homem digno desse nome não sofre; ele não deve, em todo caso, manifestar que sofre, sob pena de ser desvirilizado” (*Ibidem*, p. 163). Somente no final do século XII é que essa postura diante do sofrimento oscilou, permitindo alguns vestígios de inquietude. Sem um sentido que não simbólico, caso não seja um adorno na coluna de sustentação da mesa (improvável por Hildebert não ser um membro de alta nobreza), o leão é uma alegoria metafórica. Se não um símbolo direto de uma tormenta, assim como o leão dolorido de São Gerásimo do Jordão, grato por ter-lhe removido um espinho da pata, pode ser um símbolo de resistência.

Hildebert e Everwin são duas figuras conhecidas da historiografia tcheca, justamente pela singularidade de seus registros autorais. Tendo sido interesse de historiadores como o historiador das artes Antonín Friedl, o pedagogo e codicólogo Miroslav Flodr, o historiador da cultura Pavel Spunar e o historiador das imagens Rudolf Chadraba, todos curiosos com as presenças de Hildebert e Everwin no manuscrito medieval. Ambos, Hildebert e Everwin, inclusive, voltam a aparecer noutro documento manuscrito, um breviário encomendado pelo bispo de Olomouc, Jindřich Zdík, titulado *Olomouc Collectarium*. Everwin, o jovem aprendiz, é o receptor de uma transmissão de conhecimentos, iluminado pelos saberes de produções de

iluminuras, “a sabedoria (ou sapiência) também era uma maneira de estar no mundo” (Lanzieri Junior, 2017, p. 196). Eles são testemunhas de um mundo em transformação.

As transformações no mundo do trabalho, do ofício de copista e ilustrador, especializavam para além das muralhas dos mosteiros. De produtores padronizados de cópias e mais cópias, em *scriptorium* lotados de religiosos anônimos, vemos florir nas identidades assumidas do autorretrato os artesãos habilidosos. Construtores de Códex, foram os parteiros do medievo (Le Goff, 2006, p. 35) em parição demorada. Percursos de mudanças estruturais, de mosteiros especializados e fechados para as oficinas de artesãos num comércio mais aberto. Experimentaram com cansaços nas mãos e fígadas doloridas nas lombares a mudança do capital simbólico dos livros, nas estruturas da individualidade e se imortalizaram em animado desenho.

Caros e trabalhosos, os manuscritos eram produtos feitos para durar e com as urbanizações e ascensão de uma nobreza citadina, marcadores sociais. Seus artífices foram cada vez mais laicizados, com suas oficinas cada vez mais especializadas e suas guildas cada vez mais organizadas. A iluminura de Hildebert nos fornece uma parte da etapa de produção desses manuscritos e um deslumbre recortado da labuta, com a dedicação do copista lhe custando a refeição.

Conclusão

É indissociável a abordagem da forma juntamente com o conteúdo, na análise do objeto iconográfico. Além do exercício exposto, através de uma sugestão de método e as escolhas de teorias, foram indispensáveis as bases prévias de uma bibliografia intencionada com os estudos sobre iluminuras, imagens na História e as pontes possíveis com a História da Arte (D’Alleva, 2010, p. 91). Isolada apenas para fins práticos, o autorretrato irreverente de Hildebert e seu aprendiz Everwin nos surgiu como uma encruzilhada de fontes entre representações e signos.

Se é óbvio de que a escolha narrativa da representação da iluminura de Hildebert pretende ser um queixume, nem tudo está precisamente evidente. A análise empírica da imagem atendeu abordagens que priorizaram seu inquérito, buscou com dedicação

a familiaridade com a peça e repousou sua leitura na contextualização histórica (D'Alleva, 2010, p. 122-123). Hildebert nos apresentou seu mundo de trabalho, do instrumental às condições de prática, através da imagem. Neste sentido, “a imagem pode ser caracterizada como expressão da diversidade social, exibindo a pluralidade humana” (KNAUSS, 2006, p. 99). Escribas e decoradores, maduro professor e jovem aprendiz, representação visual da iluminura, no domínio da arte (JOLY, 2007, p. 19), nos chega como discurso e memória.

Talvez um olhar menos atento e sensível questione a importância da análise de uma pequenina ilustração informal e atrevida em manuscrito europeu medieval. É preciso pensar não apenas a importância do exercício de leitura da imagem, mas, também, o potencial referencial de rumos e trajetórias para a História do Brasil a partir dessa herança nem sempre “empoeirada e maldita” (Lanzieri Junior, 2017, p. 194). Este trato aqui nem de longe se pretendeu exaurir a análise da iluminura, se vê humilde diante de já supracitada bibliografia tcheca sobre o objeto. O exercício vislumbra que “a extraordinária incongruência da arte marginal medieval nos recusa a ilusão de um sonho” (Camille, 1992, p. 12)⁷.

Há uma evidente hierarquia estética da realidade (realismo), que produz uma leitura possível sobre a imagem retirada de seu lugar temporal de conforto. Temos, então, que “imaginária ou concreta, a imagem passa por alguém, que a produz ou a reconhece” (Joly, 2007, p. 13) e nos chega em contextos de leituras bastantes diferentes do seu tempo. O intento foi de apresentar possibilidades extrativas de discursos, imaginários e vestígios em uma peça gráfica em manuscrito iluminado, e nisso uma prática metodológica reconhecível para sua aplicabilidade em outras circunstâncias de leituras de imagens.

A imagem é uma possibilidade de enriquecimento de saberes sobre a realidade contextual de sua feitura e seu uso. Deixando de lado qualquer inocência, a iluminura marginalia desta análise nos fornece muito mais que uma cena caricata de

7 Tradução própria do trecho: “The exquisite incongruity of medieval marginal arte refuses us the illusion of a dream” (CAMILLE, 1992, p. 12).

desgosto de um trabalhador e seu almoço (ou janta) perdido. Nos exercita uma sensibilidade bastante específica com o passado, reconhecendo traços que foram mantidos (quem gostaria de perder um frango inteiro para um ladino rato?) e outros que foram transformados (que precisou de tradução e transcrição da linguagem visual), em um processo dinâmico a que podemos chamar de História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. Editora Unisinos – Coleção Aldus, 18, São Leopoldo, 2010.

CAMILLE, Michael. **Image on the Edge – The Margins of Medieval Art**. Havard University Press, Massachusetts, 1992.

D'ALLEVA, Anne. **How to write Art History**. London: Laurence King, 2010.

D'ALLEVA, Anne. **Methods & Theories of Art History**. London: Laurence King, 2005.

DE HAMEL, Christopher. **Medieval Craftsmen: Scribes and Illuminators**. London: British Museum Press, 1992.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens**. Companhia das Letras, 1990.

HAIST, Margaret. The Lion, Bloodline, and Kingship. In: Hassig, Debra (org). **The Mark of the Beast: The Medieval Bestiary in Art, Life, and Literature**. Garland Publishing Inc., Nova York, 1999.

JOLY, Martine. **Introdução à Análise da Imagem**. Edições 70, Lisboa, 2007.

KNAUSS, Paulo. **O Desafio de Fazer História com Imagens: Arte e Cultura Visual**. ArtCultura, v. 8, n. 12, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Em Busca da Idade Média**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Heróis e Maravilhas da Idade Média**. Editora Vozes, Petrópolis, 2011.

LANZIERI JÚNIOR, Carlile. Nas Linhas e Entrelinhas da *Civita Sapientiarum*: O Sentido da Memória na Relação entre Mestres e Discípulos na Pedagogia dos Séculos XI e XII. **Revista Brathair – Grupo de Estudos Celtas e Germânicos**, número 17 (1), p. 192-209, 2017. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/1194>. Acesso em: 31.01.2026

LIMA, Savio Queiroz. Semeadoras de Ideias, Colhedoras de Bons Frutos: Iluminuras Eróticas e Humorísticas e Literatura Crítica ao Amor Cortês no Século XIV. In: **Anais dos Encontros Internacionais de Estudos Medievais – XIII Encontro Internacional de Estudos Medievais**. V. 4, no 1, 2020. Disponível em: http://abrem.org.br/revistas/index.php/anais_eiem/article/view/542/474. Acesso em: 31.01.2026

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. Editora Perspectiva, São Paulo, 2007.

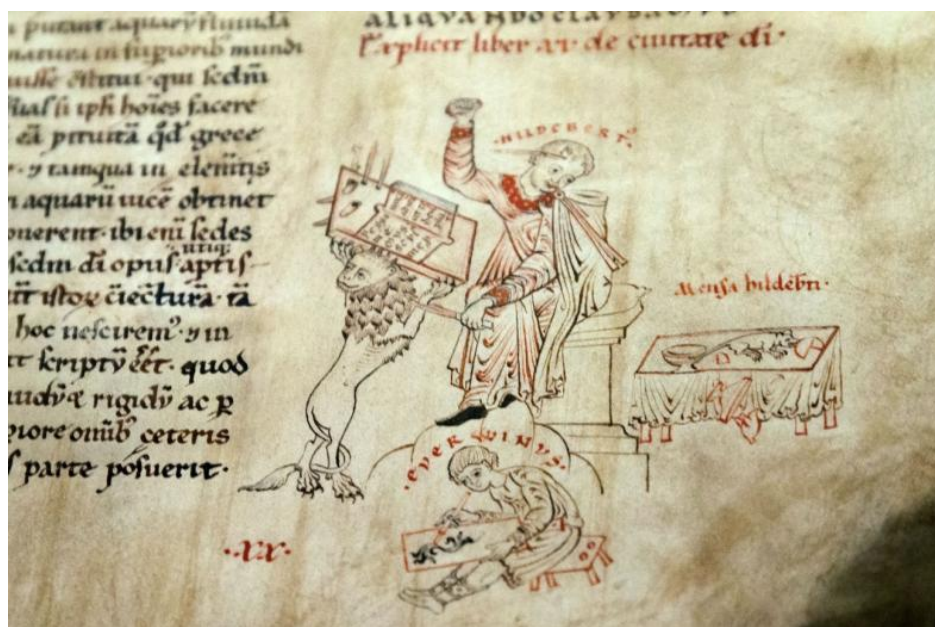
Recebido em: 15/07/2025

Aprovado em: 27/07/2025

Fac-símile e Cópia Original - *De Civitate Dei* (Cidade de Deus) de Santo Agostinho, Biblioteca Capitular de Praga, Ms A.21/1, 1140 (aproximadamente).



Detalhe do original (pergaminho)



Facsímile do documento, composição da página



Detalhe da iluminura (Facsímile)

RETRATOS DE UM DIA DE TRABALHO

PORTRAITS OF A DAY'S WORK

Helen da Silva Silveira¹
Doutoranda/PPGHIS-UFRJ

Resumo: Este artigo aborda trabalhadores negros no Vale do Rio Pardo, interior do estado do Rio Grande do Sul, no início do século XX, mais especificamente, nas cidades de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul entre 1905 e 1930. Pretende-se demonstrar como esses homens foram parte fundamental do processo de urbanização destas cidades e como sua presença enquanto trabalhadores foi invisibilizada em detrimento de um braço imigrante branco. Neste sentido, a fotografia se mostra como uma possibilidade de desvelar a presença dessas pessoas, mas como não a usar como mera ilustração? Bem a resposta para esta pergunta é simples e difícil ao mesmo tempo, dado que para não usar uma foto como ilustração é preciso vê-la e tratá-la como uma fonte histórica. Como forma de complementar esta fonte

Abstract: This article discusses black workers in Vale do Rio Pardo, in the interior of the state of Rio Grande do Sul, at the beginning of the 20th century, more specifically, in the cities of Venâncio Aires and Santa Cruz do Sul between 1905 and 1930. men were a fundamental part of the urbanization process of these cities and how their presence as workers was made invisible to the detriment of a white immigrant arm. In this sense, photography shows itself as a possibility to reveal the presence of these people, but how not to use it as a mere illustration? Well, the answer to this question is simple and difficult at the same time, given that in order not to use a photo as an illustration, it is necessary to see it and treat it as a historical source. As a way of complementing this source, I also present some names of workers found in criminal and

¹ Mestra em História/UFRGS, atualmente doutoranda/PPGHIS-UFRJ. Esta pesquisa é financiada pela CAPES. Membro do Grupo de Estudos sobre Pós-Abolição (GEPA) vinculado a Universidade Federal de Santa Maria. Email: helen.dasilvasilveira@gmail.com.

apresento ainda alguns nomes de hospital sources.
trabalhadores encontrados em
fontes criminais e hospitalares.

Palavras-Chaves: Pós-abolição; **Keywords:** Post-abolition;
Trabalhadores Negros; Fontes. Black Workers; Sources.

Um close nos trabalhadores!

As cidades de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul se localizam em uma região conhecida como Vale do Rio Pardo, por causa do rio Pardo que perpassa por vários municípios e porque a maior parte destas cidades é resultante do desmembramento da cidade de Rio Pardo que abarcava boa parte do estado até meados do século XIX. Ela fica no interior do estado do Rio Grande do Sul e é muito conhecida por ser uma região que recebeu em doses cavalares imigrantes europeus, como austríacos, poloneses e alemães, na segunda metade do século XIX. Esta onda imigratória não aconteceu por acaso.

O Rio Grande do Sul foi um ativo participante do projeto imigrantista do Estado imperial e recebeu imigrantes alemães desde os anos de 1820, quando foi criada a colônia de São Leopoldo, em 1824. Segundo Carlos Piassini (2017), entre 1824 e 1889, foram criadas 80 colônias de imigrantes alemães no estado, entre oficiais e particulares. A relação do Rio Grande do Sul com a imigração tem profundas imbricações com a política nacional e interesses regionais. Por fazer fronteira com as terras tomadas por espanhóis, o estado cumpria uma função de garantir as fronteiras portuguesas no extremo sul meridional da América. Aliou-se a isso o anseio de fazer deste lugar uma terra diferente do restante do país, onde os habitantes tivessem pele alva e olhos mais claros possíveis, harmonizando com o clima frio do sul. “Conclusão: tratava-se de uma província fria, e, por isso mesmo, propícia ao acolhimento de “colonos europeus”, segundo Alcides Lima; ou ao desenvolvimento de “raça branca”, nos termos de Assis Brasil” (Rosa, 2019, p. 46). Existe ainda um propósito do projeto imigrante a ser dito e que se relaciona mais diretamente

com os sujeitos que protagonizam este estudo. Segundo Marcus Rosa:

Foi em 1862 que Aureliano Candido de Tavares Bastos estabeleceu uma oposição entre o “atraso” da Bahia, atribuído ao “maior número de negros”, indivíduos “incultos”, “incapazes” e “improdutivos”, e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, propiciado pelos “núcleos de colonos europeus”, gente inclinada ao “progresso”, ao “trabalho” e à “civilização”. Analisados à luz do debate sobre a ocupação de diferentes regiões do Brasil por populações com “origens” e “qualidades” distintas, os termos de Tavares Bastos não trazem novidade alguma. Entretanto, ao estabelecer uma comparação entre, de um lado o “o homem livre” e “branco” (termo que o autor empregava quase como sinônimos) e, de outro, o “africano” e o “negro” (ambos associados à escravidão), Bastos concluiu que a existência de um abismo entre “esses dois extremos” era “fato que a ciência afirma de um modo positivo”. [...] Tavares Bastos acrescentou um argumento de autoridade – sem raça, mas profundamente racializado – que inovava a legitimidade explicativa de que julgava ser o “atraso” da Bahia e o “desenvolvimento” do Rio Grande do Sul. (Rosa, 2019, p. 62).

Como se pode notar, o desenvolvimento da colonização imigrante teve profundas relações com os rumos da escravidão, pois desde o início este projeto coincide com a vinda da família real, que passou a ser pressionada para colocar fim ao tráfico. E a fase mais intensa da imigração, com maiores incentivos, ocorreu justamente a partir do momento em que o tráfico foi de fato proibido e extinto, dando sinais de que a escravidão chegava perto do fim. Não se tratava de resolver somente “um problema de mão de obra”, haja vista que os libertos, livres e demais nacionais nunca foram pensados como essa solução, mas sim de promover o clareamento da população e desenvolver a raça branca, que era entendida como aquela que tinha os predicados necessários, como moral e ética do trabalho, para serem os cidadãos da jovem república brasileira.

Portanto, se algum dia alguém te perguntar por que parece que no Rio Grande do Sul, todo mundo é branco e de olhos claros esta é uma parte significativa da resposta. Principalmente, com

relação as cidades em questão neste artigo, dado que ambas tiveram colônias fundadas em seus territórios, tanto públicas, quanto particulares. Todo este projeto nacional de branqueamento teve um impacto direto na população negra, pois se em estados maiores, como São Paulo, que são conhecidos por terem absorvido a maior parte da mão de obra escravizada na Colônia e Império, a imagem de trabalhador e cidadão recaía sobre os imigrantes e brancos na República, já que “Existe certo consenso na literatura sobre o período pós-abolição no Estado de São Paulo de que os negros, sobretudo os libertos, foram afastados das atividades produtivas centrais pela competição dos imigrantes.” (Mosnma, 2010, p. 01). Imagina no do Rio Grande do Sul, estado que por muito tempo negou a presença e a existência de escravizados, eleve isso a segunda potência se considerar que estamos falando do interior do estado.

Santa Cruz do Sul, por exemplo, sua festa tradicional, que para a cidade todos os anos se chama Oktober Fest, ou Festa de Outubro, uma tradicional festa alemã na qual os mascotes são o casal Fritz e Frida. Com tudo isso, pode-se até comprar a ideia de que foram os brancos, principalmente os imigrantes que construíram Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul, mas e esta foto?

Imagem 1- Trabalhadores do setor de limpeza pública



Veículo que transportava cubos de materiais fecais.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo.

Fonte: Retirada de Vogt (2004, p. 292).

A ideia de tratar fotos como fontes consiste em poder problematizá-las, fazer análises e extrair informações, pois “Aí reside a competência daquele que analisa imagens do passado: no problema proposto e na construção do objeto de estudo. A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas.” (Mauad, 1996, p. 10). Uma fotografia é um tipo de registro do passado, um registro imagético que permite termos um vislumbre, ainda que momentâneo, de outra época. Ainda segundo Mauad:

Do ponto de vista temporal, a imagem fotográfica permite a presentificação do passado, como uma mensagem que se processa através do tempo, colocando, por conseguinte, um novo problema ao historiador que, além de lidar com as competências acima referidas, deve lidar com a sua própria competência, na situação de um leitor de imagens do passado. Retomamos, neste ponto, a pergunta anterior: como olhar através das imagens? Por tudo que já foi dito, considerando-se a fotografia como uma fonte histórica que demanda um novo tipo de crítica. (Ibid, 1996, p. 10).

Neste caso, a crítica me parece girar em torno das camadas que podem ser extraídas da imagem 1, dado que se perguntamos o que vemos nela, as respostas podem ser múltiplas, como, por exemplo, aquilo que está na legenda “Veículo que transportava cubos de materiais fecais”. É uma interpretação possível, porém muito rasa. A foto foi tirada em 1910, e representa o recém-criado setor de limpeza urbana do município de Venâncio Aires e analisando uma outra camada podemos ver que os responsáveis por conduzir os tais veículos são homens negros, assim os trabalhadores responsáveis pela limpeza da cidade eram homens negros, esta também é uma resposta e uma interpretação para o que vemos na imagem, no entanto um pouco mais elaborada. Já na cidade do Fritz e Frida, temos este registro:

Imagem 02: Inauguração do ramal ferroviário Couto/Santa Cruz, 1905



Fonte: Retirado de Noronha (2012, p. 59)

Esta foto é da inauguração do ramal ferroviário da cidade em 1905. Ele ligava Santa Cruz do Sul do Sul a estação do Couto de Rio Pardo. Segundo Mauad:

A fotografia deve ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social de produção sónica. Neste sentido, toda a produção da mensagem fotográfica está associada aos meios técnicos de produção cultural. Dentro desta perspectiva, a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar. (Mauad, 1996, p.11)

Neste sentido, a foto expressa também a organização social, em alguma medida, do momento que está retratando. Aqui temos de um lado, a população no geral, com seus paletós e chapéus sociais, daqueles se que usam em ocasiões importantes, e do outro temos os trabalhadores responsáveis por construírem aquele ramal, estes por sua vez usam roupas e chapéus simples de trabalho e carregam ainda os instrumentos que usaram na

empreitada, como as pás. No meio destes trabalhadores, na linha superior direita, há homens bem-vestidos e arrumados que devem ser as autoridades, haja vista que, segundo Andrius Noronha (2012), foi Borges de Medeiros, o então governador do estado, quem inaugurou a estação. Se olharmos bem para estes trabalhadores percebemos que entre eles existe uma quantidade significativa de homens negros, ou seja, eles também foram responsáveis pela construção e estavam lá, ao lado, possivelmente do governador para posarem para a foto que marcaria aquele 15 de novembro de 1905. Parece que Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul já estão um pouco diferentes daquelas do início deste artigo, parece que temos aqui sujeitos que não haviam sido anunciados antes. Estes sujeitos, os homens negros trabalhadores de setores públicos urbanos desestabilizam com muita potência a narrativa que parecia muito bem amarrada e a fotografia é um documento que permite torná-los visíveis. E torna possível também um interessante diálogo entre pós-abolição e mundos do trabalho. Já a algum tempo pesquisadores destes campos vem fazendo alertas sobre as lacunas existentes:

A despeito disso, um desafio ainda persiste. Qual? Um inexistente diálogo entre os estudos de escravidão e pós-emancipação – as experiências urbanas e rurais de milhares de africanos e crioulos – e as investigações que analisaram a imigração européia, ou as experiências do trabalho livre: os mundos dos trabalhadores no fim do século XIX e no início do XX. Questionado e apontado desde a década de 1990, esse quase-hiato de reflexão historiográfica e o escasso investimento em pesquisa empírica vêm sendo superados por avanços que seguem seu curso. (Gomes; Negro, 2006, p. 01)

Para além da narrativa imigrante existe também uma deficiência em termos de pesquisa histórica que contribui significativamente para que trabalhadores negros sejam invisibilizados enquanto tal e que “Veículo que transportava cubos de materiais fecais” seja aceita, sem maiores problemas, como descrição de uma foto histórica local. Mais recentemente Álvaro Nascimento (2016), fez questionamentos muito parecidos com estes apresentados por Flavio Gomes e Luigi Negro (2006).

Para Álvaro Nascimento (2016) a questão é que ao não olhar para o componente cor dos trabalhadores e do movimento operário a historiografia alimenta o “paradigma da ausência” dos sujeitos negros, dado que foram os historiadores que optaram por não entrar nas fábricas e expulsaram negros e negras de seus postos de trabalho.

Em um nível mais profundo desta crítica feita por tais autores está o fato de que a historiografia do trabalho retira desta população o seu lugar de agente histórico e sua agência, o que tem profundas imbricações no seu lugar de cidadãos e endossa o discurso embranquecedor da imigração. Conforme Nascimento:

Essa ausência leva-nos à reafirmação da história única, marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumaram no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão. Retira-nos o conhecimento de uma sociedade cuja diversidade racial era imensa, reduzindo-a à branquidade e à mestiçagem (Sovik, 2004: 376), estando a primeira nos melhores ofícios e posições e a segunda nos limites da pobreza e da sujeição. Impede-nos, ainda, a compreensão dos males provocados pelo racismo para a sobrevivência e ascensão socioeconômica da população negra e indígena do século XIX até os dias atuais. (Nascimento, 2016, p. 06)

Assim, os questionamentos feitos por estes pesquisadores são também incômodos importantes a serem refletidos. Felizmente existem trabalhos que demonstram possibilidades diferentes da narrativa hegemônica e da história única. Para São Paulo, por exemplo, temos George Andrews (1998) e Karl Monsma (2010). Ambos os autores colocam em seus esforços a necessidade de contrapor a “tese da anomia social do negro” que foi consolidada por Florestan Fernandes nos anos de 1960, que entendia que:

O modo como à escravidão mutilou suas vítimas intelectual, moral, social e economicamente. Os escravos aprenderam habilidades não compatíveis com o mercado durante a escravidão; muito ao contrário, a escravidão ensinou-lhes a evitar o trabalho, onde e sempre que possível. (Andrews, 1998, p. 119).

Andrews explica que Fernandes é adepto da ideia de que a escravidão foi um processo violento que deixou marcas que não são curadas, tornando os descendentes dos egressos do cativo incapazes de se inserir na nova sociedade. No entanto, seus estudos assim como os de Monsma (2010) demonstram que a imigração teve impacto significativo na competitividade do mercado de trabalho. Nas fazendas de café, por exemplo, “a simples presença de grande número de pobres europeus barateou a mão-de-obra e prejudicou os negros e outros trabalhadores brasileiros.” (Monsma, 2010, p. 536). Sem contar que fatores como família e nível de escolaridade também pesavam. No que tange ao famoso processo de industrialização:

Nos anos posteriores, os homens negros conseguiram romper as barreiras raciais e passaram a competir por esses empregos; mas testemunha contemporânea previamente citada sugere que, durante a década de 1920, a maior parte dos empregados negros permanecia restrita ao trabalho na construção, relativamente não especializado. (Andrews, 1998, p. 158)

Desta forma, o que eles colocam é que não foi uma deficiência moral da escravidão que tornou os negros avessos ao trabalho, mas ocorreu um processo de marginalização e preterimento de sua mão-de-obra que, no entanto, não pode ser traduzida em total exclusão do mercado de trabalho.

No estado vizinho, Rio de Janeiro, Ana Maria Rios e Hebe Mattos (2007) perceberam que para os libertos e livres que decidiram ficar nas fazendas que trabalharam antes da abolição era fundamental negociar suas novas de trabalho nos seus termos, dado que “Decidir ficar, obviamente, não significava concordar em manter as condições de trabalho do regime anterior. Enterrar a palmatória e o vergalho podia fazer pouco sentido para os libertos, se o homem que os usara continuasse a dar as ordens” (Rios; Mattos, 2007, p. 60). Este foi mais um ponto de atrito e instabilidade, a perda de qualquer prerrogativa senhorial anterior e o reordenamento das relações de trabalho que se relaciona diretamente com a ideia de que os libertos eram tidos como ingratos.

Levando em consideração toda esta discussão e as fontes apresentadas é possível entender que mesmo “*nos confins meridionais*” do Rio Grande do Sul, em cidades do interior como Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul os negros foram parte da mão de obra no pós-abolição e seu não reconhecimento enquanto tal se interliga com a imigração e uma historiografia do trabalho cheia de lacunas. Mas há ainda uma camada mais profunda destas fontes que gostaria de abordar, porém antes trago aqui uma última foto:

Imagem 3: Pedreiros na Obra da Igreja de São Sebastião Mártir de Venâncio Aires na década de 1920.



Fonte: Retirada do Blog Infinita Propaganda. Disponível em: <<http://infinitapropaganda.blogspot.com.br/2010/11/fotos-antigas-de-venancio-aires.html>>. Último acesso em 20 de julho de 2017.

Convido a quem estiver lendo este trabalho que faça o exercício de pesquisar na internet a imagem da Igreja Matriz de São Sebastião Mártir de Venâncio Aires/RS. É provável que você veja as fotos de uma bela igreja em estilo neogótico, a segunda maior da América Latina neste estilo aliás. Aproveite e olhe também as imagens da sua parte interna, vai ver suas lindas abóbodas internas característico deste estilo arquitetônico. Pois

muito bem, a foto acima é referente ao período da construção desta edificação na década de 1920, nela podemos ver que essas partes pontudas que parecem pequenas caverninhas são as tais abóbodas, podemos ver também quem a construiu, trabalhadores, provavelmente, pedreiros e serventes, alguns parecem ser crianças. Ocupando um lugar muito simbólico da fotografia, o fundo, estão os homens negros que eram parte deste corpo de operários. Esta Igreja é o principal cartão postal da cidade, por isso, existem lindas fotos em alta qualidade sua na internet, e foi construída por trabalhadores, entre eles homens negros.

Olhando para as fontes de processos crimes² encontrei Ergino Padilha, um servente de pedreiro que em 1933 estava com 37 anos de idade e que se envolveu numa briga com o comerciante Arnildo Olhweiler durante um jogo de cartas que ocorria na “venda” que ficava na propriedade de Arnildo e era o dono da mesma. Segundo o exame de corpo de delito Arnildo era branco e Ergino era misto. Este último era colega de profissão dos homens que aparecem na foto acima e pertencia a esta parte mais heterogênea da classe trabalhadora e permite nomear indivíduos e pensar um pouco mais sobre o cotidiano do trabalho desses homens.

Segundo o relatório policial e relato das testemunhas, no final da tarde do dia dois de março de 1933, Ergino, Arnildo e Pedro Alves Rodrigues estavam jogando carta na venda de Arnildo localizada nos subúrbios da Villa e que começou uma discussão que se exaltou com ofensas e xingamentos, entre Ergino e Arnildo devido a desentendimentos pelos jogos. Então Arnildo muito exaltado sacou um revólver com o qual teria atirado em Ergino caso Pedro não tivesse intervindo. A briga ainda seguiu por mais um tempo até Arnildo fosse devidamente contido e a polícia chegasse.

Muitos seriam as análises possíveis de serem feitas aqui, no entanto para não desviar do assunto principal e não exceder o número de páginas, vou me concentrar em apenas dois pontos. O primeiro é o fato de Ergino e Arnildo serem racialmente diferentes e de profissões diferentes, o primeiro era misto e

² APERS, Acervo do Judiciário, Município de Venancio Aires. Ano: 1933. Maço nº04, estande nº 08. Reu: Ergino Padilha e Arnildo Olhweiler

servente de pedreiro e o segundo era branco e comerciante. O segundo ponto é que ambos estavam juntos compartilhando uma das formas mais comuns de lazer que existem no interior do Rio Grande do Sul, o jogo de cartas em “vendas” que nada mais são do que pequenos comércios. O universo do trabalho envolvia muito mais do que somente trabalho, envolvia também família, moradia e lazer, por exemplo.

Era isso que estes homens estavam fazendo, compartilhando um momento de lazer que não terminou muito bem, o que demonstra que a sociabilidade pode envolver tensões, ainda mais quando se trata de homens. Segundo relatos das testemunhas não houve xingamentos de cunho racial, no entanto é possível pensar que o conflito e o lazer também são dimensões que permeiam as relações raciais. Analisando as relações entre imigrantes e negros no Oeste Paulista Karl Monsma observa que:

Os processos criminais de São Carlos incluem bastante evidência de amizade e intimidade entre indivíduos imigrantes e negros, que trabalhavam juntos, eram vizinhos nas fazendas ou na cidade e bebiam e jogavam juntos. Além disso, havia certo número de namoros e uniões estáveis entre imigrantes e negros [...] Entretanto, apesar de toda a evidência de solidariedades, amizade e amor entre imigrantes e negros, havia tensões subjacentes a essas relações que podiam vir à tona rapidamente. Muitos amigos brigaram, às vezes com violência letal, por motivos aparentemente fúteis. (Monsma, p. 239)

Embora Arnildo não seja imigrante, ele era branco e talvez teuto-brasileiro devido ao seu sobrenome, desta forma embora ele e Ergino pudessem ser amigos que estavam se divertindo junto, bastaram algumas palavras mais pesadas para que a situação quase acabasse em morte e tragédia o que evidencia essa dualidade no convívio entre os sujeitos de grupos raciais diferentes do pós-abolição.

Olhando as fontes hospitalares encontrei José Rodrigues³ que deu entrada no Hospital de São Sebastião Mártir de Venâncio Aires ano de 1936, com 42 anos de idade, foi descrito como de

³ Livro de entrada e saída do Hospital de São Sebastião Mártir 1936-1942. Registro nº 07, página nº 01, ano de 1936.

cor preta e no campo profissão consta jornaleiro, católico e filho de André Rodrigues. Embora não haja maiores informações sobre este indivíduo, ele é um homem de cor preta e um trabalhador não especializado que trabalhava por jornadas, uma categoria diferente da de Ervino, pois José não teria um ramo ou emprego mais certo. Quando foi procurar o hospital foi descrito também como Indigente, o que provavelmente significa alguém que não tinha condições de pagar pelos serviços médicos. Assim como Pedro Alves de Macedo⁴, que deu entrada no hospital no mesmo ano que José. Pedro tinha 35 anos, de cor mista e também era jornaleiro. Eles são os dois únicos homens registrados nesta condição encontrados naquele ano.

Coincidência ou não é quase impossível não reparar que mesmo que possuam designações de cor diferentes, elas se aproximam ainda mais pelo fato de ambos terem a mesma ocupação profissional. Todos eles demonstram a heterogeneidade de ocupações que estes homens negros com suas diversas designações de cor tinham na cidade.

Toda esta discussão nos convida a refletir sobre o nível mais profundo da crítica a fonte que mencionei antes, haja vista que, se olharmos para todas estas fotos em conjuntos veremos que elas retratam uma fase de embelezamento e urbanização destas cidades. Os condutores dos veículos eram funcionários do recém-criado setor de limpeza pública em 1910, que visava cumprir algumas determinações do código de posturas de 1905, que regulamentava o seguinte:

Art. 51 Todos os moradores da Vila e povoações são obrigados a conservar limpos os seus pátios, quintais, latrinas, cano de esgoto, coqueiras, estrebarias e calçadas. Pena de 20 mil reis de multa. (Vogt, 2004, p. 289).

Assim o trabalho destes homens era de recolher os cubos onde eram depositados os dejetos nos estabelecimentos e casas, transportar esses cubos até o rio, despejar, lavar e levar de volta. Um trabalho insalubre, mas ainda assim trabalho e importante.

⁴ Livro de entrada e saída do Hospital de São Sebastião Mártir 1936-1942. Registro nº 13, página nº 01, ano de 1936.

No caso dos trabalhadores santa-cruzenses do ramal ferroviário, bem o que seria do progresso sem a locomotiva? Robério Souza (2010) coloca que na Bahia do pós-abolição o trabalho ferroviário foi fundamental para a implementação das novas disciplinas de trabalho, dado que esta categoria foi fortemente marcada pelas “tentativas específicas de reorganização e regulamentação do processo de trabalho. Nas ferrovias essas práticas foram traduzidas em relações de trabalho rigidamente hierarquizadas e imposições disciplinares.” (Souza, 2010, p.02).

A ideia do progresso não passa somente pelo aperfeiçoamento das máquinas e do transporte, passa também pelo reordenamento das relações de trabalho e uma “reeducação” do trabalhador que deveria ser disciplinado e resiliente para aguentar as duras e longas jornadas de trabalho ferroviário. Ainda segundo o autor na estrada de ferro havia uma repartição dos trabalhadores que poderiam ocupar diversas funções de acordo com seu nível de especialização:

Esses trabalhadores estavam distribuídos entre “titulados” ou “mensaleiros” – aqueles que ocupavam empregos fixos – e os “jornaleiros” – recrutados para trabalhar como diaristas. Em se tratando da divisão do trabalho, sabe-se que havia o pessoal que, ganhando maiores vencimentos, era responsável pelas atividades desenvolvidas em seus respectivos setores. Tudo indica que os salários dos operários variavam de acordo com as profissões ocupadas, de modo que quanto mais especializado fosse o serviço maior seria a remuneração alcançada. (Souza, 2010, p. 12)

Conforme os dados trazidos pelo autor os trabalhadores menos qualificados tinham cor e identidades bem demarcados e para perceber essa cor e identidade o autor também se utiliza de fotos onde se pode ver homens negros trabalhando na estrada de ferro em 1900. Infelizmente não disponho de mais dados para saber como se distribuíam as funções na construção do ramal ferroviário de Santa Cruz do Sul, mas olhando para as fontes hospitalares vemos que havia dois homens um de cor mista e outro de cor preta que eram trabalhadores não qualificados e que eram jornaleiros o que torna possível aproximar Santa Cruz do Sul da vivência da Bahia a partir de Souza (2010) e fazer deste

um apoio para hipóteses futuras. Mas uma coisa é certa no caso desta cidade, aquela estação foi fundamental para o escoamento da produção local de fumo e para a instalação posterior de linhas telefônicas que possibilitavam comunicações mais rápidas desta com outras cidades (Noronha, 2012). Portanto, mesmo que os trabalhadores negros pudessem ocupar funções mais baixas não há como negar que eles estavam ali, inclusive para receber os devidos créditos na foto da inauguração.

Com relação a edificação da Igreja de Venâncio Aires bem, como eu disse antes ela é o seu principal cartão postal e se localiza numa praça no centro da cidade. A história deste santuário se interliga com a devoção local ao santo padroeiro que dá nome a igreja, São Sebastião Mártir, e com o mito fundador do município que teria tido seu território organizado em função da existência de uma doação de terras para a construção de uma capela em 1864 e que décadas depois daria lugar a esta edificação atual.

Condutores, pedreiros, funcionários da estrada de ferro, jornaleiros são as funções identificadas nas fontes e todas estas funções são braçais, as vezes insalubres e marginalizadas, mas são trabalhos, são fundamentais, são aquele serviço que alguém tem que fazer senão não tem urbanização, não se cumpre os códigos municipais, não tem embelezamento e progresso.

Referências Bibliográficas

ANDREWS, George Reid. Trabalhando, 1920-1960. In: _____. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: Edusc, 1998.

GOMES, Flávio e NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, v. 18, n. 1, 2006.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, RJ, vol. 1, nº2, 1996, p.73-98.

MONSMA, Karl. A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914. In: _____. **Conflitos**

simbólicos, consequências mortais: as relações entre imigrantes e negros. São Carlos, EDUFSCar, 2016, pp 301.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, vol. 29, n.59, 2016.

NORONHA, Andrius Estevam. **Beneméritos Empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966).** Tese (Doutorado em História). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2012.

PIASSINI, Carlos Eduardo. **Imigração Alemã e Política: Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Hansel, Brüggem e Bartolomay.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

ROSA, Marcus Vinicius Freitas da. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o Pós-Abolição (1884-1918).** Porto Alegre, RS: EST Editora, 2019.

SOUZA, Robério. Organização e disciplina do trabalho ferroviário baiano no pós- Abolição. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 3, 2010.

VOGT, Olgário Paulo; ROSA, Angelita da. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. In: VOGT, Olgário Paulo (Org.). **Abrindo o baú de memórias: o Museu de Venâncio Aires conta história do município.** Santa Cruz: EDUNISC, 2004.

Recebido em: 15/07/2025

Aprovado em: 13/08/2025

ENTRE DISCURSOS E SILÊNCIOS: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO E HOMICÍDIO NAS PARTIDAS DE AFONSO X

BETWEEN DISCOURSES AND SILENCES: A LOOK AT THE RELATIONSHIPS BETWEEN GENDER AND HOMICIDE IN THE PARTIDAS OF AFONSO X

THIAGO SOUZA DE JESUS
Universidade Federal da Bahia

Resumo: Como parte integrante do material de qualificação apresentado para obtenção do título de mestre em História junto ao PPGH-UFBA, o presente artigo busca discutir as maneiras através das quais os discursos de gênero são percebidos legislações afonsinas especialmente no que se refere às leis da Sétima Partida voltadas discutir os homicídios.

Abstract: As an integral part of the qualification material presented to obtain the title of Master in History from PPGH-UFBA, this article seeks to discuss the ways in which gender discourses are perceived in Afonso's legislation, especially about the laws of the Sétima Partida aimed at discussing homicides.

Palavras-chave: Legislações afonsinas; gênero; violência; homicídio.

Keywords: Afonso's legislation; gender; violence; homicide.

1. Nem só com toques milagrosos se legitimam os reis medievais

Dentre os diversos estereótipos construídos *a posteriori* acerca do período medieval, encontra-se o de que a Idade Média seria marcada por reis fracos e por uma descentralização profunda de poder, que teria sido exercido por diversos senhores feudais. Para além das questões terminológicas, geográficas e contextuais implicadas pelo uso generalizado do conceito de feudalismo para toda a Europa em mil anos de Idade Média, essa visão, construída principalmente pelos defensores das monarquias absolutistas do XVI e XVII (Franco Júnior, 2001), atribui aos monarcas medievais um papel coadjuvante nos jogos de poder do período.

Mas diferentemente do que se faz imaginar essa série de estereótipos, o período medieval foi cenário para grandes disputas de poder entre as nobrezas e os monarcas em diferentes regiões da Europa. Se na França e na Inglaterra, exemplos mais conhecidos e difundidos, a crença na taumaturgia foi explorada pelos reis como ferramenta de centralização do poder, na península Ibérica, em especial a hispânica, embora houvesse o uso de argumentos de cunho sobrenatural ou religioso, as disputas entre nobreza e monarquia se deram também no campo sociojurídico com a elaboração e a tentativa de implementação de diferentes códigos jurídicos por parte da Coroa castelhana (Rucquoi, 1992).

O esforço de elaboração desses códigos não era novo, porque havia um dinâmico e tradicional legado jurídico dos visigodos, povo de ascendência germânica que habitaram a península Ibérica e que no século VII já haviam produzido a compilação *Lex Visighotorum*, posteriormente conhecida como *Liber Iudiciorum*. Os reis castelhanos e suas cortes do século XIII foram responsáveis por propor uma série de códigos com objetivo de se sobrepor às legislações locais elaboradas pelos nobres ou conselhos oligárquicos¹. Buscava-se, dessa forma, limitar o poder

¹ Para compreendermos o panorama legislativo da península Ibérica em geral e de Castela em particular, precisamos levar alguns fatores em consideração como, por exemplo: amplitude territorial, diversidade populacional e cultural, além da forma de consolidação da monarquia castelhana, baseada em tratados,

destes e, conseqüentemente, ampliar os próprios. Dentre os principais códigos estão: o *Fuero Juzgo* (1214), proposto pelo governo de Fernando III, que consistia numa tradução ao castelhano do antigo código visigodo; e os códigos elaborados na chancelaria de Afonso X que correspondem ao *Fuero Real* (1255) e ao *Libro de las leyes* (1265), também chamado de *Siete Partidas*, devido à estrutura e conteúdo que foram adotados para sua elaboração. Dentro do escopo afonsino, há ainda o *Setenario*² e o *Especulo de las Leyes*. Sobre o *Setenario*, as pesquisas têm demonstrado uma semelhança entre ele e o espelho dos príncipes, um tipo de produção que buscava “[...] oferecer uma ampla relação do que os reis ou futuros reis deveriam ser, saber e fazer para bem governar, mas também incluía o que deveria ser evitado [...]” (Kleine, 2005, p. 198). Já o *Especulo de las Leyes* pode ser considerado “[...] um meio termo entre o *Fuero Real* e as *Siete Partidas*” (Silveira; Saldanha, 2020, p. 179) por contemplar ao mesmo tempo leis e princípios teóricos de boa governança.

Falando de forma mais específica das *Partidas*, fonte privilegiada para a realização da presente pesquisa, o código pode ser considerado o grande projeto jurídico da monarquia castelhana, dada sua complexidade e estrutura, que possibilitaram que essa compilação alcançasse um alto nível de importância na história jurídica hispânica, servindo como código até o século XIX, tendo sido influente, inclusive, na América Hispânica e no Brasil colonial (Bravo Lira, 1985).

Divididas em sete livros, as *Partidas* buscaram abarcar os mais diferentes temas da realidade jurídica castelhana, dentre os quais o direito canônico, família, escravidão, heranças, e o direito penal, foco específico da nossa análise e que está reservado à

acordos de rendição e conquistas. Falando especificamente do reino de Castela, sua configuração territorial baseada em diversos senhorios independentes fragmentava a influência do poder monárquico. Com isso, a própria legislação se via fragmentada, vigorando as chamadas *fazañas*, ou seja, “sentenças proferidas pelos juízes castelhanos em seu livre arbítrio.” (García González, J. *apud* REIS, 2013)

² O período de realização do *Setenario* é ponto de debate entre historiadores. Para autores como Robert Macdonald (1984), a obra teria sido iniciada por Fernando III e continuada por Afonso X; já Jerry Cradock (1986) defende que o *Setenario* seria uma tentativa inacabada de reescrever a Primeira Partida.

Sétima Partida. Nas *Partidas*, será dada maior atenção às leis ligadas aos homicídios, buscando compreender a atuação e a importância do gênero enquanto elemento constitutivo das leis e de outras determinações para entender os campos jurídicos castelhanos acerca do mencionado delito.

Para compreendermos tal legislação, abordaremos a questão da centralização política em Castela, apresentando as principais características e elementos utilizados pela monarquia castelhana no projeto de afirmação do próprio poder. Em paralelo a isso, serão abordados os diferentes códigos produzidos pelos reis castelhanos como parte desse propósito unificador. Após a exposição e a contextualização das *Partidas*, a Sétima Partida será tratada de forma específica: partindo de uma discussão acerca da concepção medieval de violência, será realizada uma análise qualitativa e quantitativa com foco no título correspondente e nas leis relacionados aos homicídios. É importante frisar que, em virtude das limitações concernentes ao presente trabalho, ele lançará luz apenas sobre uma parcela das leis que discutem a questão do homicídio. Os trabalhos posteriores se encarregarão de realizar uma análise mais geral do Título VIII da Sétima Partida.

1.1. O projeto centralizador monárquico castelhano

O período medieval é repleto de elementos estereotipados que, com o passar do tempo, povoaram o imaginário de diversas gerações. Alguns deles causando valorização, encantamento e admiração; outros, medo, desencanto e escárnio. Dentre tais elementos, a figura do rei medieval merece destaque. Tendo de forma costumeira seu poder associado ao que podemos entender hoje como sobrenatural ou religioso,³ a exemplo de Arthur e sua

³ “[...] nas sociedades arcaicas, com visão monista do universo, sem fazer distinção entre natural e sobrenatural, indivíduo e sociedade, a realeza desempenhava um papel harmonizador, integrador do homem no cosmos. Ou seja, para aquelas sociedades a realeza não era uma instituição política (conceito sem sentido para elas), mas uma manifestação do divino. [...] Na Idade Média o monarca, sem ser deus ou sequer sacerdote, como nas civilizações da Antigüidade, tinha inquestionável caráter sagrado. (Franco Junior, 2001, p. 49)

espada *Excalibur*, a imagem poderosa dos reis contrasta com o estereótipo que se tem do período medieval, visto como marcado pela barbárie, pelas guerras, pela peste e pela fragmentação política generalista, um período por vezes confundido de forma acrítica e universalista com o Feudalismo.⁴

Levando em conta exclusivamente as produções historiográficas acerca do medievo, é sabido que em diversas regiões da Europa, os reis precisaram realizar esforços materiais, institucionais e político-administrativos com o objetivo de (re)afirmar o seu poder diante das nobrezas locais que, em determinados períodos e localidades, desejavam manter a autonomia legislativa da qual gozavam.⁵

Em muitos casos, os esforços monárquicos de reafirmação do poder passavam justamente pela esfera do sagrado, do mítico. No âmbito da historiografia francesa, bastante influente no Brasil, Marc Bloch será um nome importante na discussão entre as relações entre poder e religião. Em 1924, ao publicar a obra *Os Reis Taumaturgos: Estudo sobre o caráter sobrenatural do poder régio na França e na Inglaterra*, (Bloch, 1924), o historiador apresenta a tese de como a crença no poder de cura de enfermidades (especialmente de escrófulas) através do toque real serviu como argumento para legitimar e fortalecer os reis de França e Inglaterra.

Embora a obra de Marc Bloch se concentre apenas nos casos francês e inglês, inaugurando a aplicação do método comparativo, a lógica de associar a realeza à taumaturgia passou a ser aplicada de forma generalista para toda a Europa, em

⁴ “Nos séculos IV-VIII, a unidade multirracial romana foi substituída pela pluralidade nacional dos reinos germânicos. No século IX, restabeleceu-se uma relativa unidade com o Império de Carlos Magno, que absorveu, mas não eliminou outros reinos formados no período anterior. Nos séculos X-XIII, o Império tornou-se apenas uma ficção, uma idealização, pois na prática ocorria uma profunda fragmentação política substantivada nos feudos, porém limitada pelos laços de vassalagem*, que permitiriam às monarquias recuperar aos poucos seus direitos. Nos séculos XIV-XVI, o processo de revigoração das monarquias acelerou-se, estimulado pela crise global que fazia a sociedade depositar suas esperanças de recuperação no Estado.” (Franco Junior, 2001, p. 52)

⁵

decorrência do que Adeline Rucquoi considera fruto de um esforço de propaganda em torno dos reis de França e Inglaterra (Rucquoi, 1992, p. 57). Somente nos anos 80 do século XX, a partir dos estudos *Una realeza sin consagración: la monarquía castellana a finales de la Edad Media*, produzido por Teófilo Ruíz, e *Fundamentos ideológicos del poder real*, elaborado por José Manuel Nieto Soria, começaram a ser produzidas atualizações nos estudos acerca da monarquia castelhana. Apesar de trazerem a análise de um novo contexto, tais estudos ainda se mostraram pautados nas pesquisas desenvolvidas pelos *Annales*, e por isso buscavam identificar na monarquia castelhana medieval os traços que as aproximavam ou distanciavam dos modelos setentrionais explorados pela historiografia francesa. Dentro desse mesmo contexto, começam a surgir também pesquisas voltadas para investigar a realidade jurídica peninsular. No que se refere ao reino castelhano, nomes internacionais como Garcia-Gallo, Arias Bonet, Aquilino Iglesia Ferreiros, Martinez Diez, Jerry Craddock, Robert MacDonald, Inés Fernández-Ordóñez, Jesus Rodrigues Velasco, Georges Martin e nacionais como Adriana Vidotte, Cassiano Celestino de Jesus, Marcelo Lima e Marta Silveira, são alguns dos que lançam luz sobre a obra legislativa afonsina. Seus trabalhos cumprem um papel fundamental no processo de dissociação da realidade monárquica castelhana em relação às monarquias setentrionais.⁶

Além disso, a historiadora francesa Adeline Rucquoi no artigo *De los reyes que no son taumaturgos*, (1992) apresenta algumas características peculiares às monarquias castelhanas que se distinguem das setentrionais. Como o próprio título do artigo deixa entrever, Rucquoi propõe que as realidades ibéricas e castelhanas se afastavam da questão taumatúrgica. A autora defende que, diferentemente dos reis ingleses e franceses, ou mesmo dos alemães, os reis castelhanos utilizavam-se de estratégias de legitimação que não consistiam no poder deles

⁶ No segundo capítulo de sua tese de doutoramento (Lima, 2010), o professor dr. Marcelo Pereira Lima destaca a perspectiva adotada por alguns dos autores mencionados, dando destaque para as divergências protagonizadas por García-Gallo e Arias e por García-Gallo e Iglesia Ferreirós no que se refere ao significado e ao processo de produção da obra legislativa afonsina.

próprios curarem de forma milagrosa escrófulas ou qualquer outra enfermidade. Apesar disso, é possível perceber no discurso legitimador castelhano a influência de elementos religiosos e sobrenaturais. Para a autora, vinculando os fenômenos políticos às tradições mediterrânicas e ibéricas, havia outras formas de fazê-lo por meio de diversos aspectos sociais, políticos, institucionais, jurídicos, religiosos, militares e simbólicos (1992, p. 55-100). Para compreendermos as peculiaridades da monarquia castelhana no período, faz-se necessário contextualizar a Castela do século XIII.

1.2, Castela (séc. XIII): a reorganização das fronteiras e os reinados de Fernando III e Afonso X

A história da península Ibérica, durante o período que entendemos como Idade Média, está diretamente relacionada com as guerras empreendidas pelos cristãos contra os muçulmanos.⁷ Coabitando a região da península Ibérica juntamente a cristãos e judeus, desde o século VIII, ao longo de quatro séculos (séc. VIII-XI), os muçulmanos conquistaram uma grande faixa territorial nessa região. Mas a partir do século XI, com a fragmentação do califado de Córdoba em diversas

⁷ Embora não seja o foco principal do presente trabalho, faz-se necessário debater a relativização do termo “Reconquista”, utilizado de maneira recorrente para se referir ao processo de lutas ocorridas entre os séculos VII e XV, protagonizadas por cristãos e muçulmanos pelo controle da Península Ibérica. Em palestra intitulada *Al-Andalus, España y la Reconquista: mito e ideologia en el medievo peninsular* disponível no *Youtube*, o professor Alejandro García Sanjuan destaca três perspectivas para explicar esse fenômeno: a primeira delas, de viés nacionalista, enxerga as lutas contra os muçulmanos como parte de um processo de libertação nacional frente o Islão; a segunda perspectiva destacada traz uma visão mais neutra ao criticar os limites impostos pelos projetos de ideologização das lutas entre cristãos e mouros; e, por fim, a terceira perspectiva apresentada por García Sanjuan rechaça o conceito de Reconquista, visto como sectário e simplificador. Tal perspectiva entende que a península Ibérica que surge durante após os embates entre cristãos e muçulmanos é diversa daquela que havia antes do século VIII. Tais ideias são debatidas tanto na historiografia brasileira sobre o tema, como por exemplo em Nogueira (2001) quanto na historiografia espanhola, como por exemplo em García Fitz (2009).

unidades independentes chamadas *taifas*, houve uma redução no poderio muçulmano, que passou a se submeter ao domínio crescente dos cristãos na região. Para Fernando Luis Corral, o fim do cristãos aumentassem sua pressão (2014, p. 155). Isso resultou numa expansão territorial e num domínio político sobre os mouros. Adeline Rucquoi aponta ainda o incremento populacional cristão observado desde o ano 1000 como outro fator importante para a expansão territorial que passa a ser vista desde então (1995, p. 168), já que esse aumento demográfico tem como uma de suas consequências o aumento no número de soldados dispostos a lutar em nome da cristandade contra os infiéis.

Juntamente à derrocada do califado de Córdoba, o século XI traz consigo um processo longo, complexo e dinâmico de reorganização de fronteiras nos domínios cristãos que só se finda nas centúrias seguintes, com dois marcos importantes: a independência de Portugal em relação ao reino de Leão, no século XII, e as sucessivas uniões e separações entre o reino de Leão e o reino de Castela até a união definitiva no ano de 1230, sob o reinado de Fernando III, cujo governo ficou marcado por um exitoso processo de conquista sobre o território andaluz. (Luís Corral, 2014)

Apoiado na política de imposição aos muçulmanos da cobrança de *parias*, que consistia numa espécie de tributo cobrado pelos reis e pelos senhores das fronteiras sobre as *taifas* em troca de segurança (Serrano-Piedecabras Fernández, 2014) e sustentado nas ordens militares, criadas no século XII, o processo de conquista territorial de Fernando III obriga a realização de um rearranjo dos territórios dominados, realizados por meio de *repartimientos* entre os que colaboraram nas conquistas. Isso permitiu em grande medida o repovoamento dos territórios conquistados ao sul do Rio Tejo. De acordo com Fernando Luis Corral, o governo de Fernando III marcou o ápice da política expansionista castelhano-leonesa sobre os muçulmanos (2014, p. 166). No âmbito legislativo, o governo monárquico implantou no reino recém-unificado o *Fuero Juzgo* (1241), código que será abordado à frente de forma mais aprofundada.

Após a morte de Fernando III (1252), seu filho Afonso X ascende ao trono castelhano-leonês, assumindo também a responsabilidade de dar prosseguimento aos projetos conquistador e belicoso empreendidos pelo governo do pai. Impossibilitado de atacar os mudéjares em Granada, único foco de resistência muçulmana que não fora derrotado por Fernando III na península Ibérica (Souza Junior, 2009), o governo de Afonso X volta sua atenção e seus esforços para o norte do continente africano, num movimento que vai ficar conhecido como “*fecho del allende*”. Em trabalho publicado em 2009, o historiador Almir Marques de Souza Júnior destaca que o interesse afonsino sobre a África vai além do mero ímpeto expansionista, apontando as razões para justificar o desejo de conquistar o norte do continente africano: primeiramente, por um desejo de vincular seus objetivos a uma figura histórica importante como forma de “[...] justificar as ambições do próprio Afonso X em aumentar ainda mais suas possessões territoriais e espalhar o poderio Castelhano para fora dos limites da Europa” (Souza Junior, 2009, p. 128). Ao manter o ímpeto expansionista, mesmo que sobre outro território que não a península Ibérica, o governo de Afonso X vincularia ainda mais sua imagem à do seu pai, conhecido por realizar a maior retomada de territórios ante os muçulmanos, e isso ajudaria a legitimar sua imagem ante a nobreza. A segunda razão apontada por Souza Júnior é outro desejo de Afonso X, que era comum entre os monarcas do período, de empreender uma cruzada para chamar de sua, já que, a partir do século XII, o papado passa a reconhecer que “[...] a cruzada poderia ser efetuada em outro polo da cristandade, e as proposições acerca da guerra santa passaram a aplicar-se também ao caso da península Ibérica” (Souza Júnior, 2009, p. 75.). Impossibilitado de atacar os mudéjares de Granada, com os quais mantinha aliança à época, decidiu voltar-se para o norte da África. Em trabalho de 2005, Marina Kleine elenca outras duas razões para o interesse de expansão para o continente africano: uma delas está ligada ao controle do estreito de Gibraltar, o que impediria novas invasões muçulmanas à península Ibérica. A outra estaria baseada na herança visigótica demandada pelos reis castelhanos que era utilizada como justificativa para retomar a

região da Mauritânia, antiga província romana que havia sido destruída pelos mouros (Kleine, 2005, p. 41).

O passado visigótico da Península Ibérica é constantemente retomado e reivindicado especialmente pelos monarcas castelhano-leoneses em decorrência do que Adeline Rucquoi vai denominar como “[...] uma rica tradição literária e historiográfica [...]” (Rucquoi, 1995, p. 172.) existente desde o século IX, que associa tais monarcas aos reis visigodos, garantindo-lhes a legitimidade que precisavam nos momentos que se fazia necessário adotar uma unidade no confronto contra os muçulmanos. Além de ser utilizado nos momentos de confronto, o discurso de unidade e de restauração será evocado por diferentes monarcas, como, por exemplo, Afonso VI (1072-1109) que, após concretizar a tomada de Toledo, reivindicou para si o título de *Imperator totius Hispaniae* (Imperador de todas as Espanhas) (RUCQUOI, 1995, p. 172).

Em fontes do período, como a *Documentação diplomática da diocese de Sigüenza entre 1124 e 1151*, recentemente traduzidas ao português por meio do trabalho dos professores Bruno Álvaro e Marcelo Lima (Álvaro; Lima, 2019) podemos perceber em diversos momentos a caracterização do rei Afonso VII de Castela e Leão como Imperador, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

Assim, **eu, Afonso, imperador da Espanha** pela graça de Deus, juntamente com minha rainha Dona Berengária, e seguindo não sem razão o costume dos meus antepassados, faço esta carta de doação à Igreja de Santa Maria de Sigüenza e, do mesmo modo, a ti, senhor bispo Bernardo e a sua venerável sede, e aos teus sucessores; assim concedo os direitos sobre os servos do Castelo de Santiuste, com todas as suas propriedades, e, com elas, a Villa de la Riba, com tudo que for direta e evidentemente seu, com salinas, portazgo, prados, torres, moinhos, montes, fontes, caminhos de saída e entrada, e com todos os termos que pertencem por direito hereditário àquele castelo em virtude do que exige o direito real (AFONSO VII, 1124, p. 33, grifo meu)

Existem ainda trechos que demonstram a visão que o rei Afonso VII tinha do território castelhano como um império:

“Neste ano, **o Imperador Don Afonso tomou a coroa do Império** em Leão ao mesmo tempo reinando em Toledo, Saragoça, Leão, Nájera, Castela, Galícia. Eu, Afonso, Imperador acima mencionado, que mandei fazer esta carta por minha própria mão, confirmo e corroboro residindo em Toro.” (AFONSO VII, 1135, p. 52, grifo meu)

No contexto ibérico, de acordo com Adeline Rucquoi, o conceito de *imperium* pode ser tomado do direito romano para o qual “El *imperium* no presupone la unidad política, lingüística, fiscal o religiosa del espacio dentro del que se ejerce; exige en cambio que todos los que le están sometidos, independientemente de sus costumbres, lenguas o religión, reconozcan su autoridade” (1992, p. 66).

Seguindo essa pauta, os monarcas castelhanos que sucedem a Afonso VI buscaram promover a hegemonia castelhano-leonesa na região, com o objetivo de retomar o título de *imperator*, mas, desde então, nenhum deles conseguiu obtê-lo com anuência completa de determinados setores da Igreja. Filho de Fernando III, que foi monarca responsável por uma das maiores conquistas territoriais ante os muçulmanos e pela união definitiva entre Leão e Castela, o governo de Afonso X utilizou uma grande quantidade de recursos militares e financeiros para construir seu império e consequentemente reforçar a própria imagem como filho do “Rei Guerreiro”. No âmbito militar, o *fecho del allende* também faz parte desse esforço pela construção de um império, com a conquista de territórios em África, podendo representar o aumento da influência da monarquia castelhana. A essa altura, sabemos que os esforços bélicos afonsinos na península e no noroeste do continente africano não trouxeram resultados muito efetivos. Contudo, uma outra oportunidade de construção de um império se apresenta para o Rei Sábio em 1254.

Com a morte de Frederico II (1212-1254), imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Afonso X torna-se o candidato com melhores condições de assumir o trono imperial, em decorrência da ligação que sua mãe, Beatriz da Suábia, tinha com a família imperial alemã (Souza Júnior, 2009). Mas depois de um longo processo, chamado de *fecho del imperio*, que gerou elevados custos materiais para a Coroa castelhana, Afonso X foi

preterido em nome de Rodolfo I de Habsburgo (1273-1291), tendo fracassado também no seu objetivo de constituir um império pela via eletiva. Em decorrência de tantas tentativas frustradas de formar de um *imperium*, o reinado de Afonso X foi visto pela historiografia tradicional como um fracasso no campo político, conforme explicitado por Kleine (2005). Mas as produções historiográficas mais recentes têm desconstruído tal visão.⁸

Embora a administração afonsina tenha ficado marcada pelos insucessos no âmbito político, a imagem de fracasso associada ao governo de Afonso X pode ser desconstruída se nos atentarmos à sua produção jurídica, representada pelas legislações (*Fuero Real*, *Especulo de las Leyes* e as *Siete Partidas*) destacando sua relevância para o direito castelhano; e sua produção cultural caracterizada pelas traduções do árabe para o castelhano; a elaboração de obras de caráter histórico e jurídico, que se relacionavam com os projetos que o monarca e seu entorno construíram para o reino, celebrando a história de seus territórios; as obras relacionadas à poesia e à música; e a criação e manutenção de catedrais em diferentes partes do reino, que atribui um certo ar onipresente à figura monárquica (Souza Júnior, 2009).⁹ Dentre as traduções do árabe para o castelhano

⁸ Além da tese intitulada “*El Rey que es formosura de Espanna*”: imagens do poder real na obra de Afonso X, o Sábio (1221-1284) (Kleine, 2005), cabe destacar outras produções que apresentam uma visão diferente do reinado afonsino. Dentro da historiografia brasileira, temos como exemplos a tese *As penalidades corporais e o processo de consolidação do poder monárquico afonsino (1254-1284)* (Silveira, 2012), que apresenta em seu segundo capítulo uma série de medidas tomadas por Afonso X que demonstram uma participação política importante na organização do reino castelhano; temos também o artigo *O Rei e a Lei. Algumas reflexões em torno das obras jurídicas de Alfonso X* (Pisnitchenko, 2015), que demonstra a importância da legislação afonsina como ferramenta de legitimação do monarca enquanto cabeça do reino. Já na historiografia castelhana, cabe destacar a biografia *Alfonso X El Sabio* (González Jimenez, 2004) que, espelhando-se em outras obras produzidas desde o início do século XX e mencionadas pelo autor na introdução, apresenta uma imagem de Afonso X focada em seu legado jurídico e cultural.

⁹ A onipresença dos monarcas castelhanos associada ao desejo de afirmar-se como superiores à Igreja é também percebida no rito fúnebre. Conforme demonstra Rucquoi “Al escoger su lugar de descanso definitivo en función de

encontram-se obras sobre astrologia, astronomia, tratados de cunho didático-moralístico e uma obra sobre xadrez (*Libro de los juegos* ou *Libro de acedrex, dados e tablas*) (Souza Júnior, 2009). Suas obras históricas (*Primera Crónica General de España* e *General Estoria*) tinham, nas palavras de Souza Junior, o objetivo de construir “[...] um passado idealizado e endereçado não apenas aos espanhóis, mas a toda população do pretense império que Afonso acreditava-se capaz de efetivar” (Souza Júnior, 2009, p. 155).

No âmbito da poesia, merecem destaque as *Cantigas de Santa Maria*:¹⁰ conjunto de 420 poemas, dedicados a louvar e narrar milagres da Virgem Maria, e que ainda assim fazem referências a eventos e acontecimentos do reinado afonsino (Kleine, 2005). Isso demonstra como as obras do Rei Sábio¹¹ e seu governo podem ser consideradas como parte integrante da dinâmica do exercício do poder. Por último e não menos importante, e como já sinalizamos, no interior desse processo, é digno de nota a obra jurídica afonsina, composta principalmente *Fuero Real*, o *Especulo* e as *Siete Partidas*. Como se trata de foco principal de nosso trabalho, reservaremos uma seção especial para discutir o processo de construção dessa obra jurídica.

su devoción personal o de lugares por ellos reconquistados —Fernando III está sepultado en Sevilla, Isabel de Castilla y Fernando de Aragón se encuentran en Granada-, los reyes hacen de toda la península su panteón, última manifestación quizás de un poder entendido como *imperium*, identificación entre el que ejerció ese poder y el espacio sobre el que se ejerció.” (1992, p. 75).

¹⁰ Todas as Cantigas de Santa Maria encontram-se disponíveis no portal <<http://www.cantigasdesantamaria.com/>>

¹¹ É importante frisar que a noção medieval de autoria é diferente da que temos hoje. Na Idade Média, “[...] a questão da ‘autoria’ [...] muitas vezes remetia mais ao idealizador de um projeto do que ao seu executor propriamente dito.” (Souza Júnior, 2009, p. 21). Complementando tal ideia, Marcelo Pereira Lima apresenta a categoria “autoria institucional” definida como “[...] a imputação da responsabilidade na elaboração dos códigos a determinadas pessoas ou sujeitos coletivos, mesmo que não tenham sido efetivamente os ‘autores empíricos’ das obras em questão.” (LIMA, 2010, p. 99) Para o autor, a “autoria institucional” tem como objetivo dar legitimidade às produções, ainda que não tivesse sido o monarca (no caso Afonso X), o autor empírico dos textos.

1.3. As estratégias de (re)afirmação do poder das monarquias medievais europeias

Reinar e conseguir governar era um desejo alimentado pelos titulares monárquicos, mas por vezes isso não era algo facilmente realizado de maneira plena no mundo europeu ocidental. Mesmo tendo sua imagem e sua legitimidade associadas a uma série de elementos oriundos do universo do sagrado, compreendido à época como fonte do poder real,¹² no plano material os monarcas constantemente se viam obrigados a encarar a necessidade de reafirmar sua proeminência, especialmente diante das nobrezas locais que almejavam gozar de uma maior autonomia.

Adeline Rucquoi (1992) destaca uma série de elementos que compuseram as estratégias de legitimação adotadas pelos reis tanto na Europa Setentrional quanto na península Ibérica. No primeiro caso, a autora destaca a necessidade de um apelo ao visual e ao oral, em virtude de uma menor presença da tradição escrita, o que justificaria a prática de uma série de rituais públicos nessas regiões, afinal, era preciso que a população visse a manifestação do poder real para que esta fosse, de fato, efetiva. Essa menor presença do escrito pode ser observada também na justiça a partir da predominância do direito consuetudinário, que ocorreria com maior força naquelas regiões por não ter sido alcançada profundamente pelo direito romano, o que teria possibilitado uma maior inserção do direito consuetudinário germânico. Além disso, Adeline Rucquoi (1992) caracteriza o norte da Europa (limitado ao que hoje conhecemos como Inglaterra, França e Alemanha) como uma região pouco urbanizada e que nos séculos XI e XII contava com as sedes episcopais como únicos centros de poder. No que tange à questão das monarquias propriamente ditas, a autora afirma que a documentação atestava uma certa fragmentação do poder, sendo o rei uma figura conhecida, mas sem grande poder na prática,

¹² De acordo com Almir Marques de Souza Júnior, havia na Cristandade medieval ocidental uma associação entre o poder dos governantes e o poder divino especialmente demarcada pelo ritual da unção real, que fazia com que ele ascendesse da categoria do profano à categoria do sagrado (Souza Júnior, 2009).

demonstrando ter uma dificuldade de afirmação diante dos interesses particulares.¹³ Num mundo no qual o direito escrito não teve papel de destaque, foi necessário que os clérigos soubessem utilizar os rituais e gestos (unção, coroação e taumaturgia) na tentativa de cumprir tal papel (Rucquoi, 1992).

No caso da Península Ibérica, a mesma autora aponta um contexto diferenciado em relação ao visto no caso do norte da Europa. Portanto, além de contar com um processo mais dinâmico de urbanização, datado desde o séc. IX, com a existência de cidades importantes como Córdoba, Barcelona, Toledo, Sevilha e Cádiz no século XI, sua localização, próxima do antigo centro de poder romano, permitia a essas regiões uma maior proximidade, contato e integração com o legado jurídico imperial (Rucquoi, 1992), fazendo com que o uso da escrita como forma de sustentação da justiça se mantivesse relativamente mesmo após as invasões germânicas. Dessa forma, os visigodos apropriam-se desse legado romano na forma de fazer justiça. Não à toa, produziram a *Lex Visigothorum*, conhecido posteriormente por *Liber Iudiciorum*, compilação jurídica que tinha como propósito apresentar uma legislação que abrangesse os súditos de todo o território hispânico e que tivesse no rei a origem de todo poder (Martín Viso, 2014). É por meio deste código que os reis visigodos buscaram afirmar-se em todo o reino. Mesmo após a conquista cristã dos territórios a partir do século XIII sobre os muçulmanos, a tradição escrita se manteve, apesar das

¹³ Ao analisar a historiografia que se debruça sobre o poder institucional, Maria Filomena Coelho aponta, com base nos estudos de Fernandez Albadalejo, Bartolomé Clavero e António Hespanha, a existência de uma perspectiva teleológica que fora adotada nos estudos acerca da construção do Estado que tem como fim o Estado burocrático centralizado. E para os autores mencionados, a monarquia medieval seria dotada de um caráter corporativo, no qual “[...] o monarca exerce seu poder como a cabeça de um corpo político, cujos membros possuem funções diferentes e essenciais para o funcionamento harmonioso do todo. O rei, como cabeça, tem potestas absolutas, o que significa que ele tem um poder que se sobrepõe aos demais poderes, mas sem aniquilá-los, ou tiranizá-los.” (Coelho, 2011, p. 4). Portanto, dentro da realidade medieval, o poder monárquico, embora seja o principal, não era o único, sendo, portanto, necessário manter um certo equilíbrio com as outras partes do corpo social.

ressignificações formais e de conteúdo, servindo inclusive como ferramenta de legitimação da monarquia, já que, à medida que conquistam territórios ante os grupos islâmicos, os monarcas castelhanos vão galgar a centralização do poder. Ao longo do século XIII, período no qual existe uma maior consolidação cristã na região, os governos de Fernando III e Afonso X utilizaram diferentes códigos com o intuito de ampliar seus poderes ante a nobreza local.

1.4 Um rei para a todos legislar: os códigos legais e os projetos monárquicos castelhanos de unificação legislativa

É sabido que no Ocidente cristão medieval os monarcas encontraram desafios aos seus respectivos projetos legislativos necessitando utilizar-se de diferentes estratégias para confrontar as propostas legislativas oriundas das nobrezas locais. Na Península Ibérica hispânica além da contestação nobiliárquica, a presença de muçulmanos no território especialmente entre os séculos VIII e XIII, tornou-se um desafio a mais para que a afirmação do poder dos reis cristãos se consolidasse, especialmente em virtude da presença do califado omíada. Somente a partir do século XIII, com o reinado de Fernando III, os cristãos passaram a dominar a maior parte dos territórios da península, restando apenas a *taifa* de Granada como último foco de resistência muçulmana (Souza Júnior, 2009), que só seria derrotado em 1492. Após consolidar o domínio cristão na península, com a união dinástica das coroas de Castela e Leão,¹⁴ Fernando III passa a voltar suas atenções para a tentativa de ampliar sua influência não apenas em relação à autonomia

¹⁴ De acordo com Fernando Luis Corral (2014), entre os séculos XI e XIII, os reinos de Castela e Leão passaram por um processo de alternadas uniões e fragmentações territoriais até sua união definitiva, ocorrida em 1230, sob o reinado de Fernando III (1217 rei de Castela/1230 rei de Leão – 1252). O monarca havia herdado o reino castelhano de sua mãe, a rainha Berenguela (1217), que abdicou do trono após forte oposição da aristocracia castelhana. Já a anexação definitiva do reino leonês se deu após a morte de Afonso IX de Leão (1118-1230) e após negociações do Rei Santo com suas meio-irmãs.

legislativa das nobrezas locais,¹⁵ mas também de outros grupos sociais que, à época, encontravam-se sob as jurisdições nobiliárquicas. Para isso, Fernando III busca adotar a estratégia de aplicar um único código de leis: o *Fuero Juzgo*.

1.4.1 Fuero Juzgo

O *Fuero Juzgo* foi uma tentativa do governo do rei Fernando III de dar aos domínios castelhano-leoneses uma legislação única, reduzindo a diversidade de *fueros* existentes no reino, o que permitiria ao monarca ampliar seu poder ante diversos ramos da nobreza local.¹⁶ Para tal, o rei santo utilizou-se de um código já conhecido no reino leonês: o antigo *Liber Iudiciorum* visigodo. Produzido em 654, o *Liber Iudiciorum* pode ser considerado o mais romanizado dentre os códigos jurídicos criados pelos povos germânicos, tendo sido elaborado com referência não apenas na tradição romana de códigos anteriores,

¹⁵ Para compreendermos como se configuravam as legislações elaboradas pelas nobrezas locais, faz-se necessário dividir o território em quatro grandes áreas e entender as tradições jurídicas de cada uma delas: o reino de Leão (que compreende Leão, Astúrias e Galícia) baseava-se no antigo *Liber iudiciorum* visigodo; o antigo reino de Toledo tinha como principal referencial jurídico o *Liber iudiciorum* acrescido de uma pluralidade de outras leis, formando o *Fuero de Toledo*; os códigos castelhanos que, como já foi dito anteriormente, eram oriundos das nobrezas locais; e os territórios incorporados a Castela durante o reinado de Fernando III (Córdoba, Sevilha, Jaén, Múrcia e Andaluzia) cujas legislações deram início ao que ficou conhecido como *famílias de fueros*, já que as legislações vigentes nessas regiões baseavam-se no *Fuero de León*. (Reis, 2013)

¹⁶ De acordo com Pisnitchenko, “O desmoronamento da construção política romana significou, em primeiro lugar, o desuso de produção legislativa central e a possibilidade de atividade autônoma. O direito deixa de ser o monopólio de poder, tornando-se a voz da sociedade, voz dos inúmeros grupos sociais, cada um dos quais encarnando seu próprio ordenamento jurídico. Deste modo, quando no século XIII as transformações sociais induzem “o príncipe” a intervir na elaboração do direito, depara-se com uma pluralidade de ordenamentos jurídicos que estão imersos num contexto de relações entre várias entidades autônomas. E ao mesmo tempo com a multiplicidade de direitos jurisdicionais cujos titulares não estão dispostos de ceder as suas prerrogativas e por isto resistirão ao monopólio legislativo régio” (2015, p. 11).

mas também na tradição justiniana em decorrência dos assentamentos bizantinos na Bética, antiga província romana que viria a ser rebatizada pelos mouros como Andaluzia (Merchán Álvarez, 2001). Para Marta Silveira, a adoção de um código já conhecido e de ascendência germânica por parte de Fernando III seria um facilitador no processo de unificação legislativa por representar a ligação que a população do reino castelhano tem com os visigodos, garantindo a tradição e dotando o texto de um grande poder simbólico perante a população (2012, p. 92). Tal atitude contribuiria para o estabelecimento de uma identidade comum entre as três épocas (romana, visigoda e asturiana) que garantiria para o monarca medieval uma legitimidade nas diversas partes do reino.

Ao aplicar o novo código, especialmente sobre as regiões que não tinham *fueros* locais (Kleine, 2005), Fernando III opta pela tradução ao castelhano, rebatizando o código com o nome de *Fuero Juzgo*. Para Marina Kleine, a adoção do castelhano deve ser associada à responsabilidade que esses monarcas teriam de transmitir e perpetuar conhecimento, tornando-o acessível a um número maior de pessoas. Tal postura resulta em duas consequências práticas: a primeira delas é que a tradução para o castelhano possibilitaria o acesso de um número maior de pessoas à legislação; a segunda consequência é que, ao adotar um idioma utilizado pela população, o monarca colaboraria com o processo de construção de uma identidade por meio do idioma, fortalecendo seu projeto governamental de legitimação do próprio poder. Já Almir Marques de Souza Júnior relaciona a tradução da legislação visigoda para o castelhano a um processo de valorização do conhecimento que tem como reflexo a ampliação da cultura no período, que passou a incorporar elementos populares, dentre os quais, o idioma (2009, p. 143-144).

Fruto do trabalho realizado por uma série de reis legisladores e contando com diferentes modificações até sua tradução ao castelhano pela administração fernandina, o *Fuero Juzgo* encontra-se dividido em doze livros, 54 títulos e 610 leis (Souza Júnior, 2009). Por não ser a fonte privilegiada para o desenvolvimento do presente trabalho, não foi dedicada atenção

especial para a análise ampla e sistemática dele. Todavia, cabe destacar que três dos livros (VI,¹⁷ VII¹⁸ e VIII¹⁹) estavam dedicados a diferentes tipos de delitos. Destes, dar-se-á maior atenção ao Livro VI que contém um título dedicado a abordar os homicídios, a saber, o Título V, intitulado *Titul de las muertes de los homines*.

Apesar da adoção de um código já conhecido e da tentativa de aplicação gradual do mesmo, respeitando os *fueros* locais que estivessem vigentes, com objetivo de reduzir a rejeição à legislação, Fernando III não conseguiu levar adiante seu projeto unidade jurídica, tampouco o de centralização política. Tanto a existência de numerosas famílias de *fueros* locais quanto a resistência nobiliárquica foram grandes empecilhos ao rei. Após sua morte, em 1252, caberia a seu filho Afonso X retomar, mas também ampliar e reconduzir o que se considerava o legado de dar prosseguimento ao projeto unificação jurídica anterior.

1.4.2. A produção jurídica afonsina: *Fuero Real* e *Especulo de las leyes*

Ao assumir o trono, Afonso X buscou dar continuidade aos projetos unificador e expansionista iniciados por seu pai. Conforme mencionado anteriormente, o projeto expansionista afonsino não obteve êxito nem pela via militar no norte do continente africano nem pela via de sua aspiração ao trono do Sacro Império Romano-Germânico. No que se refere às aspirações no território peninsular, desde os primeiros anos à frente da Coroa, o monarca e seu governo trabalharam na elaboração de um novo código jurídico que substituísse o *Fuero Juzgo* e que viesse a concretizar definitivamente esse objetivo. Tomando como base a legislação aplicada pela administração do rei Fernando III e, por consequência, as leis visigodas, a

¹⁷ *De los malfechos, et de las penas, et de los tormentos, Fuero Juzgo (Academia Española), Libro VI, p. 40-45.*

¹⁸ *De los furtos e de los engannos, Fuero Juzgo (Academia Española), Libro VII, p. 46-49.*

¹⁹ *De las fuerzas, et de los danos, et de los quebrantamientos, Fuero Juzgo (Academia Española), Libro VIII, p. 50-55.*

administração afonsina trabalhou na elaboração desse novo conjunto de normas que deveria ser concedido primeiramente às municipalidades de Castela e da Extremadura (Kleine, 2005): o *Fuero Real*.

Assim como Fernando III havia feito, quando ordenou a elaboração do antigo *Fuero Juzgo*, Afonso X utilizou o idioma castelhano no processo de elaboração do código para facilitar a comunicação entre as diferentes partes do reino (Kleine, 2005) e possibilitasse que um maior número de pessoas tivesse acesso às leis ali escritas (Souza Júnior, 2009). No que se refere à estrutura adotada, o *Fuero Real* conta com um prólogo e quatro livros. O prólogo traz observações acerca da manutenção da paz e da ordem; o primeiro livro explica as funções do rei, da lei e da justiça; o segundo livro define e estabelece procedimentos acerca da validade de testemunhos, juramentos e juízos; o terceiro discute questões relacionadas a bens e heranças; já o último livro dedica-se a questões penais variadas (Silveira, 2012). No interior do quarto livro, cabe destacar que o Título XVII dedica-se a discutir a questão dos homicídios. Mesmo não sendo nossa fonte privilegiada para a elaboração do presente trabalho, o *Fuero Real* será analisado futuramente no que se refere às menções acerca dos homicídios, uma vez que esse código qualifica e estabelece penas para quem mata a outra pessoa.

Assim como aconteceu o *Fuero Juzgo*, o projeto de impor o *Fuero Real* para todo o reino esbarrou no desejo de autonomia dos nobres e na existência de *fueros* locais. Mas o Rei Sábio não desistiu do seu intento de unificar as leis do reino. Dessa forma, a administração afonsina buscou elaborar um novo conjunto de leis mais robusto, completo, e que fosse focado na difusão das leis por todo o reino com o código servindo de referência tanto para os sucessores quanto para os grandes homens do reino (Fernández-Ordóñez, 2000). Com o novo contexto que se apresentou após a revolta nobiliárquica de 1272-1273 contra a imposição do *Fuero Real* e a perda de autonomia legislativa por parte dos nobres, o novo código teria como foco o convencimento dos nobres e não mais a imposição da vontade real (Fernández-Ordóñez, 2000).

Num primeiro momento, esse projeto seria representado pelo *Especulo* que, assim como seu antecessor, o *Fuero Real*, teria como área de abrangência todo o reino. Elaborado entre 1255-1260, o *Especulo* dividia-se em cinco livros com 54 títulos e 2500 leis. Buscando alcançar a tão desejada unidade legal frente aos diferentes *fueros* locais, o código toca em questões ligadas à Igreja e à corte régia, bem como temas militares e jurídicos (Silveira; Saldanha, 2020). Em virtude das sucessivas pressões oriundas de uma nobreza descontente com a possibilidade iminente de redução do seu poder e suas instituições particulares, mas principalmente do já mencionado projeto imperial afonsino, que demandaria um código ainda mais robusto para que fosse aplicado em todo território do almejado Sacro Império, houve a descontinuidade da elaboração do *Especulo*. Em seu lugar, o governo do Rei Sábio passou a trabalhar na elaboração daquele que vai ser o mais importante texto jurídico afonsino: as *Siete Partidas*, um código cuja importância e relevância serão percebidas apenas num período posterior ao governo afonsino,²⁰ já que, ao longo do seu reinado, o governo monárquico não conseguiu impor seus interesses frente aos dos diferentes grupos que eram beneficiados pelas legislações locais.

1.4.3. O Libro de las leyes ou as Siete Partidas do rei Afonso X

As *Siete Partidas* se inserem num novo contexto do reinado de Afonso X, marcado por suas aspirações imperiais, por seu legado cultural e pela continuidade e readequação da ideia e labor de unificação legislativa. Além disso, as revoltas nobiliárquicas, como a ocorrida em 1272, fazem com que o código apresente diferenças na forma de abordar a aplicação das leis em relação

²⁰ De acordo com Bernardino Bravo Lira (1985), a partir do século XVI, a influência das *Partidas* pode ser percebida não apenas na Espanha, como também na América colonial. Para o autor, o código foi inserido na América hispânica junto ao direito castelhano, e no Brasil em conjunto com o direito português. O autor destaca ainda que no caso da América hispânica a influência das *Partidas* se dá até 1822, com a elaboração do primeiro código penal espanhol; e no Brasil, essa influência das *Partidas* se estende até 1916, quando é elaborado o primeiro código civil brasileiro.

aos seus predecessores, o que o torna dotado de um caráter mais didático do que prescritivo e prático, buscando a divulgação do direito, de forma que o código servisse de referência para outras legislações (Fernández-Ordóñez, 2000).

A análise sobre as *Partidas* é permeada por um debate historiográfico acerca do seu significado dentro do contexto afonsino, bem como do seu processo de fabricação²¹. Nessas discussões, o historiador Alfonso García-Gallo é confrontado por Juan Antonio Arias Bonet e por Aquilino Iglesia Ferreiros. De maneira sintética, a tese defendida por García-Gallo é a de que teriam existido diferentes versões das *Partidas* e que o *Especulo* seria uma espécie de versão prévia do texto. Para García-Gallo, teriam existido ao todo cinco versões das *Partidas* entre 1255 e 1340, das quais apenas o *Especulo* teria sido feita no governo de Afonso X. Para o autor, as *Partidas* teriam sido elaboradas a partir de modificações realizadas no *Especulo* (LIMA, 2010, p. 89-90).

O primeiro a questionar essa tese das versões sucessivas das *Partidas* é Arias Bonet. De acordo com a visão desse historiador, teriam existido várias versões das *Partidas*, mas ao contrário da tese de García-Gallo, que defendia que uma versão sucedeu a outra, para Arias Bonet, essas versões seriam contemporâneas. Além disso, Arias Bonet defende que outras legislações, e não apenas o *Especulo*, teriam sido elaborados durante o reinado afonsino (Lima, 2010, p.92).

Outro historiador que se opõe à tese defendida por García-Gallo é Aquilino Iglesia Ferreirós, que vai questionar também a visão trazida por Arias Bonet. Para Iglesia Ferreiros, as diferentes versões existentes das *Partidas* trariam uma relação de

²¹ No segundo capítulo de sua tese de doutoramento, intitulado *Os projetos de unificação jurídica e renovação do direito: a busca pelo monopólio monárquico na fabricação dos códigos afonsinos* (2010, p. 81-124), o professor dr. Marcelo Pereira Lima apresenta, de maneira sistemática, os debates historiográficos consolidados em torno da gênese dos diferentes códigos afonsinos. O professor dr. Marcelo Lima retoma essa discussão sobre a produção legislativa castelhana no artigo *Comparando a fabricação de códigos afonsinos: o Especulo, o Fuero Real e as Siete Partidas* (Lima, 2015) no qual o autor compara “[...] algumas concepções jurídicas presentes nessas três compilações” (Lima, 2015, p. 6)

dependência entre si. Iglesia Ferreirós associa cada código a um objetivo específico dentro do contexto afonsino. Para o autor, o *Especulo* estaria associado à unificação jurídica, o *Fuero Real* ao monopólio monárquico e as *Partidas* seriam uma estratégia de renovação do direito (Lima, 2010, p. 92-93). Cabe salientar que, ao associar cada código a uma etapa específica, Iglesia Ferreirós desconsidera que todos os textos sejam parte de uma mesma comunidade textual e discursiva. Tal debate é sugerido por Marcelo Lima que se apresenta como bastante útil por “permitir a contraposição de unidades, identidades e aproximações entre as legislações, sem deixar de apontar as diferenças, pluralidades e contradições textuais e discursivas” (Lima, 2010, p. 123).

O autor Marcelo Lima aponta ainda que a discussão acerca da cronologia das obras afonsinas se dá em razão da utilização anacrônica de conceitos da História do Direito moderno-contemporâneo para analisar o período medieval. Para tal, o autor baseia-se no trabalho de José Sanchez-Arcilla Bernal que afirma:

Pienso que tal vez, estén demasiados condicionados por nuestros conceptos actuales (sanción, promulgación y publicación) y ello les ha llevado a plantearse problemas inexistentes, como, por ejemplo, el de si hubo o no una promulgación general de Fuero Real para toda Castilla y las Extremaduras. Ni en el Fuero Real, ni en el Especulo, ni en las Partidas, al tratar el tema de la ley aluden al requisito de la promulgación como condición necesaria para que las leyes deban ser obedecidas. El Fuero Real nos dice que la ley debe ser — manifiesta, vocablo que, en mi opinión, está haciendo referencia a que esté escrita con claridad. Y cuando se recoge en los tres cuerpos legales el principio de que la ignorancia del derecho no excusa su cumplimiento, tampoco se señala ninguna formalidad expresa para que la ley se conocida. Obviamente, aunque en los textos no se recoja, implícitamente en la mente del legislador está presente el hecho de que las leyes deben ser publicadas. Por ello, creo que ninguno de los textos alfonsinos fue — promulgado en el sentido que nosotros actualmente le damos a ese término (Arcilla Bernal *apud* LIMA, 2010, p. 94).

Maria Filomena Coelho aponta que esse emprego de conceitos, categorias e noções do Direito moderno-contemporâneo para realidades pré-modernas seria consequência do estabelecimento do paradigma político do Estado burocrático e liberal no século XIX (Coelho, 2011, p. 1). De acordo com a autora, haveria, na História do Direito, uma visão teleológica que apontaria para o modelo estatal moderno, impactando, portanto, da necessidade de enquadrar os diferentes modelos jurídicos como parte da construção do modelo estatal moderno.

Para além dos debates acerca do processo de elaboração da obra legislativa afonsina, após contagem realizada ao longo do processo de desenvolvimento da pesquisa e análise da documentação, pôde-se constatar que os sete livros que compõem as *Partidas* possuem no total 182 títulos e 2695 leis. Cada uma das *Partidas* aborda uma temática específica. A tabela abaixo apresenta a quantidade de títulos e de leis de cada uma das partes da legislação.

TABELA 1 – TEMAS, QUANTIDADES DE TÍTULOS E LEIS DE CADA UMA DAS PARTIDAS		
<i>Partida</i>	Temática	Quantidade de títulos e leis
Primeira Partida	<i>Que fabla de todas las cosas que pertenescen a la Fé Catholica, que face al ome conoscer a Dios por creencia</i>	24 títulos e 516 leis
Segunda Partida	<i>Que fabla de los Emperadores, e de los Reyes, e de los otros grandes Señores de la tierra que la han de mantener en justicia, e verdad</i>	31 títulos e 359 leis
Terceira Partida	<i>Que fabla de la Justicia, e como se ha de fazer ordenadamente en cada Logar, por palavra de juyzio, e por obra de fecho, para desembargar los Pleytos</i>	32 títulos e 545 leis
Quarta Partida	<i>Que fabla de los Desposorios, e de los Casamientos</i>	27 títulos e 256 leis
Quinta Partida	<i>Que fabla de los Empréstidos, e de las Vendidas, e de las Compras, e de los Cambios, e de</i>	15 títulos e 374 leis

	<i>todos los otros pleytos, e posturas que fazem los omes entre si, de qual natura quier que sena</i>	
Sexta Partida	<i>Que fabla de los Testamentos, e de las Herencias</i>	19 títulos e 272 leis
Sétima Partida	<i>Que fabla de todas las Acusaciones, e Maleficios, que los omes fazem que pena mereseen auer porende</i>	34 títulos e 373 leis

Buscamos compreender de que forma o direito penal afonsino apropriava-se dos discursos de gênero, entre outros marcadores sociais e jurídicos, e os utilizava na elaboração das punições previstas para os casos envolvendo homicídios. Dessa forma, este trabalho, que tem as *Partidas* como fonte privilegiada, se debruça especificamente sobre a Sétima Partida. Por isso, faz-se mister a realização de um trabalho de descrição e caracterização desta seção legislativa.

Contendo 363 leis divididas em 34 títulos, a Sétima Partida “(...) *fabla de todas las Acusaciones, e Maleficios, que los omes fazem; e que pena merecen auer porende*” (*Las Siete Partidas*, Partida VII, n. p.), reunindo normas que versam sobre os diferentes crimes e delitos que poderiam vir a ser cometidos no reino, dentre os quais temos os raptos (Título III), as desonras (Título IX), os roubos (Título XIII), os furtos (Título XIV), os adultérios (Título XVII), entre outros assuntos. Cada uma delas estipulam as respectivas punições aplicadas mediante processo previsto no código. A legislação prevê ainda leis específicas para judeus (título XXIV) e mouros (Título XXV), isto é, as outras populações étnico-religiosas que viviam em Castela e Leão, mas que não gozavam do mesmo *status* social e, portanto, não possuíam os mesmos direitos que os cristãos. Para a realização do presente trabalho, a pesquisa se debruçará especificamente sobre o Título VIII, cujas 14 leis que o compõem estão dedicadas aos homicídios. Embora a análise de todas essas leis vá a ser realizada em uma etapa posterior, para o Exame de Qualificação, que possui uma amplitude menor de análise, serão utilizadas apenas cinco leis que versam sobre a caracterização do homicídio. Para as analisarmos, faz-se necessário compreender de que maneira a

violência, numa perspectiva ampla, e o homicídio, de forma específica, eram enxergados no período medieval.

2. A condição da violência e do homicídio na idade média

Um dos diversos estereótipos associados ao período medieval se refere à caracterização como momento ampla e essencialmente violento. Eventos como as invasões germânicas, as Cruzadas, e as lutas pela conquista cristã da Península Ibérica são apenas alguns exemplos que incentivaram a construção dessa imagem violenta e bélica do período. Não é incomum as relações do medievo com elementos peculiares ao período como, por exemplo, a presença da figura do cavaleiro, cuja imagem está conectada estritamente à guerra.²² Tudo isso contribui para que tal noção ganhe força no imaginário popular contemporâneo. Ao se debruçar sobre as fontes, parte da historiografia também reproduz essa noção, já que, ao tomar como referência para as pesquisas documentos de diferentes períodos da Idade Média, os(as) historiadores(as) percebem uma condenação das diversas formas de violência ocorridas ao longo do medievo (Gauvard, 2017). Essa crítica apontada por pesquisadores ganha materialidade especialmente durante a chamada Idade Média Central (séc. XI-XIII) com a criação, por parte da Igreja, dos conceitos de *Pax Dei* (Paz de Deus) e *Tregua Dei* (Trégua de Deus), que visavam, respectivamente, proteger determinados grupos sociais das ações violentas e restringir a ocorrência de conflitos em determinadas épocas do ano e dias da semana (Silva, 2011, p. 94).

Mas de acordo com Claude Gauvard, embora exista a crítica às manifestações violentas dentro do medievo, as análises contemporâneas que atribuem ao período a caracterização de um tempo marcado por uma violência brutal e desmedida tratam de visões anacrônicas pautadas na concepção contemporânea de

²² Dentro da divisão tripartite da sociedade medieval, sem dúvida algo de cunho simbólico e ideológico, mais do que sociológico, os cavaleiros ou nobres eram também conhecidos pelo termo latino *bellatores* (guerreiros, em tradução livre), conforme pode ser verificado na obra *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo* (Duby, 1994)

salvaguarda da vida (Gauvard, 2017, p. 678). Há ainda um outro fator que deve ser considerado no que se refere às interpretações acerca da violência que é o fato de existirem abordagens que restringem tanto o conceito de violência, que acabam por excluir da análise as diferentes formas de violência, ou ainda abordagens tão amplas que chegam a descaracterizar a violência (Lima, 2021, p. 216). A principal estratégia a ser adotada para contornar tais equívocos e realizar uma melhor análise das práticas violentas é buscar inseri-las dentro do próprio contexto em que se localizam, levando em consideração os diferentes fatores que ajudem na sua compreensão.

Uma das formas de alcançar isso é, conforme aponta Claude Gauvard, compreender que, para os valores e práticas medievais, a violência era encarada como essencial para manutenção da honra dos indivíduos qualquer que fosse sua ascendência social (Gauvard, 2017, p. 685). A partir desta perspectiva, pode-se compreender as razões que levam à existência de um determinado parâmetro de licitude dentro das próprias legislações para o cometimento do homicídio ou de qualquer outra forma de violência. Nesse aspecto, atenta-se aqui para o fato de que é também durante a Idade Média, com base no pensamento de Santo Agostinho, que surge a distinção entre “guerras justas” e “guerras injustas” (Cardini, 2017). Na visão agostiniana replicada durante o período medieval, as “guerras justas” deveriam cumprir três exigências fundamentais: “[...] devia ser defensiva e almejar unicamente a reparação da injustiça; [...] devia ser declarada por autoridade oficialmente constituída e reconhecida, e, por conseguinte, não podia resultar da vontade pessoal de ninguém; enfim, seu objetivo devia ser a restauração de uma paz iluminada por uma justiça autêntica” (Cardini, 2017, p. 532).

Em suma, na visão agostiniana, para ser considerada justa, a guerra deveria ser utilizada como instrumento de reação e não como ação deliberada, devendo ter como objetivo final o restabelecimento da paz e da ordem. Seguindo essa mesma lógica utilizada para diferenciar as “guerras justas” das “guerras injustas”, ao longo do período medieval, foi desenvolvida uma série de discursos e argumentos que tiveram a função de explicar

e justificar a ocorrência de determinadas formas de violência, dentre as quais encontra-se o homicídio.

Ao debruçar-se sobre a questão do homicídio na região da Andaluzia, utilizando-se de um arcabouço documental composto não pelos códigos legislativos, mas sim pelas diferentes fontes relacionadas aos processos movidos na justiça castelhana, o historiador espanhol Ricardo Córdoba de la Llave traça um levantamento dos delitos cometidos, e identifica o destaque que os homicídios e as tentativas de homicídio têm, por serem os delitos com maior número de processos e de recursos dentre os averiguados pelo autor (Córdoba de la Llave, 2007).

Além da realidade castelhana, Córdoba de la Llave busca também demonstrar o crescimento dos estudos sobre homicídios em outras realidades da Europa Ocidental. Baseando-se no trabalho de John Bellamy para o caso inglês e em Claude Gauvard para o caso francês,²³ o autor demonstra a existência de uma tipificação do crime de homicídio. Ao analisar o trabalho de Bellamy, Córdoba de la Llave afirma que, já desde o século XII, havia uma distinção entre dois tipos de homicídios: os acidentais ou cometidos em defesa própria e os homicídios capitais, que são, de acordo com Córdoba de la Llave, os antecessores dos atuais assassinatos. Já no caso francês, a distinção é evidente no século XV, quando o termo morte é utilizado para se referir ao assassinato moderno, realizado de forma traiçoeira ou premeditada; já o homicídio refere-se a casos acidentais ou em caso de autodefesa ou ainda o da vingança, cuja pena é atenuada. Seja no caso inglês ou no caso francês, podemos perceber como aquilo que podemos chamar hoje de legítima defesa é um fator que exime alguém da culpa pelo homicídio. Outra categoria que exime o autor de culpa são os homicídios acidentais. E no caso francês, chama a atenção que homicídios motivados por vingança têm suas penas atenuadas, demonstrando mais uma vez como a

²³ Embora estejam citadas indiretamente, não tive a oportunidade de utilizar as obras de John Bellamy e Claude Gauvard, em virtude de o presente trabalho dedicar-se apenas ao contexto castelhano, mas as informações foram consultadas através das reflexões feitas por Ricardo Córdoba de la Llave sobre essas autorias. (Bellamy, 1973, P.192-198; Gauvard, 1992, P. 805; Córdoba De La Llave, 2007, P. 15).

defesa da honra é um fator que serve para legitimar em parte a violência na Idade Média. (Córdoba de la Llave, 2007, p. 82)

Adentrando na realidade castelhana, Ricardo Córdoba de la Llave demonstra que esta não se afasta muito dos casos francês e inglês. Com base nas legislações castelhanas (a saber, o *Fuero Real* e as *Siete Partidas*) e, sobretudo, em diversas fontes normativo-jurídicas, como cartas de perdão, sentenças, ordens, petições, pleitos, o autor demonstra a presença de um discurso que, baseado na existência de uma série de condicionantes, perdoa ou atribui penas mais brandas em determinados homicídios. Para compreendermos todas essas diferenças entre as penas atribuídas aos homicídios, bem como a caracterização do delito, faz-se necessário analisar a forma como a legislação enxerga o homicídio. Por isso, a partir de agora, a pesquisa se debruça sobre o capítulo VIII da Sétima Partida, algo que não tem sido feito de forma profunda e na perspectiva de gênero pela historiografia atual. Embora nosso objetivo seja o de analisar todas as leis ligadas ao homicídio (16 no total), os limites do Exame de Qualificação nos forcem a realizar uma análise mais específica voltada para a caracterização do homicídio e para algumas situações referentes à aplicação ou não da pena.

2.1. O *omezillo* em Castela à luz da Sétima Partida

Produzida com objetivo de normatizar os diferentes tipos de crimes e delitos, é na Sétima Partida que encontraremos não apenas as penas ou punições, mas também a forma como a legislação castelhana caracterizava o homicídio. O Capítulo VIII, voltado para discutir especificamente essa questão, é composto por um prólogo (característica presente também em outras seções da legislação) e por dezesseis leis. Com base num trabalho de análise das leis, elas foram agrupadas em temas afins conforme tabela abaixo. Nela, se pode identificar os títulos das leis e um resumo dos temas centrais:

TABELA 2 – TEMÁTICA DAS LEIS QUE COMPÕEM A SÉTIMA PARTIDA	
Lei	Tema
<i>De los omezillos</i>	Caracterização

<i>LEY 1. Que cosa es Omezillo, e quantas maneras son del</i>	Definição das formas como o homicídio pode ocorrer
<i>LEY 2. Como, aquel que mata a otro, deue auer pena de homicida, si lo non fiziesse tornando sobre si</i>	Isenção da pena (legítima defesa)
<i>LEY 3. Por que razones, e en que casos, no meresce pena de homicida aquel que mata a otro ome.</i>	Isenção da pena (defesa da honra e em situações de vulnerabilidade)
<i>LEY 4. Como aquel que mata a otro por ocasion, non merece auer pena porende</i>	Isenção da pena (por infortúnio)
<i>LEY 5. Como aquel que mata a otro por ocasion que nasce por culpa del mismo, meresce porende pena.</i>	Aplicação da pena por negligência
<i>LEY 6. Como los Fisicos, e los Zurujanos, que se meten por sabidores, e lo non son, merescen auer pena , si muriere alguno por culpa dellos</i>	Prática da “Medicina” por quem não tem conhecimento
<i>LEY 7. Como el Físico, o el Especiero, que muestra, o vende yeruas a sabiendas, para matar ome, deue auer pena de omicida.</i>	“Medicina”: venda consciente de ervas para cometer homicídio (cumplicidade)
<i>LEY 8. Como la muger preñada, que come, o</i>	“Medicina”, práticas de curandeirismo: aborto

<i>beue yeruas a sabiendas, para echar la criatura, deue auer pena de omicida.</i>	
<i>LEY 9. Que pena merece aquel que castiga su fijo, o su discipulo cruelmente.</i>	Hierarquia, sociabilidades parentais e família: Os limites do castigo
<i>LEY 10. Como, aquel que da armas a otro, sabiendo que quiere ferir, o matar alguno con ellas, deue auer pena de omicida.</i>	Cumplicidade por meio do fornecimento de armas
<i>LEY 11. Que pena meresce el Judgador, Que da falsa sentencia en pleyto de justicia.</i>	Justiça: falso julgamento
<i>LEY 12. Que pena meresce el padre que matare al fijo, o el fijo que matare a su padre, o alguno de los otros parientes.</i>	Filicídio e parricídio: homicídio familiar
<i>LEY 13. Como meresce pena de omicida aquel que castra a otro a tuerto</i>	Proibição da castração, pena para quem afeta o corpo masculino
<i>LEY 14. Quien puede acusar a otro de omicidio, e ante quien, e en que manera.</i>	Justiça: Direito à acusação
<i>LEY 15. Que pena meresce aquel que mata a otro a tuerto.</i>	Distinção das penas para os homicídios

<i>LEY 16. Que pena merescen los sieruos, e los sirvientes, que veen matar a sus señores, o los fijos dellos, e non los acorren</i>	Aplicação da pena aos servos por negligência
--	---

Daremos atenção especial à caracterização e à definição do homicídio (Prólogo e Lei I), atentando também para o caso de negligência (Lei V) e para os casos nos quais existe a isenção da pena (Lei II, Lei III e Lei IV). Já as outras temáticas e suas respectivas leis serão analisadas no trabalho de conclusão que, por ter uma estrutura maior, possibilitará uma análise mais aprofundada do Título VIII.

2.2. O homicídio como delito

Nossa análise se inicia a partir do prólogo do título VIII (*De los omezillos*). É possível perceber por todo o código e em diferentes seções a existência de um texto introdutório que apresenta ao leitor o tema que será abordado naquele bloco específico ou naquela Partida como um todo. No caso do título VIII, a introdução dedica-se a definir o homicídio. Vejamos:

Omezillo es cosa que fazem los omes a las vegadas con tuerto, a las vegadas con derecho. E pues que en el titulo ante deste fablamos de las Falsedades, queremos mostrar en este de los Omezillos, en que caen los omes matando a otros a tuerto, o con derecho. E demostraremos, que quiere dezir Omezillo. E quantas maneras son del. E quien puede acusar a otro dello. E ante quien. E en que manera. E que pena meresce quien matare a otro a tuerto. (*Las Siete Partidas*, Partida VII, Título VIII)

Do ponto de vista preliminar e descritivo, percebe-se que, na perspectiva aplicada às *Partidas*, existem algumas características ligadas aos homicídios que merecem destaque: a previsão, por parte da legislação, de uma determinada faixa de licitude para certos tipos de homicídios; a restrição do direito de acusação a determinados grupos; a forma que a acusação de

homicídio deveria ser feita, considerando, inclusive, a quem a acusação poderia ser levada; e as penas previstas para aquele que comete homicídio de forma indevida.

Dentre estas características, vale a pena se debruçar sobre a distinção feita pela legislação entre homicídios ilícitos (*a tuerto*) e homicídios lícitos (*a derecho*). Diferentes autores que se dedicam à questão da violência na Idade Média, como Claude Gauvard (Gauvard, 2017) e Ricardo Córdoba de la Llave (Córdoba De La Llave, 2007), destacam que no contexto medieval uma série de fatores eram considerados atenuantes nas acusações de homicídios. Pode-se destacar que um desses fatores seria a defesa da honra. Ao abordarmos a questão da honra, cabe levarmos à tona a maneira como esse valor era conceituado no contexto abordado na pesquisa: de acordo com Solórzano Telechea, o conceito de honra relaciona-se com o conceito de fama, ou melhor, para o autor, “para calificar de honrada a uma persona, bastaba decir que tenia *buena fama*” (Solórzano Telechea, 2005, p. 315, grifo do autor). Dessa forma, a honra de uma pessoa na Castela do século XIII é construída a partir do que a legislação define como “[...] el buen estado del ome, que bive derechamente, e segund ley, e buenas constumbres, non auiendo em si mansilla, nin mala estancia.” (*Las Siete Partidas*. Partida VII). Então, para se ter uma boa fama e, conseqüentemente, ser honrado, era necessário manter bons costumes.

Apesar de essa ser a noção de “fama” que será referência para o desenvolvimento do trabalho, cabe destacar que esse conceito não foi definido apenas pela legislação. No mesmo trabalho, o próprio Solórzano Telechea apresenta uma definição de fama elaborada por Santo Isidoro e que serviu de base para a definição de infâmia adotada pelo antigo código visigodo. Para Santo Isidoro a fama poderia ser definida como

[...] un nombre aplicable tanto a las buenas como a las malas cosas... la fama es tan incierta como su nombre mismo, porque con frecuencia es mentirosa, exagerando o falseando la verdad. Tiene vida en tanto no se comprueba. Pero en cuanto se comprueba deja de existir, pasando desde ese instante a ser cosa cierta, en vez de fama”. (San Isidoro de Sevilla *apud* Solórzano Telechea, 2005)

Em sua definição, o santo hispânico traz uma certa dúvida à “fama” devido ao fato de ser construída com base nas opiniões das pessoas, deixando de ser “fama” quando comprovada socialmente.

Realizando a análise a partir das definições de fama e honra trazidas, podemos entender que ações que não fossem consideradas gratuitas, mas sim uma resposta a algum tipo de agressão perpetrado anteriormente (esse “sim” de maneira ilícita), seriam passíveis de perdão e ganhariam legitimidade perante a justiça. Um dos principais tipos é o que entendemos hoje como legítima defesa. Ao analisar diferentes legislações, dentre as quais as *Partidas*, Ricardo Cordoba de la Llave afirma que a defesa da vida, seja a própria ou de algum membro da família, era a principal responsável por eximir a culpa de alguém por homicídio (Cordoba De La Llave, 2007, p. 83). Outras situações destacadas pelo autor como responsáveis por eximir alguém da culpabilização pelo homicídio são: em caso de defesa de uma mulher da família (esposa ou filha) que fosse vítima do que consideramos hoje estupro²⁴ ou, ainda, em caso de tentativa de roubo à casa, aquele que matasse o agressor teria sua pena eximida em virtude da legítima defesa da própria honra ou da honra de seus familiares (Córdoba De La Llave, 2007, p. 91). É importante frisar que, mesmo havendo uma diferenciação na forma de enxergar o homicídio de acordo com o contexto no qual o delito ocorre, o fato de uma pessoa matar a outra não deixa de ser considerado um homicídio, ainda que seja uma forma de defesa da honra. O que se vislumbrava era uma hierarquia entre “homocídios”, com ou sem imputação de responsabilidade passível de punição e a própria definição de “fama” contribui para essa hierarquização, ao dar pesos diferentes aos crimes envolvendo pessoas de níveis sociais diferentes. A título de exemplo: um camponês jamais teria uma fama semelhante à de

²⁴ De acordo com Claude Gauvard, na Idade Média, o uso do termo “violência” é realizado de forma mais restrita, sendo utilizado mais comumente para referir-se ao estupro. Segundo o autor, esta seria considerada a “violência fundadora” por desprezar as leis fundamentais da reprodução (Gauvard, 2017, p. 678).

um nobre, logo, sua punição seria sempre mais pesada no caso do cometimento de um delito.

Com base no prólogo do Título VIII, iniciaremos a análise das leis presentes no capítulo. Nele, identificam-se os fatores que atribuem culpa ou eximem alguém da responsabilidade social e jurídica pela realização de um homicídio. Concentraremos a atenção na Lei I²⁵ e na Lei V²⁶ de modo a analisar a caracterização do homicídio como delito.

O texto da Lei 1 pode ser considerado uma continuação do prólogo, já que se propõe a prosseguir com a caracterização do delito. Vejamos:

Homicidium en latin, tanto quiere dezir en romance, como matamiento de ome. E deste nome fue tomado Omezillo, segun language de España. E son tres maneras del. La primera es, quando mata vn ome a outro tortizeramente. La segunda es, quando lo faze con derecho, tornando sobre si. La terceira es, quando acaesce por ocasion. E de cada vna destas maneras diremos em las leyes de aqueste titulo. (*Las Siete Partidas*, Partida VII, Título VIII, Lei I, p. 126)

O discurso legal é iniciado pela caracterização do delito a partir da etimologia do termo latino *homicidium*, definindo seus contornos semânticos como assassinato de homem (“*matamiento de ome*”). Vale destacar que, até esta seção jurídica, a legislação não deixa explícito se esse termo é utilizado de forma genérica ou para referir-se apenas a indivíduos do sexo masculino, embora o pressuposto universalista “*ome*” tenha sido usado como referência, ou seja, tal como no prólogo, há um pressuposto de sujeito masculino universal. Apesar disso ser alterado em outras seções, esse androcentrismo delitivo é evidente.

Mas o elemento que será analisado na presente lei são as três formas de homicídio previstas pela legislação. Ainda que não estabeleça penas para cada uma das formas de homicídio, a

²⁵ *Que cosa es Omezillo, e quantas maneras son del, Sétima Partida* (Gregório Lopez), Título VIII, Lei I, p. 126

²⁶ *Como aquel que mata a otro por ocasion que nasce por culpa del mismo, meresce porende pena, Sétima Partida* (Gregório López), Título VIII, Lei V, p. 133

preocupação em diferenciar três modalidades de transgressões chama a atenção. No caso da Lei 1, além dos homicídios cometidos de forma ilícita (*tortizadamente*) e dos homicídios lícitos (*con derecho*), surge uma nova categoria, que é a do homicídio que ocorre por acaso (*por ocasion*).

Assim como o homicídio *con derecho*, o homicídio ocorrido *por ocasion* também é capaz de inocentar o réu, que, para a justiça castelhana, não é visto como responsável pelo ocorrido. Ricardo Córdoba de la Llave alerta para a distinção que é feita na própria legislação afonsina entre homicídios *por ocasion* (por acidente) e homicídios *por imprudencia* (culposos) (Córdoba De La Llave, 2007, p. 85). Para o mesmo autor, essa diferenciação entre homicídios acidentais e culposos presente na legislação dificultava, na prática, a tipificação do delito, resultando na atribuição de penas mais brandas a delitos mais graves (Córdoba De La Llave, 2007, p. 85).

Ainda a respeito dos homicídios *por ocasion*, a Lei V debruça-se especificamente sobre eles. Vejamos:

Ocasiones acaescen a las vegadas, de que nascen muertes de omes, de que son en culpa, e merescen pena porende, aquellos por quien vienen; porque non pusieron y tan gran guarda como deuieran, o fizieron cosas en ante, por que viniera la ocasion. E esto seria, como si algun ome cortarse arboles, o labrasse en algun lugar casa, o torre, que estuuiesse sobre la carrera, o calle publica, por do pasan los omes, e non apercibiesse a los que passassen porende, en tiempo, nin en manera que se pudiesen guardar, e cayesse el arbol, o alguna cosa de aquella lauor que fazia, e matasse alguno. O si alguno corriesee cauallo, en lugar que nón fuesse acostumbrado para correrle, e non apercibiesse los omes, que se guardassen, e topasse en algun ome, e lo matasse, o lo firiesse. O empellasse a alguno como en manera de juego e acaesciesse, que de aquella ferida, o empuxada, muriesse. O acaesciesse, que algun ome ouiesse acostumbrado de se leuantar durmiendo, e tomar cuchillo, o armas, para ferir, e sabendo su costumbre mala, non apercibiesse dela a aquellos que durmiesen en vn lugar, que se guardassen, e matasse alguno dellos. O si alguno se embriagasse de manera que matasse a otro por la beodez. Ca por tales ocasiones como estas, e por otras semejantes destas que auiniessen por culpa de aquellos que las

fiziessen, deuen ser desterrados por ello, los que las fazem, en alguna Isla por cinco años; porque fueron en culpa, non poniendo, ante que acaesciessen, aquella guarda que deuieran poner (*Las Siete Partidas*, Partida VII, Título VIII, Lei V, p. 133-134).

A partir da análise da Lei V, pode-se observar que a categoria de homicídio *por ocasion* faz referência a uma série fatores ligados à realidade cotidiana das pessoas simples, em especial dos homens simples. A preocupação de prever um amplo espectro de incidentes nas sociabilidades masculinas é clara na lei. Ao destacar mortes decorrentes de desatenção no trabalho, a legislação utiliza como exemplos trabalhos pressupostamente associados ao masculino, ao descrever o corte de árvores e trabalhos em altura na construção ou reforma de casas ou torres. Durante muito tempo, a relação da sociedade medieval com o trabalho foi ambígua, já que o trabalho ora era visto de forma negativa, ora de forma honrosa (Le Goff, 2017). A partir do século IX, com o crescimento demográfico e a emergência das chamadas artes liberais, artes para homens livres, por assim dizer, desenvolvem-se o que Jacques Le Goff vai chamar de “artes mecânicas”, que incluíam agricultura, construção entre outras atividades. Além disso, os trabalhadores (*laboratores*) passam a ser vistos como parte integrante da sociedade medieval (Le Goff, 2017, p. 635). Dessa forma, o homicídio cometido sem premeditação durante a realização do ofício é encarado de forma mais amena. A lei ainda prevê diversas situações jurídicas, indicando vários outros espectros de sociabilidades disruptivas que deveriam ser punidas. Não se trata somente de homens de ofício e trabalho manual, mas também das situações de mortes geradas pelos deslocamentos a cavalo, da embriaguez desmedida e de acidentes com armas deixadas em locais não recomendados. Todos os exemplos prescritivos se referem às sociabilidades associados a homens comuns ou de camadas médias urbanas.

Além das mortes *por ocasion* mencionadas nas *Partidas*, existiam outras situações que eram enquadradas nessa condição. Trata-se das mortes *por ocasion* decorrentes de brigas não premeditadas. De acordo com Ricardo Córdoba de la Llave, essa seria uma das principais causas de homicídios *por ocasion*

utilizadas para atenuar as punições aplicadas. Para Córdoba de la Llave, havia uma série de fatores empregados para qualificar essas brigas e demonstrar que elas, de fato, não eram premeditadas: deveria ser fruto de uma discussão momentânea e não de inimizades antigas ou da atuação de grupos delinquentes (Córdoba De La Llave, 2007, p. 86). Num período no qual a violência era encarada como algo não excepcional e sim como parte das sociabilidades e o homicídio era a forma de violência mais difundida, se fazendo presente em diferentes camadas sociais,²⁷ aqueles casos nos quais a morte ocorre por fatores que fogem ao controle do algoz se tornavam um forte argumento de defesa e de atenuação das penas aplicadas.

Diferente dos homicídios *con derecho*, que não preveem penalidades, mesmo mantendo-se dentro da semântica, os homicídios *por ocasion*, como os casos vistos acima, têm como punição a pena de desterro, o que caracteriza uma atribuição de algum nível culpa ao indivíduo que comete tais crimes, mesmo que a punição aplicada nesses casos fosse mais branda em relação à aplicada contra um indivíduo que comete homicídio *tortizadamente*. Apesar de ser considerada uma pena leve, ainda que acompanhada de açoitamento e vergonha, a pena de desterro, quando aplicada, objetivava cumprir um papel social: o castigo público e a posterior ausência do desterrado serviriam de aviso para que outras pessoas não cometessem o mesmo erro (Silveira, 2012). O *Fuero Real* e as *Partidas* previam a aplicação do desterro. No caso do *Fuero Real*, era passível de desterro aquele que cometessem “(...) erros contra o rei, os símbolos da autoridade real (selo e moedas), aos membros da Igreja e aos

²⁷ De acordo com Claude Gauvard (2017), o homicídio é um fenômeno que se encontra bem dividido em todas as camadas sociais, sendo o crime mais recenseado para a Europa, correspondendo a números que giram em torno de 50 a 75% dos casos. Frequência que se reflete também no caso específico de Castela. De acordo com Ricardo Córdoba de la Llave (2007), os homicídios ou tentativas foram os delitos que mais foram denunciados e que foram alvo de um número maior de apelações à justiça real se comparados a outros delitos. Com base nas estatísticas levantadas por Juan Miguel Mendoza, a partir de processos presentes no Registro General del Sello, cerca de 60% dos casos que exigiram intervenção real, ou seja, precisaram de recurso, estão relacionados a homicídios ou tentativas de homicídios.

princípios morais que regiam as relações comunitárias” (Silveira, 2012, p. 221). Já as *Partidas* previam dois tipos de desterro cuja principal diferença encontrava-se no confisco dos bens do condenado, que deveria ser levado a uma ilha ou local isolado (Silveira, 2012). Cabe salientar que a aplicação da pena de desterro era uma atribuição real, e uma vez aplicada, a pena só poderia ser revogada pelo rei (Silveira, 2012).

Além de imputar culpa e prever punições aos delitos, o código afonsino prevê determinadas situações nas quais o réu é isento de culpa. Anteriormente, tais situações foram abordadas de uma forma geral, mas a partir de agora analisaremos leis que tratam de forma específica acerca das isenções.

2.3. Deslocando transgressores e isentando delitos

Enquanto o prólogo e as Leis 1 e 5 servem para definir juridicamente o homicídio, a Lei II,²⁸ a Lei III²⁹ e a Lei IV³⁰ cumprem a função de identificar as exceções, ou seja, aqueles casos nos quais a pena pode ser atenuada ou até mesmo revogada. Trata-se dos homicídios *con derecho*, já prevista pela Lei I, mas que ganham atenção especial nessas seções. Neste bloco de leis, serão apresentadas as situações que fazem com que a justiça conceda o perdão ao homicida. Vejamos a Lei II:

Matando algun ome, o alguna muger, a otro a sabiendas, deueauer pena de omicida, quier sea libre, o sieruo, el que fuesse muerto. Fuera ende, si lo matasse en defendiendose, viniendo el otro contra el, trayendo en la mano cuchillo sacado, o espada, o piedra, o palo, o otra arma qualquier con que lo pudiesse matar. Ca estonce si aquel, a quien acomete, mata al otro que lo quiere desta guisa matar, non cae porende en pena alguna. Ca natural

²⁸ *Como aquel que mata a otro, deue auer pena de homicida, si lo non fiziesse tornando sobre si. Sétima Partida* (Gregório Lopez), Título VIII, Lei II, p. 126-129

²⁹ *Por que razones, e en que casos, no meresce pena de homicida aquel que mata a otro ome. Partida* (Gregório Lopez), Título VIII, Lei III, p. 129-132

³⁰ *Como aquel que mata a otro por ocasion, non merece auer pena porende. Partida* (Gregório Lopez), Título VIII, Lei IV, p. 132

cosa es, e muy guisada, que todo ome aya poder de amparar su persona de muerte, queriendolo alguno matar a el; e non ha de esperar que el otro le fiera primeiramente, porque podria acaescer, que por el primer golpe que le diesse, podria morir el que fuesse acometido, e despues non se podría amparar (*Las Siete Partidas*, Partida VII, Título VIII, Lei II, p. 126-129).

Embora o termo “*ome*” ainda predomine no vocabulário jurídico afonsino, pressupondo certa priorização discursiva dos sujeitos masculinos (com um aposto que feminiliza o sujeito do homicídio: “*o alguna muger*,”), o texto afirma que o homicídio consciente deve ser punido, independentemente do gênero do algoz ou do status social da vítima. Ao destacar que homens e mulheres livres e servos devem ser punidos, a legislação deixa explícito que nesse caso, o gênero e o status social não eximem o algoz da responsabilidade pelo delito.

A exceção se dá no caso do que pode ser enquadrado como legítima defesa que, conforme já foi dito, é o principal fator responsável por eximir alguém de responsabilidade pelo homicídio. Chama a atenção o fato de que a própria legislação considera natural a legítima defesa ao destacar que não é necessário haver a caracterização do ataque para que seja utilizado o argumento da legítima defesa. A simples menção de atacar, definida a partir do porte de armas ou objetos agudos, já seria suficiente para que uma reação fosse caracterizada como legítima defesa. Isso porque caso o ataque fosse desferido, a vítima poderia se ferir de tal forma que não teria a oportunidade de se defender. Facas, espadas, pedras e paus, como extensões do sujeito do uso da força desmedida, são instrumentos de violência dignos de nota na legislação, funcionando como fator agravante do delito. Salvo o caso dos gládios, não está claro se esses instrumentos possuem um caráter masculino evidente para os legisladores, mas, de qualquer forma, não seria uma hipótese descabida que alguns deles fossem associadas predominantemente às figuras masculinas.

Um dos critérios apontados por Claude Gauvard como fundamentais para compreender a violência no período medieval é compreender que, em muitos casos, ela estava diretamente

relacionada à defesa da honra . Tendo isso em mente, passamos à análise da Lei III, que diz:

Fallando vn ome a otro que traua de su fija, o de su hermana; o de su muger con que estuuiesse casado segund manda la Santa Eglesia para yazer con alguna delas por fuerza, si lo matare estonce, quando le fallasse que le fazia tal deshonrra como esta, non cae en pena ninguna. Otro tal dezimos que seria, si algun ome fallasse algun ladron de noche en su casa, e lo quisiessse prender para darlo a la justicia del lugar si el ladrón se amparasse con armas. Ca estonce, si lo matare, non cae por esso en pena e si lo fallasse y de dia, e lo pudiesse prender sin algund peligro, non lo deue matar en alguna manera. Otrosi dezimos, que qualquier Cauallero que desamparare a su, Señor dentro en el campo, o en hueste, o se fuesse a los enemigos, si algund ome lo quisiere prender en la carrera para llevarlo a su Señor, o a la Corte del Rey, si el Cauallero se amparasse, e non se dexasse prender, e lo matassen, non cae porende en pena el que por tal razon lo matare. Otro tal dezimos que seria, si algun ome matasse a otro, que le quemasse, o destruyesse de otra guisa, de noche sus casas, o sus campos o sus mieses; o sus arboles o de dia, amparando sus cosas, que tomaua por fuerça; o si matasse al que fuesse ladron conocido, o alrobador que tuuiesse caminos publicamente. Ca, el que matasse a qualquier dellos, non caeria en pena ninguna. Otrosi dezimos, que si algund ome que fuesse loco, o desmemoriado, o moço que non fuesse de edad de diez años e medio, matasse a otro, que non cae porende en pena ninguna, porque non sabe, nin entiende el yerro que faze. (*Las Siete Partidas*, Partida VII, Título VIII, Lei III, p. 129-132)

A Lei III aborda pelo menos quatro situações distintas relacionadas ao cometimento de homicídios. Todos pressupõem sujeitos masculinos dos delitos, embora, de forma interseccional, classifique-os e caracterize-os por meio de marcadores sociais, jurídicos, parentais, mentais e etários. A primeira delas pode ser enquadrada na legítima defesa da honra, já que a lei prevê perdão em caso de homicídio cometido como defesa a uma tentativa do que hoje chamamos de “estupro” ou violação³¹ de membros

³¹ Ao analisar a realidade jurídica do estupro na Idade Média castelhana baseando-se em processos e legislações, o autor Iñaki Bazán Diaz caracteriza

femininos da família, como filhas, mães ou esposas. Cabe destacar que a lei não menciona a possibilidade de a defesa ser realizada pela própria mulher, o que nos faz pensar que, para essa realidade jurídica, o patriarca é visto como protetor da honra das mulheres da família.³²

A segunda situação abordada pela lei, ao se referir à permissão para matar um ladrão que invada o espaço doméstico ou propriedades, pode ser enquadrada na legítima defesa. Cabe destacar que, nesse caso, o homicídio deveria ser usado apenas como último recurso, já que, como primeira alternativa, dever-se-ia prender o ladrão para ser entregue às autoridades. De todas as formas, as figuras masculinas deveriam manter “la justicia del lugar”, especialmente se ocorresse à noite e se o ladrão estivesse armado. Nesses mesmos termos, a legislação prevê a permissividade para o homicídio em caso de destruição das propriedades. Ao pesquisar os crimes contra a propriedade (furto, roubo e *abigeato*, que é o roubo ou furto de gado), Susana García León (García León, 2014, p. 25) demonstra como diferentes legislações castelhanas do período enxergavam tais delitos não

o delito dentro das seguintes situações: “Acceso sexual a una doncella/virgen, a una viuda de honesta vida o a una religiosa, con consentimiento y sin mediar promesa alguna; acceso sexual a una doncella/virgen, a una viuda de honesta vida o a una religiosa, con consentimiento y mediando engaño de falsa promesa de matrimonio o falacia palabra de compensación económica a la mujer, con una dote por ejemplo; y acceso sexual a una doncella/virgen, a una viuda de honesta vida o a una religiosa, empleando la fuerza física, pero previamente realizando una falsa promesa de matrimonio o de compensación económica.” (2003, p. 40). Observando os casos descritos pelo autor, pode-se perceber que a caracterização do estupro na Castela medieval não se restringia apenas à submissão forçada da vítima, enquadrando também o não cumprimento de promessas, já que muitas mulheres viam a relação e o posterior casamento como uma oportunidade de adquirir um dote e melhorar sua situação econômica: ao estabelecer relações sem o pagamento do dote prometido à família da esposa no momento do matrimônio ou ainda sem dar uma boa condição à esposa, a relação sexual ocorrida posteriormente é considerada uma forma de estupro por ter ocorrido a partir do engano da esposa e/ou da família.

³² Além da questão da honra, já debatida anteriormente nesse texto, cabe atentarmos para o fato de que as figuras masculinas das famílias são responsáveis pela defesa da honra familiar, sendo-lhes lícito o homicídio em situações específicas.

apenas como crimes contra a propriedade, mas também como crimes contra a pessoa, haja vista que, além da devolução do bem roubado e de eventuais punições corporais, era exigido o pagamento de uma indenização financeira equivalente a parte do valor do bem usurpado. Neste caso, o patriarca, tendo sua propriedade e pessoa desonradas, maculada ou prejudicada por outros homens, poderia fazer e exercer autorizadamente a justiça do âmbito doméstico sob sua responsabilidade.

Outro ponto abordado pela legislação faz referência à lealdade que os cavaleiros deveriam prestar aos seus senhores. Conforme destaca Adailson José Rui, a posição ocupada pelos cavaleiros na hierarquia social medieval implicava em obrigações para com seu senhor, dentre as quais a lealdade expressa na proteção indubitável do mesmo, ainda que viesse a implicar na morte do cavaleiro (2017, p. 2). Para garantir o cumprimento de sua responsabilidade, o cavaleiro era obrigado a obedecer às seguintes medidas: “A primeira consistia em marcas feitas no braço direito com ferro quente, marcas que somente eles poderiam ter; a segunda era expressa pelo fato de escreverem os seus nomes no livro, onde se escreviam os nomes dos demais cavaleiros e de suas linhagens e ainda a localidade de onde provinham”. (José Rui, 2017, p. 2) Tais medidas eram vistas como formas de atribuir responsabilidade ao cavaleiro. Caso tal lealdade expressa no juramento e nos rituais não fosse cumprida, o cavaleiro estava sujeito à prisão e, em caso de resistência, poderia ser punido com a morte.

Por fim, a lei isenta de responsabilidade por homicídio pessoas com a saúde mental debilitada (loucos e sem memórias), bem como menores de dez anos de idade. De acordo com a legislação, seu estado mental ou idade não permitiam que tais indivíduos tivessem consciência do crime cometido. No caso das pessoas com saúde mental debilitada, em muitos casos, sua condição era associada a possessões demoníacas. Dessa forma, o louco não teria responsabilidade pelos seus atos, já que seu comportamento violento estaria associado ao fato de estar sendo utilizado por forças malignas, outros sujeitos alheios, cuja cura se daria por meio de rituais de exorcismo (Peñalta Catalán, 2008, P. 129).

As crianças, por sua vez, eram comumente representadas como adultos em miniatura, não havendo, ao menos no século XII, um lugar específico para a infância (ARIÈS, 1986, p. 50). Assim, por se tratar de pequenos adultos não plenamente desenvolvidos, as crianças teriam como traço principal a inocência e a pureza, que ao mesmo tempo lhes impedia de causar danos de forma deliberada e lhes garantia ingresso direto aos Céus caso morressem logo após o batismo (García Herrero, 1998, p. 231).

A última lei a ser analisada no presente trabalho é a Lei IV do Título VIII. Vejamos:

Desaventura muy grande acaesce a las vegadas a omes y a, que matan a otros por ocasion, non lo queriendo fazer. Esto podria acaescer, como si ome corriesse cauallo en lugar que fuesse acostumbrado para correllos, e atrauesasse por aquella calle, o carrera, algund ome, e topasse el cauallo en el, e lo matasse; o si cortasse algun ome arboles, o labrasse alguna casa, e diziendo a los que passassen por aquel lugar, que se guardassen, de manera que lo pudiessen oyr, cayesse el arbol, o alguna teja, o piedra, o madera, o otra cosa qualquier, e por ocasion matasse algun ome. Ca, en qualquier destas maneras sobredichas, o en otras semejantes destas, que matasse vn ome a otro por ocasion, non lo queriendo fazer, non cae porende en pena ninguna. Pero el que matasse a otro en alguna destas maneras sobredichas, deue jurar, que la muerte acaescio por ocasion, o por dasaventura, e non vino por su grado. E demas desto, deue prouar con omes buenos, que non auia enemistad contra aquel que assi mato por ocasion. E si por aventura non lo pudiere prouar, e non lo quisiere jurar, assi como es sobredicho, sospecha podria ser contra el, que lo fiziera maliciosamente. E porende el Judgador, del lugar le deue dar pena, segund su aluedrio, qual entendiere que meresce. (*Las Siete Partidas*, Partida VII, Título VIII, Lei IV, p. 132)

A Lei IV é um complemento e um desdobramento da Lei V citada antes. Ela enfatiza os homicídios *por ocasion*, porém, diferentemente da Lei V, que atribui uma pena, ainda que branda, àquele que comete o delito, a Lei IV apresenta os casos nos quais o réu pode ser considerado isento de responsabilidade penal. Podemos perceber que os exemplos utilizados nas duas leis são

semelhantes. Tal semelhança é essencial para demonstrar a intertextualidade no interior das Partidas, mas também para evidenciar os elementos que fazem com as normas tenham alcances jurídicos e sociais diferentes. Assim, enquanto a Lei V prescreve circunstâncias em que o réu é visto como culpado, na Lei IV o conteúdo punitivo é deslocado e desaparece em prol da inocência. O critério de distinção é a vontade, o interesse e o que chamaríamos de intenção ou intencionalidade do fazer delitivo. Aliados às circunstâncias e à previsão do inesperado gerado por acidente, é o “*non lo queriendo fazer*” que ganha visibilidade e dizibilidade no discurso jurídico. Quando a morte se torna fruto do acaso, incontrolável no plano humano, o réu é inocentado de qualquer responsabilidade. Quando não, em situações em que a malícia e a consciência dos atos delitivos afloram, o réu torna-se responsável por negligência. É importante destacar que, para a legislação até agora analisada, a inimizade prévia entre o réu e a vítima atestada por testemunhas imputaria a responsabilidade ao réu, especialmente quando ele opta ou não tem como provar sua inocência. Por isso, o réu deveria utilizar-se do testemunho de “homens bons” (“*omes Buenos*”)³³ que atestassem a inexistência de qualquer laço de inimizade entre ele e a vítima.

3. Considerações Finais

Tomando como ponto de partida as legislações afonsinas, em especial as *Siete Partidas*, a presente pesquisa buscou compreender a maneira como a violência e o homicídio eram percebidos pelos códigos jurídicos castelhanos medievais. Ao abordarmos tal temática ficou evidente a necessidade de levarmos em consideração o impacto causado pelas muitas diferenças impostas pelo tempo na maneira de encarar tais fenômenos: a violência que hoje é considerada intolerável e até repugnante sob

³³ De acordo com Salvador Alvarez Diaz (1989), o significado do termo *omes buenos* na Castela do século XII é utilizado tanto para referir-se a um status social (nobreza e proprietários de terra) quanto a um cargo institucional (“[...]quienes participaban en el ejercicio de la justicia” (p. 233), implicando uma relação de complementaridade valores morais e status econômico necessário para o cumprimento das funções jurídicas.

quaisquer circunstâncias (ao menos para os parâmetros democráticos mais pacifistas!) pôde contar com certa dose de tolerância em determinados períodos e locais do medievo. Essa permissividade em relação à violência é fruto de um contexto marcado por uma série de conflitos frequentes, de maior ou de menor proporção, que impunha uma certa dose de tolerância a práticas violentas desde que obedecessem a uma série de critérios, como o que entendemos hoje como “legítima defesa”. A título de exemplo, em se tratando dos homicídios, objeto privilegiado na análise do presente trabalho, ou contrário de uma diversidade de exemplos de legislações atuais que são baseadas no princípio da isonomia (embora também prevejam exceções), pôde-se perceber nas legislações afonsinas a influência de uma série de fatores na aplicabilidade das penas referentes aos delitos cometidos, o que demonstra uma diferenciação explícita e prevista em lei na forma de julgar os diferentes grupos que formavam a sociedade castelhana do século XIII. Ao entrar em contato com os códigos, pode-se perceber que as relações de gênero (homens/homens ou homens/mulheres; masculinidades/feminilidades), econômicas (servos/senhores), étnico-religioso-culturais (judeus, mouros, cristãos), etárias (idoso, criança), entre outros marcadores interseccionais, são postas à mesa no momento de julgar um homicídio e têm um impacto tão grande na sentença quanto fatores relacionados às maneiras que são adotadas para o cometimento do crime (horário, tipo de arma, chance de defesa da vítima). Embora a legislação analisada preveja certa similitude e horizontalidade nas representações dos sujeitos delitivos, incluindo “*alguna muger*” como seres ativos, há um pressuposto transversal que considera os sujeitos delitivos como masculinos, adultos e patriarcais.

Mesmo tendo consciência dos limites inerentes ao presente trabalho, buscou-se elencar tais elementos, ainda que de forma introdutória, demonstrando que é possível analisar a violência em geral e o homicídio em particular enquanto fenômenos históricos e sociológicos mutáveis, com variáveis de (des)culpabilização ou (des)vitimização que se modificam de acordo com o tempo e o local em que ocorrem com base na forma como as diferentes sociedades encaram o delito e a si mesmas. As

concepções de masculino e feminino podem não ser centrais em todo e qualquer legislação afonsina sobre o homicídio, mas estão aqui operando com ideais jurídicos de ordenamento social.

Referências Bibliográficas

Fontes

El Fuero Real de Espana, diligentemente hecho por el noble rey Don Alonso IX. Glossado por el egrégio doctor Alonso Dias de Montalvo. Madrid: Real Compañia de Impresores, y Libreros del Reyno, 1791.

Especulo. Texto Juridico atribuído al Rey de Castilla Don Alfonso X, el Sabio. Edición, introducción y aparato crítico de Robert A. McDonald. Marison: Universidad de Richmond, 1990.

Fuero Juzgo o Libro de los Jueces. Traducción castellana publicada en: *Fuero Juzgo en latín y castellano, cotejado con los más antiguos y preciosos códices* por la Real Academia Española. Madrid, 1815.

Las Siete Partidas del Sábio Rey don Alfonso el IX, com las varianes de mas interés, y com la glosa de del Lic. Greorio Lopez del Consejo Real de las Indias de S.M. Barcelona: 1843.

Bibliografia

ÁLVAREZ DÍAZ, Salvador. Los Omes Buenos em las villas de Alava. 1168-1332. In: **Azpilcueta: cuadernos de derecho**. n. 6, 1989. p. 231-240. Disponível em <<https://www.eusko-ikaskuntza.eus/en/publications/los-omes-buenos-en-las-villas-realengas-de-alava-1168-1332/art-11365/>>. Acesso em 28 de março de 2023.

ALVARO, Bruno Gonçalves; LIMA, Marcelo Pereira (Org). Documentação diplomática da Diocese de Sigüenza entre 1124 e 1151. Salvador: EDUFBA, 2019.

ARIÈS, Philippe. O Sentimento da Infância: As idades da vida. *In: História Social da Criança e da Família*. 2 ed Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986. p. 29-50

AZEVEDO, Luis Carlos de. O direito visigótico. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, [S. l.]*, v. 96, p. 3-16, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67491>. Acesso em 10 de março de 2022.

BAZÁN DIAZ, Iñaki. El estupro. Sexualidad delictiva em la Baja Edad Media y primera Edad Moderna. *In: Mélanges de la Casa de Velázquez*. : nº 33 (1), 2003. p. 13-45. Disponível em: <<https://addi.ehu.es/handle/10810/7988>>. Acesso em 03 de março de 2023.

BRAVO LIRA, Bernardino. Vigencia de las Partidas en Chile. *Revista de Estudios Historico-Jurídicos*, Valparaíso, 1985. 43-105. Disponível em: <<http://www.rehj.cl/index.php/rehj/article/view/129/125>>. Acesso em: 29 dezembro 2022.

CARDINI, Franco. “Guerra e Cruzada”. *In: Le GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). Dicionário analítico do ocidente medieval*. São Paulo: Editora UNESP, v. 1, 2017. p. 529-545.

COELHO, M^a Filomena. **Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas**. *In: FERREIRA, Marieta (Org.). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: ANPUH, 2011, p. 1-6.

CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo. Sociología y Circunstancias del Homicidio. *In: CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo. El Homicidio en Andaluzia a Fines de la Edad Media*. Granada: Universidad de Granada, 2007, p. 29-123.

CORRAL, Fernando Luis. Conquistas cristianas y evolución del mapa político peninsular en la Plena Edad Media (1035-1300). *apud: MONSALVO ANTÓN, José Maria (Coord.) Historia de*

la España Medieval. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014. p. 155-184.

DUBY, Georges. Primeiros Enunciados. *In*: DUBY, G. **As três ordens ou o imaginário do Feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1994. p. 19-27

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. Evolución del pensamiento alfonsí y transformación de las obras jurídicas e históricas del Rey Sabio. **Cahiers de linguistique hispanique médiévale**, n. 23, p. 263-283, 2000. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/cehm_0396-9045_2000_num_23_1_922. Acesso em 17 de março de 2022.

GARCÍA FITZ, Francisco. **La Edad Media: Guerra e Ideología. Justificaciones jurídicas e religiosas**. Madrid: Sílex, 2003.

GARCÍA HERRERO, M^a del Carmen. Elementos para una historia de la infancia y de la juventud a finales de la Edad Media. *In*: IGLESIA DUARTE, José Ignacio (Org.). **La vida cotidiana em la Edad Media**. Nájera. 1998. p. 223-252. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=563907>>. Acesso em 29 de março de 2023.

GARCÍA LEÓN, Susana. Los delitos contra la propiedad: el empleo inadecuado de la terminología penal por parte de los operadores jurídicos durante la Edad Moderna. *In*: **Clío & Crimen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango**. Durango: n. 11, 2014. p. 23-38. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1KM_p1_XgdynKxy4epc5xpYhIb9yB25Q8/view>. Acesso em: 14 de março de 2023.

GAUVARD, Claude. Violência. *In*: LE GOFF, Jacques.; SCHIMITT, Jean-Claude (Orgs). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: Editora Unesp, v. 2, 2017. p. 676-686

GONZÁLEZ DÍAZ, Juan. Alfonso X y el Fecho del Imperio: herencia, ambiciones y soledad. **Estudios sobre Patrimonio, Cultura y Ciencias Medievales**. Cádiz, n. 23 p. 241-264, 2021. Disponível em:

<http://www.epccm.es/index.php?journal=epccm&page=issue&op=view&path%5B%5D=54>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manoel. Las empresas literárias y artísticas de Alfonso X el Sabio. In: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manoel. **Alfonso X El Sabio**. Barcelona: Ariel, 2004, p. 423-439

GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César. Algunas reflexiones a propósito del honor y de la honra. In: **Revista sobre patrimônio, cultura y ciencias medievales**. Cádiz, n. 19-2. p. 537-544, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6539681>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2023.

JOSÉ RUI, Adailson. A Cavalaria Medieval Ibérica. In: **Revista Signum**, : vol. 18, n. 1, 2017, p. 1-5. Disponível em: <<http://www.abrem.org.br/revistas/index.php/signum/article/view/303/276>>. Acesso em 28 de março de 2023

KLEINE, M. **El Rey que es fermosura de Espanna: Imagens do poder real na obra de Afonso X, o Sábio (1221-1284)**. 2005. 248 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LE GOFF, Jacques. Trabalho. In: LE GOFF, Jacques.; SCHIMITT, Jean-Claude (Orgs). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: Editora Unesp, v. 2, 2017. p. 624-638.

LE GOFF, Jacques. “Prefacio a Los reyes taumaturgos”. In: **Relaciones**: núm. 51, 1991, p. 7-54.

LIMA, Marcelo Pereira. Comparando a fabricação de códigos afonsinos: o *Especulo*, o *Fuero Real* e as *Siete Partidas*. **Revista de História Comparada** (UFRJ), v. 9, p. 6-42, 2015.

LIMA, Marcelo. Os projetos de unificação jurídica e renovação do Direito: a busca pelo monopólio monárquico na fabricação dos códigos afonsinos. In: LIMA, M. P. **O Gênero do adultério no discurso jurídico do governo de Afonso X (1252-1284)**. 2010. p. 81-124. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-

Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LIMA, Marcelo. Sexo, poder y religión en la época medieval: el género de la violencia en la Castilla del siglo XV. **Roda da Fortuna**, Barcelona, 10, 2021. 213-241. Disponível em: <https://www.revistarodadafortuna.com/_files/ugd/3fdd18_2f87adf6597c4e678df60fb8d00e4395.pdf>. Acesso em: 26 janeiro 2023.

MARTÍN VISO, Íñaki. Hispania en el periodo postromano (siglos V-VII). In: MONSALVO ANTÓN, José María. (Coord.), **História de la España Medieval**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014. p. 27-50

MERCHÁN ÁLVAREZ, António. La Época Hispanorromana. In: MERCHÁN ÁLVAREZ, António. **Las Épocas del Derecho Español**. Valencia: Tirant lo Blanch. p. 25-47

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **A reconquista Ibérica: a construção de uma ideologia**. História Instituições Documentos, n. 28, p. 277-295, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28278283_A_Reconquista_Iberica_a_construcao_de_uum_ideologia/fulltext/02a06dd0cf2f5c177d3e076/A-Reconquista-Iberica-a-construcao-de-uma-ideologia.pdf. Acesso em 07 de março de 2022.

PEÑALTA CATALÁN, Rocío. Locos y locura a finales de la Edad Media: representaciones literarias y artísticas. **Revista de Filología Románica**, v. 25, p. 127-138, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RFRM/article/view/RFRM0808110127A/9548>>. Acesso em 29 de março de 2023.

PISNITCHENKO, Olga. **O Rei e a Lei. Algumas reflexões em torno das obras jurídicas de Alfonso X**. Faces da História, v. 2, n. 2, p. 6-26, jun-dez. 2015. Disponível em: <<https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/237/227>>. Acesso em 30 de março de 2022

REIS, Jaime Estêvão. **O panorama legislativo dos territórios da Coroa de Castela no início do reinado de Alfonso X, o Sábio**. *Mirabilia*, Vitória, v. 16, n. 1, p. 260-285, 2013.

RÍOS GORDILLO, Carlos Alberto. Los reyes taumaturgos, um siglo después. In: **Desacatos: revista de ciencias sociales**: Nº 60, 2019, p. 204-209. Disponível em <LE GOFF, Jacques, “Prefacio a Los reyes taumaturgos”, en Relaciones, núm. 51, 1991, pp. 7-54.>. Acesso em 09 de março de 2024

RUCQUOI, Adeline. De los Reyes que no son taumaturgos: los fundamentos de la realeza en España. **Relaciones**, Michoacán, n. 51, p. 55-100. 1992. Disponível em <https://www.colmich.edu.mx/relaciones25/files/revistas/051/AdelineRucquoi.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2022.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Tradução: Ana Moura. Disboa: Editorial Estampa, 1995. 361 p.

RUST, Leandro. **Os Vikings: narrativas da violência na Idade Média**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

SERRANO-PIEDRECASAS FERNÁNDEZ, Luis. Al-Andaluz, de la invasión al fin del Califato, 711-1031. In: MONSALVO ANTÓN, José Maria. (Coord.), **História de la España Medieval**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014. p. 51-76

SILVA, Thalles Braga Rezende Lins da. Reflexões sobre a Guerra em Castela Medieval. **I Encontro de História Militar Antiga e Medieval**. Rio de Janeiro: [s. n.]. 2011, p. 93-104.

SILVEIRA, Marta. Capítulo 2 In: SILVEIRA, Marta. **As Penalidades Corporais e o Processo de Consolidação do Poder Monárquico Afonsino (1254-1284)**. 2012. p. 81-120. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SILVEIRA, Marta; SALDANHA, Mayara. O papel d’ *El Especulo De Las Leyes* na obra jurídica afonsina: uma breve proposta de análise. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, [S.l.], v. 24, n. 48, p. 172-193, jul. 2020. ISSN 2177-8337. Disponível em: <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/revistasjrj/article/view/338>>. Acesso em: 15 de março de 2022

SOLÓRZANO TELECHEA, Jesus Ángel. **Justicia y ejercicio del poder: la infamia y los «delitos de lujuria» en la cultura**

legal de la Castilla medieval. Disponível em
<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1421253>>.
Acesso em 26 de dezembro de 2024

SOUZA JÚNIOR, Almir Marques de. **As Duas Faces da Realeza na Castela do Século XIII: Os Reinados de Fernando III e Afonso X.** 2009. 188 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

Recebido em: 07/07/2025

Aprovado em: 14/08/2025

PATERNITÉS FRANÇAISE ET BRÉSILIENNE: CONTRASTES ET PERSPECTIVES

PATERNIDADES FRANCESA E BRASILEIRA: CONTRASTES E PERSPECTIVAS

MARCOS VENICIO ESPER

Universidade do Estado de Minas Gerais

Université de Limoges (UNILIM)

PATRICIA BESSAOUD-ALONSO

Université de Limoges (UNILIM), Limoges/França

LUCILA CASTANHEIRA NASCIMENTO

Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto

Introduction

Avant d'examiner la paternité dans une perspective historique, il convient de préciser le cadre temporel, culturel et géographique dans lequel cette distinction est mobilisée. Dans le contexte des sociétés européennes occidentales, et plus particulièrement en France à l'époque moderne et contemporaine, la notion de paternité s'est construite à partir d'une différenciation progressive entre la filiation biologique et la reconnaissance juridique et sociale de l'enfant.

Dans cette perspective, Delumeau et Roche distinguent la paternité biologique de la paternité légale, en soulignant que « les mêmes termes [père, paternité] désignent à la fois et indifféremment le procréateur et celui qui élève l'enfant en le reconnaissant pour son fils; les mêmes termes désignent tout à la fois la paternité biologique et la paternité sociale » (Delumeau & Roche, 1990, p. 43). Cette indistinction terminologique reflète un cadre juridique et social historiquement situé, dans lequel la paternité légale s'impose progressivement comme une

construction normative relevant d'une « technique juridique » (Delumeau & Roche, 1990, p. 28), indissociable des institutions familiales et des dispositifs de régulation sociale propres à l'Occident moderne.

La paternité a intéressé les historiens en tant que sujet juridique, politique et culturel doté de la puissance du *pater familias* pendant longtemps. Au cours du XX^e siècle, c'est la remise en cause progressive de cette autorité qui a retenu l'attention des chercheurs, notamment dans les travaux portant sur les transformations des structures familiales, des rapports de genre et des normes juridiques.

Dans l'Antiquité, l'humanité ignorait les conditions physiologiques de la procréation et l'on croyait que les enfants occupaient leur place dans le ventre de la mère à la suite d'un contact entre la mère et un objet ou un animal. Le rôle de l'homme comme fertilisant était ignoré et l'existence du père n'était pas évoquée. Historiquement, l'homme était presque absolument exclu du processus de reproduction, limitant l'établissement de la fonction paternelle, puisqu'il n'avait pas le caractère d'un participant à la grossesse de la femme, le nom du père ne pouvait lui être attribué (Gianini 2020).

La femme est née mère dans l'histoire de l'humanité, l'homme est devenu père dans l'évolution de l'histoire.

Selon Dupuis (1989), la reconnaissance de la paternité ne s'est pas imposée de manière immédiate, mais s'est construite progressivement au cours de l'histoire humaine. Les recherches en histoire sociale et en anthropologie situent les premières formes de reconnaissance de la paternité biologique à la transition entre la Préhistoire et les premières sociétés agraires, notamment au début de l'âge du fer, il y a environ 3 000 à 3 500 ans, lorsque la compréhension du rôle de l'homme dans la procréation commence à se diffuser.

Avant cette période, de nombreuses sociétés humaines s'organisaient autour de structures proto-familiales majoritairement centrées sur la mère, dans lesquelles la filiation était pensée à partir de la maternité. La vie religieuse s'articulait alors autour de cultes liés à la fécondité féminine, tandis que les relations sexuelles n'étaient pas encore strictement associées à

une responsabilité paternelle définie. Ce n'est qu'à partir de la reconnaissance progressive du lien entre sexualité masculine et engendrement que la paternité s'est constituée comme une catégorie sociale, juridique et symbolique, inscrite dans des systèmes de parenté et des normes sociales historiquement situés (Dupuis, 1989).

Historiquement, l'homme était presque absolument exclu du processus de reproduction, limitant l'établissement de la fonction paternelle, puisqu'il n'avait pas le caractère d'un participant à la grossesse de la femme, le nom du père ne pouvait lui être attribué. La femme est née mère dans l'histoire de l'humanité, l'homme est devenu père dans l'évolution de l'histoire.

Dans certaines sociétés et périodes historiques, notamment avant la reconnaissance du rôle biologique de l'homme dans la procréation, la participation masculine au processus reproductif demeurait socialement peu explicitée. Cette méconnaissance limitait l'institutionnalisation de la fonction paternelle, dans la mesure où l'homme n'était pas reconnu comme participant à la grossesse et où la filiation s'organisait principalement autour de la maternité (Dupuis, 1989 ; Delumeau, 1990).

Dans ce cadre historiquement situé, la maternité apparaissait comme une réalité immédiatement observable et socialement reconnue, tandis que la paternité s'est constituée plus tardivement comme une fonction sociale, juridique et symbolique, élaborée au fil de l'évolution des connaissances, des normes sociales et des institutions (Delumeau, 1990 ; Verjus, 2013).

Le concept de matriarcat, défini comme une forme d'organisation sociale centrée sur les femmes, a pris place pendant de nombreuses années, entre les premières civilisations et l'émergence de la croyance en un Dieu unique (Boff, 2028). L'idée de matriarcat a été formulée et diffusée principalement à la fin du XIX^e siècle et au début du XX^e siècle dans certains courants de l'anthropologie, de l'histoire des religions et de l'archéologie. Johann Jakob Bachofen, dans son ouvrage fondateur « Das Mutterrecht » (1861), a notamment proposé

l'hypothèse de sociétés anciennes structurées autour de principes maternels et du culte de divinités féminines liées à la fertilité.

Cette interprétation, destinée principalement aux milieux savants et académiques de l'époque, s'appuyait sur l'analyse de représentations féminines préhistoriques, telles que les figurines dites « vénus », mises au jour dans des sites archéologiques européens et ouest-asiatiques. Il convient toutefois de souligner que cette lecture relève d'un cadre interprétatif historiquement situé et qu'elle est aujourd'hui largement discutée, nuancée ou remise en question par les recherches contemporaines en archéologie et en anthropologie (Bachofen, 1861 ; Delumeau, 1990 ; Federici, 2018).

On ajoute que les femmes auraient inventé l'agriculture. Alors que le matriarcat préhistorique circule dans toutes sortes de contextes non académiques, ces deux dernières propositions ont aussi leur place dans l'histoire enseignée à l'école.

Ces analyses ne doivent toutefois pas être interprétées comme la preuve de l'existence de sociétés matriarcales au sens strict. Elles relèvent plutôt d'une critique historiographique des récits qui naturalisent le patriarcat comme forme universelle d'organisation sociale. Les recherches en histoire sociale et en anthropologie montrent que les rapports de genre ont varié selon les contextes historiques et culturels, sans correspondre à un modèle unique et homogène (Delumeau, 1990 ; Verjus, 2013).

La découverte de la paternité biologique a eu lieu au début de l'âge du fer, il y a environ 3500 ans, marquant une véritable révolution dans les valeurs et les coutumes, changeant drastiquement le contexte social. Du fait de cette datation, l'idée de paternité a été insérée dans une chronologie et dans un cadre historique (Dupuis 1989).

Certains auteurs comme Maunaye (2019) et Bidart (2006) définissent la paternité comme un moment important du processus de transition vers l'âge adulte, car ce facteur suggère de nouvelles dispositions dans la vie quotidienne des hommes, afin qu'ils puissent s'insérer dans la culture et profiter du statut d'adulte et d'une pleine reconnaissance sociale. La paternité est une circonstance de la vie et de l'existence humaines ; que ce concept subit toujours des transformations et des modifications

constantes, y compris l'acquisition de nouveaux contours et de nouvelles interprétations, compte tenu des changements sociaux survenus dans la société (Maunaye, 2019; Bidart, 2006).

Le concept de paternité a évolué au fil du temps, reflétant l'évolution du contexte socio-économique et culturel des sociétés. La paternité permet de mettre en évidence les transformations des rôles et des interactions familiales au sein de la société occidentale. Celle-ci est passée d'un modèle patriarcal, compris comme un système d'organisation familiale centré sur la figure masculine, à une société postmoderne multiforme, dans laquelle émergent de nouveaux formats familiaux. La paternité ne comprend plus seulement le rôle limité à la figure de pourvoyeur pour englober également des attitudes de plus grande implication et de contact affectif avec les enfants, ces changements étant associés à un nouvel ensemble d'attentes, de croyances et d'attitudes de chaque sexe dans le contexte familial. Ces transformations se sont également reflétées dans l'intérêt de la recherche pour identifier et comprendre l'impact de ces changements sur les relations familiales, en particulier sur le père lui-même (Lamb 1997).

Les constructions socioculturelles de la paternité sont présentes dans divers discours sur ce qu'est la « bonne » paternité et les structures juridiques qui définissent les relations des parents avec leurs enfants. Dans la production académique des années 1970, il est possible de constater que les recherches sur la paternité sont encore dominées par des études sur les femmes en contexte familial. Ce n'est que dans les années 1980 que les thèmes liés à la construction sociale de la masculinité et à son influence sur le rôle du père ont émergé de manière plus cohérente, indiquant une participation plus effective de la figure paternelle à la vie quotidienne de la famille. Le nouveau père en est venu à être représenté dans la littérature, la télévision, les films et les magazines comme plus impliqué émotionnellement, plus participatif et engagé envers ses enfants, et aussi capable que des mères d'élever leurs enfants. Ainsi, le désir masculin d'expériences plus affectives a été identifié, conduisant à une plus grande implication avec ses enfants. Cependant, même si la caractérisation du nouveau père incluait des rôles plus

participatifs par rapport à l'implication masculine dans la prise en charge des enfants, des marques de la structure traditionnelle du père pourvoyeur subsistaient également dans l'imaginaire social (Souza 2009).

Bien que ces constructions varient selon les périodes historiques, les cultures et les contextes sous-culturels, plusieurs travaux indiquent une convergence progressive de ces discours dans les pays développés. Parallèlement, l'intérêt pour les pères et la paternité s'est accru ces dernières années, tant dans le discours public que dans la littérature académique et populaire, ainsi que dans la culture visuelle (Gregory, 2011).

L'idée de contraste présentée vise à identifier des différentes perspectives culturelles (France et Brésil) sans intention de comparer si une culture est meilleure ou pire que l'autre, mais plutôt d'identifier des spécificités. L'histoire des pères en France (Saint-Martin, 2019) et au Brésil (Laitano, 2020) rappellent que la paternité, tout comme la maternité, est socialement construite et qu'elle influence autant la vie privée et familiale que la vie politique.

Approches Socio-Historiques De La Paternite Dans La Perspective Française

En France, l'évolution du droit de la famille et la redéfinition des droits des pères et des mères, amorcées principalement à partir des années 1980, se sont inscrites dans un contexte idéologique marqué par l'émergence de la figure des « nouveaux pères », phénomène observable également dans d'autres sociétés européennes.

Parallèlement, la famille en France a connu, depuis la fin du XXe siècle, des transformations importantes dans ses modes de fonctionnement et ses catégorisations — familles monoparentales, recomposées et homoparentales — dans un contexte où le modèle dominant de la vie familiale est centré sur l'enfant et tend à imposer aux parents l'injonction d'être un « bon parent » (Bessaoud-Alonso, 2020).

De l'Antiquité à la période industrielle, la figure du père exerçait une autorité étendue sur la famille et sur ses enfants. Au fil des siècles, cette autorité s'est progressivement transformée et,

sous l'effet de l'urbanisation, de l'industrialisation et des luttes sociales et politiques, le père est devenu moins présent dans la sphère privée, un espace longtemps peu analysé, mais tout aussi politique que personnel.

Dans l'entre-deux-guerres, c'est-à-dire durant la période comprise entre la fin de la Première Guerre mondiale et le déclenchement de la Seconde, les droits et les responsabilités des pères sont devenus des questions clés dans le discours entourant la réduction du temps de travail et la politique de réforme du suffrage. Les pères figuraient largement dans les aspirations de groupes idéologiquement opposés et symbolisaient une compétition pour les ressources au sein de l'État-providence naissant. Les réformateurs sociaux ont plaidé pour plus de privilèges ou de meilleures conditions de vie pour le père de famille, qui représentait le citoyen idéal dans les efforts de reconstruction d'après-guerre (Childers 2001).

En 1913, à la veille de la Première Guerre mondiale, conflit qui allait briser les illusions de la Belle Époque et coûter des millions de vies à la France, Fernand Boverat, membre de l'Alliance nationale contre la dépopulation, s'intéresse à une question qu'il juge essentielle pour l'avenir de la nation : l'articulation entre patriotisme, natalisme et paternité. Dans ses prises de position, Boverat affirme que la crise démographique et morale que traverse la société française résulte en grande partie de l'incapacité des hommes à assumer pleinement leurs obligations paternelles. Il propose ainsi que l'engagement à la paternité soit pensé comme un devoir civique, aussi impératif que le service militaire.

Dans les années 1920, sous la Troisième République, Georges Pernot, sénateur conservateur et figure centrale du mouvement des droits de la famille, prolonge et systématise cette réflexion. Pernot souligne que la nation ne saurait être réduite à un simple agrégat d'individus, mais qu'elle constitue « un corps homogène et organique formé par l'ensemble des paternités qui la composent et la soutiennent ». Plus largement, entre la fin du XIX^e siècle et l'entre-deux-guerres, le thème de la paternité est mobilisé par divers acteurs, les natalistes, réformateurs sociaux et responsables politiques, comme un levier central des débats sur

la réforme sociale, la citoyenneté et l'avenir de la République française (Talmy, 1962).

La politique du travail et les droits de citoyenneté, le père est apparu comme une figure cruciale dans l'articulation des visions d'avenir de la France et comme une préoccupation essentielle pour les architectes de l'État-providence en expansion. En abordant le rôle des pères et la paternité, les participants des sphères publique et privée ont trouvé eux-mêmes entraînés dans une discussion sur rien de moins que la nature du gouvernement, la forme de la famille moderne et l'avenir de la nation. Les chercheurs ont démontré l'importance cruciale du genre comme outil d'analyse dans l'étude de la France moderne. Cependant, une grande partie de cette littérature tend à analyser la masculinité sans intégrer pleinement la paternité comme une dimension constitutive de celle-ci, en particulier dans le contexte socialement et politiquement instable de l'entre-deux-guerres (Quine, 1996).

Les débats sur la paternité sont pourtant au cœur des discours politiques et sociaux en France et sont au cœur des grands enjeux des citoyens de l'entre-deux-guerres (Delumeau 1990).

Dans une perspective européenne plus large, les chercheurs examinant les dimensions maternalistes des politiques de protection sociale ont noté que les pères étaient choisis pour des formes spéciales d'assistance, souvent par des régimes fascistes qui tentaient de promouvoir des modèles de familles traditionnelles et hiérarchiques. Dans l'Espagne de Franco, l'Italie de Mussolini et l'Allemagne d'Hitler, les pères étaient récompensés financièrement et socialement pour avoir produit des enfants et recevaient des primes spéciales qui, dans de nombreux autres pays, comme la Grande-Bretagne, la Suède et la Norvège s'adressaient aux femmes. Pourtant, la préoccupation française pour le père de famille n'était pas simplement une version importée du fascisme, une variation à la française des politiques sociales réactionnaires qui n'avaient aucune résonance dans une nation républicaine attachée à l'égalité et à la fraternité. Au contraire, le souci de la paternité était une tradition française

de longue date et transcendait l'appartenance de classe et politique en tant que question d'importance nationale (Childers 2001).

Dans l'entre-deux-guerres, l'emblème du père de famille manifeste une lutte pour la répartition du pouvoir et des privilèges dans la reconstruction de la nation française. Des groupes idéologiquement opposés de conservateurs, de catholiques, de travailleurs et d'employeurs ont justifié leurs demandes de réforme par des images et des exemples paternels alors qu'ils débattaient de l'allocation des ressources au sein de l'État-providence en expansion. Les pères sont par exemple présentés par les conservateurs comme des symboles d'ordre et d'intégrité dans la sphère politique, tandis que les syndicats plaident pour une meilleure harmonie domestique en améliorant les conditions de travail du père de famille.

Les relations familiales des hommes étaient loin d'être sans rapport avec les préoccupations publiques du travail, du gouvernement et de la nation. Au contraire, les droits et responsabilités paternels figuraient largement dans les débats, des réunions sociales-catholiques aux salles de la Chambre des Députés. Deux de ces conflits qui ont polarisé la France dans l'entre-deux-guerres - la lutte pour une réduction du temps de travail et le débat sur la réforme du suffrage - montrent la manière dont le père de famille était profondément ancré dans le discours politique et social de la nation (Childers 2001).

L'examen de ces débats éclaire la mobilisation des pères de famille comme une noble cause dans des controverses qui ne sont pas manifestement liées à la vie familiale et démontre le puissant impact pratique et affectif de hisser l'étendard de paternité dans la France du début du XX^e siècle.

Les attributs supérieurs d'un père ne se limitaient pas à des années d'expérience accumulée et à des sacrifices concrets ; parfois, le père, ou chef de famille, était décrit par les critiques sociaux comme possédant une aura indéfinissable de qualité et de bon sens qui échappait à ses homologues célibataires. L'évocation du père de famille suggérait non seulement un homme qui avait conçu et élevé des enfants, mais un être supérieur dont les qualités et les actions étaient essentielles dans la lutte contre le déclin national. Laurent Toulemon est allé jusqu'à décrire les pères

comme une élite, les comparant à la noblesse d'autrefois, particulièrement qualifiée pour diriger (Childers 2001).

L'effort de connaître la qualité et de privilège entre les hommes de statut familial différent s'est accentué dans l'entre-deux-guerres à mesure que les ravages de la Grande Guerre accentuaient la nécessité d'un renouvellement des familles françaises et le pouvoir des autorités masculines traditionnelles. Les vétérans de retour des tranchées ont vu leur vie familiale irréversiblement changée et les rôles de genre subvertis par le bouleversement de la guerre, une guerre qui avait compromis l'autorité à tous les niveaux, tant dans la vie privée que publique les turbulences et les illusions brisées des années d'après-guerre (Weber 1996; Roberts 2009).

Dans ce mélange instable de crise démographique, de subversion des rôles de genre et d'érosion de l'autorité traditionnelle, selon Childers (2001), le père de famille était un symbole d'ordre transcendant, d'autorité et d'intégrité qui pouvait conduire la France à travers les crises de l'entre-deux-guerres et rendre à la nation ses anciennes gloires par le sacrifice et la discipline. La France ne pouvait se renouveler que par le travail acharné et la soumission aux hiérarchies « naturelles », qualités associées à la discipline imposée par les pères.

Les romans des années 1920 regorgeaient d'allusions à la détresse suscitée par « l'émasculation » de la France après la guerre. La France, pensaient de nombreux contemporains, avait perdu sa virilité parce qu'elle ne produisait plus autant qu'elle ne consommait et était devenue une nation économiquement impuissante. De plus, les soldats qui ont combattu pendant la guerre ont lié leur courage physique sur le champ de bataille à leur puissance sexuelle : « Pour prouver sa virilité, le soldat/vétérane ne pouvait pas faire mieux que d'engendrer un enfant. » (Roberts 1994)

Selon Childers (2001), l'attention portée en France à la figure du père de famille ne peut être comprise comme une simple manifestation de ce que l'auteure qualifie d'« hystérie nataliste », c'est-à-dire un ensemble de discours alarmistes centrés exclusivement sur la baisse de la natalité et la nécessité d'augmenter le nombre de naissances. Elle relève plutôt d'une

lutte plus large entre des modèles d'autorité concurrents et d'une compétition pour la répartition du pouvoir, des ressources et des privilèges au sein de l'État-providence naissant.

Dans ce contexte, la paternité constitue un outil central mobilisé par différents acteurs sociaux et politiques pour légitimer des projets de réforme sociale et redéfinir les hiérarchies au sein de la société française. En tant que norme abstraite, la paternité pouvait ainsi englober une pluralité d'objectifs, touchant à la fois la sphère privée de la famille et, par extension, les femmes et les enfants et les sphères publiques du travail, du gouvernement et de la nation. Bien que les hommes ne se définissent pas prioritairement par leur capacité biologique à engendrer des enfants, leurs relations à la famille et au foyer demeuraient des critères déterminants pour l'accès à la légitimité sociale et au statut au sein des instances professionnelles, législatives et gouvernementales.

Le père de famille figurait donc comme un acteur important des questions centrales de la Troisième République. Dans les questions de citoyenneté et de droit de vote, ainsi que dans la politique du travail et la lutte pour la paix sociale, la paternité était inextricablement liée à la politique. Les hommes n'étaient pas simplement des personnalités publiques mais des êtres sexués dont la vie domestique et familiale les légitimait également dans la sphère publique. Pour de nombreux Français de toutes classes et religions, un vrai père de famille était l'incarnation du citoyen le plus engagé, le plus attentionné et le plus capable. Parce que la tâche ardue d'élever une famille l'avait formé à une voie supérieure, un père était simplement un meilleur citoyen, plus apte à gouverner les autres et à légiférer pour la nation que tout autre homme moins accompli. L'ensemble de ces attributs a fait du père de famille un protagoniste central dans la lutte contre ce qui était perçu comme une dégénérescence alarmante de la France d'après-guerre. Pour beaucoup d'acteurs sociaux et politiques, il est ainsi devenu une figure incontournable des espoirs de renouveau de la nation (Childers, 2001).

Approches Socio-Historiques De La Paternite Dans La Perspective Bresilienne

Dans les royaumes de l'ancienne "Côte des esclaves", en Afrique de l'Ouest, d'où partaient la plupart des esclaves arrivés au Brésil entre le XVII^e et le XIX^e siècle, le père et le grand-père étaient essentiels dans la structuration des familles, dans la vie sociale et politique de différentes lignées et pratiques religieuses, fondées, en règle générale, sur le respect des personnes âgées et sur la relation mystique avec les ancêtres. De l'autre côté de l'atlantique, les captifs qui ont survécu au passage dévastateur des navires négriers ont trouvé au Brésil un autre type de société profondément patriarcal, fondé sur des valeurs européennes adaptées à la réalité des tropiques (Vieira 2014).

Selon Laitano (2020), dans cette nouvelle réalité et dans un environnement structuré socialement et économiquement sur la base de l'esclavage, les hommes blancs exerçaient un pouvoir absolu sur la famille et l'esclavage, tandis que les hommes noirs asservis étaient privés non seulement de liberté, mais aussi du droit d'exercer la paternité et le culte de vos ancêtres. Pour les esclaves, la paternité était réduite au sens purement biologique de la fonction. Les hommes forts et en bonne santé étaient censés procréer avec des femmes esclaves, générant ainsi de nouvelles marchandises-hommes, mais sans s'accrocher à leurs enfants ni leur transmettre aucune valeur ou tradition. Le père de l'esclave, en règle générale, n'avait pas de nom ni de lignée, à moins qu'il soit un homme libre qui avait eu des relations et des enfants avec un esclave.

L'effacement de la figure du père esclave - ou nouvellement libéré - dans la vie des enfants esclaves, ou affranchis, trouve un écho significatif dans la littérature brésilienne, en particulier à partir du moment où les Noirs et les métis commencent à apparaître comme thèmes et personnages de la fiction. Cette production littéraire reflète, de manière indirecte et souvent ambivalente, les structures sociales héritées de l'esclavage et les rapports de domination qui en découlent. Dans les nouvelles, les pièces de théâtre et les romans du XIX^e siècle, on observe en effet la présence récurrente d'enfants métis issus de relations avec des pères blancs, qu'ils appartiennent aux élites

ou aux classes populaires. Ces figures paternelles sont représentées de manière contrastée : elles peuvent se montrer cruelles ou indifférentes, mais parfois aussi reconnaître et faire baptiser leur progéniture dite illégitime, révélant ainsi les tensions morales et sociales propres à la société brésilienne de l'époque (Laitano, 2020).

D. Pedro, Le « Bon Pere »

Dom Pedro II a été empereur du Brésil entre 1840 et 1889, période au cours de laquelle le pays a connu de profondes transformations. Les principaux événements de son règne ont été la guerre du Paraguay et l'abolition du travail des esclaves. Il a été renversé en novembre 1889 lors d'un coup d'État qui a conduit à la proclamation de la République.

La correspondance privée de Dom Pedro I^{er}, conservée et publiée dans des recueils de lettres et de documents personnels, témoigne d'une relation affective marquée avec ses enfants. Dans une lettre adressée à ses fils et filles, il écrit notamment : « Mon cher fils et mes filles bien-aimées [...] inutile de dire que je vous aime beaucoup et que vous me manquez tous beaucoup » ou encore « Mon fils bien-aimé et mes filles adorées, recevez la bénédiction de votre père qui vous aime de tout son cœur » (Del Priore, 2013).

À la lecture de ces sources, il est difficile d'associer cette voix paternelle empreinte d'affection à l'image publique de Dom Pedro I^{er}, souvent décrite comme celle d'un homme aux nombreuses relations amoureuses et d'un acteur politique central des bouleversements du début du XIX^e siècle. Ses lettres, rédigées après son abdication du trône en 1831 et son départ pour le Portugal, révèlent l'émergence de nouvelles sensibilités et de logiques renouvelées dans les relations entre parents et enfants. Le sentiment de ce que l'on désigne alors comme la « paternité », entendue comme l'état ou la qualité d'être père, s'inscrit ainsi durablement dans la première moitié du XIX^e siècle.

Éduquer, punir, transmettre des valeurs et résoudre les difficultés de la vie familiale constituaient traditionnellement les principales attentes associées à la figure du « bon père ». Toutefois, ces fonctions normatives coexistaient avec une

dimension affective, perceptible dans certaines pratiques et représentations de la paternité, qui autorisaient l'expression d'émotions telles que la joie, l'attachement ou la souffrance.

Les sources historiques indiquent que Dom Pedro I^{er} a participé activement aux rites religieux marquant la naissance de ses enfants, tant avec l'impératrice Leopoldina qu'avec sa compagne Domitila, marquise de Santos. Ces cérémonies baptismales, célébrées avec un certain appareil, revêtaient une forte portée symbolique. Ainsi, le baptême de Dom Pedro II a été célébré en décembre 1825 dans l'église de Nossa Senhora do Outeiro da Glória. À cette occasion, son père a composé un *Te Deum*, hymne liturgique de louange et d'action de grâce traditionnellement utilisé lors d'événements solennels. De même, Isabel, future duchesse de Goiás, a reçu le baptême en mai 1824 dans l'église de São Francisco Xavier do Engenho Velho.

Absent, il ne manquait jamais de se manifester lors de ses anniversaires. "Notre Belinha" (diminutif d'Isabel), comme on l'appelait la fille aînée avec Domitila, a remporté le titre de duchesse, une fête avec souper, et le droit d'être appelée "Votre Altesse", lors d'un de ses anniversaires. Même de retour au Portugal, D. Pedro écrit aux enfants qu'il laisse au Brésil.

Dom Pedro I^{er} a souvent été décrit comme un « bon père » dans la littérature biographique consacrée à la famille impériale brésilienne, notamment dans les travaux de l'historienne Mary Del Priore. Selon cette auteure, les pratiques et les représentations de la paternité connaissent, au cours du XIX^e siècle, une transformation progressive, marquée par le passage d'un modèle fondé sur l'autorité et la discipline à une conception valorisant davantage l'affection et l'attention portée aux enfants. Dans ce contexte, le jeune empereur s'inscrit dans un mouvement plus large de redéfinition des liens familiaux. Alors que, sous l'Ancien Régime, les relations entre parents et enfants étaient fréquemment caractérisées par la distance et la rigueur, le XIX^e siècle voit émerger une sensibilité nouvelle, dans laquelle les liens d'affection et de soin occupent une place croissante. La paternité ne se définit plus exclusivement par le sang ou la lignée, mais tend à se consolider à partir d'un engagement volontaire et

affectif, conférant à l'homme un rôle central dans le bien-être moral et émotionnel de la famille (Del Priore, 2013).

La conception de la paternité a connu des transformations progressives au cours de l'histoire, notamment entre le XIX^e siècle et la seconde moitié du XX^e siècle. Après les recompositions familiales observées au XIX^e siècle, de nouvelles mutations s'opèrent à partir des années 1970. Selon Vieira (2014), cette période est marquée par l'essor d'un nouveau modèle économique industriel, la consolidation des mouvements féministes, la remise en question des inégalités de genre, le développement des méthodes contraceptives et l'augmentation significative de la féminisation du marché du travail. L'ensemble de ces transformations sociales a contribué à renforcer l'attente d'une implication accrue des parents, et en particulier des pères, dans la vie et l'éducation des enfants.

Insérées de manière croissante dans le monde du travail, les femmes ne se consacrent plus exclusivement au foyer et à la famille. Parallèlement, les hommes commencent à investir davantage l'espace domestique, en s'impliquant plus activement dans la garde des enfants et dans les tâches ménagères, redéfinissant ainsi les rôles parentaux traditionnels (Vieira, 2014).

J. H. Pleck et E. H. Pleck (1997) décrivent un nouveau terme pour le modèle de paternité, qui a comme marque centrale la répartition des responsabilités pour l'éducation des enfants, est celui de père coparental. Le père coparental des années 1970 devait s'impliquer auprès des enfants, aider la mère dans les soins physiques et l'éducation des enfants au quotidien, sans stéréotypes de genre, et participer au développement de l'enfant, de la naissance à l'âge adulte.

Historiquement, l'exercice de la paternité passe par une période de transition, dans laquelle, d'une part, on reconnaît l'importance de la figure paternelle pour le développement de l'enfant et la nécessité pour le père de participer activement aux soins des enfants, et d'autre part, des aspects des rôles parentaux traditionnels sont toujours maintenus, dans la mesure où le père est caractérisé comme l'aidant de la mère, lui confiant la

responsabilité majoritaire de l'éducation et soins des enfants (Vieira 2014).

La Paternite Actuelle : Themes Et Possibilites

Dans les sociétés contemporaines, les représentations de la paternité tendent à s'éloigner des modèles fondés sur un autoritarisme strict. Les formes de régulation familiale reposant sur la contrainte, les cris ou les ordres apparaissent de plus en plus disqualifiées dans les discours sociaux dominants, au profit de conceptions valorisant l'accompagnement, la responsabilité et l'engagement affectif des pères auprès de leurs enfants. La question de savoir « ce qu'est un père » demeure ainsi ouverte et historiquement située. Elle renvoie à des constructions sociales et culturelles variables selon les contextes et les périodes. Comme le souligne Del Priore (2013), il n'existe pas une paternité unique ou naturelle, mais une pluralité de formes de paternité et, plus largement, de parentalité. Chaque système social définit la fonction paternelle à travers des normes, des pratiques et des rites spécifiques, qui lui confèrent une signification symbolique particulière. Cette culturalité de la paternité se construit dans la durée, à travers des ruptures et des permanences, articulant des valeurs nouvelles à des héritages traditionnels.

a) La représentation de la paternité

Dans les sociétés contemporaines, la légitimité de la figure paternelle ne repose plus sur des droits symboliques ou juridiques automatiquement reconnus, mais tend à se construire à travers des pratiques sociales, relationnelles et culturelles. La question des liens entre paternité et pouvoir demeure toutefois centrale, dans la mesure où les rôles et les fonctions attribués aux pères continuent d'être traversés par des rapports de genre et des normes sociales historiquement situées. Dans ce contexte, les rôles et les fonctions du père peuvent être analysés comme des constructions culturelles différenciées, variables selon les cadres sociaux, institutionnels et symboliques dans lesquels s'inscrit l'exercice de la paternité.

La question du père, de sa place, de son rôle dans la famille contemporaine est devenue un axe de réflexion important dans notre société. Cependant, la tension demeure entre la célébration des « nouveaux parents » (participatifs, bienveillants, dévoués, sensibles, etc.) et les craintes d'un affaiblissement – voire d'une perte – du lien paternel par rapport au lien maternel. Ainsi, on comprend l'importance des politiques publiques qui protègent, promeuvent et préservent le lien auquel tout enfant a droit avec ses deux parents, même lorsque le lien conjugal prend fin. Le défi consiste à encourager les parents à investir dans leur famille, à mieux équilibrer les rôles des parents avec leurs enfants, ce qui est entendu comme un rôle important dans les domaines de la santé et de l'éducation.

Certaines recherches récentes soulignent que les analyses de la paternité tendent parfois à accorder une attention insuffisante aux effets des inégalités sociales, économiques et culturelles, ainsi qu'aux contraintes multiples qui pèsent sur l'exercice du rôle paternel dans les sociétés contemporaines. Ces travaux mettent en évidence que les attentes sociales à l'égard des pères s'inscrivent dans des contextes marqués par des rapports de classe, des conditions de travail et des cadres institutionnels différenciés (St-Denis, 2010).

Dans cette perspective, plusieurs auteurs insistent sur l'importance des dispositifs de soutien institutionnel, tels que les politiques familiales, sociales et culturelles, pour favoriser l'implication des pères auprès de leurs enfants. L'enjeu ne réside pas dans une évaluation normative des relations familiales, mais dans la création de conditions sociales permettant aux pères d'exercer leur rôle parental de manière compatible avec les contraintes professionnelles, économiques et sociales qui structurent leur quotidien (St-Denis, 2010 ; Dos Santos, 2022).

b) Les soins paternels et maternels

La croyance que les principales fonctions de soins, d'affection, etc. vis-à-vis des enfants, sont celles de la mère, car elle a engendré et porté l'enfant dans son ventre pendant 9 mois. En revisitant les données historiques du XIX^e au XXI^e siècle,

nous avons une vision de la façon dont la conception de la mère et de ses valeurs s'est transformée et comment cette transformation se poursuit, en conséquence de la plus grande participation des femmes au marché du travail (Tourinho, 2006 ; Nunes *et al.*, 2021).

Cette croyance et transformation se propage de génération en génération dans de nombreuses familles et, pour cette raison, dans de nombreux cas, elle fait croire au père qu'il n'y a pas de "façon pour cela", exemptant son rôle paternel, surtout lorsqu'il est lié à l'affection, aux soins, etc. Il est entendu que la participation et les figures du père et de la mère sont également essentielles pour que l'enfant évolue avec la santé mentale et physique. Même si les premiers contacts se font avec la mère, les parents ne doivent plus être perçus comme cette figure distante et autoritaire. On sait que toutes les familles n'offrent pas un soutien et un environnement sains pour que les enfants évoluent. Dans le déséquilibre du monde adulte et de la société moderne, certains parents (père et mère) laissent des traces néfastes sur les enfants (Castelain-Meunier 1997; Dos Santos 2022).

Quand un père s'engage à participer au progrès de sa famille, il n'a aucune responsabilité, car démystifier l'histoire et la culture que l'homme seul a l'obligation de subvenir aux besoins de sa famille et, seule la femme, doit participer à une éducation et vouer de l'affection à les enfants.

Considerations finales

Comme développé tout au long de cet article, l'approche comparative adoptée vise à mettre en évidence des spécificités culturelles et historiques dans la construction de la paternité en France et au Brésil, sans établir de hiérarchie normative entre ces contextes. En France, la paternité s'est historiquement constituée en étroite articulation avec les débats politiques, juridiques et démographiques, notamment à travers la mobilisation de la figure du père dans les discours sur la citoyenneté, l'État-providence et le renouveau national. Au Brésil, en revanche, la construction de la paternité est profondément marquée par l'héritage de l'esclavage, les hiérarchies raciales et sociales, ainsi que par des

formes d'effacement ou de fragilisation de la fonction paternelle dans certains contextes historiques.

Ces trajectoires distinctes montrent que, dans les deux pays, la paternité constitue une réalité socialement construite, façonnée par des contextes politiques, économiques et culturels spécifiques. Elle exerce une influence déterminante tant sur la sphère privée et familiale que sur les dynamiques sociales et politiques plus larges, révélant ainsi le caractère profondément historique et relationnel de la fonction paternelle.

La paternité a gagné du terrain et de l'importance dans les études scientifiques dans plusieurs domaines de la connaissance, les pères étant considérés comme importants pour le développement de leurs enfants ainsi que pour les relations familiales et conjugales.

Bien que l'évolution de la vie familiale ait suscité des réflexions sur le sujet de la paternité, il s'agit d'un sujet moins étudié que la maternité. Par conséquent, il est jugé pertinent de comprendre les expériences et les sentiments d'être un père aujourd'hui. Les changements dans les configurations familiales, découlant des exigences sociales et contemporaines actuelles, ont suscité un plus grand intérêt de la part de la société quant à l'importance de la figure paternelle dans le contexte familial.

Ainsi, il est important que la recherche suive cette demande, en collaborant avec de nouvelles études qui permettent de comprendre la pertinence des changements dans les relations parentales et leur impact sur la famille et la société.

Références bibliographiques

BESSAoud-ALONSO, Patricia, and Juliette Clément. 2020. « Les pères analyseurs de l'institution familiale contemporaine? » **Nouvelle revue de psychosociologie** 30.2 : 83-96. DOI : 10.3917/nrp.030.0083. (consulté le 04 août 2023).

BIDART, Claire. 2006. « Les temps de la vie et les cheminements vers l'âge adulte » **Lien social et Politiques** 54 : 51-63. DOI <https://doi.org/10.7202/012859ar> (consulté le 04 août 2023).

BOFF, Leonardo. 2018. **Interpretación feminista del relato de la creación**. Editora : Atrio.

CASTELAIN-MEUNIER, Christine. 1997. **La paternité**. Paris : Presses universitaires de France.

CHILDERS, Kristen Stromberg. 2001. « Paternity and the politics of citizenship in interwar France.» **Journal of Family History** 26.1: 90-111. DOI : <https://doi.org/10.1177/036319900102600105> (consulté le 28 février 2023).

PRIORE, Maria del. 2013. **Pais de ontem: transformações da paternidade no século XIX**. São Paulo : Editora Unesp.

DELUMEAU, Jean. 1990. **Histoire des pères et de la paternité**. Larousse.

DOS SANTOS, Priscila Alves, et al. 2022. « A paternidade na contemporaneidade: uma revisão integrativa » **Research, Society and Development** 11.3 Disponible sur : e54111326824-e54111326824. (consulté le 14 février 2023).

DUPUIS, Jacques. 1989. **Em nome do pai: uma história da paternidade**. Editora : Martins Fontes.

GREGORY, Abigail & Susan Milner. 2011. « What is “new” about fatherhood? The social construction of fatherhood in France and the UK » **Men and masculinities** 14.5 : 588-606. DOI : <https://doi.org/10.1177/1097184X11412940> (consulté le 10 mars 2023).

LAITANO, Cláudia. 2020. « Pai de todos, pai de ninguém: modelos de paternidade no período abolicionista » **Nau Literária** 1 : 54-71. DOI : <https://doi.org/10.22456/1981-4526.104854> (consulté le 10 juin 2023).

MAUNAYE, Emmanuelle, et al. 2019. « Le domicile familial comme ressource? Expériences de recohobitation dans les transitions vers l'âge adulte » **Revue française des affaires sociales** 2 : 143-166. DOI : 10.3917/rfas.192.0143 (consulté le 04 février 2023).

HELENO PEREIRA, Nunes et al.. 2021. « **Reflections on paternity: a socio-historical**

analysis»Disponiblesur:<https://periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/1085> (consulté le 17 septembre 2023).

PLECK, Elizabeth & Joseph Pleck.1997. « Fatherhood ideals in the United States: Historical dimensions » **The role of the father in child development** 3 : 33-48. Disponiblesur :https://www.researchgate.net/publication/232583740_Fatherhood_ideals_in_the_United_States_Historical_dimensions (consulté le 10 février 2023).

QUINE, Maria Sophia. 1996. « **Fathers of the Nation: French Pronatalism during the Third Republic** » In Population Politics in Twentieth-Century Europe. New York : Routledge.

ROBERTS, Mary Louise. 1994. « **Civilization without sexes: reconstructing gender in postwar France, 1917-1927** ». University of Chicago Press.

SAINT-MARTIN, Lori. 2011. « **Penser la paternité In : Au-delà du nom : La question du père dans la littérature québécoise actuelle** ». Montréal : Presses de l'Université de Montréal, 2010. In Des Rivières, Marie-José. Les Presses de l'Université de Montréal, 2010, 428 p. « **Recherches féministes** » 24.1 : 205-208.

ST-DENIS, Josée, and Nérée St-Amand. 2010. "Les pères dans l'histoire: un rôle en évolution." **Reflets** 16.1 : 32-61. DOI : <https://doi.org/10.7202/044441ar> (consulté le 22 février 2023).

SOUZA, Carmen Lúcia Carvalho de, Silvia Pereira da Cruz Benetti. 2009. « Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007 ». **Paidéia (Ribeirão Preto)** 19 : 97-106. DOI : <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2009000100012> (consulté le 14 avril 2023).

TALMY, Robert. « **Histoire du mouvement familial en France** ». Paris : Union nationale des caisses d'allocations familiales. Paris, 1962.

TOURINHO, Julia Gama. 2006. "A mãe perfeita: idealização e realidade." **IGT na Rede ISSN 1807-2526** 3.5.

<http://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/12>
(consulté le 14 mai 2023).

WEBER, Eugen Joseph. **The hollow years: France in the 1930s**. Norton & Company, 1996.

VERJUS, Anne. 2013. «La paternité au fil de l'histoire». **Informations sociales**. 2 : 14-22.
<https://www.cairn.info/revue-informations-sociales-2013-2-page-14.htm> (consulté le 07 septembre 2023).

VIEIRA, Mauro Luís, et al. 2014. « Paternidade no Brasil: revisão sistemática de artigos empíricos». **Arquivos brasileiros de psicologia** 66.2:36-52.
<https://www.redalyc.org/pdf/2290/229031583004.pdf> (consulté le 12 octobre 2023).

Recebido em: 21/12/2023
Aprovado em: 15/12/2025

AS ENTRELINHAS DO LIVRO DIDÁTICO E O
CONTEÚDO DE HISTÓRIA:
A RELAÇÃO ENTRE O PROFESSOR E O LIVRO
DIDÁTICO

BETWEEN THE LINES OF TEXTBOOK AND
HISTORY CONTENT:
THE RELATIONSHIP BETWEEN THE TEACHER
AND THE TEXTBOOK

JOÊMESSON RODRIGUES DE ARAÚJO¹
PPGFPPI da UPE/*Campus* Petrolina

LUCIANO JOSÉ VIANNA²
PPGFPPI da UPE/*Campus* Petrolina

Resumo: Esse artigo tem como objetivo refletir sobre o livro **Abstract:** The aim of this article is to reflect on the textbook in the

¹ Graduado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE)/campus Petrolina. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPI) da UPE/campus Petrolina. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2538-1336>. E-mail: joemesson.rodriguesaraujo@upe.br.

² Professor Associado / Livre Docente da Universidade de Pernambuco (UPE)/campus Petrolina. Doutor em Cultures en contacte a la Mediterrània pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Professor de História Medieval do Colegiado de História da UPE/campus Petrolina. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPI) da UPE/campus Petrolina. Coordenador do Spatio Serti - Grupo de Estudos e Pesquisa em Medievalística. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7355-7609> E-mail: luciano.vianna@upe.br.

didático no contexto brasileiro. Para isso, refletimos sobre o livro didático no Brasil, a legislação sobre o livro didático, o livro didático como mercadoria e a relação entre o professor e o livro didático. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com base nas propostas de Prodanov e Freitas (2013), a partir da utilização de autores como Chartier (1996), Freire (1996), Bittencourt (2002; 2008), Choppin (2004), Guimarães (1994, 2012), Lima (2021), Luca (2009), Luca e Miranda (2004) e Fernandes e Moraes (2007). Por fim, objetivamos contribuir no debate sobre o livro didático a partir de questões imprescindíveis sobre este poliédrico objeto, principalmente em relação ao conteúdo de História.

Brazilian scenery. For this, we reflect on the textbook in Brazil, the legislation on the textbook, the textbook as merchandise, and the relationship between the teacher and the textbook. The methodology used was the bibliographical research through Prodanov and Freitas (2013), from the utilization of authors as Chartier (1996), Freire (1996), Bittencourt (2002; 2008), Choppin (2004), Guimarães (1994, 2012), Lima (2021), Luca (2009), Luca and Miranda (2004), and Fernandes and Moraes (2007). In this way, we aim to contribute to the debate about the textbook from important questions about this polyhedral object, mainly in relationship with the content of History.

Palavras-chave: Livro didático de História; Políticas públicas; Professor.

Keyword: Textbook of History; Public Politics; Teacher.

Introdução

Um olhar panorâmico em teses e dissertações (Martins, 2000; Munakata, 1997), em coletâneas específicas (Abud, 1984; Bittencourt, 2004; Fonseca, 2003; Franco, 2014; Schmidt; Cainelli, 2004; Vesentini, 1984), em periódicos especializados (Miranda; Luca, 2004) e em eventos da área permite afirmar que o livro didático de História ocupa lugar de destaque nas abordagens dos pesquisadores. Articulando a tríade ensino de História, História e educação, os referidos debates trazem temáticas amplas e complexas, como: a inserção do livro didático

no mercado editorial, bem como os desdobramentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) na sua elaboração; o livro didático como mercadoria e objeto cultural; a produção do saber histórico escolar presente no livro didático; o livro didático em seus vieses de produção/divulgação do conhecimento histórico, entre outros. Todavia, se o livro didático como objeto de reflexão é facilmente perceptível nas abordagens acadêmicas, o movimento que propiciou tal status merece ser problematizado. Sabe-se de um lugar menor ou mesmo menosprezado em frente aos “grandes temas”, sua inserção como fonte de pesquisa consolidou-se fortemente. E ao considerar que são as demandas sociais que delineiam as proposições temáticas e investigativas, a referida circunstância não pode ser menosprezada (Cardoso, 2020, p. 283).

De acordo com o fragmento de Cardoso apresentado acima, podemos observar que os estudos sobre o livro didático acontecem em um cenário consolidado e de destaque nas pesquisas acadêmicas realizadas atualmente. Voltando a atenção para um cenário escolar, em um mundo cada vez mais digital e conectado, o livro didático permanece como principal instrumento de trabalho e auxílio de professores e alunos no ensino básico no chão das escolas públicas do Brasil. Esse fenômeno deriva de inúmeros problemas vinculados à educação no país, como, por exemplo, o baixo investimento em aparelhos tecnológicos e a qualidade do acesso à internet nas escolas públicas. Entretanto, o livro didático, por sua vez, não depende de energia elétrica e de internet para ser utilizado. Além disso, é de fácil manuseio, facilitando aos alunos realizar o seu transporte de casa para a escola e da escola para casa diariamente (Choppin, 2004).

Nesse contexto, e mediante as condições político-sociais do país, a análise sobre o livro didático continua sendo válida, especialmente porque, muitas vezes, este é o único recurso disponível para professores e alunos durante todo o ano letivo, sobretudo nas regiões mais isoladas do país. Além disso, o livro desempenha diversos papéis em sala de aula, pois auxilia com o conteúdo, orienta quanto às atividades e as práticas pedagógicas

e direciona o currículo escolar e os processos de ensino e aprendizagem (Bittencourt, 2008).

Para Circe Bittencourt, os livros didáticos percorrem um longo caminho entre a produção e o cenário escolar, até chegar às mãos dos alunos (Bittencourt, 2008). Sendo o livro didático um instrumento tão importante para o atual sistema de ensino brasileiro, faz-se necessário um processo constante de análise do seu conteúdo por parte dos professores, observando-o sempre a partir de um viés crítico visando o objetivo final que se refere ao cenário da formação cidadã escolar. Segundo Selva Guimarães:

A reflexão sobre a construção da cidadania nos espaços escolares implica pensar a formação de professores de história como sujeitos de direitos e deveres, profissionais, cidadãos com postura ética e compromisso social e político com a educação (Guimarães, 2016, p. 80).

Neste sentido, este artigo busca fazer uma reflexão sobre as “entrelinhas” que circundam os livros didáticos ao longo de sua História, considerando, principalmente, a importância deste objeto na formação dos alunos em seu momento de formação cidadã escolar. Nosso objetivo consiste em realizar uma breve análise sobre o livro didático com base nos seguintes aspectos: a) apresentar um breve histórico sobre o livro didático no Brasil, b) analisar a legislação do livro didático; c) problematizar a abordagem do livro didático como mercadoria e d) abordar a relação entre o professor e o livro didático. Dessa forma, a partir de uma metodologia voltada para a pesquisa bibliográfica com base nas propostas de Prodanov e Freitas (2013, p. 54), foram analisados diversos autores e autoras que trabalharam em suas pesquisas com este objeto, tais como Chartier (1996), Freire (1996), Bittencourt (2002; 2008), Choppin (2004), Guimarães (1994, 2012), Luca (2009), Luca e Miranda (2004) e Fernandes e Moraes (2007).

Um breve baminho sobre a História do livro didático no Brasil

O livro didático continua sendo uns dos principais instrumentos de trabalho e auxílio docente no ensino fundamental e médio nas escolas públicas e privadas no Brasil. Sendo muitas vezes o único material trabalhado durante todo o ano letivo, este objeto apresenta diversos papéis em sala de aula ao auxiliar com o conteúdo, orientar quanto às atividades e as práticas pedagógicas e direcionar o currículo escolar e os processos de ensino e aprendizagem. Assim, o livro didático pode “[...] conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e de formas de avaliação do conteúdo escolar” (Bittencourt, 2008, p. 302).

O processo de ensino/aprendizagem demanda por materiais didáticos que deem suporte ao professor. Desse modo, os primeiros manuais didáticos utilizados no século XVI no território que posteriormente seria denominado Brasil foram apresentados durante o processo de catequese. Esses materiais, por sua vez, estavam ligados às práticas e aos dogmas da igreja católica (Conceição, 2017).

É importante ressaltar que, embora os materiais didáticos estejam presentes desde o início do contexto histórico brasileiro, o formato do livro didático atual é fruto do Estado Novo com o governo do então presidente Getúlio Vargas (1930-1945), quando surgiram necessidades em educar os trabalhadores para o mercado de trabalho no país em processo de industrialização. Nesse contexto, foram criadas comissões que buscavam reformas educacionais necessárias para uniformizar o ensino e a produção de livros didáticos (Luca, 2009).

Assim, o livro didático, como conhecemos hoje, é fruto de diversas demandas públicas e sociais. Na atualidade, a ampla distribuição desse produto escolar é garantida pela política pública do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), o qual tem a função de avaliar e regulamentar os manuais escolares e, além disso, determinar quais livros didáticos serão distribuídos e utilizados nas instituições públicas.

O PNLD, por sua vez, deriva da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), criada através do Decreto-Lei n.º 1.006, de 30 de dezembro de 1938, o qual, dentre seus 40 artigos, estipulava, conforme Tânia Regina de Luca afirma “[...] que, a

partir de 1^a de janeiro de 1940, livros sem autorização do ministério não poderiam ser utilizados nas escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias de toda a República” (Luca, 2009, p. 167). Essa determinação deu o início a um processo de normatização da produção dos livros didáticos no Brasil.

Em relação a este assunto, Silva propõe que o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), estabelecido em 1966, é considerado como o divisor de águas na edição e produção dos livros didáticos em grande escala para atender a demanda escolar em número de alunos (Silva, 1998). Neste sentido, de acordo Tânia Regina de Luca e Sonia Regina Miranda:

Sob o período militar, a questão da compra e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento específico do poder público em contextos diferenciados – 1966, 1971 e 1976, –, todos marcados, porém, pela censura e ausência de liberdades democráticas. De outra parte, esse momento foi marcado pela progressiva ampliação da população escolar, em um movimento de massificação do ensino cujas consequências, sob o ponto de vista da qualidade, acabariam por deixar marcas indeléveis no sistema público de ensino e que persistem como o seu maior desafio (Luca; Miranda, 2004, p. 125).

Ainda segundo Silva, nas décadas de 1970 e 1980 os livros didáticos assumiram um papel muito importante na prática pedagógica do sistema educacional brasileiro. A falta de qualificação profissional dos educadores e a desvalorização do ensino público contribuíram para que o livro didático se tornasse um instrumento de suporte ao professor, capaz de uniformizar e direcionar o currículo escolar (Silva, 1998). Posteriormente, nos anos 90, ocorreram diversas reformas educacionais com intuito de promover alterações nos conteúdos e metodologias de ensino. Além disso, também ocorreu o fato de desenvolver nos professores o senso de responsabilidade e sensibilidade diante das reformas na educação. Assim, o período de redemocratização ascendeu novas discussões sobre a importância e a qualidade do

livro didático como ferramenta de ensino (Santos; Martins, 2011, p. 20).

O PNLD foi criado em 1985, juntamente com as reformas educacionais no período de redemocratização, porém, só passou a vigorar com a função de aquisição e distribuição ampla dos livros didáticos para as escolas públicas a partir de 1995: “Sua criação se insere dentro das discussões iniciadas a partir da abertura política no final do governo militar.” (Luca; Miranda, 2004, p. 125). Com a criação do PNLD e o término da censura militar, os livros didáticos tornaram-se materiais de amplo debate nacional. Nesse contexto, inúmeros pesquisadores e estudiosos começaram a investigar cada vez mais o propósito do órgão público, bem como a qualidade do livro didático que chegava à sala de aula.

Nessa circunstância, Circe Bittencourt explica que:

O livro didático provoca debates no interior da escola, entre educadores, alunos e suas famílias, assim como em encontros acadêmicos, em artigos de jornais, envolvendo autores, editores, autoridades políticas, intelectuais de diversas procedências. As discussões em torno do livro estão vinculadas ainda à produção de livros e também ao papel do Estado como agente de controle e como consumidor dessa produção. No caso brasileiro, os investimentos realizados pelas políticas públicas nos últimos anos transformaram o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) no maior programa de livro didático do mundo. (Bittencourt, 2004, p. 301).

É, portanto, por meio de pesquisas e reflexões sobre o livro didático, que podemos identificar a importância e as relações contraditórias desse instrumento didático que apresenta influência sobre o universo escolar. Para Bittencourt, o livro didático apresenta “múltiplas facetas” (Bittencourt, 2004, p. 301), isto é, o mesmo material didático de auxílio de professores e alunos carrega em si outras finalidades, como a autora explica a seguir:

o livro didático é pesquisado como produto cultural; como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado capitalista; como suporte de conhecimentos e de

métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares; e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais. (Bittencourt, 2004, p. 471).

O livro didático precisa atender a algumas especificidades para se adequar à função de material escolar. Por exemplo, Alain Choppin propõe a análise de algumas características básicas e indispensáveis na construção do livro didático, como a neutralidade do autor, se há erros de composição ou ortografia, se o livro está adequado à realidade do aluno, se o livro tem linguagem apropriada para a série indicada, entre outros. Estas características são avaliadas pelos profissionais do PNLD para aprovação ou reprovação do livro didático. As qualidades físicas e visuais do livro didático também são analisadas, bem como a qualidade do papel das páginas, a capa e as ilustrações (Choppin, 2004).

Essa avaliação acontece em dois momentos durante a seleção das obras pelo PNLD. O primeiro ocorre logo após a inscrição das obras pelas editoras, momento no qual é realizada uma avaliação pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), a fim de verificar se as obras apresentadas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital. A segunda avaliação ocorre após a produção dos livros pelas editoras, quando novamente o IPT coleta amostras e analisa as características físicas dos livros de acordo com especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (BRASIL, 2009).

Para aprovação do livro didático pelo PNLD, ele deve obedecer às normas do programa e do MEC. A organização interna dos livros segue um padrão, sua divisão em partes, capítulos, parágrafos, as diferenciações tipográficas (fonte, corpo de texto, grifos, tipo de papel, bordas, cores, etc.) e suas variações, a distribuição e a disposição espacial dos diversos elementos textuais (Choppin, 2004, p. 559). Estes itens padronizam o livro didático e determinam sua condição como material escolar. Para Choppin, a estrutura do livro didático segue um formato padrão em quase todas as partes do mundo, assim como as práticas educativas, a sala de aula, o quadro, o professor e o livro ainda são a base do ensino em muitos lugares do mundo.

Em países com pouca estrutura econômica ou em desenvolvimento, esse é o retrato comum do dia a dia do ensino e o livro didático desempenha um papel muito importante na educação (Choppin, 2004), principalmente pelo fato de ser um instrumento de formação cidadã escolar.

Outro ponto importante é a indicação do livro, uma vez que, em um primeiro momento, o livro era destinado aos professores. Com o tempo, as editoras e as ações públicas passaram a destinar os livros didáticos para os alunos. Circe Bittencourt afirma que as ilustrações começaram a se tornar uma necessidade, assim como surgiram novos gêneros didáticos, como os livros de leitura e os livros de lições. O livro, por meio de seu conteúdo, mas também de sua forma, apresenta um projeto gráfico, com fotos, imagens, retratos de obras, gráficos, mapas, ilustrações, entre outros. Essa metodologia tem como função chamar a atenção do leitor, provocar a intenção e promover a leitura (Bittencourt, 2004).

Neste sentido, podemos recuperar as palavras de Roger Chartier, observando a temporalidade contextual do livro como objeto e compreendendo-o a partir desta perspectiva:

Pensar que os atos de leitura que dão aos textos significações plurais e móveis situam-se no encontro de maneiras de ler, coletivas ou individuais, herdadas ou inovadoras, íntimas ou públicas e de protocolos de leitura depositados no objeto lido, não somente pelo autor que indica a justa compreensão de seu texto, mas também, pelo impressor que compõe as formas tipográficas, seja com um objetivo explícito, seja inconscientemente, em conformidade com os hábitos de seu tempo (Chartier, 1996, p. 78).

Nesse sentido, o formato do livro didático apresenta um caráter cultural muito importante para o desenvolvimento intelectual e social dos alunos, pois por meio de textos e imagens é possível construir uma identidade ética e social: “As crianças têm necessidade de ver as cenas históricas para compreender a história. É por esta razão que os livros de história que vos apresento estão repletos de imagens” (Bittencourt, 2002, p. 75).

A partir das imagens, também é possível estimular a reflexão sobre o conteúdo e a aprendizagem por associação tende a obter melhores resultados. Circe Bittencourt propõe que é importante ter ilustrações e que o professor deve “fazer os alunos refletirem sobre as imagens que lhes são postas diante dos olhos”. Nesse sentido, cabe ao professor estimular nos alunos “mesmo sem suporte tecnológico, as condições de trabalho e espaço escolar, os problemas que enfrenta a comunidade e o país, elucidando as enormes diferenças sociais, culturais e econômicas pela política vigente” (BITTENCOURT, 2002, p. 89).

A legislação sobre o livro didático

A regulamentação sobre o livro didático tem seu início em 1938, quando entrou na pauta do governo sendo instituído por meio do Decreto-Lei n.º 1.006, de 30/12/38. A CNLD estabelecia a primeira política de legislação para tratar da produção, do controle e da circulação dessas obras. (Luca; Miranda, 2004).

A criação da comissão não foi um ato isolado, antes se articulava a um conjunto de mudanças no campo educacional, iniciadas já em 1931 com a chamada Reforma Francisco Campos, que estabeleceu novas bases para o sistema de ensino do país como um todo, e que teve continuidade com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1942 (Luca, 2009, p. 167-168).

O ano de 1938 foi o ápice das discussões sobre a educação iniciadas no governo do então presidente Getúlio Vargas. Tânia Regina de Luca afirma que “as normas instituídas pela CNLD estavam articuladas diretamente com a visão política do Estado Novo para a educação” (Luca, 2004, p. 170). As práticas políticas desse governo iniciaram um conjunto de ações voltadas para educação com intuito de criar um senso de patriotismo na população. Na Lei Orgânica do Ensino Secundário (Lei 4.244, de 1942), citada por Luca, encontramos nos incisos do artigo 24 as diretrizes para o ensino de História e Geografia e a determinação de que sejam ensinados conteúdos próprios da moral e cívica aos alunos, conforme segue:

§ 1º Para a formação da consciência patriótica, serão com frequência utilizados os estudos históricos e geográficos, devendo, no ensino de história geral e de geografia geral, ser postas em evidência as correlações de uma e outra, respectivamente, com a história do Brasil e a geografia do Brasil.

§ 2º Incluir-se-á nos programas de história do Brasil e de geografia do Brasil dos cursos clássico e científico o estudo dos problemas vitais do país.

§ 3º Formar-se-á a consciência patriótica de modo especial pela fiel execução do serviço cívico próprio do Juventude Brasileira, na conformidade de suas prescrições.

§ 4º A prática do canto orfeônico de sentido patriótico é obrigatória nos estabelecimentos de ensino secundário para todos os alunos de primeiro e de segundo ciclo.

Entre 1938 e 1985 os governantes consolidaram no Brasil as leis sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Nesse período, muitas leis foram criadas para regulamentar a educação brasileira e os materiais didáticos utilizados no processo educativo. É importante ressaltar que esse período foi marcado por diversas ações que iniciaram uma produção e distribuição contínua e massiva de livros didáticos. Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal. A carta magna brasileira em suas leis representa os princípios básicos de liberdade e igualdade, os pilares da democracia. Nesse momento, foi pensado e elaborado um conjunto de leis que valorizavam a educação. Por exemplo, o artigo 205 afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Com a universalização do ensino básico, o desenvolvimento pessoal e social e o preparo para o mercado de trabalho, a constituição de 1988 trouxe muitos avanços para educação. O período de redemocratização fortaleceu a democracia e estimulou novos caminhos para educação. O artigo 206 reforça esses ideais:

Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

VII - Garantia de padrão de qualidade. (Constituição, 1988).

De 1988 até os dias atuais, foram criadas emendas constitucionais para adequar as leis aos governos vigentes. Entretanto, a base constitucional permanece. As leis sobre o livro didático foram instituídas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB), criada em 1996 sobre a lei (LDB n.º 9394/96), orientada pelos princípios, diretrizes e normas estabelecidos na Constituição de 1988. A LDB estabelece como princípios “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”, assim como “o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”. O artigo 26 da LDB 1996 prevê que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (LDB n.º 9394/96).

Os livros didáticos, a partir desse momento, passaram a seguir um padrão comum curricular. O currículo nacional comum fez com que os alunos de todas as regiões brasileiras estudassem conteúdos iguais, ou seja, a História, a Geografia, a Matemática

são as mesmas disciplinas em todo território nacional. Além disso, o artigo 26 deixa as especificidades regionais e locais como função educativa das intuições que convivem nesses espaços. A LDB e o PNLD têm como foco o Ensino Fundamental e Médio público, incluindo as classes de alfabetização infantil, e assegura a gratuidade dos livros didáticos. Consoante as ações do programa “cada aluno tem direito a um exemplar das disciplinas de língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia, que serão estudadas durante o ano letivo”. (Freitas; Rodrigues, 2008, p. 04).

O projeto mais atual do governo brasileiro para educação é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Criada em 2017 e aprovada pelo MEC, tem como objetivo atender às especificidades de cada escola a partir de uma base comum no currículo e conteúdo didático escolar:

A BNCC vai deixar claro, os conhecimentos essenciais aos quais todos os estudantes brasileiros têm o direito de ter acesso e se apropriar durante sua trajetória na Educação Básica, ano a ano, desde o ingresso na Creche até o final do Ensino Médio. Com ela os sistemas educacionais, as escolas e os professores terão um importante instrumento de gestão pedagógica e as famílias poderão participar e acompanhar mais de perto a vida escolar de seus filhos (BRASIL, 2016).

Nesse cenário, a partir da aprovação, os livros didáticos têm que se adequar à BNCC, para poderem ser aprovados e distribuídos em território nacional. A BNCC tem desde seu início enfrentado muitas críticas, principalmente por parte dos profissionais ligados à educação, por exemplo, no CONAPE (Conferência Nacional Popular de Educação), promovido no ano de 2018, com intuito de problematizar as concepções e os desdobramentos da implantação da BNCC. No cenário atual da educação brasileira, vários autores com seus respectivos textos participaram da elaboração do “Caderno que planeja contribuir com o debate no contexto da Conferência Nacional Popular de Educação 2018” (CONAPE, 2018). Segundo Márcia Ângela da S. Aguiar:

Na medida em que o MEC, sob nova administração, delineou sua política, começou a ficar claro que seriam tomadas medidas de políticas que, no limite, apresentam um forte viés privatista favorecendo interesses do mercado. Contudo, no CNE, formou-se um polo de resistência que, mesmo minoritário, tentou fazer um contraponto à verticalização política do MEC e àqueles objetivos que não se enquadram na perspectiva da gestão democrática. Foi nesse contexto que se efetivou o Pedido de Vistas ao Parecer e à Resolução da BNCC para que ficasse o registro histórico dos acontecimentos (Aguiar, 2018, p. 8).

Neste sentido, o historiador e pesquisador Lauri Cericato afirma que:

A BNCC postula dez competências gerais que orientam os currículos das escolas de educação básica do Brasil. São elas: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; senso estético; comunicação; argumentação; cultura digital; autogestão; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação; e autonomia (Cericato, 2018, p. 139).

O autor continua e propõe que a proposta do governo é válida e a BNCC tem o potencial de melhorar as condições do ensino e educação no Brasil. As ações da BNCC em conjunto com a reformulação da formação dos professores podem transformar a educação e mediante ações interdisciplinares, o professor poderia estimular o desenvolvimento dos alunos. Além disso, Cericato defende que “O caminho da interdisciplinaridade mostra-se promissor porque, [...] ela é, também, um processo de formação humana” (Cericato, 2018, p. 141).

Sob uma breve reflexão, é possível perceber que a educação brasileira é marcada por questões complexas, uma vez que existem interesses diversos no processo de legislação e atuação educacional. Além disso, os livros didáticos carregam essa carga confusa de interesses diversos para os alunos.

Neste sentido, o site do FNDE (2014) afirma que:

Os Programas do Livro estão fundamentados em decretos, portarias, resoluções e editais que criam e determinam procedimentos, estabelecem regras e penalidades, como, por

exemplo, o Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os programas de material didático, ou seja, sobre as orientações para processo de execução dos Programas do Livro. Além desse decreto, ainda podemos citar as resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE, que são aprovadas anualmente e que instituem as normas de conduta para processo de execução dos Programas do Livro. (BRASIL, 2014, p. 81).

Nesse contexto, torna-se perceptível a necessidade de uma avaliação constante deste objeto, seja através de estudos, pesquisas ou ações voltadas à fiscalização:

[...] o livro didático, numa perspectiva tradicional, passou a ser questionado, sendo objeto de discussão de historiadores, pedagogos, entre outros estudiosos da educação, que passam a analisá-lo em um sentido mais amplo, percebendo as relações sociais, culturais, econômicas, históricas e pedagógicas que envolvem os conhecimentos que entrelaçam tal publicação. (Lisbôa; Silva; Sousa, 2015, p. 253).

Alain Choppin também reforça essa ideia quando afirma que: “os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas” (Choppin, 2004, p. 69). Nesse sentido, as práticas envolvendo a BNCC e os livros didáticos ainda são objetos de reflexões que necessitam continuidade em termos de estudos acadêmicos e escolares. Assim, o quadro educacional do livro didático revela diversas conquistas e retrocessos desde sua aprovação em 1938 até os dias atuais.

O livro didático como mercadoria

Até aqui apresentamos as estruturas históricas que constituíram o livro didático, sua importância e influência no ensino escolar. Nesse cenário, para Circe Bitencourt, o livro didático possui “diversas facetas”, dentre elas o caráter de produto mercadológico, pois todos os anos o mercado editorial se desdobra para produzir livros didáticos mais atraentes

(Bittencourt, 2004). A estrutura de mercado segue uma demanda externa, ou seja, uma necessidade de atender aos anseios dos grupos consumidores. Nesse cenário, as editoras dos livros didáticos tornam-se empresas consolidadas em atender as demandas governamentais para obtenção de lucro com a educação:

O livro didático torna-se uma das mercadorias mais vendidas no campo da indústria editorial. Daí a preocupação do Estado e das editoras em publicar os livros que estivessem em perfeita sintonia com os programas curriculares [...]. (Guimarães, 1994, p. 139).

“O livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado” (Bittencourt, 2002, p. 71). Como mercadoria, ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Durante a sua elaboração, o livro didático necessita de vários profissionais, editores, técnicos, programadores visuais, ilustradores, entre outros. Além disso, é importante ressaltar que o livro didático como objeto da indústria tem uma estrutura própria, padronizada. Essa estrutura é comum entre todas as editoras. (Bittencourt, 2002).

De acordo com Fernandes e Moraes, os materiais didáticos são recursos educacionais importantes, principalmente “quando se trata de livros didáticos, a importância de pensar seus conteúdos cresce vertiginosamente, pois muitas vezes ele será o único livro que a criança tem em casa.” (2007, p. 143). Nesse contexto, os autores apontam a existência de termos, contextos históricos e ideias contraditórias presentes nos conteúdos didáticos e que são fruto de uma “tradição”, ou seja, forma antiga de elaborar história, que não condiz com a realidade dos povos latino-americanos.

Nesse contexto, Circe Bittencourt (2002), propõe que a “tradição” no formato de produzir os livros podem oferecer vantagens e desvantagens, sendo que, de acordo com Fernandes e Moraes:

Quando falamos em tradição, é preciso levar em consideração que as ideias seguem um fluxo ininterrupto de mudanças, apropriações e significações. Do século XIX aos dias de hoje, o cientificismo ganhou novas roupagens, novas cores e adereços, distanciando-se de seu ideal imperialista para adquirir tons de defesa da pluralidade. De qualquer forma, a boa intenção carrega uma série de preconceitos [...]. (Fernandes; Moraes, 2007, p. 147).

Nesse cenário, o livro didático que os autores apresentam está sujeito também ao “mercado”, a tradição ou ao padrão no formato de produzir os livros didáticos vinculados às demandas atuais. Nesse sentido, houve um aumento significativo de materiais didáticos ofertados no ensino público, fato que aumentou a oferta de materiais por quase todo país, processo ainda em andamento na atualidade. O problema nesse cenário é a qualidade da oferta, ou seja, o aumento do número de escolas, livros e pessoas inclusas no ensino não promoveu necessariamente um ensino crítico e qualitativo (Guimarães, 1994).

Neste sentido, de acordo com Selva Guimarães (1994), a grande produção editorial no Brasil, principalmente de livros didáticos, não significou a democratização do saber, pelo contrário, o consumo em massa de livros didáticos não contribuiu para a compreensão crítica entre os alunos, pois este material tornou-se um “veículo” de difusão de conteúdo simples, que reproduzia a memória oficial, por sua vez, excludente (Guimarães, 1994).

Selva Guimarães também discute sobre as questões relacionadas à organização e produção do livro didático de História utilizado nas escolas. Para ela, a História utilizada no livro didático não favorece o debate e a criticidade. O projeto de simplificação no conteúdo histórico exclui a reflexão sobre as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais e, além disso, cria padrões de sociedade (Guimarães, 1994).

Os grandes fatos que marcaram a vida da sociedade são consumidos e consagrados como a História. Entretanto, estas representações transmitidas simplificadaamente trazem consigo a

marca da exclusão. O processo de excluir inicia-se no social, onde “alguns atos” são escolhidos e “outros” não, de acordo com os critérios políticos. Na academia o trabalho do historiador pode tanto excluir, como recuperar, resgatar excluídos. Através do livro didático, os excluídos não aparecem. Perdem o direito à história (Guimarães, 1994, p. 142).

Em um país como o Brasil, com inúmeras diversidades regionais e locais, é notável a importância do livro didático como material decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares e a escola. Devido a sua importância social, o livro didático deve conter assuntos que estimulem o diálogo e a criticidade, que contribua com a comunidade, com a melhoria do ensino. De acordo com Fernandes e Moraes: “A maneira que escolhemos para contar nosso passado pode dizer muito sobre nosso presente. O resgate dos acontecimentos tem como objetivo legitimar ou explicar o momento, a situação e as sensações presentes.” (2007, p. 155). Nesse sentido, a reflexão sobre os estudos sobre o livro didático deve ocorrer de forma constante em termos de pesquisa para que sempre se mantenha um olhar crítico sobre este objeto de estudo, ou seja, um objeto de formação cidadã:

O livro não pode ser considerado como um instrumento de informações prontas, onde o educando reproduza apenas pensamentos e respostas elaboradas, a partir de conhecimentos simplificados apresentados pelos mesmos, que nem sempre estão conectados à realidade da comunidade em que o aluno está inserido. (Bittencourt, 2002, p. 75).

O PNLD foi criado com o intuito de transformar a educação brasileira. Sua proposta era de produzir livros didáticos com qualidade, que atendessem à educação e criassem condições de igualdade e qualidade no ensino público. No entanto, o cenário descrito pelos autores apresentados até aqui demonstra que o livro didático apresenta diversos problemas estruturais. Para Fernandes e Moraes, “romper com essas tradições, no entanto, poderia causar desconfiança nos professores, que deixariam de consumir tais livros. [...]. Tradições que impedem que se constitua qualquer outro eixo narrativo.” (2007, p. 158). Os

autores continuam e afirmam que, “mesmo assim, qualquer livro. [...] Pode ser usado com muito proveito. Afinal, a aula é do professor e não do livro. E o bom docente é livre, autônomo e procura sempre a melhor maneira de produzir conhecimento” (FERNANDES; MORAIS, 2007, p. 158).

A relação entre o professor e o livro didático

O livro didático se tornou nos últimos anos um dos materiais escolares mais analisados, de modo que muitos pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento pesquisam as diversas faces do livro didático (Bittencourt, 2008), dentre elas, a relação entre o professor e o livro didático. Nesse cenário, é possível ressaltar inúmeras críticas à utilização “única” dos livros didáticos pelos professores em sala de aula, pois muitas vezes o livro didático assume o papel do professor quanto à organização e funcionamento do ensino e isso se torna cômodo para o docente que apenas reproduz o que está no livro. Porém, a questão é que o livro didático pode apresentar diversos problemas estruturais e processuais.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), “o trabalho do professor consiste em introduzir o aluno na leitura das diversas fontes de informação, para que adquira, pouco a pouco, autonomia intelectual” (BRASIL, 1997, p. 49). Assim, o ato de ensinar requer do professor as ações de pesquisa, análise e organização do material didático a ser utilizado em sala de aula. Nesse cenário, e diante dos problemas apresentados pelo livro didático, sua utilização exclusiva pode trazer prejuízos à educação. Segundo Bittencourt:

Uma concepção mais ampla e atual parte do princípio de que “os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina” (Bittencourt, 2008, p. 296).

Refletindo a partir da colocação de Bittencourt, a proposta seria criar uma relação mediadora entre o professor e o livro didático. O professor, principalmente após as ideias de Paulo

Freire no livro *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1996), deve ocupar o lugar de orientador, mediador e organizador do conhecimento construído com os alunos. Com uma postura democrática, segundo Freire, o docente deve construir um espaço democrático no ensino, sempre crítico com a realidade do país, da cidade e do local em que estudam e vivem os alunos (Freire, 1996). Para isso, é necessário apresentar uma proposta de utilização deste objeto de forma global, auxiliando sempre no processo de ensino aprendizagem, inserindo-o em um cenário mais amplo em termos de possibilidades didáticas. De acordo com Selva Guimarães:

Submetido à leitura crítica, com a ajuda interpretativa do professor e colocado em diálogo com outras fontes de estudo – acervos de museus e arquivos, livros não didáticos, produção literária e artística, por exemplo –, ele pode contribuir de modo significativo para a aprendizagem da História (Guimarães, 2012, p. 106).

Nesse contexto, a relação entre professor e livro didático deve obedecer ao senso crítico do professor: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (Freire, 1996, p. 12). Uma vez que os livros didáticos apresentam tais questões, cabe aos professores a utilização desse material com responsabilidade social. De acordo com Douglas Lima, fazendo uma referência a Caimi (2017):

Até a década de 1990, os livros didáticos de história foram comumente criticados por duas vias: a denúncia ao viés ideológico na abordagem de determinados assuntos, com a acusação de que o livro didático assumia o papel de instrumento de poder das classes dominantes e perpetuador do silenciamento das minorias; e o foco nas incongruências entre a produção acadêmica e o conteúdo dos livros didáticos, este sendo marcado por omissões, preconceitos, simplificações em excesso, incorreções, entre outros problemas (Lima, 2021, p. 395).

Outra questão muito discutida entre os autores é a necessidade de atualização do professor diante dos materiais

mediáticos e livros didáticos que se atualizam constantemente. Com o mundo cada vez mais ágil e com informações diversas sob um clique (celular, computador, TV, rádio e a Internet), que informam diariamente as pessoas sobre as mais diversas ações humanas no mundo, notícias diárias se confundem com informação e a informação com o conhecimento e questões são compartilhadas e internalizadas como verdade a todo momento. Sobre este prisma, qual é o papel do professor nesse mundo novo que se apresenta?

O discorrer sobre o livro didático, nos fala de como ele é um objeto efêmero, “que se desatualiza com muita velocidade. Raramente é relido; pouco se retorna a ele para buscar dados ou conservado nas prateleiras de bibliotecas pessoais ou de instituições” (Batista, 1999, p. 529).

Segundo Bitencourt, além da questão de mercado do livro didático, há também o aspecto ideológico de cada governo. Segundo a autora:

Essa característica faz que o Estado esteja sempre presente na existência do livro didático: interfere indiretamente na elaboração dos conteúdos escolares veiculados por ele e posteriormente estabelecem critérios para avaliá-los, seguindo, na maior parte das vezes, os pressupostos dos currículos escolares institucionais. Como os conteúdos propostos pelos currículos são expressos pelos textos didáticos, o livro torna-se um instrumento fundamental na própria constituição dos saberes escolares. (Bittencourt, 2008, p. 301).

O aparato ideológico do livro didático demanda do professor um cuidado maior ao trabalhar conteúdos expostos no livro, principalmente relacionados às disciplinas de História, Filosofia e Sociologia, disciplinas nas quais diversos governos diferentes fizeram interferências distintas. Considerando que a narrativa do livro didático pode ser considerada uma representação de determinado tema e, com isso, representar uma percepção do mundo social, é importante resgatar as palavras de Roger Chartier. Segundo o autor, as percepções do social:

[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (Chartier, 1990, p. 17).

Recuperando as ideias de Silva (1998), os professores em sala de aula são os primeiros a perceber as manobras governamentais para modificar o currículo escolar, e o livro didático insere-se nessa esfera como instrumento ideológico. Nesse sentido, é perceptível a importância do senso crítico do professor enquanto agente mediador de conteúdos. Nesse caso, é necessário ter consciência da responsabilidade social que o professor desempenha no processo educacional e que suas ações reverberam de forma direta no ensino/aprendizagem dos alunos. Para isso, é necessário que o professor se atualize e saiba interagir com as novidades tecnológicas e com a utilização do livro didático, principalmente na inclusão de outros materiais didáticos (fontes) como suporte em sala de aula.

Considerações finais

É possível afirmar que o livro didático permanece como principal instrumento de auxílio para professores e alunos, especialmente em escolas da rede pública e do ensino básico. Esse fenômeno é fruto de políticas públicas implantadas no Brasil décadas atrás até os dias atuais. O que ocorre de forma pontual, são atualizações de leis e normas que vigoram sobre o material didático a depender do governo de turno.

Outro ponto importante é que conforme o governo, o livro didático sofre alterações em seus conteúdos. Isso demonstra que o material didático também pode ser utilizado como instrumento ideológico por grupos ligados ao poder político. Nesse cenário, destacamos o papel do professor como mediador entre os conteúdos didáticos e os alunos, considerando que o livro didático carrega uma carga ideológica que também é um produto de mercado.

Para além, o universo dos livros didático é enorme, no sentido de que cada disciplina apresenta questões próprias. Nesse sentido, nossa ênfase sobre a relação entre este objeto e o professor de História permite refletir sobre a questão de que os livros didáticos ainda apresentam problemas pontuais em relação a este componente curricular, problemas estes que precisam ser sanados, pois esse material ainda é um instrumento significativo para o ensino/aprendizagem dos alunos. Desse modo, teses, dissertações, livros e artigos sobre o livro didático podem contribuir no processo de desenvolvimento qualitativo desse suporte didático utilizado diariamente por professores e alunos na rede pública brasileira.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Márcia Ângela da S. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. In: AGUIAR, Márcia Ângela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018, p. 8-22. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2023.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 1999, p. 529-575.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber Histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em foco: história, produção e memória do livro didático. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3. p. 471-473, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. **Caderno de Estudos do Curso Programas do Livro – Pli / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. 5ª ed. MEC. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fpe/ce_pli.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. **Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Lei 11.947, de 16 junho de 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9.394/1996 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: História** (1ª a 4ª séries). Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Relatório de gestão do FNDE: exercício de 2008 / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: FNDE, 2009. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/institucional/relatorios_gestao/relatorio_atividades_fnde_2008.pdf. Acesso em: 26 dez. 2023.

CARDOSO, Maria Abadia. O lugar dos livros didáticos e os desafios do ensino de história do tempo presente. **Revista História Hoje**, v. 9, n. 17, p. 282-309, 2020.

CERICATO, Lauri. A formação de professores e as novas competências gerais propostas pela BNCC. **Revistas Veras**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 137-149, julho/dezembro, 2018.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

CONCEIÇÃO, José Luis Monteiro. Jesuítas na educação brasileira: dos objetivos e métodos até a sua expulsão. **Revista Educação Pública**. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/3/jesutas-na-educacao-brasileira-dos-objetivos-e-mtodos-at-a-sua-expulso>. Acesso em: 26 dez. 2023.

FERNANDES Luis Estevam; MORAIS Marcus Vinícius de. História da América: renovação da História da América. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2007, p. 143-162.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Neli Klix, RODRIGUES, Melissa Haag. O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 300-307, 2008.

GUIMARÃES, Selva. **Caminhos da história ensinada**. 2 ed. – Campinas, SP: Papirus, 1994.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História**. Campinas: Papirus, 2012.

GUIMARÃES, Selva. Ensinar História: formar cidadãos no Brasil democrático. In: GUIMARÃES, Selva (Org.). **Ensino de História e cidadania**. Campinas: Papirus, 2016, p. 75-105.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. A Idade Média nos livros didáticos. In: VIANNA, Luciano J. (Org.). **A História Medieval entre a formação de professores e o ensino na educação básica no século XXI**. Experiências nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Autografia, 2021, p. 394-415.

LISBÔA, Elaine Regina Mendes; SILVA, Márcia Andrea Teixeira da; SOUSA, Thalisse Ramos de. Velhos objetos x novos olhares: os usos do livro didático no Ensino de História. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, vol. 15, num. 65, p. 252-264, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. Livro didático e Estado: explorando possibilidades interpretativas. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **A história na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 151-172.

LUCA, Tânia Regina de; MIRANDA, Sonia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico** – Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª ed. Universidade FEEVALE. Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul – RS, 2013.

SANTOS, Vanessa dos Anjos dos; MARTINS, Liziane. A importância do livro didático. **Revista Virtual**, v. 7, n. 1, p. 20-33, jan.-dez, 2011.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Criticidade e leitura**: ensaios. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil (ALB), 1998.

Recebido em: 15/07/2025

Aprovado em: 13/08/2025

CURRÍCULO E LITERATURA INFANTO-JUVENIL UNIDOS NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DESCONTRUTORA DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E ÉTNICO- RACIAIS

CURRICULUM AND CHILDREN'S LITERATURE UNITED IN PROMOTING AN EDUCATION THAT DISMANTLES GENDER AND ETHNIC-RACIAL INEQUALITIES

FLAVIA MORAES CARTAXO
UFCG/CFP Campus Cajazeiras – PB

Resumo: Este artigo é um recorte de um projeto de pesquisa apresentado ao programa de pós-graduação lato-sensu em Formação Docente para a educação Básica, do Centro de Formação de Professores - CFP/UFCG. O estudo propõe a construção de um currículo que desconstrua as desigualdades difundidas na sociedade e na escola. Apontamos a literatura infanto-juvenil como uma das possibilidades que promoverão a desconstrução dos estereótipos de gênero, e étnico raciais. Através de livros que trouxeram uma releitura dos clássicos, e outros que também

Abstract: This article is an excerpt from a research project presented to the postgraduate program in Teacher Training for Basic Education, at the Center for Teacher Training - CFP/UFCG. The study proposes the construction of a curriculum that deconstructs the inequalities prevalent in society and in schools. We point to children's and young adult literature as one of the possibilities that will promote the deconstruction of gender and ethnic-racial stereotypes. Through books that offer a reinterpretation of classics, and others that also problematize themes such as gender and ethnic-racial issues.

problematizaram temas como gênero, e questões étnico-raciais. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo: Compreender o currículo como potencial meio desconstrutor das desigualdades de gênero e étnico-racial, sendo como seu principal subsídio a literatura. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que, serão utilizados como aporte teórico, livros, artigos, bem como livros da literatura infanto-juvenil que passarão por tratamento analítico (Prodanov, Freitas, 2013). A análise dos livros selecionados serão subsidiadas pela análise de conteúdo de Bardin (2011). O embasamento teórico que dará suporte a este trabalho tem como referenciais os seguintes autores: Freire(2021); Silva (2016); Louro(1997), Adichie(2017), entre outros. Portanto, este estudo entende que é durante a construção do currículo que temos a oportunidade de selecionar saberes comprometidos com a desconstrução dos preconceitos.

Palavras-chave: Currículo. Literatura. Desigualdades.

In this sense, this work aims to: Understand the curriculum as a potential means of deconstructing gender and ethnic-racial inequalities, with literature as its main support. This is a bibliographic and documentary research, since books, articles, as well as children's and young adult literature books will be used as theoretical support and will undergo analytical treatment (Prodanov, Freitas, 2013). The analysis of the selected books will be supported by Bardin's (2011) content analysis. The theoretical framework supporting this work is based on the following authors: Freire (2021); Silva (2016); Louro (1997), Adichie (2017), among others. Therefore, this study understands that it is during curriculum development that we have the opportunity to select knowledge committed to deconstructing prejudices.

Keywords: Curriculum. Literature. Inequalities.

Introdução

Atualmente tenho participado de eventos acadêmicos em formato *online*, como também tenho realizado algumas leituras.

E foi nesses momentos de estudos que encontrei alguns livros valiosos como: *O pequeno príncipe preto*, *Menino brinca de Boneca?*, *A bela e a adormecida* e *Pretinha da neve e os sete gigantes*. Percebe-se pelo título de algumas obras, que os livros são releituras de clássicos da literatura mundial. O livro *O Pequeno Príncipe preto* apresenta algumas diferenças em relação à obra original. O personagem principal é um menino negro, entre os temas abordados são: ancestralidade, cultura negra, religiosidade africana. O pequeno príncipe preto em todos os planetas que visitou deixou sementes da Baobá e ensinou a importância da união entre as pessoas que ele chamou de ubuntu. O livro *Pretinha da Neve e os sete gigantes* é também uma releitura de um clássico da literatura. A personagem principal é uma menina negra, a história se passa no continente africano, o enredo desenvolve-se sobre o desejo da menina por mais carinho e atenção dos pais. Na obra: *A bela e a adormecida* uma jovem rainha vai para a luta salvar o seu reino dos perigos. Nessa adaptação o príncipe não aparece como o herói da história, e sim a rainha. O livro *Menino brinca de Boneca?* Faz uma problematização acerca dos papéis de gênero atribuídos aos meninos e as meninas. Portanto, percebe-se que os livros citados são diferentes das versões originais, além do mais abordam temas direcionados para as discussões de gênero, e étnico- raciais.

Sabe-se que no nosso país o acesso aos livros é muito difícil, os livros são caros, e na maioria das vezes as bibliotecas públicas não possuem um acervo de qualidade. Isto também prolonga-se até as escolas, são raros os livros, e principalmente os livros que rompam com os estereótipos de gênero e raça.

Na nossa infância e adolescência os livros que tivemos contato em casa ou na escola eram sempre os clássicos, os contos de fadas convencionais, com personagens brancas, magras, mulheres indefesas sempre sendo salvas por príncipes encantados. De certa forma, esses materiais contribuem para a formação da nossa identidade e da nossa autoestima.

Então, é imprescindível discutirmos o papel da escola e do currículo como meios que possam romper com esses estereótipos. De acordo Silva (2016), é função do currículo tratar das relações de gênero, raça e etnia desvelando as desigualdades

que esses grupos vivenciam na educação.

Assim, uma das possibilidades que o currículo pode contribuir com a ruptura dos preconceitos de gênero, raça e etnia, é através da literatura, de modo que os livros apresentem para os educandos a diversidade cultural e religiosa, da mesma forma que desconstruam os papéis de gênero atribuídos historicamente as mulheres que também vem sendo perpetuado pela literatura.

Dessa forma, esta pesquisa tem como problemática: Como trabalhar na educação um currículo que desconstrua os estereótipos de gênero, raça e etnia, através da literatura ?

Encaminhando-se com esta problemática tem-se como objetivo geral: Compreender o currículo como potencial meio desconstrutor das desigualdades de gênero e étnico-racial, sendo como seu principal subsídio a literatura. Nessa direção tem-se como objetivos específicos: Descrever a respeito das teorias pós-críticas do currículo e suas contribuições para a educação; Pesquisar livros da literatura infanto-juvenil que abordam temas como: desconstrução dos estereótipos de gênero, e representatividade étnico-racial; Analisar os conteúdos abordados nos livros.

Este estudo é viável e relevante, pois, serão pesquisados livros que rompem com os estereótipos mais disseminados na sociedade brasileira, que de certa forma afeta a educação, como também a formação dos educandos.

Portanto, esta pesquisa considera a literatura um dos meios possíveis para a superação dos preconceitos, e a escola e o currículo tem um papel fundamental ao buscar disseminar entre os educandos este tipo de literatura.

Metodologia

A metodologia da pesquisa é qualitativa cujo foco são os significados. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que, serão utilizados como aporte teórico, livros, artigos, bem como livros da literatura infanto-juvenil que passarão por tratamento analítico (Prodanov, Freitas, 2013).

Os materiais consultados serão livros da literatura infanto-

juvenil que abordam as discussões de gênero e discussões étnico-raciais. Primeiramente serão pesquisados os livros que abordam esses temas. Posteriormente será feita a leitura dos livros. Em seguida, após a leitura, os livros serão classificados por categorias. Logo após fazer-se-á a interpretação crítica dos livros.

Para a análise dos livros será utilizada a análise de conteúdo com fundamento em Bardin (2011). No qual define a análise de conteúdo como um método que: “[...] procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”. (BARDIN, 2011, p. 50). Ou seja, a análise de conteúdo permite aos pesquisadores identificarem o que está nas entrelinhas de um texto.

Como parte das etapas de interpretação dos conteúdos dos livros, esses serão classificados por categorias. Segundo Bardin (2011, p.148): “Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles”. Em outros termos, a categorização ordenam as informações em seu devido lugar. As informações são classificadas conforme o enquadramento em suas respectivas categorias.

As categorias temáticas previamente definidas são: gênero, e étnico- raciais. Abaixo tem-se um exemplo do modo como os livros serão classificados.

Quadro 1- categorias

CATEGORIAS	
Gênero	Étnico-raciais
A bela e a adormecida	O pequeno príncipe preto
Menino brinca de boneca?	Pretinha da neve e os sete gigantes
X	X

Fonte: A autora (2022).

Portanto, a pesquisa resultará em material de consulta para os educadores. Quando necessitarem trabalhar na sala de aula temas como gênero e relações étnico-raciais, encontrarão nos resultados desta pesquisa os livros da literatura infanto-juvenil que abordam esses temas, bem como os referenciais teóricos que os fundamentam.

Currículo e literatura: a proposição de um contraponto as desigualdades disseminadas na escola

Um dos principais teóricos da educação brasileira, Paulo Freire defendia que a educação deveria estar comprometida com a humanização e com a democracia. Sem esses dois elementos seria impossível pensar numa educação comprometida com a aprendizagem dos educandos. A Pedagogia de Paulo Freire é centrada, sobretudo na formação integral dos educandos, uma vez que, o ato de educar não é restrito apenas ao conhecimento científico, mas principalmente a educação deve deslocar seu interesse também para a vida cotidiana dos estudantes, conhecendo suas histórias, suas culturas, seus saberes. Assim, sendo a educação uma ação democrática: “A prática preconceituosa de raça, de classe de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (Freire, 2021, p. 37). Em outras palavras, Paulo Freire já anunciava que a educação não deveria ser conivente com os preconceitos disseminados na sociedade. Logo, comprometida com seu viés democrático a educação seria um dos meios que contribuiria para evitar a propagação dos preconceitos e consequentemente com as desigualdades sociais.

Nesse sentido, é fundamental refletirmos sobre quais teorias do currículo tem maior comprometimento com uma educação democrática.

O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. As teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser

selecionados, buscam justificar por que "esses conhecimentos" e não "aqueles" devem ser selecionados (Silva, 2016, p.15).

Segundo o autor citado currículo é uma seleção de conhecimentos, e esses conhecimentos são selecionados seguindo o enfoque de cada teoria do currículo respectivamente. As teorias do currículo são classificadas como: Teoria tradicional, Teoria crítica e Teoria Pós-crítica.

A teoria tradicional do currículo acredita que a educação deve ser organizada conforme os princípios empresariais, com foco nos resultados e na aquisição de habilidades necessárias a vida adulta (Silva, 2016).

A teoria crítica do currículo difere da teoria tradicional, pois, esta é uma teoria de adaptação, já as teorias críticas têm como enfoque o questionamento do *status quo*, objetivando a ruptura com um sistema educacional reprodutor das desigualdades sociais (Silva, 2016).

A teoria pós-crítica do currículo manifesta uma perspectiva centrada nas desigualdades educacionais presentes nas relações de gênero, raça e etnia (Silva, 2016).

Assim sendo, entende-se que as teorias- pós- críticas estão mais comprometidas com a educação democrática, haja vista que o currículo aborda uma formação integral, ocupando-se com a formação intelectual, cultural, e humana dos educandos. Essa vertente confere visibilidade aos grupos desprestigiados por um discurso estereotipado comumente difundido na sociedade. Dessa forma as teorias pós-críticas evidenciam que a educação pode ser pensada de um modo diferente do que vem sendo perpetuado ao longo dos anos.

A obtenção da igualdade depende de uma modificação substancial do currículo existente. Não haverá 'justiça curricular', para usar uma expressão de Robert Connel, se o cânon curricular não for modificado para refletir as formas pelas quais a diferença é produzida por relações sociais de assimetria (Silva, 2016, p.90).

Nesse sentido, a igualdade na educação não se reflete somente com a inserção dos grupos marginalizados na educação,

a inclusão não será eficientemente democrática se as pessoas não vivenciarem a representatividade da sua cultura presente também na escola. Ao mesmo tempo em que ocupam o ambiente escolar é fundamental que meninos negros e meninas negras tenham acesso a um ambiente educativo que não segregue a sua cultura, a sua cor, a sua religião. Isso também deve se refletir nos materiais didáticos, nos livros de um modo geral, as crianças ao abrir um livro precisam ver pessoas da sua cor de pele, personagens negros ocupando papéis de destaques nos enredos.

No que se refere as discussões sobre gênero é fundamental que a escola não seja apenas mais um ambiente que reproduz os papéis de gênero atribuídos historicamente a meninos e meninas. Afinal a sociedade começa desde cedo a dizer quais devem ser as atitudes de meninos e meninas (Adichie, 2017). A escola não pode demarcar quais são as brincadeiras de meninos e meninas, bem como, definir quais são os comportamentos ideais de meninos e meninas. Outrossim, os livros estudados na escola precisam ser escolhidos levando em consideração como a imagem das mulheres são difundidas nos livros. As meninas precisam encontrar nos livros o protagonismo feminino, mulheres exercendo diversas funções na sociedade, fora o papel de esposa e de mãe.

À vista disso entende-se quando a educação e o currículo contemplam essas discussões, logo, evidencia o compromisso com a formação integral do educando. Conforme pontua a BNCC:

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores [...]. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica (BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017, p. 16)

Quando a educação está vinculada a formação integral dos educandos, atentando para diversos fatores que possam intervir na formação dos estudantes, logo, temas como gênero, relações étnico-raciais são discussões fundamentais para o

desenvolvimento intelectual e pessoal dos educandos.

Ao pensar na educação como um campo que deve acolher e respeitar as diversidades, é necessário entendermos como a escola e o currículo vem se desenvolvendo para esse fim.

Concebida inicialmente para acolher alguns – mas não todos – ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles (as) aos quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, “garantir” – e também produzir – as diferenças entre os sujeitos (Louro, 1997, p.57)

A autora mencionada anteriormente dissertou sobre como a escola foi se desenvolvendo. Inicialmente a escola era restrita a uma minoria da população, depois a escola universalizou-se, e com mais pessoas dispondo do acesso a escola, diversos modos de viver se encontraram neste espaço. Então, foi necessário refletir sobre uma educação que pudesse acolher e respeitar a todos, embora, a educação e o currículo ainda encontram muitas dificuldades para cumprir esse dever.

O texto curricular, entendido aqui de forma ampla – o livro didático e paradidático, as lições orais, as orientações curriculares oficiais, os rituais escolares, as datas festivas e comemorativas – está recheado de narrativas nacionais, étnica e raciais. Em geral, essas narrativas celebram os mitos da origem nacional, confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas (Silva, 2016, p.101)

A seleção dos livros trabalhados na escola revela as quais teorias curriculares a instituição está seguindo. Não somente os livros, mas também as celebrações realizadas nas escolas também evidenciam a concepção curricular adotada na instituição. Geralmente os livros, e as festividades celebradas representam a cultura, a visão de mundo, dos grupos hegemônicos da sociedade. Quando a cultura, e a visão de mundo, dos demais grupos sociais

são estudadas, geralmente ocorre de forma superficial, sem uma discussão profunda.

Ainda em relação aos livros, esses majoritariamente são escritos sob o ponto de vistas dos grupos hegemônicos. Os personagens são brancos e são valorizados apenas elementos da cultura desse grupo. Todavia, atualmente há um número significativo de livros infanto-juvenil que abordam as diversidades étnico- raciais, resta saber se esse tipo de literatura está chegando na escola e ocupando destaques no currículo.

No que diz respeito ao gênero é necessário entender como essas discussões chegaram ao currículo.

[...] a pedagogia feminista preocupou-se, sobretudo, em desenvolver formas de ensino que refletissem os valores feministas e que pudessem formar um contraponto às práticas pedagógicas tradicionais, que eram consideradas como expressão de valores masculinos e patriarcais (Silva, 2016, p.96).

Em outras palavras, as discussões feministas trouxeram para o currículo uma reflexão das práticas pedagógicas que reproduziam concepções machistas. Portanto, cada vez que encontramos livros infanto-juvenil que reelaboraram os clássicos da literatura sob o ponto de vista feminista, isso só foi possível porque as teorias feministas entenderam que a educação e o currículo poderiam reproduzir valores do patriarcado no cotidiano da escola, ou também através dos livros destinados para as atividades de leituras.

Sendo assim, desde que a educação passou a ser vista como um dos meios que poderiam reproduzir as desigualdades sociais, teóricos da educação passaram a pesquisar processos educativos que pudessem propor um contraponto desses processos reprodutores.

Os processos escolares como formadores e reprodutores de desigualdades sociais vem ocupando a agenda política e acadêmica de muitos/as estudiosos e estudiosas críticos/as há várias décadas. Observações e análises contundentes foram desenvolvidas – a princípio especialmente sob a ótica das distinções de classe – e resultaram na produção de teorias, de propostas pedagógicas, de práticas educativas. A esses estudos

iniciais, em sua grande maioria de inspiração marxista seguiram-se outros, voltados também para as discriminações de gênero, de raça, étnicas etc. Embora alimentados todos pela inconformidade e movidos por um ímpeto político de transformação, tais estudos implicaram diversas perspectivas teórico- metodológicas e em consequência, apontaram para múltiplos encaminhamentos ou proposições (Louro, 1997, p.110).

Portanto, a partir desse movimento a educação passou a construir um contraponto das desigualdades sociais de classe, gênero e étnico-raciais. Desse modo, podemos compreender que a literatura infanto-juvenil quando adota uma perspectiva feminista, bem como, valoriza as discussões étnico- raciais, nasceram desse sentimento de inconformidade dos educadores em relação aos preconceitos que a escola e o currículo poderiam perpetuar. Sendo assim, esse tipo de literatura deve ser considerada como uma das possíveis soluções para o rompimento com essas desigualdades que afetam o desenvolvimento pessoal e intelectual dos educandos.

Considerações finais

A partir das discussões apresentadas entendemos que está sob nossa responsabilidade enquanto educadores, refletirmos acerca do currículo que trabalhamos em sala de aula. Por isso, devemos estar atentos ao fato de estarmos reproduzindo preconceitos seja através dos materiais didáticos, dos brinquedos e brincadeiras, até mesmo durante nossa fala. Então, refletir sobre currículo é fundamental para educadores comprometidos com uma educação democrática.

Sendo assim, a pesquisa que terá prosseguimento futuramente, segue a perspectiva de que o currículo pode ser concebido tendo em vista a desconstrução das desigualdades de gênero, e étnico-raciais. Apresentamos nesta pesquisa a literatura como uma das possibilidades para a problematização dessas desigualdades difundidas na sociedade, e reproduzidas nas escolas. Portanto, independentemente dos recursos selecionados, é importante refletirmos sobre os fins dos saberes disseminados

na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. 1.ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2HH3dhC>. Acesso em: 5 jul. 2022.

FILHO, Rubem. **Pretinha da neve e os sete gigantes**. 4. ed. São Paulo: Editora Paulinas, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. FRANÇA, Rodrigo. **O pequeno príncipe preto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020. GAIMAN, Neil. **A bela e a adormecida**. Tradução: Renata Pettengill. Rio de Janeiro: RoccoDigital, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Marcos. **Menino brinca de boneca?** . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 .ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

Recebido em: 15/07/2025

Aprovado em: 19/09/2025

A MEMÓRIA DA HERANÇA PRESBITERIANA EM WAGNER (1906-1971)¹

THE MEMORY OF THE PRESBYTERIAN HERITAGE IN WAGNER (1906-1971)

FELIPE MOREIRA BARBOZA DUCCINI
Universidade Federal da Bahia (PPGH)

Resumo: O objetivo deste artigo é realizar uma análise da herança presbiteriana deixada na cidade de Wagner na Bahia. Nosso recorte temporal abrange o período da existência da Missão Presbiteriana Brasil Central (MPBC), que funcionou na cidade de 1906, quando os missionários estadunidenses fundaram o Instituto Ponte Nova (IPN), até a década de 1970, quando o presidente da MPBC, reverendo Jaime Wright, iniciou o processo de doação das terras e venda dos prédios pertencentes ao projeto missionário presbiteriano. Além do aspecto religioso, o projeto missionário na cidade deixou um legado nas

Abstract: The aim of this article is to analyze the Presbyterian heritage left behind in the city of Wagner in Bahia. Our time frame covers the period of existence of the Brazil Central Presbyterian Mission (MPBC), which operated in the city from 1906, when the American missionaries founded the Ponte Nova Institute (IPN), until the 1970s, when the president of the MPBC, Reverend Jaime Wright, began the process of donating the land and selling the buildings belonging to the Presbyterian missionary project. In addition to the religious aspect, the missionary project in the city left a legacy in the educational and

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

áreas educacional e médica. Este legado é evidenciado pela construção de edifícios que albergaram as organizações missionárias e que hoje são considerados patrimônio arquitetônico e cultural do município. Entre eles, destacam-se o IPN, o Grace Memorial Hospital (GMH), a Escola de Enfermagem, o Instituto Bíblico Waddell (IBW) e o Auditório James Wright. Alguns dos edifícios construídos pelos missionários não sobreviveram a passagem do tempo, enquanto outros foram designados como Patrimônio Cultural da Bahia pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). A análise dessa herança presbiteriana permite uma melhor compreensão do contexto religioso, social e cultural da cidade durante esse período.

Palavras-chave:

Presbiterianismo; Wagner; Memória.

medical areas. This legacy is evidenced by the construction of buildings that housed the missionary organizations and which today are considered the municipality's architectural and cultural heritage. These include the IPN, Grace Memorial Hospital (GMH), the School of Nursing, the Waddell Bible Institute (IBW) and the James Wright Auditorium. Some of the buildings constructed by the missionaries have not survived the passage of time, while others have been designated as Cultural Heritage of Bahia by the Artistic and Cultural Heritage Institute of Bahia (IPAC). Analyzing this Presbyterian heritage allows for a better understanding of the religious, social and cultural context of the city during this period.

Keywords:

Presbyterianism; Wagner; Memory.

Introdução

A missão presbiteriana no Brasil teve início com a chegada do missionário estadunidense Ashbel Green Simonton (1833-1867) ao Rio de Janeiro em 1859. A Missão Brasil Central (MBC), mais tarde renomeada como Missão Presbiteriana Brasil Central (MPBC), foi uma instituição religiosa criada e financiada pela Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América

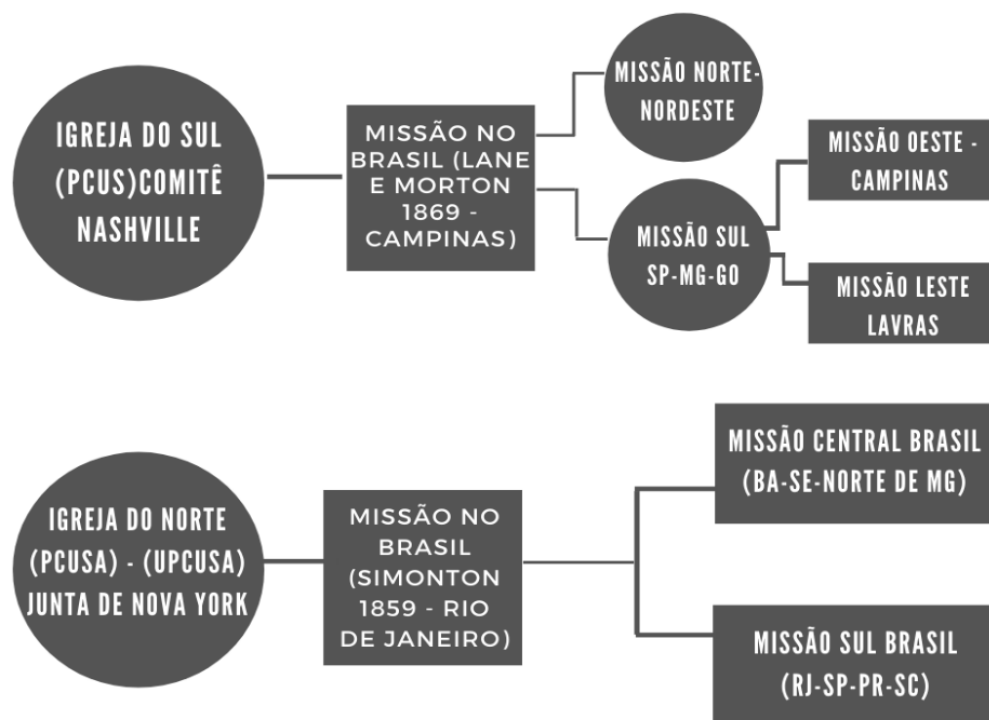
(PCUSA), conhecida como a Igreja do Norte, através da Junta de Missões Estrangeiras de Nova York.

Os missionários presbiterianos que trabalhavam no Brasil eram principalmente estadunidenses e respondiam à Junta de Nova York. Suas credenciais missionárias eram aprovadas pela Junta, e eles eram obrigados a apresentar relatórios regulares sobre suas atividades e recebiam salários cotados em dólares. Os casais missionários recebiam um provento maior que os solteiros, respectivamente 1.800 dólares e 900 dólares anuais, segundo o relatório de um missionário escrito em 1925². Podemos inferir nisso, um dos motivos da existência de muitos casais entre o grupo de missionários, e ser comum a oficialização do casamento antes de embarcarem no projeto missionário ao redor do mundo.

O Brasil foi o segundo país da América Latina a receber a missão da PCUSA, logo depois da missão se implementada na Colômbia. Ao contrário da centralização da missão adotada em outros países ao redor do mundo, no Brasil devido suas dimensões continentais e dificuldade de comunicação em certas regiões, optou-se por uma descentralização administrativa. Portanto, em 1871 a missão foi subdividida em duas: Missão Central Brasil (MCB) e Missão Sul Brasil (MSB).

Para ilustrarmos a organização da igreja presbiteriana e suas divisões missionárias no Brasil dessa época, elaboramos um organograma:

² Esse seria o ordenado que o missionário William Alfred Waddell, ganharia caso se demitisse da presidência do Mackenzie, para assumir o projeto missionário de criação do Instituto José Manoel da Conceição (JMC). Dessa forma, inferimos que ao assumir um cargo remunerado no Brasil, o missionário renunciava ao ordenado da Junta. Disponível em: <https://jmc.org.br/2015/11/06/breves-notas-biograficas-do-casal-roy-e-evelina-harper-visto-pelos-filhos-port/> Acesso em: 02/10/2024.

Figura 1 – Organograma das divisões Missionárias Presbiterianas

Fonte: Organograma elaborado pelo autor.

Para uma melhor compreensão da missão presbiteriana no Brasil, é necessário contextualizar a existência de dois grandes ramos missionários presbiterianos, liderados por igrejas presbiterianas com perfis políticos e religiosos diferentes.

Assim, não podemos confundir a *Board of Foreign Missions* (BFM), da PCUSA, que ficou conhecida como a Junta de Nova York, e estabeleceu seu programa missionário no país em 1859, com a *Board of World Missions* (BWM) que ficou conhecida como a Junta de Nashville, criada pela Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos (PCUS), conhecida com a Igreja do Sul e que estabeleceu seu programa missionário no Brasil em 1869.

A Missão Sul Brasil (MSB), englobava inicialmente Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, posteriormente os estados de Mato Grosso e Goiás começaram como área de atuação da Missão Sul e posteriormente passaram para a atuação da Missão Central do Brasil (MCB). Em 1938 já estabelecidas

bases firmes no país, é realizado uma centralização administrativa, as duas missões presbiterianas se unificaram com o nome de Missão Presbiteriana Brasil Central (MPBC) para todo o território nacional.

Os missionários presbiterianos chegaram à Bahia em 1871, instalando-se na capital da província Salvador, e seguindo para o Recôncavo, estabelecendo-se em Cachoeira em 1875. Do Recôncavo baiano, os missionários presbiterianos foram expandindo-se para o sertão, adentrando profundamente no mundo rural. A MPBC se instalou em várias cidades da região, como Cidade do Bonfim, Caetité, chegando até Laranjeiras e Itabaiana em Sergipe e alcançando o norte de Minas Gerais. Mais tarde, em 1906, estabeleceu-se em Ponte Nova (atual Wagner) e expandiu-se para Buriti, na Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso. Nessa região adquiriram 6.635 hectares de terras e construíram em 1924, o Colégio Evangélico de Buriti. Na década de 1940, a organização adquiriu na Bahia a fazenda Porto Feliz com 1.715 hectares, em Sítio do Mato, que na época fazia parte do município de Bom Jesus da Lapa. Dessa forma, a organização missionária presbiteriana foi crescendo, adquirindo terras e construindo igrejas, colégios e hospitais em várias partes do Brasil.

Um dos principais legados deixado pelos missionários presbiterianos ocorreu no campo educacional, com a criação de diversos colégios e uma universidade. Inicialmente a criação dos colégios visava educar os filhos das comunidades protestantes, nas regiões onde havia falta de educação de qualidade e/ou os filhos de protestante não eram aceitos nos colégios públicos ou católicos.

Além disso, os colégios presbiterianos possuíam função proselitista de promover a religião. Ao final dos séculos XIX e início do século XX, foram fundados: o Instituto Presbiteriano Gammon, em Lavras, Minas Gerais, em 1869; o Colégio Mackenzie, em São Paulo, em 1870, que é o mais estudado pela historiografia; o Colégio Presbiteriano Agnes Erskine, em Recife, Pernambuco, em 1904; o Instituto Ponte Nova, na cidade de Wagner, na Bahia em 1906; o Colégio Quinze de Novembro, em Garanhuns, Pernambuco em 1907, o Instituto Cristão de Castro,

em 1915, no Paraná; o Colégio Evangélico do Alto Jequitibá, em Presidente Soares, em 1923; o Instituto José Manoel da Conceição, em Jandira, São Paulo e o Colégio 2 de julho, em Salvador, ambos criados em 1928.

A atuação dos missionários presbiterianos, deixou um legado religioso, social e político que servem para compreendemos a formação da cultura política e religiosa no município baiano de Wagner. Segundo Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. [...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. (Nora, 1993, p. 9)

As representações legadas dos missionários presbiterianos, da atuação da MPBC e do IPN, problematizam o choque cultural e religioso entre dois mundos. Os missionários presbiterianos traziam consigo uma concepção de mundo baseada no modelo protestante dos Estados Unidos e da Europa protestante. Dessa forma, os missionários procuravam impor o seu modelo de “progresso” e “civilização”, com suas normas, costumes e regras de vida, em oposição ao que classificavam como o “velho” e “atrasado” mundo do sertão, que mantinha quatro séculos de tradição católica, com seus costumes e práticas religiosas profundamente enraizadas na população.

O choque religioso e cultural entre presbiterianos e católicos ocorreu principalmente durante as primeiras décadas da implementação do projeto missionário em Wagner.

O projeto missionário presbiteriano em Wagner

Os missionários presbiterianos estadunidenses estabeleceram-se na região de Ponte Nova, atual Wagner na Chapada Diamantina, em 1906. Região do interior baiano, cujo povoado mais próximo Cachoeirinha, fica a 13 quilômetros da sede de Wagner, hoje parte do município baiano localizado a 390 quilômetros de distância da capital do estado, Salvador. A cidade de Wagner foi uma das que mais receberam investimentos da Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América, que compraram no início do século XX, por vinte e quatro contos de réis (24:000\$000), 2.817 hectares de terras no município e lá construíram o Instituto Ponte Nova, o Grace Memorial Hospital, a Escola de Enfermagem, a Escola Fazenda e o Instituto Bíblico Waddell.

O IPN, foi fundado em janeiro de 1906 pelo casal missionário William Alfred Waddell (1868-1938) e Laura Chamberlain Waddell (1869-1943). Waddell estabeleceu-se com sua família na região central da Bahia, inicialmente, tentou fundar a sua escola em Itaberaba, Lençóis e Palmeiras, porém, numa região profundamente católica, ninguém queria ou podia vender terras a um protestante, não conseguindo comprar nenhuma propriedade nessas cidades.

Waddell então seguiu para Ponte Nova, localizada na Chapada Diamantina, região distante dos grandes centros urbanos, a região não possuía escola, com pequena população e sem a presença de grandes chefes políticos locais (coronéis), tornando-se assim local ideal para a missão assentar suas bases. A missão inicialmente alugou um espaço e logo depois adquiriu uma grande fazenda junto ao rio Utinga. A fazenda foi comprada do tenente-coronel da Guarda Nacional, Luís Guimarães e Souza, que foi excomungado da Igreja Católica, por ter vendido terras a um protestante (Nascimento, 2005, p. 90).

O missionário Waddell como superintendente da MPBC para a educação, era responsável pela criação e administração das escolas da missão. Se destacando no campo educacional, como um dos fundadores do Ginásio Mackenzie, criador da Escola de Engenharia dentro dessa instituição. Foi presidente do Mackenzie

College, entre 1914 e 1927 e fundou na cidade de Jandira, o Instituto José Manuel da Conceição (JMC) em 1928. Waddell foi sucedido na direção do IPN, pelo reverendo Cassius E. Bixler, que dirigiu o instituto entre 1915 e 1927, após o qual assumiu o Dr. Irvine Samuel Graham diretor entre 1927 a 1947, no começo da década de 1950 o reverendo Jaime Wright assumiu a direção da instituição. Outras figuras fundamentais no desenvolvimento do projeto missionário em Ponte Nova, foram o médico Dr. Walter Welcome Wood, que chegou ao Brasil em 1916, e foi diretor de saúde da MPBC e fundador do Grace Memorial Hospital (GMH), e o engenheiro agrônomo Samuel Graham, que chegou em 1923 e foi o criador da Escola Fazenda.

Segundo o último presidente da MPBC, reverendo Jaime Wright, o formato buscado pelas missões presbiterianas visava quatro grandes objetivos: Catequese, Educação, Saúde e Agricultura.

As compras originais dessas glebas resultaram dos sonhos de antigos missionários, que vislumbravam comunidades cristianizadoras que teriam o templo como polo central (catequese), cercado por um colégio (educação), uma clínica (saúde) e uma área agrícola (para a produção de alimentos e a sustentação financeira dos vários serviços). [...] Por muitos anos, os investimentos da MPBC nas áreas agrícolas se resumiram em "*demonstration farming*" -os missionários mostravam o que os vizinhos poderiam fazer em suas roças se tivessem o dinheiro e o "*know-how*" norte-americanos. Fazia-se irrigação com água puxada do rio por possante motor e distribuída por eficiente rede de tubos. Cavava-se com trator um silo horizontal para enterrar o milho até o período de estiagem. Um avião Cessna ficava no fundo do quintal para buscar outras novidades na capital. Na década de 60, surgiu na MPBC um movimento contra essa forma cínica e egoísta de prestar serviços agrícolas. Em vez de aprimorar o que estava sendo feito com enxadas e foices nas roças vizinhas, a MPBC acirrava, sem querer, as diferenças econômicas e sociais. Levando em consideração o contexto em que tentava dar o seu recado, o aparato modernoso e a extensão minimamente aproveitada de suas glebas constituíam pura ostentação. No fundo, no fundo, laboravam contra a pregação do Evangelho. Aprovou-se, então, a distribuição das terras disponíveis.

(Wright, Jaime. Uma reforma agrária presbiteriana. *Folha de S. Paulo*, 14 de julho de 1997).

Na análise do reverendo Jaime, apesar das boas intenções dos primeiros missionários estadunidenses, o limitado uso das terras da missão acabava resultando no acirramento das diferenças econômicas e sociais no campo. Enquanto os missionários possuíam “*know-how*” e recursos para utilizarem tratores e irrigação, por vezes, seus vizinhos só possuíam “*enxadas e foices*”, acirrando as disputas no campo. A produção agrícola das terras da missão, eram utilizadas para suprir as necessidades do Instituto Ponte Nova e dos demais projetos missionários na cidade.

O povoado de Ponte Nova cresceu ao redor do projeto missionário presbiteriano. A partir da criação do IPN, a vila começou a desenvolver-se e atrair moradores, sendo elevada a município em 1915, anexada ao município de Lençóis em 1931, transformada em Itacira em 1944 e retornando à denominação original de Wagner em 1962³. Seu nome foi uma homenagem a Franz Wagner, protestante alemão que ajudou a região a combater a seca na década de 1890.

Para compreendemos a importância para a região do empreendimento realizado pelos missionários, precisamos contextualizar que na época da sua fundação, havia somente três outras localidades baianas: Salvador, Ilhéus e Caetité, que dispunham de estabelecimentos de ensino médio. Assim, podemos compreender a importância do IPN para a região. A qualidade do ensino oferecido pelo colégio, logo provocou a vinda para aquela região de famílias inteiras, em busca de escolaridade, incluindo alunos que vinham de outros Estados.

³ Restauração do município a denominação de Wagner, pela Lei Estadual n.º 1.739, de 20/07/1962.

Figura 2 –Entrada do Colégio do Instituto Ponte Nova



Fonte: <https://www.reforco.net/sobre/colégio-instituto-ponte-nova-ipn-wagner-ba>. Acesso em: 05/01/2024.

Nessa época, o ensino privado e mesmo o público, existia apenas para uma pequena elite, que conseguia acesso ao sistema educacional. A negligência do estado brasileiro em relação ao ensino primário e secundário, foi visto como uma oportunidade pelos missionários. Uma oportunidade de através da educação levarem os valores do presbiterianismo a diversas regiões iletradas do Brasil. Nesse sentido, temos que compreender a educação pela ótica evangélica presbiteriana:

É neste campo negligenciado da educação primária e secundária que as missões e igrejas brasileiras, têm sua maior oportunidade. As pessoas estão ficando mais ambiciosas em relação à educação de seus filhos e estão dispostos a pagar por esta educação em escolas particulares. Agora as escolas americanas são bem aprovadas. Além do ensino dos assuntos normais, também temos a oportunidade de ensinar aos alunos sobre Jesus e sua vida. (Silva, 1998, p. 207)

A criação dos colégios e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, trouxe grande prestígio aos missionários presbiterianos, facilitando sua inserção na sociedade e a difusão do presbiterianismo no Brasil. O renome que essas instituições ganharam aproximou os presbiterianos das elites locais, ávidas por educação de qualidade. Nas comunidades onde os missionários construíram colégios, suas práticas pedagógicas e curriculares eram consideradas avançadas para a época. Com a adoção de métodos de ensino modernos, baseados no método indutivo e intuitivo, com uma maior participação dos alunos e ensinamentos teórico-práticos, com matérias científicas e profissionalizante (Ramalho, 1976, p. 44).

O IPN possuía laboratórios para as aulas experimentais de Química, Física e Biologia, algo raro na época. A educação física também era incentivada, seguindo a máxima “corpo e mente saudáveis”, com a inserção de práticas esportivas e culturais, como por exemplo, jogos de basquete, volleyball, handball, tênis e futebol americano. O incentivo a prática esportiva, trazendo esportes praticados nos EUA e ainda pouco conhecidos dos brasileiros, foi considerado uma grande novidade implementada pelos colégios presbiterianos. Regidos pelo plano educacional dos missionários, o ensino orientava-se pelos princípios do liberalismo, da valorização da moral cristã, da igualdade racial e política, segundo seu estatuto aceitava alunos de todas as religiões. De acordo com o prospecto escolar, seus princípios educacionais eram baseados na essência religiosa cristã:

Vida escolar baseada nos princípios que regem a família cristã. Entente que o homem tem um corpo e mente, porém uma alma, todo esforço é feito para que, num ambiente cristão, possa o aluno desenvolver o seu caráter que consideramos – a saúde da alma. Estudo bíblico como parte dos trabalhos regulares de aula. Sem obrigarem a ninguém as nossas ideias e convicções religiosas, consideramos que os conhecimentos dos princípios fundamentais da fé cristã são indispensáveis a todo homem culto. (Prospecto escolar do IPN de 1949. Sociedade História Presbiteriana. RG 155, caixa 19.)

O IPN funcionava como instituição confessional, pautada nos princípios presbiterianos, de natureza particular, mas sem fins lucrativos. Oferecia o ensino primário e secundário e alguns cursos profissionalizantes, como o de comércio, auxiliar de enfermagem e técnico agrícola. Preparava seus alunos principalmente para o ministério e para o magistério, tornando-se um grande celeiro na formação de professores para toda a Bahia. O IPN era credenciado pelo governo para que seus professores pudessem ser nomeados para escolas públicas. Formou 81 professores entre 1907 e 1939, que atuaram em 36 cidades e em 8 diferentes estados (Nascimento, 2007, p. 188-190).

O IPN funcionava no regime de internato e externato, com ensino conjunto para ambos os sexos no mesmo ambiente, algo não muito comum na época e que ocasionou certa desconfiança de alguns pais receosos de enviarem suas filhas para um internato misto. Segundo os preceitos presbiterianos, a divisão de tarefas ocorria por sexo e faixa etária, com os meninos cuidando da horta, pasto, oficina de construção de móveis, as chamadas atividades “braçais” e as meninas com as tarefas de lavar roupa, bordar, cozinhar, administrar a casa, as chamadas “atividades do lar”. Muitos alunos como forma de pagarem pelos estudos, trabalhavam na Escola Fazenda. Essa escola foi responsável por introduzir na região novas culturas agrícolas, como a beterraba, a cenoura, o rabanete, o nabo, o repolho, a alface e a couve. A fazenda também possuía criação de gado e outros animais, que alimentavam o IPN, o Hospital, e quase todos os órgãos da missão, num regime que visava ser autossustentável.

Como demonstrado, esse modelo de ensino por mais que tencionasse o ensino prático e acadêmico, não era isento de uma doutrinação do comportamento político, cultural, religioso e ideológico, pregando um ensino patriótico de cunho nacionalista. Através da valorização de uma rígida disciplina e postura dos alunos, onde devia-se respeitar as hierarquias, a obediência cristã e a preservação da ordem, marcado no slogan da instituição: “Deus e Pátria aqui sempre lembrados”. As práticas educativas incluíam as atividades “cívicas-militares” que eram marcadas pelos desfiles oficiais pela cidade, durante a Semana da Pátria, culminando no desfile de 7 de setembro, o chamado “amor à

pátria” era um dos aspectos mais valorizados pela educação no IPN.

Para além do IPN, outras instituições criadas pelos missionários, nomeadamente o Grace Memorial Hospital e a Escola de Enfermagem, tiveram também uma influência significativa no desenvolvimento da região. O hospital foi criado provisoriamente em 1916 devido a uma necessidade premente, pois era comum muitos missionários adoecerem e perecerem durante seus trabalhos pelo sertão. As condições de vida, as fontes de alimentação e as condições sanitárias do sertão eram extremamente precárias. A ausência de uma infraestrutura de transporte adequada e o estado deplorável das estradas, a maioria sem pavimentação, tornava impraticável que a assistência médica partisse de Salvador ou de outros grandes centros urbanos e atravessasse o sertão. Consequentemente, os doentes que precisavam de assistência médica tinham de realizar uma viagem de 390 quilómetros até à capital, o que não era viável para boa parte da população.

Assim, em 1926 foi inaugurado o prédio principal do GMH, que recebeu seu nome em homenagem a Grace Brown Wood, primeira esposa do médico Walter, falecida em 1921.

Figura 3 –Entrada principal do Grace Memorial Hospital



Fonte: <https://arqueologiaeimagem.blogspot.com/2012/01/o-patrimonio-edificado-de-wagner-ba.html>. Acesso em: 05/01/2024.

No mesmo ano da inauguração do GMH, foi organizado pela missionária estadunidense Lydia Hepperle o curso de enfermagem, o primeiro da Bahia e o terceiro do país. O curso tinha duração de três anos, com aulas práticas e teóricas. O prédio próprio da Escola de Enfermagem, foi inaugurado em 1932 (NASCIMENTO, 2007, p. 122).

O Grace Memorial Hospital tinha um caráter declaradamente confessional, contudo, era pautado no liberalismo e no processo de aceitação pessoal. Atendia a todos sem distinção religiosa, econômica ou social. O hospital foi fundamental na consolidação da presença presbiteriana na região, levando assistência médica não só para Wagner mais para toda a região da Chapada Diamantina. Durante muitos anos foi o único estabelecimento médico de médio porte em toda a região, possuía departamentos de clínica médica, cirurgia, obstetrícia, pediatria, ginecologia, urologia, raios-X, diatermia e laboratórios de exames próprios, fator que atraía pacientes de vários estados vizinhos, que buscavam a qualidade do seu atendimento.

O campo de atuação do GMH não se limitava somente em tratar a parte física (corpo) do paciente, mas também a parte espiritual (alma), por isso, seu estudo possibilita compreendemos as relações do trabalho missionário com a saúde e como isso impactava diretamente na população e na difusão do presbiterianismo.

O projeto missionário em Wagner, tornou a cidade em um importante polo difusor do presbiterianismo pela região, também criou uma rede de sociabilidade e amizade entre diversos reverendos. Alguns reverendos ecumênicos, como Jaime Wright e João Dias de Araújo estabeleceram sua amizade durante os anos de trabalho em Ponte Nova. João Dias, chegou em Ponte Nova em 1952, para ser professor do IPN, sendo também capelão do GMH e professor na Escola de Enfermagem. João Dias desenvolveu na cidade, o projeto de criação do Instituto Bíblico Waddell (IBW), fundado em 1956, para melhorar a capacitação de professoras e enfermeiras, facilitando o desenvolvimento de mais congregações e pontos de pregações. Para a construção do

IBW, João Dias contou com o apoio do diretor Jaime, o que aproximou esses dois reverendos. Durante a ditadura militar (1964-1985), esses dois reverendos, membros da ala ecumênica presbiteriana, vão ser perseguidos pela ditadura e pela Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), devido as suas críticas a repressão política e religiosa do período. Esses reverendos ecumênicos, se posicionaram contrários ao presidente do Supremo Concílio da IPB, reverendo Boanerges Ribeiro, devido ao apoio e suporte da igreja a ditadura⁴.

Em 1961 o reverendo Jaime passou a direção do IPN para um dirigente nacional, um ex-aluno convertido ao presbiterianismo, o professor Élon Castro de Oliveira, que não era vinculado ao projeto missionário, como era a política da MPBC, que procurava assim fomentar a formação de quadros dirigentes nacionais. Em carta enviada ao novo diretor, Jaime destaca a postura de atuação do IPN e sua falha pessoal enquanto diretor da instituição em não conseguir manter boas relações com as autoridades locais:

A questão de relações públicas é outra coisa, pois o IPN está inevitavelmente embrulhado com as necessidades de Itacira. Nesse setor creio ter conseguido um objetivo: o de convencer a municipalidade e Lençóis que o IPN persegue o ideal de existir sem qualquer influência partidária e sem qualquer dependência nos cofres públicos. Sou o primeiro a reconhecer que as minhas relações de diretor para com as autoridades não têm sido as melhores, especialmente no que diz respeito à praxe (Moraes, 2008, p. 88).

No mesmo ano da saída de Jaime, ocorreu uma notícia que se espalhou por toda a região da Chapada Diamantina. A informação divulgada era que a missão iria se retirar de Ponte Nova. Dessa vez, ao contrário do ocorrido durante os anos iniciais da sua instalação, os missionários da MPBC contavam com amplo prestígio na sociedade, ocasionando o recebimento de

⁴ Presidente do Supremo Concílio da IPB, por três mandatos consecutivos, entre 1966 a 1978. Durante sua gestão expulsou e perseguiu diversos reverendos e presbíteros que faziam oposição a sua gestão e criticavam o apoio da igreja a ditadura.

vários telegramas e cartas, enviados por diversos prefeitos da região, oferecendo diversos tipos de incentivos fiscais, para que a missão transferisse sua sede e instituições para suas respectivas cidades.

O rumor da saída da missão alastrou-se tanto, que obrigou sua administração a enviar circular há vários municípios, chegando a publicar um artigo no jornal *A Tarde* para desmentir essa informação:

Em dias do mês passado, ocorreu por toda a zona das Lavras uma notícia improcedente a respeito da instituição da Missão Presbiteriana, sediadas nessa cidade para outro ponto desta região. Diante disso, todos os municípios lavristas se movimentaram imediatamente formulando propostas à Missão, cada qual desejosos de ter junto a comunidade o Hospital Evangélico e o Instituto Ponte Nova. Tal movimento demonstrou duas coisas: nossas autoridades municipais evoluíram a ponto de reconhecer a importância extraordinária de um Hospital e um Colégio em suas comunas e também percebeu-se como são queridas, não só nas Lavras, mas em todo o sertão, as instituições sediadas em Itacira. Embora tudo não passasse de mal entendido, as diretorias do Hospital Evangélico e do Instituto Ponte Nova agradecem, por intermédio da *A Tarde* o interesse de todos os prefeitos e vereadores que se manifestaram. Embora permanecendo em Itacira, as instituições continuaram no esforço, cada vez maior, de bem servir toda a região. (Hospital e Colégio não sairão de Itacira. *A Tarde*, 9 de setembro de 1961)

O fato demonstra a boa percepção dos trabalhos realizados pela missão presbiteriana pelas autoridades locais. A disputa de prefeitos e vereadores pela possível mudança de localização da instituição, sinaliza o reconhecimento da importância dos investimentos realizados pelo projeto missionário para uma região historicamente carente de recursos públicos ou mesmo de interesses privados nos setores da saúde e da educação.

Entretanto, após uma década da publicação da nota de explicação no jornal *A Tarde*, a situação era outra, com o país em plena ditadura ufanista do “Ame-o ou deixe-o”, com os conflitos

políticos e eclesiásticos exacerbando-se, há um grande distanciamento entre a IPB e o projeto missionário. Devido a interesses financeiros e políticos, o Supremo Concílio passou a defender a extinção do projeto missionário e a incorporação para a igreja de todo o patrimônio da missão, encontrando dura oposição entre os missionários e os membros do Sínodo Bahia-Sergipe, que pregavam a doação ou nacionalização dos bens e terras da missão.

Um lema que permanece na memória: “Deus e pátria aqui sempre lembrados”

Durante a ditadura militar, muitos reverendos e presbíteros da IPB foram perseguidos pelo Estado e pela igreja. Os missionários da MPBC, cujo último presidente foi Jaime Wright entraram em conflito com a direção da igreja, cujo Moderador Boanerges Ribeiro, segundo Rubem Alves, instituiu uma “ditadura fundamentalista dentro da igreja” (1979, p. 37).

Devido aos conflitos religiosos e políticos, e a interesses econômicos, em 1973 a IPB rompeu as relações com a Igreja Presbiteriana Unida nos Estados Unidos⁵, mantenedora do projeto missionário. Além disso, no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, muitos missionários e membros dessa igreja, tornaram-se críticos do projeto missionário e sua forma de atuação, considerada “paternalista”, “imperialista”, e focada no americocentrismo. Esses diversos fatores, favoreceram a decisão da igreja de encerrar a MPBC.

Com o fim dos subsídios da MPBC, o projeto missionário em Wagner, assim como nas demais regiões onde atuavam, iniciou um processo de nacionalização, incorporação, venda ou doação das propriedades e terras da missão presbiteriana no Brasil. Dessa forma, as atividades da missão na cidade, foram aos poucos fechando as portas. Foi um processo longo e marcado pela precarização dos estabelecimentos criados pelos missionários.

⁵ Em 1958 a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América, fundiu-se com a Igreja Presbiteriana Unida da América do Norte, formando a Igreja Presbiteriana Unida nos Estados Unidos da América.

O GMH foi fechado em 1971, cinco anos após seu fechamento, o médico Jonas Dias de Araújo, cirurgião, clínico e ex-diretor do GMH, e ex-prefeito da cidade entre 1967 e 1970, comprou a módico preço, as propriedades e os prédios vazios do Grace Memorial Hospital. Depois de 14 anos fechado, o hospital foi reaberto em 1985, mas seu funcionamento passou a ocorrer com extrema dificuldade. Com a morte de Jonas Araújo em 2007, o hospital passou a funcionar sem médico, realizando apenas atendimentos paramédicos e de serviço social, encerrando suas atividades pouco tempo depois.

Já o Instituto Ponte Nova tornou-se propriedade do governo do estado da Bahia, transformando-se em colégio público estadual. Os equipamentos escolares foram incorporados à Secretaria Estadual de Educação. Com o passar das décadas houve um progressivo sucateamento do colégio, o que levou em 2018, a instituição de ensino ser desativada pelo governo da Bahia. Fato que desencadeou uma grande comoção na população local, que protestaram contra o fechamento do colégio, obrigando as autoridades públicas a reabrirem o colégio em 2020, agora como colégio municipal⁶.

Apesar de continuar funcionando como colégio público estadual e depois municipal, contrariando a laicidade do Estado, o colégio manteve o lema da época dos missionários: "Deus e Pátria aqui sempre lembrados". O lema dos missionários do IPN pode ser visto em vários outros locais da cidade, como no portal de entrada da cidade, onde foi construída uma réplica da fachada do Instituto Ponte Nova

⁶ Disponível em: <https://www.wagneremfoco.com.br/wagner-ba/10022020-um-ano-apos-ter-as-portas-fechadas-pelo-estado-o-instituto-ponte-nova-reabre-as-portas-como-colegio-municipal.html> Acesso em: 21/07/2022.

Figura 4 –Entrada da cidade de Wagner, escrito no livro, o lema “Deus e Pátria aqui sempre lembrados”



Fonte: <https://www.ferias.tur.br/fotogr/150976/wagner-ba/wagner/>.
Acesso em: 04/06/2024.

Segundo o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), a herança da ação missionária presbiteriana, também é notado pelo seu legado no campo da arquitetura e pelo seu conjunto urbanístico:

Os missionários pretendiam uma imagem de progresso e civilização, e promoveram a criação de um novo espaço com características urbanísticas mais americanas que português-brasileiras. “O estilo do neo-palladianismo apresenta formas quadradas, com simetria e vergas retas sobre as portas e janelas e a mesma austeridade e amplitude nas linhas urbanas”, explica a professora da Universidade Católica do Salvador e arquiteta do IPAC, Lígia Larcher. São comuns os frontões triangulares para marcar acessos e colunas. Pisos cerâmicos oitavados, lustres de vidro piramidais art déco, são outras características. Também existe uma igreja em estilo neogótico, de torre com ameias, evocando um castelo medieval. (Disponível em:

<http://www.ipac.ba.gov.br/noticias/missao-norte-americana>.
Acesso em: 07/01/2024

Segundo a arquiteta do IPAC Lígia Larcher, o conjunto urbanístico legado dos missionários presbiterianos, tornaram a cidade de Wagner uma lembrança da arquitetura vista nas cidades dos EUA, com suas linhas retas, formas quadradas e simétricas. Além do apreço pelo estilo medieval neogótico, representado na cidade na arquitetura da Igreja Presbiteriana:

Figura 5 –Igreja Presbiteriana de Wagner



Fonte: <https://ipwagner.blogspot.com/>. Acesso em: 06/01/2024.

Esse tipo de arquitetura contrastava com as construções comuns no sertão da época, que tinham como características a utilização de tijolos de barro e material de adobe. O que tornava os prédios presbiterianos um chamariz da obra missionária.

Outro dos legados patrimoniais deixado pelos missionários presbiterianos em Wagner, foi o edifício do auditório que leva o nome do reverendo Jaime Wright em reconhecimento das suas

contribuições na cidade. O auditório inaugurado em 1964, ainda preserva seu mobiliário da época, cadeiras de madeira e um piano de cauda, com capacidade para 400 pessoas:

Figura 6 – Auditório James Nelson Wright, fachada externa e parte interna do Auditório



Fonte: <http://arqueologiaeimagem.blogspot.com/2012/01/o-patrimonio-edificado-de-wagner-ba.html>. Acesso em: 06/01/2024.

Na fachada do auditório é possível ver o símbolo do IPN, um círculo em azul e branco, formado pelo mapa da Bahia, com uma tocha acesa sobre um livro (bíblia). Analisando o escudo podemos inferir, que os presbiterianos consideravam que o principal conhecimento vinha através do livro bíblico, a tocha acesa representa a luz, o iluminismo, a educação, que a missão levaria a todo o estado, levando assim a sua visão etnocêntrica de “civilização” ao sertão.

Segundo o discurso de um representante da Comissão de Missões e Relações Ecumênicas (COEMAR), órgão criado em 1958, para administrar o projeto missionário. Durante a cerimônia de doações de terras na década de 1970, somente no

município se investiu mais de um milhão de dólares, somente nas construções, ao longo dos quase 70 anos do projeto missionário (Moraes, 2008, p. 138).

Outro legado deixado pelos missionários, foi a contribuição para o mapeamento cartográfico do sertão baiano. Em 15 de março de 1960, os missionários descobriram e mapearam na Chapada Diamantina, a “Queda Glass”, popularmente conhecida como Cachoeira da Fumaça, que foi considerada na época a maior queda d’água do Brasil. Jaime participou em junho do mesmo ano, das duas primeiras expedições de medição da cachoeira:

Nossas medições foram feitas num avião Cessna 172 (PT-AVQ), com dois métodos diferentes, onde cada um de nós (o piloto e o descobridor George Glass, um médico cirurgião, um professor de matemática, e um pastor presbiteriano) tínhamos uma tarefa específica. A primeira medição, com voos controlados na velocidade, rumo e distância, e com um compasso didático preso a um nível de bolha, resultou na medida de 400 metros. Na segunda medição utilizamos uma máquina Contaflex com uma objetiva Tessar de 90 mm para fazermos fotos comparativas. Revelado o filme e sobrepondo fotos, chegamos à conclusão de que a Queda Glass tem uma altura entre 1.300 e 1.350 pés, isto é, entre 395 e 410 metros. (WRIGHT, Jaime. Arquivo da Fundação 2 de Julho, Caixa 1, pasta 3)

Expedições mais recentes, utilizando equipamentos mais modernos, chegaram à medição de 340 metros, sendo considerada atualmente a quarta queda d’água mais alta do Brasil.

Considerações finais

O IPN foi considerado um projeto educacional bem-sucedido pelos missionários e levou a MPBC a expandir e replicar seu modelo em diversas cidades brasileiras, no denominado projeto “Escolas Ponte Nova”. No auge desse projeto, a missão manteve 25 escolas em funcionamento, em diferentes cidades brasileiras, espelhadas no modelo do IPN.

A análise da memória da atuação dos missionários presbiterianos, serve como fonte para compreendemos as construções das identidades políticas, sociais e religiosas do município do interior baiano. Os missionários deixaram um legado não só arquitetônico e patrimonial, mas também identitário, religioso e cultural que podem ser observadas em diferentes regiões e cidades brasileiras onde os presbiterianos desenvolveram seu projeto missionário.

Parte do legado patrimonial presbiteriano em Wagner foi perdido pela ação do tempo e pela falta de uma política de preservação histórica e patrimonial. Mas certos vestígios desse passado recente ainda estão de pé, dentre eles estão: a Igreja Presbiteriana, o Grace Memorial Hospital e o Instituto Ponte Nova. Após uma campanha e abaixo-assinado realizado pelos moradores da região. Uma caravana com 22 assessores e técnicos da Secretaria Estadual de Cultura (SECULT), visitaram a região para conhecerem a pesquisa do IPAC sobre as edificações dos missionários presbiterianos.

Assim, o IPAC em 2011 tombou provisoriamente esses três imóveis citados. Alguns prédios como a Igreja Presbiteriana, que continua em funcionamento podem ser visitados, outros se encontram fechados e em situação precária de preservação e conservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Arquivo da Fundação 2 de Julho.

Arquivo da Sociedade História Presbiteriana.

Hospital e Colégio não sairão de Itacira. *A Tarde*, 9 de setembro de 1961.

Uma reforma agrária presbiteriana. *Folha de S. Paulo*, 14 de julho de 1997.

Bibliografia

ALVES, Rubem. **Protestantismo e Repressão**. São Paulo: Ática, 1979.

MORAES, Márcia Oliveira. **Educação e missão civilizatória: o caso do Instituto Ponte Nova na Chapada Diamantina**. Salvador: UNEB, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do. **Educar, Curar, Salvar: uma ilha de civilização no Brasil Tropical**. São Paulo: PUC, 2005. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Norte-americanos na Bahia: o processo civilizador dos presbiterianos. **Revista FACED**, v 11, 2007.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História da PUC**. São Paulo: PUC, v. 10, 1993.

RAMALHO, J. P. **Colégios protestante no Brasil: uma interpretação sociológica da prática educativa dos colégios protestante no Brasil no período de 1870 a 1940**. Rio de Janeiro: Zahar. 1976.

SILVA, Elizete da. **Cidadãos de outras pátrias: anglicanos e batistas na Bahia**. 1998. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Recebido em: 15/07/2025

Aprovado em: 08//2025

A HEGEMONIA AMERICANA NO SÉCULO XX: CAPITALISMO, BRETTON WOODS E FINANÇAS GLOBALIZADAS

AMERICAN HEGEMONY IN THE 20TH CENTURY: CAPITALISM, BRETTON WOODS AND GLOBALIZED FINANCE

Jadir Peçanha Rostoldo¹

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a consolidação da hegemonia econômica americana durante o século XX. Discute e apresenta a formação do capitalismo. Descreve o sistema de Bretton Woods. Analisa o empoderamento dos Estados Unidos com a nova política econômica mundial. Apresenta os parâmetros da hegemonia americana e a emergência das finanças globalizadas. Conclui que o poderio da superpotência mundial se centrava nas bases do capitalismo, favorecido pelos rumos definidos pós Breton

Abstract: This article aims to analyze the consolidation of American economic hegemony during the 20th century. It discusses and presents the formation of capitalism. It describes the Bretton Woods system. It analyzes the empowerment of the United States with the new world economic policy. Presents the parameters of American hegemony and the emergence of globalized finance. Concludes that the power of the world superpower was centered in the bases of capitalism, favored by the directions defined post-

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP); Professor curso de História SEAD/UFES; Pesquisador do Laboratório Saberes e Sabores (UFES). jadirostoldo@yahoo.com.br

Woods, além da presença de instituições fortes e uma economia liberal agregada à tecnologia. Bretton Woods, besides the presence of strong institutions and a liberal economy aggregated to technology.

Palavras-chave: hegemonia americana; Bretton Woods; finanças globalizadas. **Keywords:** American hegemony; Bretton Woods; globalized finance

Breve Introdução

A hegemonia da economia americana se mantém perene em meio a mudanças e transformações que varrem as sociedades em todos os pontos do globo. Não podemos negar a presença de outras grandes potências nessa área, que assumem o papel de atores principais e coadjuvantes desde sempre, mas é certo que os Estados Unidos continuam sustentando sua posição de um dos principais *players* do mercado. Como foi a gênese desse processo é o que buscamos recuperar neste artigo. Vamos discutir a efervescência do capitalismo, em sua disputa com o feudalismo, para identificar as bases desse sistema que é o suporte do modelo estadunidense. A partir desses elementos trabalhamos as ações e decisões da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, em Bretton Woods, em 1944, como vetor do empoderamento do país sede. Na última parte analisamos a hegemonia americana, que se perpetua em conexão com a emergência das finanças globalizadas.

Os primórdios do capitalismo

Em busca de entender o capitalismo, que se tornou a base da economia americana, vamos discutir algumas teorias e contribuições sobre o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, principalmente o debate que se formou em torno das

ideias de Maurice Dobb e Paul Sweezy (Baute, 2018; Mariutti, 2004).²

Dobb reconhece o feudalismo sobre a ótica da servidão, podendo ser definido como: o sistema econômico em que a servidão era a relação de produção predominante; sistema onde a produção se organizava no interior da propriedade senhorial; e onde a produção era planejada, com vistas às necessidades plenamente conhecidas. A instabilidade do feudalismo estava centrada em dois fatores: a competição entre os senhores por terras e vassalos, e o crescimento populacional. Sua expansão era inibida por sua estrutura, que limitava o número de produtores e consumidores.

Foi a insuficiência do feudalismo como sistema de produção, somada as crescentes necessidades de receitas por parte da classe dominante, os responsáveis principais pelo seu declínio. A necessidade de receitas adicionais provocou um aumento na pressão sobre o produtor até o ponto do intolerável. Essa exaustão provocou o desaparecimento da força de trabalho que nutria todo o sistema econômico. Sendo assim, a causa do colapso do feudalismo foi a superexploração da força de trabalho, que provocou a deserção dos servos das propriedades senhoriais. Essa deserção forçou os senhores a adotar o arrendamento de terras, alterando as relações de produção. Para o autor, a principal característica do feudalismo era ser um sistema econômico voltado para o uso e não para a troca.

Para Dobb, foram às contradições internas do modo de produção feudal, centradas no antagonismo entre senhores feudais e servos, que levaram a sua dissolução. A crescente necessidade dos senhores feudais por maiores rendimentos os levou a intensificar a exploração sobre os servos, fato que acentuou a luta de classes e determinou, a longo prazo, o desmantelamento da economia feudal. Dessa forma, o comércio e a emergência das cidades não foram os fatores decisivos no declínio do feudalismo, pois estão restritos aos limites do modo de produção feudal. O comércio ocorre enquanto troca de excedentes, e não como ocorre no modo de produção capitalista,

² Todo o debate entre Maurice Dobb e Paul Sweezy, neste tópico, tem como referências os trabalhos de Baute (2018) e Mariutti (2004).

enquanto realização de mais-valia. O dinheiro, na economia feudal, funcionava como intermediário da troca, não se transformando em capital.

Em suas análises, Dobb não desconsiderou a influência do comércio e das cidades na transição. As cidades incentivaram a fuga dos camponeses, prejudicando os rendimentos dos senhores feudais, e o comércio contribuiu para o processo de diferenciação social. Para ele a razão central da dissolução do feudalismo encontra-se na revolta dos pequenos e médios produtores contra a exploração feudal, o que acabou resultando em sua independência parcial. Os produtores se transformaram em trabalhadores livres para vender sua força de trabalho, característica do modo de produção capitalista. Indicou que o período de transição, entre os séculos XIV e XVI, deve ser definido como feudal, onde, apesar do estágio avançado de desintegração do feudalismo as relações capitalistas ainda eram incapazes de se tornarem dominantes.

Paul Sweezy critica Dobb por esse utilizar um conceito genérico para uma realidade determinada, não concorda com a visão do feudalismo pela ótica da servidão, pois essa não era um privilégio do sistema feudal. Dobb mudaria de opinião se levasse em consideração o caráter conservador e imobilista do feudalismo. Para a teoria de Dobb ter lógica, ele teria que provar que a necessidade de receita por parte dos senhores e o aumento das fugas dos servos tinham acontecido por questões internas ao próprio sistema feudal. Para Sweezy a crescente extravagância da classe parasitária se originou fora do sistema feudal, ou seja, no comércio com outras regiões. Assim como a fuga dos servos não aconteceu sem que surgisse a alternativa externa: as cidades.

A teoria de Dobb poderia se salvar caso provasse que a ascensão das cidades foi um processo interno ao sistema feudal. Como o comércio era incompatível a economia feudal, segundo Sweezy, a teoria de Dobb desaba, tendo em vista que foi a partir do comércio que surgiram as cidades. O produto obtido pelo comércio era mais barato do que os fabricados no feudo, forçando a economia de troca. O comércio instigou o desejo do consumo, que a aristocracia exerceu na busca de se cercar de luxo, essa foi a causa da busca de receitas.

A cidade foi quem gerou a economia de troca, além de ter sido a alternativa a opressão do campo. O triunfo da economia de troca não implicou no fim automático da servidão. O declínio do feudalismo europeu ocidental se deveu a incapacidade da classe dominante em manter o controle da força de trabalho concomitante a superexploração dela. A transição não foi em função do capitalismo nascente, mas da incapacidade do próprio sistema feudal em manter-se.

Sweezy identifica o sistema que prevaleceu na Europa Ocidental nos séculos XV e XVI como uma produção de mercadoria pré-capitalista, registrando que foi o crescimento da produção de mercadoria (valor de troca) quem primeiro solapou o feudalismo, preparando o terreno para o capitalismo. São duas fases, e não um processo ininterrupto. Durante a transição não houve um sistema predominante: trabalho assalariado conviveu com servidão. A produção pré-capitalista foi forte o suficiente para derrubar o feudalismo, mas insuficiente para formar um sistema novo. Preparou o terreno para os acontecimentos dos séculos XVII e XVIII. A transição se deu por duas vias: o produtor se torna um mercador e capitalista; e o mercador se apossa diretamente da produção.

A principal característica da economia feudal era a de produzir valores de uso. Assim, o desenvolvimento das relações de troca no seio de uma sociedade produtora de valores de uso, foi o principal fator de sua desestabilização. O comércio a longa distância operou como força externa as margens da sociedade feudal da seguinte maneira: o desenvolvimento do comércio intensificou as forças produtivas e promoveu uma organização racional da sociedade e o aprimoramento da divisão do trabalho. Decorreu daí uma maior produtividade que minou as relações servis de produção (os servos abandonaram as terras procurando melhores condições de trabalho) e gradualmente as formas de trabalho livre e assalariado se estabeleceram. Assim, o valor de troca se desenvolveu devido ao comércio.

Podemos enriquecer esse debate incluindo a análise de Perry Anderson (1998) sobre a formação dos estados absolutistas. Para o autor, essa estrutura surgiu no século XVI, após as crises dos séculos XIV e XV, que provocaram profundas mudanças no

modo de produção feudal. As monarquias romperam com a estrutura socioeconômica da sociedade feudal, representando uma ruptura decisiva com a soberania piramidal e parcelada das formações sociais medievais, com seus sistemas de propriedade e vassalagem, caracterizando as transformações nos instrumentos e nas relações de trabalho feudal.

Para compreender a formação dos estados nacionais, é preciso lembrar que a luta entre classes se resolve em última instância no nível político da sociedade, e não no econômico ou cultural. É a construção e a destruição dos estados que geram as modificações básicas nas relações de produção, enquanto subsistirem as classes. A formação dos estados nacionais sela a transição do feudalismo para o capitalismo.

As controvérsias acerca dos estados absolutistas são importantes pois permitem delimitar as transformações de um modo de produção feudal para um capitalista. O entendimento desse processo é fundamental para compreensão da passagem do feudalismo para o capitalismo. As características que compõem os estados absolutistas são, inicialmente, capitalistas, mas considerando o fim da servidão: exércitos regulares, burocracia permanente, sistema tributário nacional, codificação do direito, e os primórdios de um mercado unificado. Essas características parecem ser eminentemente capitalistas, pois coincidem com o desaparecimento da servidão. No entanto, o fim da servidão não significou o fim das relações feudais no campo, pois a propriedade agrária aristocrática impedia um mercado livre na terra e a mobilidade efetiva do homem. Enquanto o trabalho não foi separado de suas condições sociais de existência para se transformar em força de trabalho, as relações de produção rurais permaneciam feudais.

A partir desse ponto, Anderson desconstrói todas as perspectivas historiográficas as quais acreditavam que com o fim da servidão extinguiu-se também as relações no campo, constituindo enfim, um estado absoluto capitalista. Considera que para se entender o surgimento do absolutismo é necessário que se compreenda as transformações que ocorreram entre o estado aristocrático e a propriedade feudal, um estado feudal estruturado nas grandes propriedades e no trabalho servil.

Para o autor o estado absolutista nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia. Ele era a nova capacidade política de uma nobreza aterrorizada. A aristocracia feudal continuou dominante no início da Idade Moderna, nunca perdeu seu domínio político no estado absolutista.

Destacamos também o pensamento de Ellen Wood (2001) sobre a origem do capitalismo. Segundo a autora, a questão das origens e da especificidade do capitalismo foi tema de muitos estudos, debates e controvérsias, que, na grande maioria, seguiram uma explicação que naturalizava o surgimento do sistema capitalista na história das sociedades do passado, vindo a se impor nas sociedades do presente, como se toda história humana fosse uma trajetória linear em busca, ou desfecho, no capitalismo. O capitalismo parece estar sempre lá, em algum lugar, precisando apenas ser libertado de suas correntes, dos grilhões do feudalismo como exemplo, para poder crescer e amadurecer. O efeito dessas explicações é enfatizar a continuidade entre as sociedades não-capitalistas e capitalistas, e negar ou disfarçar a especificidade do capitalismo.

Para a autora não é o mercado, nem o estado, nem o dinheiro, ou ainda, o trabalho, que definem o capitalismo, ou expressam a sua especificidade. Sendo o capitalismo um sistema econômico e social historicamente construído, seria definido por tornar as ações humanas, inclusive as de cunho sentimental e afetivo, passíveis de um valor expresso no mercado. Dessa forma, apresenta uma nova versão sobre a origem do capitalismo. Argumenta que não existia um mercado único e unificado, coexistindo princípios não-capitalistas de comércio e formas de exploração não-capitalistas. O capitalismo não é uma consequência natural e inevitável da natureza humana, ou sequer da antiga tendência social ao comércio. Ele é um produto tardio e localizado de condições históricas muito específicas. O feudalismo produziu várias formas e resultados, uma desses foi o capitalismo.

Todas essas argumentações e interpretações, sobre um momento fundamental da história das sociedades, demonstram a importância de se conhecer as análises e embates realizados sobre

a transição do feudalismo para o capitalismo. Um momento da história que lançou transformações que atingiram uma enorme dimensão mundial, como vamos ver a seguir.

Bretton Woods e o empoderamento americano

Em julho de 1944, o sistema financeiro internacional estava despedaçado. A grande depressão de 1929 resultou em diminuição drástica de produção, comércio e emprego, e lançou toda a sorte de protecionismo: barreiras comerciais, controle de capitais, e medidas de compensação cambial. A política que ficou conhecida como “*beggar-thy-neighbor*” (empobreça seu vizinho), disseminada nos anos de 1930, e que primava pelo aumento de tarifas para reduzir déficits na balança de pagamentos, era a cartilha dos governos. Nessa atmosfera, 730 delegados, de 44 países, se reuniram em Bretton Woods, New Hampshire, Estados Unidos, para a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. O objetivo era urgente: reconstruir o capitalismo mundial, a partir de um sistema de regras que regulasse a política econômica internacional.

O primeiro passo era garantir a estabilidade monetária das nações. O acordo de Bretton Woods (Cunha, 2006) definiu que cada país seria obrigado a manter a taxa de câmbio de sua moeda congelada ao dólar, com margem de manobra de cerca de 1%. A moeda norte-americana, por sua vez, estaria ligada ao valor do ouro em uma base fixa. Dessa forma, ficou oficializado o duplo papel do dólar no cenário internacional, a atuação como reserva monetária e a função de moeda de crédito. Esse sistema de regras, instituições e procedimentos para regular a política econômica mundial, foi o primeiro exemplo, na história, de uma ordem monetária totalmente negociada, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre estados independentes. Além disso, foram criadas instituições multilaterais encarregadas de acompanhar esse novo sistema financeiro e garantir liquidez na economia: o Banco Internacional de Recuperação e Desenvolvimento (BIRD), o Acordo Geral sobre tarifas e comércio (GATT), e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

As principais bases políticas que sustentaram o acordo foram as experiências comuns da grande depressão; a concentração de poder em um pequeno número de Estados; e a presença de uma potência dominante querendo, e sendo capaz, de assumir um papel de liderança. As experiências partilhadas com a grande depressão provocaram um alto nível de concordância entre aos países sobre as metas e meios do gerenciamento econômico internacional, facilitando em muito as decisões tomadas na conferência. O acordo representou uma crença comum no capitalismo intervencionista, apesar dos países diferirem quanto ao tipo de intervenções que preferiam para suas economias nacionais. Foram as semelhanças, mais do que as diferenças, que foram postas em evidência. Todos concordaram que o caos monetário do período entre guerras forneceu valiosas lições.

A proliferação de controles e barreiras de comércio levou ao desastre econômico durante a grande depressão. O objetivo era evitar o caos dos anos 1930, quando os controles das trocas minaram o sistema internacional de pagamentos, base do comércio mundial. A política de enfraquecer seu vizinho, usando tarifas alfandegárias para aumentar a competitividade de seus produtos de exportação e, assim, reduzir os déficits da balança de pagamentos, ocasionou espirais inflacionários que resultaram na diminuição da produção, desemprego em massa e declínio generalizado do comércio mundial. Com base nesses fatos, todos os planejadores de Bretton Woods favoreceram um sistema relativamente liberal, um sistema que se baseava primeiramente no mercado, com um mínimo de barreiras ao fluxo de comércio e capital privados.

O gerenciamento econômico internacional baseava-se na potência dominante para dirigir o sistema. A concentração de poder facilitou o gerenciamento na medida em que reduziu o número de atores cujo acordo era necessário para o estabelecimento de regras, instituições e procedimentos. Esse líder foi os Estados Unidos, como potência com a economia e política mais avançada do mundo, o país estava claramente em uma posição ideal para assumir essa liderança. Os Estados Unidos saíram da segunda guerra como a mais forte economia do

mundo, vivendo um rápido crescimento industrial e uma forte acumulação de capital. O país não sofreu as destruições na guerra, além de ter construído uma indústria manufatureira poderosa, e enriqueceu vendendo armas e emprestando dinheiro aos outros combatentes. Quando Bretton Woods aconteceu, as vantagens econômicas dos Estados Unidos eram indiscutíveis e esmagadoras, estando em posição de ganhar mais do que qualquer outro país com a liberação do comércio mundial. Ele teria um mercado mundial para suas exportações, e teria acesso irrestrito a matérias-primas vitais. Apesar do país ter mais ouro, mais capacidade produtora e mais poder militar do que todo o resto do mundo junto, o capitalismo do país não poderia sobreviver sem mercados e aliados.

Bretton Woods é considerado por muitos pesquisadores como o mais bem sucedido arranjo institucional das finanças internacionais nos últimos 150 anos. Durante suas duas décadas e meia de funcionamento foi possível recuperar os fluxos de comércio sob bases multinacionais, reconstruir a Europa e o Japão, avançar na industrialização periférica, e consolidar uma nova visão de complementaridade entre as ações dos estados nacionais e dos mercados.

O professor Barry Eichengreen (2016) considera que existem três condições necessárias para a sobrevivência de um sistema monetário: certo grau de liberdade para a realização de mudanças na taxa de câmbio, de sorte a viabilizar ajustes de preços relativos indispensáveis; regras monetárias ótimas, que mediante a construção de reputação pela autoridade monetária sejam capazes de atribuir credibilidade as decisões de política econômica, não afetando os níveis de taxa de câmbio desejados pelo Banco Central; e, a capacidade de conter pressões de mercado, de modo a não comprometer a credibilidade da autoridade monetária. Segundo ele, apesar do sistema de Bretton Woods não dispor da primeira, e só parcialmente da segunda, a terceira era viabilizada pela cooperação internacional, conferindo sobrevida ao arranjo. A ampliação da cooperação internacional, em termos de apoio a taxa de câmbio, diferenciou Bretton Woods dos arranjos monetários anteriores.

Temos de considerar que o número de países que participou da conferência era menos representativo do que se imaginava. De todos reunidos, apenas os Estados Unidos e a Inglaterra tinham condições efetivas de influir nas decisões do encontro, sendo que os Estados Unidos estavam em uma situação muito superior. Esse país objetivava trazer à tona uma nova ordem econômica e financeira, baseada no livre comércio e na plena liberdade de movimentação de capitais. Os debates e as disputas das propostas ficaram centralizados entre os representantes desses dois países: John Maynard Keynes, pela Inglaterra, e Harry Dexter White, pelos Estados Unidos, que acabou por ver prevalecer os interesses do seu país na maior parte dos princípios acordados.

Com o fim da guerra e o início da guerra fria, os Estados Unidos adotaram uma política externa que tinha como prioridade o desenvolvimento de seus aliados na Europa e na Ásia, como ficou consubstanciado no Plano Marshal, de 1947, na dispensa das reparações de guerra, e no cancelamento de parte das dívidas. Nos anos seguintes houve tolerância e apoio aos seus aliados em relação a medidas protecionistas, desvalorizações cambiais e abertura a importações a termos vantajosos. Os Estados Unidos também promoveram volumosos investimentos e missões de transferência de tecnologia. Essa gestão garantiu o crescimento e um alto nível de emprego.

Dessa forma, o período entre 1949 e 1973 ficou conhecido como a era de ouro do capitalismo, um período de exceção na história desse sistema econômico, pois se visualizou todos os benefícios que este modelo pode apresentar em detrimento da suavização de seus problemas estruturais. O ciclo virtuoso dos anos dourados se estruturou a partir da sinergia entre os aumentos de produtividade, dos salários reais e da geração de empregos. Foi uma associação de fatores técnicos-produtivos, como a oligopolização dos mercados, ganhos de escala, investimentos frente a demanda, e vendas em ascensão; com fatores políticos, salários reais crescentes; fatores sociais, estado transferindo renda para os excluídos do mercado de trabalho organizado e investindo na área social; e institucionais, uma moeda-crédito internacional estável e abundante. Esse sistema liberal, que

primava pelo mercado e pelo livre fluxo de comércio e capitais, foi a base para o maior ciclo de crescimento da história do capitalismo (Soldara, 2016).

O crescimento do período foi formado com base na segunda revolução industrial, tendo os Estados Unidos como modelo de sociedade industrial capitalista, e resultante da reestruturação tecnológica industrial, comercial e financeira do mundo capitalista. No entanto, a alteração na estrutura produtiva e tecnológica por si só não determinou um modo de desenvolvimento e sua capacidade de generalização. As profundas mudanças institucionais, realizadas especialmente no que respeita ao papel do estado, que passou a intervir maciçamente na economia, exerceram um poderoso efeito estimulante e mantenedor do ritmo de crescimento econômico. Além dos instrumentos de política monetária e fiscal, o estado também passou a regular/administrar o capitalismo, ou seja, promoveu uma verdadeira reforma. Por meio de suas ações passou a planejar e coordenar o processo de industrialização e/ou modernização das economias capitalistas. Além disso, assumiu a expansão e manutenção do nível de atividade próxima ao pleno emprego. Assim, o estado tomou para si a responsabilidade de garantir o crescimento econômico e incorporar a classe trabalhadora nesse processo. O estado passou a administrar, além dos preços e custos, também a demanda. Dessa forma, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais, a era de ouro do capitalismo democratizou o mercado.

Hegemonia e a emergência das finanças globalizadas

O poderio americano não deriva de uma simples concentração de poder econômico, financeiro ou tecnológico. Ele é resultado da educação universal, instituições sólidas e liberdade econômica. A financeirização do mundo tem sólidas bases técnico-econômicas, mas terminam por ratificar a visão dicotômica sobre a tensão entre produtivismo e financeirização; entre o enriquecimento e a exclusão social; entre o

desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Com o fim da guerra fria, os Estados Unidos passaram a figurar como única superpotência mundial. Passou a ocupar a hegemonia do processo de evolução das grandes tendências de perpetuação do capitalismo como forma definitiva de organização econômica e da democracia burguesa como forma, também definitiva, de organização política. A hegemonia americana poderia ser percebida em sua capacidade militar, seu poder econômico e político, e cultural (Nye Jr., 2002).

A estrutura americana do poder estava centrada em dois objetivos estratégicos: tornar o mundo seguro para o capitalismo, o que significava remover o comunismo do mapa mundial; e, garantir a primazia incontestável dos Estados Unidos dentro do mundo capitalista, o que significava reduzir a Grã-Bretanha a dependência econômica, e estabelecer uma regência militar na Alemanha Ocidental e Japão. Concluídos esses processos o boom do capitalismo dos Estados Unidos foi estendido com sucesso para o resto do mundo. Após a guerra fria, com a saída de cena da União Soviética, o inimigo principal deixou de existir, assim como não existia mais alguma outra nação que pudesse se contrapor ao poderio militar americano. Sendo assim, os planejadores da política externa americana podiam confrontar o mundo pós-guerra fria com liberdade sem precedentes. A primeira prioridade era ter certeza de que a Rússia estava presa, econômica e politicamente, dentro da ordem global do capital, com a instalação de uma economia privatizada e uma oligarquia de negócios ligados a um sistema eleitoral democrático. A segunda era assegurar a conquista das duas zonas adjacentes de influência soviética: a Europa Oriental e o Oriente Médio. O primeiro movimento foi feito com a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e o segundo com a guerra do Golfo.

A doutrina americana pós-guerra fria ligava mercados livres as eleições livres e aos direitos humanos. A nova ordem mundial tinha o objetivo legítimo da comunidade internacional, da justiça universal e dos direitos humanos como condição de paz democrática, onde quer que ela estivesse sob ameaça e sem respeitar as fronteiras dos estados. No fim da década de 1990, os

planejadores estratégicos dos Estados Unidos estavam satisfeitos com os resultados: a União Soviética tinha sido retirada de cena, a Europa e o Japão colocados em xeque, a China inserida em relações de comércio crescentes e cada vez mais estreitas, a Organização das Nações Unidas (ONU) reduzida a pouco mais do que um escritório de permissões, e tudo isso conseguido seguindo a mais emoliente das ideologias, segundo a qual cada segunda palavra era compreensão internacional e boa vontade democrática.

O traço distintivo e decisivo do capitalismo contemporâneo parece encontrar-se na reorganização do sistema financeiro internacional, e na concentração de poder dessas instituições, cuja coordenação em escala global sofisticou-se em virtude da proliferação de novos instrumentos e novos mercados financeiros. As grandes opções políticas que devem ser objeto de debates nacionais estão submetidas aos imperativos da esfera financeira. A marcha da economia se dobra as concepções de círculos de interesses que escapam a todo e qualquer controle. Assim é que a financeirização da riqueza, exponenciada pelas inovações dos instrumentos financeiros e desregulação dos mercados que caracterizam as políticas econômicas ocidentais das últimas décadas, ao tempo em que preside a lógica de valorização do capital, não faz mais que tornar claro o objetivo principal do capitalismo: a expansão da riqueza abstrata.

No último quarto do século XX, a história econômica do capitalismo contemporâneo parece haver retomado a sua trajetória liberal do século XIX, repondo em funcionamento os mercados autorregulados, transformados em parceiros de uma hegemonia imperial mais implacável e unipolar que no caso da supremacia inglesa. Essa conjunção de forças, por sua vez engendra uma finança privada, global e desregulada que, na ausência de um padrão monetário internacional, tem respondido pela instabilidade e pouco dinamismo do sistema, e por uma gigantesca concentração e centralização empresarial e territorial da riqueza (Belluzzo, 2004).

A complementaridade entre mercado e estado foi a responsável, em grande medida, pela prosperidade sem precedentes experimentada pelos Estados Unidos, Europa

Ocidental e algumas economias asiáticas, na segunda metade do século XX. Todavia, com a ressurgência do liberalismo econômico, essa complementaridade foi abalada. Furtadas do mercado, as reformas patrocinadas pelo ideário liberal-conservador buscam, prioritariamente, dispensar e rejeitar o estado de outras funções que não a de assegurar a estabilidade macroeconômica. A vitória da política liberal-conservadora se traduz pelo retorno do princípio liberal ao governo e ao poder das principais potências mundiais, na forma de crença e de política econômica em defesa da abertura e da desregulação dos mercados, como antes, com ênfase particular nos mercados do trabalho e do dinheiro. Surge uma nova onda de internacionalização e concentração financeira mais volátil e excludente do que aquela do século XIX, porque é impulsionada, em última instância, pela flutuação cambial que não existia no padrão-ouro.

O processo de globalização financeira é movido por três fatores interligados: o acúmulo de um volume crescente de riqueza monetária e financeira, na forma de ativos com diferentes graus de liquidez e denominadas em diferentes moedas; a mobilidade crescente desses ativos, propiciada pelo desenvolvimento extraordinário da informática e das telecomunicações, de tal forma que seu movimento foge aos controles dos bancos centrais; e, pelo regime de taxas de câmbio flutuantes, que engendram oportunidades extraordinárias de ganhos especulativos. Nesse contexto, o próprio ciclo econômico real passa a ser comandado pelo ciclo de valorização e desvalorização dos ativos financeiros.

A característica mais comumente associada à globalização financeira é o elevado grau de mobilidade de capitais, após o predomínio dos controles de capital durante a vigência plena das regras de Bretton Woods. Alguns autores enfatizam a atuação decisiva dos estados nacionais mais importantes, Estados Unidos, Japão e Alemanha, para a reemergência das finanças globais. Esse é o caso de Helleiner (1994), que enfatiza a atuação dos estados por meio de ações: as medidas de liberalização, e a prevenção de crises financeiras, atuando como emprestador de última instância; e de não ações: recusa em impor controles de capital como estava

previsto nas regras de Bretton Woods. Eichengreen (2016) enfatiza outra face da dimensão política: a passagem do câmbio fixo, com baixa mobilidade do capital, para o câmbio flutuante, com alta mobilidade, não decorreria de uma suposta incompatibilidade entre fluxos livres de capital e a tentativa de manter o preço da moeda estrangeira sob controle. Além dessas considerações, pode-se argumentar que os elementos de resistência da sociedade a submissão da política econômica ao ajuste externo também se enfraqueceram. Não houve grande retrocesso em termo de democracia, mas certamente o poder dos sindicatos retraiu-se e o pleno emprego deixou de figurar, na teoria e na prática, como objetivo primordial da política econômica nos países centrais.

Não são apenas a alta mobilidade internacional do capital e o câmbio flutuante que marcaram a época da globalização. O padrão monetário internacional mudou a partir de 1971/1973, passando a ser dominado, pela primeira vez, por uma divisa não conversível em ouro, cujo lastro passa a decorrer de fatores de outra natureza. O exercício da política econômica por parte do emissor desta moeda livra-se de quaisquer limitações externas e passa a ser pautada apenas por objetivos domésticos. O novo tipo de hegemonia monetária passa a estar vinculada ao que se denomina poder financeiro do dólar, materializado pelo tamanho, profundidade, sofisticação e diversidade de maturidade do mercado financeiro dos Estados Unidos. Esse poderio só teria de fato sido restaurado a partir da elevação das taxas de juros em 1979, e da brutal expansão da dívida pública.

Em relação a esse processo, o professor José Fiori (2004), produziu uma importante discussão que se iniciou a partir da análise da teoria da estabilidade hegemônica. Para ele existe um consenso de que a presença de um estado com poder global é indispensável para assegurar a ordem e a paz do sistema interestatal e o bom funcionamento da economia internacional, mesmo que seja por um período transitório, porque sempre haverá uma nova hegemonia. Nesse sentido, a partir da década de 1980, nada pareceu ameaçar o poder global dos Estados Unidos que, por sua vez, vem dando demonstrações claras e sucessivas de que pretendem manter e expandir este poder sem fazer maiores

concessões às demandas multilateralistas das demais potências. Essa supremacia transformou o país numa espécie de superestado.

Durante a década de 1990, os Estados Unidos, concentraram em suas mãos todos os instrumentos de poder indispensáveis ao exercício da liderança ou hegemonia econômica mundial, arbitraram isoladamente o sistema monetário internacional, promoveram a abertura e a desregulação da demais economia nacionais, defenderam o livre comércio e promoveram ativamente a convergência das políticas macroeconômicas de quase todos os países capitalistas relevantes. Além disso, mantiveram e aumentaram seu poder no plano industrial, tecnológico, militar, financeiro e cultural. A crise dos anos 1970, a expansão financeira posterior e o fim da guerra fria, transferiram para os Estados Unidos uma centralidade militar, monetária e financeira sem precedentes na história da economia capitalista mundial. Não houve, portanto, uma bifurcação entre o poder militar e o poder financeiro globais. Pelo contrário, ambos ficaram concentrados nas mãos de uma única potência, os Estados Unidos.

Fiori faz uma crítica a todos os autores e teorias que trabalham, de uma forma ou de outra, com os conceitos de liderança ou hegemonia mundial, destacando que esses conceitos não são suficientes para dar conta do funcionamento do sistema político e econômico mundial. Destaca que em quase todas as teorias a hegemonia é tratada como uma categoria virtual, muito mais do que um estado real. Dessa forma, o país hegemônico é visto, quase sempre, pelo lado de suas contribuições positivas para o sistema, sem que se analisem os efeitos negativos de suas ações expansivas que se mantêm e se ampliam, mesmo durante seus períodos de supremacia incontestada. Conclui que os conceitos de liderança ou hegemonia internacional ajudam a compreender a estabilização e o funcionamento normal do sistema mundial, mas não dão conta das suas contradições e do desenvolvimento tendencial dos seus conflitos que existem e se mantêm vivos, mesmo nos momentos de maior legitimidade e paz hegemônica.

O autor também referenda que a globalização foi, e será sempre, um movimento expansivo e uma resultante transitória do

processo de competição entre as grandes potências e seus capitais financeiros, pela conquista de novos territórios econômicos. Foi esta competição entre as grandes potências que foi alargando o espaço originário da economia mundial europeia no século XVI, até transformá-la numa economia mundial nos séculos XIX e XX, e a globalização é o nome que se dá a este movimento contínuo, de alargamento do território econômico das potências ganhadoras do jogo das finanças e das guerras. O território do sistema estatal foi sempre mais amplo que o território capitalista, e deste ponto de vista, a competição capitalista sempre teve novos espaços a serem disputados e conquistados. Mas, apenas duas dessas grandes potências conseguiram expandir as fronteiras de suas economias nacionais, até o ponto em que elas se transformaram em territórios econômicos mundiais: a Inglaterra e os Estados Unidos. Um processo lento e secular que deu um grande passo depois da generalização do padrão ouro e da desregulação financeira promovida pela Inglaterra, na década de 1870, e deu outro passo gigantesco depois da generalização do padrão dólar-flexível e da desregulação financeira, promovida pelos Estados Unidos, a partir da década de 1970.

Segundo Fiori a expansão e a universalização do sistema capitalista não foram uma obra do capital em geral, foram, e será sempre, o resultado da competição e expansão das economias nacionais que conseguem impor a sua moeda, a sua dívida pública, o seu sistema de crédito e o seu sistema de tributação, como lastro monetário do seu capital financeiro dentro destes territórios econômicos supranacionais e em expansão contínua. Esse foi o caso dos Estados Unidos, país vitorioso dentro da lógica capitalista, que expandiu sua hegemonia no curso da globalização financeira.

Considerações finais

Os passos que levaram os Estados Unidos à hegemonia, no século XX, não teriam sido concluídos sem o fim do mundo feudal. As relações, regras e os parâmetros que nortearam o feudalismo foram aos poucos se apagando, seja por ação dos senhores ou por pressão dos servos. As cidades e sua conexão

com o comércio foram fundamentais, funcionando como polo de atração populacional e disponibilizando novas oportunidades para a massa trabalhadora e servil. O capitalismo se estruturou com a dissolução feudal, transformando relações sociais, trabalhistas, mercantis, econômicas e políticas, enfim redirecionou a ordem mundial. Essa nova ordem que impulsionou a futura potência mundial. O capitalismo, enquanto sistema econômico e social, foi historicamente construído, trazendo o mercado para o centro do processo. A partir de então, tudo passou a representar um valor específico, o valor de mercado.

Dentro da lógica capitalista, as decisões e procedimentos adotados a partir do acordo de Bretton Woods pavimentaram o caminho para o empoderamento dos Estados Unidos no mercado mundial. O papel principal ocupado pelo dólar estabeleceu um parâmetro de controle e valor que deveria ser seguido por todos, conduzido pelo país detentor da moeda referência. O dólar assumiu a simbologia monetária do capitalismo, o valor onde todos os negócios estariam atrelados. A liberação do comércio mundial proporcionou aos americanos o crescimento sem limites de sua economia, pois era detentor da maior quantidade de ouro, maior capacidade produtora e maior poderio militar do que todo o resto do mundo junto. A partir do momento em que passou a agregar aliados e mercados, todos os fatores se encontraram em um mesmo território, o que consolidou seu poder.

O poderio econômico, político e militar dos Estados Unidos o levou a hegemonia mundial no século XX. Centrado nas bases do capitalismo, e favorecido pelos rumos definidos pós Breton Woods, a superpotência mundial se sustentava em instituições fortes e na economia liberal agregada a tecnologia. Com esse conjunto de elementos a financeirização do sistema econômico mundial foi o próximo passo. Concentrando todos esses elementos de poder, assumir a liderança da economia mundial foi só mais uma etapa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BAULE, Carla. O debate entre Maurice Dobb e Paul Sweezy. In: VARELLA, Flávia Florentino; ANHEZINI, Karina (Orgs.). **Desafios e caminhos da teoria e da história da historiografia**: 2016. Mariana: SBTHH, 2018. p. 65-134.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo/Campinas: Unesp/IE, 2004.

CUNHA, André Moreira. Estratégias periféricas sessenta anos depois do acordo de Bretton Woods. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 483-501, dez. 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000400001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

EICHENGREEN, Barry. História e reforma do sistema monetário internacional. **Economia e Sociedade**, v. 4, n. 1, p. 53-78, fev. 2016.

FIORI, José Luis. **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

HELLEINER, Eric. **States and the re-emergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1994.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Balanço do debate**: a transição do feudalismo ao capitalismo. São Paulo: Hucitec, 2004.

NYE JR., Joseph. **O paradoxo do poder americano**: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Unesp, 2002.

SOLDERA, Ricardo Antônio. **Fundamentos da ordem mundial do pós-guerra fria**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Unicamp, Campinas.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Recebido em: 16/02/2023

Aprovado em: 14/03/2025

EL ESTADO EN EL EGIPTO FARAÓNICO: PODERES, ACTORES Y DINÁMICAS SOCIALES

Resenha: Moreno García, Juan Carlos. **The State in Ancient Egypt. Power, Challenges and Dynamics.** Londres, Bloomsbury, 2019, 226p.

HORACIO MIGUEL HERNÁN ZAPATA¹

Departamento de Historia, Facultad de Humanidades,
Universidad Nacional del Nordeste (UNNE), Argentina

Desde finales del siglo XX, los diversos especialistas interesados en el antiguo Egipto –especialmente historiadores, arqueólogos y antropólogos– comenzaron a romper con las tradiciones académicas imperantes dentro de la Egiptología –en particular, el peso de los estudios filológicos– y, paralelamente, a nutrirse de perspectivas teóricas y metodológicas de otras Ciencias Sociales y Humanidades con el objetivo de poder entender mejor la sociedad y cultura del Egipto faraónico, dando como resultado la renovación de las vías de análisis de las fuentes de información y la multiplicación de los temas y problemas de investigación.

El libro objeto de esta reseña y su autor, *The State in*

¹ Horacio Miguel Hernán Zapata es Magister Internacional en Ciencias Humanas y Sociales (UNESCO). Actualmente es Profesor Adjunto Regular de la Cátedra *Historia del Cercano Oriente Antiguo* e Investigador del Departamento e Instituto de Historia de la Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional del Nordeste (UNNE). Correo electrónico: horazapatajotinsky@hotmail.com.

Ancient Egypt, de Juan Carlos Moreno García, son dos excelentes ejemplos que ilustran esta nueva orientación de las investigaciones egiptológicas a principios del siglo XXI. Por un lado, porque este historiador franco-español es considerado actualmente uno de los principales especialistas en historia política, social y económica del Antiguo Egipto del mundo académico iberoamericano, ejerciendo además como Directeur de Recherche del CNRS en la Universidad París IV-Sorbona, como catedrático en la École des Hautes Études en Sciences Sociales y como miembro del plantel docente del Máster en Egiptología de la Universidad Autónoma de Barcelona. Entre sus más recientes publicaciones se destacan *Études sur l'administration, le pouvoir et l'idéologie en Égypte, de l'Ancien au Moyen Empire* (1997), *Hwt et le milieu rural égyptien du IIIe millénaire: économie, administration et organisation territoriale* (1999), *Egipto en el Imperio antiguo* (ca. 2650-2150 a. C.) (2004) o *Ancient Egyptian Administration* (2013, ed.).

Y, por el otro, porque este nuevo libro que nos ofrece Moreno García pretende renovar la mirada sobre el antiguo Estado egipcio, su desenvolvimiento y características. Con la erudición de quien conoce de Egiptología en profundidad y la experiencia de quien ha sabido nutrirse de otros campos disciplinares de (como la historia, la antropología, la sociología y otras ciencias sociales), el autor sintetiza en este libro largos años de investigaciones dirigidas a presentar nuevas explicaciones e interpretaciones sobre las estructuras, dinámicas y actores que conforman el Estado en el antiguo Egipto, alcanzando una comprensión histórica situada de estos elementos –esto es, en relación con el territorio, la sociedad y la cultura en la que aquellas se gestan y afianzan– y aportando argumentos sólidos para avanzar en la superación de los modelos conceptuales importados acríticamente de otras realidades espacio-temporales.

El capítulo inicial, "State Theory, Archaeology and the Pharaonic States", constituye una valiosa introducción teórica que aborda la problemática del Estado como objeto de estudio en el contexto del Antiguo Egipto. Moreno García realiza una crítica exhaustiva de las concepciones tradicionales que idealizan y "modernizan" el Estado faraónico, desmintiendo lugares

comunes como la supuesta centralización, la gestión eficiente de recursos, la existencia de una administración férrea y un sistema judicial que efectivamente limitara el abuso de poder. El autor argumenta que estas interpretaciones erróneas se deben, en gran medida, a una lectura sesgada de las fuentes primarias y a una insuficiente aplicación de las herramientas teóricas provenientes de las Ciencias Sociales. Así, un punto central de su argumentación es la crítica a las perspectivas occidentocéntricas en el estudio del Estado: Moreno García señala que la imposición de parámetros que pretenden definir un modelo único y "verdadero" de Estado conlleva a la invisibilización de otras formas de organización política y social que no se ajustan a dicho canon y, en este caso en particular, limita la comprensión de la naturaleza específica del Estado egipcio al intentar encajarlo en categorías preestablecidas que no dan cuenta de su complejidad. En este sentido, el autor destaca la importancia de superar las limitaciones de un enfoque puramente filológico o arqueológico para comprender el funcionamiento de los Estados antiguos en general y del Estado faraónico en particular, integrando conceptos y herramientas analíticas provenientes de las Ciencias Sociales y los estudios comparativos. De igual modo, García repasa en este primer acápite los avances logrados en los estudios egiptológicos más recientes sobre la temática al mismo tiempo que identifica las áreas de estudio que aún permanecen vacantes. Esta revisión bibliográfica crítica no solo contextualiza la propuesta del autor, sino que también proporciona al lector una valiosa muestra del dinamismo que adquirió la Egiptología durante las últimas décadas.

En el segundo capítulo, "Integrating Spaces", Moreno García se dedica al análisis diacrónico de las distintas fases de desarrollo estatal en el Antiguo Egipto, con un enfoque particular en la integración territorial. El autor inicia su exposición subrayando la importancia de las diferencias regionales del país, caracterizadas por una diversidad ecológica, demográfica y de patrones de asentamiento. Argumenta que estas disparidades geográficas fueron determinantes en la configuración y el funcionamiento del Estado, cuya estabilidad y poder dependían intrínsecamente de la integración y el control efectivo de los

diversos territorios que lo componían. En la segunda sección del capítulo, el análisis se centra en las características de las primeras poblaciones del valle del Nilo: destaca sus estrategias de aprovechamiento de diversos ecosistemas, un mayor grado de movilidad interna, la dispersión de los asentamientos, la concentración de actividades económicas específicas en ciertos lugares, la movilidad externa y el desarrollo de una "economía móvil", con especial énfasis en el pastoreo. El autor postula que estas dinámicas sociales y económicas sentaron las bases para la paulatina estatalización que se observa a lo largo del tercer milenio a.C. Este proceso se inicia con el surgimiento de las *ḥwt* (casas de oficiales) y, posteriormente, de los templos. Moreno García propone que estas primeras formas de control, tanto del comercio como de la población, constituyeron un estímulo crucial para la configuración inicial de una organización y estructuras de poder estatales. El capítulo continúa con el análisis del segundo milenio a.C., donde las ciudades emergen como nuevos núcleos de poder. Estas ciudades ampliaron las funciones que anteriormente desempeñaban las *ḥwt*, extendiendo su influencia al control de distritos (*w*). Este fenómeno, según el autor, podría interpretarse como un síntoma de descentralización y una mayor autonomía local después del 2160 a.C. Esta tendencia se reflejó en la economía y los intercambios comerciales, donde ciudades como Avaris, Asiut, Bersha y, posiblemente, Tebas, comenzaron a desempeñar un papel protagonista. En este contexto, Moreno García invita a reconsiderar la concepción tradicional de las ciudades como meras creaciones estatales, enfatizando la importancia del poder ejercido por una suerte de "clase media" urbana y por las poblaciones móviles. El último apartado de este capítulo se ocupa del desarrollo de los templos como consecuencia de la creciente burocratización y la importancia adquirida por las provincias. Según Moreno García, los templos buscaron consolidar un mayor poder en el escenario político, desempeñando un papel clave en las zonas limítrofes del Estado y fortaleciendo el poder de las élites locales. Este proceso condujo a una acumulación de poder por parte de los templos, del cual la monarquía intentó beneficiarse, generando un complejo equilibrio de poder entre ambas instituciones.

Seguidamente, el tercer capítulo, "Managing Resources", aborda los mecanismos económicos y de gestión de recursos en el Antiguo Egipto. Moreno García realiza un estudio que trasciende los parámetros del modelo estatal occidental, argumentando que la organización económica del antiguo Egipto se configuró de manera ad hoc, respondiendo a sus propias dinámicas y necesidades. En este sentido, examina los principales centros económicos, destacando entre ellos a la corona, los templos, otras instituciones como las *hnrwt* (campos de trabajo) y los alcaldes de provincia. El autor analiza las relaciones interinstitucionales, su funcionamiento y las limitaciones inherentes a cada una de ellas. De este análisis emerge la corona como la principal fuerza económica, cuya actividad se centraba primordialmente en la movilización de mano de obra, más que en la recaudación de impuestos propiamente dicha. Entre las principales formas de tributo, Moreno García enfatiza la importancia del ganado, relativizando la del grano, tradicionalmente considerada central. El autor extiende su análisis a otros aspectos relevantes, como el poder económico que detentaban los puertos y su papel en el comercio con reinos extranjeros. Asimismo, considera la influencia de otras redes económicas, tales como la emergente clase media y las redes de patronazgo y clientelismo. Un aspecto crucial que se aborda es la corrupción, que se manifiesta especialmente en periodos de debilidad monárquica, evidenciando así la interrelación entre poder político y economía. La presencia de corrupción subraya además la importancia de considerar el contexto político al analizar las dinámicas económicas del antiguo Egipto. Asimismo, Moreno García cuestiona la concepción tradicional de una política redistributiva estatal. En lugar de ello, centra su atención en el papel central de la tierra como forma de pago y recompensa. Se analizan las tierras pertenecientes a los templos como espacios de trabajo remunerado, así como las compensaciones otorgadas por la construcción de fortalezas, la participación en expediciones o la realización de trabajos estacionales. A través de este análisis, Moreno García revela que la imagen idealizada del poder económico del Estado egipcio, que permea muchos estudios sobre el tema, se diluye ante una realidad mucho más compleja y

matizada en la que la economía política egipcia, lejos de ser un sistema centralizado y redistributivo, operaba a través de múltiples mecanismos de intercambio y compensación según los actores involucrados, donde la tierra jugaba un papel fundamental.

El cuarto capítulo, "Co-opting Leaders", se centra en el análisis de los principales grupos de poder dentro del Estado egipcio, prestando especial atención al equilibrio de fuerzas entre ellos y su rol en periodos de inestabilidad o debilidad del poder monárquico. Moreno García examina cómo la monarquía interactuaba con estas élites, buscando cooptarlas e integrarlas dentro del sistema estatal. En lo que respecta a la Corte y la familia real, el autor distingue entre los ámbitos privados del Palacio, como el harén, considerados espacios de poder informal, y los ámbitos públicos, como la Sala de Audiencias, que representaban espacios de poder formal. Moreno García analiza la fluctuante participación política de la familia real, observando una alternancia entre un papel activo y personal, en el que los miembros de la familia real ejercían una influencia directa en los asuntos de Estado, y un papel secundario y más burocrático, en el que su función se limitaba a la gestión administrativa. La segunda parte del capítulo se enfoca en los líderes locales, examinando sus redes de poder, que frecuentemente trascendían los límites de sus respectivas provincias. Se analizan las relaciones y rivalidades entre estos líderes, así como su compleja interacción con la élite central y la monarquía. Moreno García destaca el papel de estos líderes locales como generadores de alta cultura y como actores clave en la dinámica del poder. Además, el autor aborda las formas inmateriales de poder, poniendo de relieve la importancia de los vínculos familiares y de patronazgo. A través de este análisis, Moreno García cuestiona el ideal meritocrático frecuentemente asociado a la política del Antiguo Egipto, revelando una administración que, si bien presentaba ciertos niveles de especialización, se encontraba en última instancia sometida a los intereses de la monarquía y la nobleza. Las redes de clientelismo y las relaciones familiares jugaban un papel fundamental en el acceso a cargos y en el ejercicio del poder. El capítulo prosigue con un examen del papel de los templos como

garantes de estabilidad y poder. Moreno García explica cómo la monarquía buscaba aprovechar la influencia de los templos para extender su presencia en el territorio y reforzar su propia legitimidad. Los templos, con su vasto poder económico y su arraigo social, representaban un importante apoyo para el poder real. El capítulo cierra reafirmando la centralidad del poder monárquico, pero también subraya la dependencia de este respecto a las élites. Moreno García argumenta que, si bien estas élites podían ejercer un considerable poder a nivel provincial y obtener beneficios económicos, su plena integración y participación en el sistema político dependía de su vinculación con la figura del monarca. En otras palabras, existía una relación de interdependencia entre la monarquía y las élites, donde ambas se necesitaban mutuamente para mantener el equilibrio del poder.

A lo largo del quinto capítulo, "Hidden forces?", Moreno García estudia los grupos sociales tradicionalmente menos visibilizados en las narrativas históricas sobre el Antiguo Egipto con el objetivo de discernir su posición social y su capacidad de agencia. Moreno García estructura este capítulo a través de tres estudios de caso. El primero se centra en los artesanos y mercaderes, examinando sus posibles organizaciones colectivas, su integración en el tejido urbano y el poder que llegaron a acumular en las ciudades portuarias, donde muchos de ellos se establecieron. El autor explora la hipótesis de la existencia de formas de organización gremial o corporativa entre estos grupos, así como su influencia en la economía urbana y el comercio a larga distancia. En el segundo apartado, Moreno García destaca el papel de aquellos campesinos que lograron acumular una riqueza considerable. Este incremento en su capital económico les confirió una cierta relevancia social, especialmente a nivel local, permitiéndoles ejercer una influencia notoria en sus comunidades. El autor analiza los mecanismos a través de los cuales algunos campesinos lograron ascender socialmente y el impacto de su presencia en la estructura social rural. Finalmente, el tercer apartado se centra en grupos sociales con un estilo de vida menos sedentario, como las poblaciones pastoriles, los pescadores y los extranjeros. Moreno García argumenta que estos grupos también ejercieron una influencia social y política

significativa, especialmente debido a su presencia en importantes puestos gubernamentales y/o centros comerciales y su rol como intermediarios culturales entre diferentes comunidades. El autor explora asimismo el papel de estos grupos en la transmisión de ideas, bienes y prácticas culturales a través de las fronteras.

Continuando con sus argumentos, en el sexto capítulo, "Creating Authority", Moreno García aborda las diversas formas de ejercicio del poder en el Estado egipcio, abarcando desde las estructuras más centralizadas y formales hasta las dinámicas más descentralizadas y locales. En cuanto al análisis de las formas de poder "formal", este egiptólogo plantea que si bien la ideología oficial buscaba proyectar una imagen de poder monárquico fuerte y centralizado, como se evidencia en la promulgación pública de decretos, el autor argumenta que las redes de comunicación y la estructura administrativa revelan una organización de carácter oligárquico. Esta fragilidad intrínseca del sistema centralizado propició la emergencia de otros centros de poder, como los templos, que ofrecían una protección más amplia y, al mismo tiempo, más cercana a la población local, contribuyendo a la descentralización del poder. Al detenerse en el análisis de las redes de poder de los oficiales de alto rango y la nobleza local, Moreno García destaca que, con escasas excepciones, estos grupos mantenían una constante dependencia de la corona como fuente de legitimidad; en otras palabras, su poder derivaba en gran medida de su proximidad o relación con el faraón. Paralelamente, el autor examina los mecanismos de integración social vertical y horizontal, haciendo hincapié en la importancia de las redes de protección y asociación basadas en el patronazgo, el clientelismo y el parentesco. Estas redes jugaban un papel fundamental en la cohesión social y en la distribución del poder. Contrayendo aún más la escala de análisis, Moreno García reconstruye el papel crucial de las autoridades locales, como los jefes y los alcaldes rurales, cuyo poder actuaba como un puente entre el mundo rural y la administración regia. Estas autoridades locales facilitaban la implementación de las políticas estatales a nivel local y transmitían las demandas de las comunidades rurales a la administración central. Al final del capítulo, el autor se ocupa de indagar en las delegaciones de soberanía, tanto formales,

representadas por los templos como mediadores entre los dioses y los hombres, como informales, cuyas competencias y gestión recaían en un cuerpo administrativo cercano al rey. Tras este exhaustivo análisis estructural, Moreno García concluye que no se puede identificar una *raison d'état* propiamente dicha –esto es, un conjunto de principios superiores que guían la acción del Estado independientemente de los intereses particulares– en el Antiguo Egipto.

El séptimo capítulo, "Building Statehood through Culture", se detiene en la construcción del Estado egipcio a través de sus manifestaciones culturales con un análisis que recorre tanto el papel de los actores –desde la figura del monarca a los escribas– como de las prácticas, representaciones y materialidades. Moreno García postula que la naturaleza liminal del rey, situado entre lo divino y lo humano, constituye una de sus características definitorias. Esta condición se adapta estratégicamente a las necesidades del momento político, instrumentalizándose a través de la manipulación de la historia (con el objetivo de construir un "pasado legítimo" o justificar la imposición de un nuevo orden tras el supuesto "caos" de reinados anteriores) y la creación de nuevas tradiciones, frecuentemente con raíces locales. El análisis se centra en la religión egipcia, examinando el éxito de los cultos reales y nacionales, pero también el relativo fracaso en el intento de establecer una religión uniforme y omnipresente en la vida cotidiana del pueblo, a diferencia de lo ocurrido en otros estados antiguos. Moreno García explora las razones de esta diversidad religiosa y su impacto en la construcción de la identidad estatal. Seguidamente, el autor analiza el papel de los escribas, tomando el género literario de las "enseñanzas" como ejemplo paradigmático de la transmisión de códigos de comportamiento y valores morales. El autor argumenta que estas "enseñanzas" formaban parte de un estricto sistema cultural que limitaba la expresión de ideas independientes y fomentaba la adhesión a los valores oficiales. Asimismo, explica cómo estos valores estatales fueron asimilados por las clases sociales más bajas, observando un espectro de respuestas que abarca desde el rechazo hasta la imitación. Avanzando en el estudio de la monumentalidad,

principalmente de los templos y palacios, a lo largo de los diferentes milenios de historia egipcia, este investigador vuelve a subrayar el creciente protagonismo adquirido por los templos, convirtiéndose en centros neurálgicos de poder económico, político y religioso. El capítulo concluye con un interesante panorama descriptivo de las formas de resistencia y las alteraciones que sufrieron los elementos de la alta cultura al ser apropiados por diferentes grupos sociales.

En el octavo capítulo, "Sociopolitical Change and the State", Moreno García reconstruye específicamente en la trayectoria histórica del Estado egipcio. El autor plantea que, en primer lugar, se construyó una idea de Estado, un concepto que posteriormente debió ser implementado en la práctica a lo largo del territorio. Este proceso dio lugar a la formulación de políticas concretas y flexibles, adaptadas a las particularidades de cada región. De esta manera, el capítulo ofrece una síntesis cronológica de las diversas adaptaciones del Estado, retomando y profundizando en las ideas expuestas en los capítulos anteriores. En la primera sección se recapitula el desarrollo del final del tercer milenio a. C., analizando la función de las *ḥwt*, la delegación de poderes y otros aspectos relevantes de este período. La segunda sección aborda la transición al segundo milenio, examinando la emergencia de poderes locales, la creciente autonomía de los potentados regionales y el surgimiento de una especie de "clase media". La tercera sección, la más extensa del capítulo, se centra en el poder de los templos durante la fase final del segundo milenio a. C. Moreno García analiza el papel de los templos como creadores de legitimidad y lealtad, su función en la integración del mundo rural y las élites locales, y su rol como garantes de estabilidad en momentos de cambio político e ideológico. La cuarta y última sección aborda el final del Reino Nuevo, correspondiente a la transición entre el segundo y el primer milenio a. C. En este contexto, se destaca la importancia del Delta como territorio estratégico desde el punto de vista político y económico, así como la resistencia ejercida por los templos y las ciudades ante el debilitamiento del poder central.

Finalmente, en el capítulo nueve, "The Pharaonic State(s) in Comparative Perspective", Moreno García brinda una

conclusión sobre las características y funcionamiento del Estado egipcio desde una clave interdisciplinaria y comparada. Distanciándose de los preceptos de estudio occidentocéntricos y modernistas que frecuentemente han implicado la imposición de categorías y modelos conceptuales ajenos a la realidad histórica del antiguo Egipto, el autor destaca teorías de estudio propuestas por otros autores que resultan aplicables al caso egipcio, permitiendo así establecer, con mayor rigor y objetividad, que la organización política del Egipto faraónico se ajusta a la categoría de "Estado". Esta apelación a marcos teóricos externos fortalece la argumentación y la sitúa en un diálogo historiográfico más amplio. A continuación, Moreno García aborda uno de los rasgos característicos de los estados: la tributación. A este fenómeno dedica una extensa comparación con otras realidades políticas, tanto coetáneas como de periodos posteriores. Esta comparación transcultural permite identificar las particularidades del sistema tributario egipcio, así como sus similitudes con otros modelos estatales. Al analizar la tributación en un contexto comparativo, el autor evita caer en interpretaciones aisladas y ofrece una comprensión más profunda de su función en la economía y la organización social del Antiguo Egipto. Finalmente, destaca una serie de rasgos concretos del Estado egipcio que pueden constituir objeto de comparación: el territorio, las ciudades, la burocracia, el comercio, la población y las entidades de poder como los templos. Al proponer estas líneas de comparación, Moreno García no solo resume los principales temas del libro, sino que también invita a reflexionar sobre la existencia de una lógica política y cultural específica en el Antiguo Egipto, comparable a la de otros Estados históricos.

En definitiva, el nuevo libro de Moreno García nos enfrenta a una obra que ilumina las diversas formas de ejercicio del poder, las estructuras político-administrativas, las relaciones socioeconómicas y las ideologías que sustentaron el sistema estatal a lo largo de la dilatada historia del Egipto faraónico. El libro presenta, no obstante, tres elementos que vale la pena hacer notar. En primer lugar, las ideas que Moreno García ofrece en este libro no son para nada nuevas, ya que –como habíamos dicho antes– se trata de argumentos y reflexiones bien conocidas dentro

del campo egptológico y que el autor ha venido volcando en artículos y capítulos de libros anteriormente publicados. En todo caso, lo valioso de este libro reside en poder contar, en un solo ejemplar, una síntesis de las principales contribuciones de Moreno García dentro de una narrativa articulada, lógica y coherente cuyo principal propósito ha sido demostrar que el antiguo Estado egipcio no fue una entidad monolítica e inmutable, sino más bien una formación social dinámica, sujeta a cambios, tensiones y desafíos internos y externos. En segundo lugar, llama la atención ciertas ausencias dentro de la revisión bibliográfica de Moreno García, siendo un ejemplo concreto la falta de referencias a trabajos de historiadores argentinos como Marcelo Campagno y Roxana Flammini, quienes no solamente se han especializado en el estudio del Estado egipcio durante diferentes momentos de su historia, sino que además han realizado aportes sustantivos al tema. Y, en tercer lugar, la ausencia de imágenes y mapas a lo largo del libro es otro aspecto que resulta reprochable por cuanto se trata de elementos que hubieran hecho más atractiva y comprensiva la lectura del texto. Pese a estas objeciones, la rigurosidad académica de los planteos, la aptitud para integrar conocimientos de diversas disciplinas en la comprensión del fenómeno estatal, la claridad en la exposición de las ideas y la gran capacidad de síntesis del autor convierten a este libro en un trabajo fundamental tanto para los lectores especializados como para aquellos legos interesados en la historia del antiguo Egipto.

Recebido em: 25/07/2025

Aprovado em: 24/11/2025

